



UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA – UDESC
CENTRO DE CIÊNCIAS DA ADMINISTRAÇÃO E SOCIOECONÔMICAS – ESAG
PROGRAMA ACADÊMICO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO
DOUTORADO EM ADMINISTRAÇÃO

**INTERESSE (S) PELA (S) COMUNIDADE (S): UM ESTUDO EM
EMPREENDIMENTOS COOPERATIVOS DA AGRICULTURA FAMILIAR NO
ESTADO DE RORAIMA**

HUDSON DO VALE DE OLIVEIRA

Orientadora: Profa. Dra. MARIA CAROLINA MARTINEZ ANDION

Florianópolis

2024

HUDSON DO VALE DE OLIVEIRA

**INTERESSE (S) PELA (S) COMUNIDADE (S): UM ESTUDO EM
EMPREENDIMENTOS COOPERATIVOS DA AGRICULTURA FAMILIAR NO
ESTADO DE RORAIMA**

Tese apresentada ao Programa de Doutorado em Administração da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) para obtenção do grau de Doutor em Administração.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Carolina Martinez Andion.

Florianópolis
2024

**Ficha catalográfica elaborada pelo programa de geração automática da
Biblioteca Universitária Udesc,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

Oliveira, Hudson do Vale de
Interesse (s) pela (s) Comunidade (s) : Um estudo em
empreendimentos cooperativos da agricultura familiar no Estado de
Roraima / Hudson do Vale de Oliveira. -- 2024.
245 p.

Orientador: Maria Carolina Martinez Andion
Tese (doutorado) -- Universidade do Estado de Santa Catarina,
Centro de Ciências da Administração e Socioeconômicas - ESAG,
Programa de Pós-Graduação em Administração, Florianópolis, 2024.

1. Cooperativismo. 2. Desenvolvimento Territorial Sustentável.
3. Interesse pela Comunidade. 4. Economia Social e Solidária. 5.
Sustentabilidade. I. Andion, Maria Carolina Martinez. II.
Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências da
Administração e Socioeconômicas - ESAG, Programa de
Pós-Graduação em Administração. III. Título.

HUDSON DO VALE DE OLIVEIRA

INTERESSE (S) PELA (S) COMUNIDADE (S): UM ESTUDO EM EMPREENDIMENTOS COOPERATIVOS DA AGRICULTURA FAMILIAR NO ESTADO DE RORAIMA

Tese apresentada ao Programa de Doutorado em Administração da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) para obtenção do grau de Doutor em Administração.

BANCA EXAMINADORA

Membros:

Professora Dra. Maria Carolina Martinez Andion
Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC)
Presidente da Banca – Orientadora

Professor Dr. Airton Cardoso Cançado
Universidade Federal de Tocantins
(UFT)

Professora Dra. Graziela Dias Alperstedt
Universidade do Estado de Santa Catarina
(UDESC)

Professora Dra. Edonilce da Rocha Barros
Universidade do Estado da Bahia
(UNEB)

Professor Dr. Jeová Torres Silva Júnior
Universidade Federal do Cariri
(UFCA)

Florianópolis

2024

Ainda que a finalização de um ciclo seja motivo de extrema comemoração, não esqueça que você percorreu uma jornada inteira até esse momento e, portanto, ela deve, de igual modo, ser devidamente valorizada.

Dedico este trabalho aos meus pais (*in memoriam*), que sempre me apoiaram e foram essenciais para que eu me tornasse o homem que sou.

AGRADECIMENTOS

Apesar de ser a primeira seção desta tese, ela traz uma síntese de todo um percurso e por isso foi escrita no final não só porque esta faz parte, digamos, do acabamento do trabalho que ora se apresenta, mas, sobretudo porque ao longo da jornada várias pessoas cruzam o caminho percorrido e nos fazem perceber e sentir o quanto prazeroso foi trilhar essa trajetória, tornando o percurso mais leve, satisfatório e feliz.

Nesse sentido, trago aqui meus sinceros agradecimentos, se não a todos, no sentido de nominá-los (porque foram muitos encontros), a grande parte de vocês que contribuíram, até mesmo sem ter efetivo conhecimento disso, para que este trabalho fosse realizado e, especialmente, para que esse momento se tornasse realidade.

Minha gratidão a Deus, pelo dom da vida, pelas oportunidades ao longo de minha trajetória, por me proteger de tudo, em especial daquilo que eu não posso ver, e por me dar forças para superar as dificuldades e os desafios diários. Agradeço aos meus familiares, que são a minha base e estão sempre ao meu lado, mesmo morando longe há tanto tempo, estamos sempre próximos. Aos meus amigos, por todo suporte, inclusive emocional, de sempre. Pelas torcidas, palavras de carinho, os conselhos, as repreensões, os momentos para descontrair, por tudo, minha gratidão.

Sou grato a minha orientadora, professora doutora Carolina Andion, por todas as contribuições durante toda a jornada deste ciclo. Ratifico o que sempre falo: “você é uma grande inspiração para todos que tem a felicidade de conviver contigo”. Obrigado por tudo ao longo dessa trajetória, que foi única, especial e muito feliz. Gratidão por todas as experiências, por todo apoio e por todas as oportunidades que tive sob sua orientação, especialmente junto ao Núcleo de Inovação Social na Esfera Pública (NISP) e no Observatório de Inovação Social de Florianópolis (OBISF).

Gratidão aos membros participantes das bancas de avaliação (qualificação e defesa), Professores/as Doutores/as Elói Martins Senhoras, Airton Cardoso Cançado, Graziela Dias Alperstedt, Clerilei Aparecida Bier, Edonilce da Rocha Barros e Jeová Torres Silva Júnior. Gratidão por vocês aceitarem fazer parte desse processo, pelas falas e pelas contribuições apresentadas, não só quando da qualificação da proposta de tese, mas quando da realização de sua defesa. Saibam que cada um, com o seu olhar e sua contribuição sobre este estudo, foi muito importante para que a tese tivesse o teor que aqui se apresenta, ciente das limitações e das, sempre, possibilidades de melhorias que sempre fazem parte desse processo.

Minha gratidão aos professores do Programa, em especial as professoras Simone Ghisi Feuerschütte e Graziela Dias Alperstedt, que inclusive participaram da banca de avaliação quando de minha seleção para admissão no programa, em 2019. Obrigado por tudo ao longo deste ciclo. Vocês não sabem o quanto receber uma palavra de carinho, de apoio e um abraço, quando isso foi possível, devido à pandemia, foi especial, importante, significativo e me encheu de energia para seguir em frente, mesmo com as perdas e as dificuldades que surgiram durante a jornada.

Gratidão imensa a toda equipe gestora do Programa, desde o meu ingresso, em especial as meninas da Secretaria (Carol, Tati, Carla, Marina e Liz – *in memoriam*), que foram super importantes nesse processo e, por isso, eu sou muito grato por todo apoio que vocês me deram. Sem dúvida alguma vocês são essenciais para o programa e corresponsáveis por todo o sucesso que ele possui. Muito obrigado.

Aos meus colegas do doutorado pela convivência e pela parceria, minha gratidão. Que alegria ter feito parte dessa trajetória com vocês e, especialmente, que bom que tivemos a oportunidade de conviver pessoalmente, ainda que por apenas um semestre, já que logo no segundo período do curso, fomos assolados (assim como o mundo todo) com a pandemia de Covid-19. Eu guardo na memória e no coração momentos muito especiais que tivemos juntos e, especificamente, com cada um de vocês. Sejam muito felizes, queridos/as, e muito obrigado por tornarem meu percurso mais prazeroso e feliz.

Minha gratidão aos colegas do grupo de pesquisa NISP e do OBISF. Foram tantos encontros ao longo da jornada que eu só tenho a agradecer a todos que, de alguma forma, me ensinaram algo ou tornaram a minha trajetória mais leve, prazerosa e feliz. Sou grato porque, sem dúvida, cada um de vocês, das formas mais diversificadas possíveis, teve uma participação importante nesse processo.

Aos vários (re)encontros ao longo da realização do trabalho de campo, eu também sou eternamente grato. Gratidão a todos/as por abrirem os espaços para a realização deste estudo, bem como pela disponibilidade em me receber sempre de braços e de portas abertas. Sem vocês este trabalho não seria possível e eu serei eternamente grato por cada apoio, por cada diálogo, por cada material disponibilizado, por tudo que vocês fizeram, dentro das possibilidades, para que eu tivesse condições de desenvolver este estudo. Muito obrigado.

Agradeço a todos/as que fazem a Coopercinco, cooperativa que me acolheu e abriu as portas para que o trabalho de campo fosse realizado, assim como a Comunidade Indígena dos Três Corações e todos/as que a compõem, em especial àqueles com quem tive contato direto ao longo do estudo realizado. Vocês foram e são essenciais nessa minha trajetória e eu serei

eternamente grato, não só pelo que está sendo materializado em termos de pesquisa desenvolvida, mas, também, e principalmente, pelos vários atravessamentos que tive durante o percurso, pois com vocês eu pude me (re)descobrir continuamente como pesquisador, mas também como pessoa.

Gratidão à minha psicóloga que foi, sem dúvida, essencial neste processo, especialmente nessa reta final, na qual a linha de chegada para conclusão do percurso parecia não chegar. Assim, saiba que você foi uma peça fundamental para este trabalho e, também por isso, lembrei sempre, com muito carinho, das nossas conversas tão significativas e importantes.

Por fim, mais não menos importante, agradeço ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR), especialmente ao *Campus Boa Vista Zona Oeste* (CBVZO), no qual estou lotado atualmente, pela concessão do afastamento integral para cursar o doutorado, sem o qual realizar essa qualificação não seria possível. Muito obrigado!

RESUMO

O cooperativismo é hoje um fenômeno global, um movimento que vai além de um setor produtivo e que continua se expandindo ano após ano em todo mundo. As organizações que fazem parte do movimento cooperativista se norteiam por meio de sete princípios que, ao longo da trajetória do cooperativismo mundial, passaram por reformulações, sendo o último a ser incorporado aquele denominado de “interesse pela comunidade”. Apesar de ser o mais recente, destacamos que, pela essência do movimento, ele já está (ou, pelo menos, deveria estar) incorporado nas práticas que são desenvolvidas pelas cooperativas, tendo em vista o seu papel, especialmente aquelas relacionadas à economia social e solidária. Mas será que isso se evidencia empiricamente? Quais desafios e particularidades da aplicação do 7º princípio junto ao cooperativismo popular no Brasil e em particular nas zonas rurais do Norte do país? Diante dessas questões, esta tese tem por objetivo geral compreender como o sétimo princípio do cooperativismo se expressa nas práticas de cooperativas populares da agricultura familiar do estado de Roraima. Para tanto, consideramos o princípio do interesse pela comunidade não no singular, mas no plural (interesses), pois consideramos que as preocupações das cooperativas com as comunidades são múltiplas e podem ser expressas de variadas formas, bem como são múltiplas as comunidades e os grupos de *stakeholders* que interagem com as cooperativas e aos quais essas influenciam. Propomos uma pesquisa com abordagem qualitativa, adotando o estudo de caso múltiplo - considerando duas experiências cooperativistas agropecuárias que ilustram a realidade do estado e da região: uma cooperativa formal, vinculada à OCB – Coopercinco –, e um grupo de produtores agropecuários da comunidade indígena dos Três Corações, em Amajari/RR. A partir de uma postura etnográfica, adotamos como técnicas de coleta de dados a pesquisa documental, a observação sistemática e participante e entrevistas semi-estruturadas em profundidade. Realizamos a triangulação dos dados numa análise descritiva e interpretativa pragmatista considerando o *framework* analítico inspirado nas dimensões propostas por Andion, Serva e Lévesque (2006) referentes ao desenvolvimento territorial sustentável e o aporte teórico referente ao sétimo princípio do cooperativismo. O estudo permitiu verificar que o cooperativismo agropecuário do estado de Roraima se encontra em processo de consolidação, tendo o cooperativismo popular como principal impulsionador, seja na formalidade (por meio de cooperativas vinculadas a OCB) ou na informalidade, por meio de associações e de grupos informais relacionados a diversas áreas de produção agropecuária, que se constituem e se fortalecem partindo de princípios como a solidariedade, a democracia e a inserção comunitária. Nesse sentido, pode-se afirmar que o cooperativismo agropecuário no estado de Roraima é popular, se expressando de maneira formal e principalmente informal. A análise dos casos revela a importância do cooperativismo para agricultura familiar no estado, denotando formas distintas de prática do 7º princípio. Enquanto na Coopercinco o empreendimento atua como uma ponte entre os cooperados e o mercado institucional, dando lugar as dinâmicas de concentração de poder e corporativismo, no grupo de produtores indígenas prevalece uma autoinstitucionalização que favorece a mobilização e o engajamento dos membros e suas interações se refletindo nas dimensões econômica, sociopolítica e ecológica analisadas. Assim, o caso do coletivo indígena nos remete a um 7º princípio vivo, ancorado nas práticas cotidianas, enquanto na Coopercinco o 7º princípio se aproxima de uma lógica de responsabilidade social que pouco se expressa na realidade da cooperativa. Conclui-se, ainda, que o cooperativismo agropecuário no estado de Roraima encontra-se em processo de consolidação, tendo o cooperativismo popular como principal força dentro desse ramo, seja na formalidade (cooperativas vinculadas a OCB) ou na informalidade, por meio de associações e de grupos informais relacionados a diversas áreas de produção agropecuária, que se constituem e se fortalecem partindo de princípios como a solidariedade, a democracia e a inserção comunitária. Este estudo permite explorar a

importância de compreender o cooperativismo e seus princípios não apenas de uma maneira formal, mas atrelado a experiências e realidades concretas e seus efeitos. Assim, embora o cooperativismo e seus princípios tenham suas origens no Ocidente e na modernidade, percebemos, a partir desse estudo, que os povos originários já o praticam muito antes disso, tendo muito a nos ensinar sobre eles.

Palavras-chave: Cooperativismo; Desenvolvimento Territorial Sustentável; Interesse pela Comunidade; Economia Social e Solidária, Sustentabilidade.

ABSTRACT

Cooperativism is now a global phenomenon, a movement that goes beyond a single productive sector and continues to expand year after year throughout the world. The organizations that are part of the cooperative movement are guided by seven principles that have undergone reformulations throughout the history of global cooperativism, with the most recent to be incorporated being that called "interest in the community". Despite being the most recent, we emphasize that, given the essence of the movement, it is already (or at least should be) incorporated into the practices developed by cooperatives, given their role, especially those related to the social and solidarity economy. But is this empirically evident? What are the challenges and particularities of applying the 7th principle to popular cooperativism in Brazil, and particularly in the rural areas of the North of the country? Given these questions, this thesis has the general objective of understanding how the seventh principle of cooperativism is expressed in the practices of popular cooperatives in family farming in the state of Roraima. To this end, we consider the principle of interest in the community not in the singular, but in the plural (interests), since we believe that cooperatives' concerns with communities are multiple and can be expressed in different ways, as well as the communities and stakeholder groups that interact with cooperatives and which they influence. We propose a qualitative research approach, adopting a multiple case study - considering two agricultural cooperative experiences that illustrate the reality of the state and the region: a formal cooperative, linked to the OCB – Coopercinco –, and a group of agricultural producers from the indigenous community of Três Corações, in Amajari/RR. From an ethnographic perspective, we adopted documentary research, systematic and participant observation and in-depth semi-structured interviews as data collection techniques. We triangulated the data in a descriptive and interpretative pragmatic analysis, considering the analytical framework inspired by the dimensions proposed by Andion, Serva and Lévesque (2006) regarding sustainable territorial development and the theoretical contribution regarding the seventh principle of cooperativism. The study allowed us to verify that agricultural cooperativism in the state of Roraima is in the process of consolidation, with popular cooperativism as the main driver, whether formally (through cooperatives linked to OCB) or informally, through associations and informal groups related to various areas of agricultural production, which are constituted and strengthened based on principles such as solidarity, democracy and community inclusion. In this sense, it can be stated that agricultural cooperativism in the state of Roraima is popular, expressing itself in a formal and mainly informal manner. The analysis of the cases reveals the importance of cooperativism for family farming in the state, denoting distinct forms of practicing the 7th principle. While at Coopercinco the enterprise acts as a bridge between the cooperative members and the institutional market, giving rise to dynamics of power concentration and corporatism, in the group of indigenous producers a self-institutionalization prevails that favors the mobilization and engagement of members and their interactions, which are reflected in the economic, sociopolitical and ecological dimensions analyzed. Thus, the case of the indigenous collective refers us to a living 7th principle, anchored in daily practices, while at Coopercinco the 7th principle approaches a logic of social responsibility that is barely expressed in the reality of the cooperative. It is also concluded that agricultural cooperatives in the state of Roraima are in a process of consolidation, with popular cooperativism as the main force within this sector, whether formally (cooperatives linked to OCB) or informally, through associations and informal groups related to various areas of agricultural production, which are constituted and strengthened based on principles such as solidarity, democracy and community inclusion. This study allows us to explore the importance of understanding cooperativism and its principles not only in a formal way, but also in connection with concrete experiences and

realities and their effects. Thus, although cooperativism and its principles have their origins in the West and in modern times, we can see from this study that indigenous peoples have been practicing it long before that, and have much to teach us about them.

Keywords: Cooperativism; Sustainable Territorial Development; Interest in the Community; Social and Solidarity Economy, Sustainability.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Cooperativas, Cooperados e Empregados por Ramo do Cooperativismo.....	53
Tabela 2. Número de Cooperativas por Região e Estado com destaque por Região.....	54
Tabela 3. População e Área Territorial dos Municípios de Roraima.....	113
Tabela 4. Número de Cooperativas, Cooperados e Empregados em Roraima por Ramo..	120
Tabela 5. Associações Agropecuárias em Roraima.....	124
Tabela 6. Rota por Modalidade, Número de Escolas e de Alunos Atendidos.....	147
Tabela 7. Síntese da Revisão Sistemática.....	213
Tabela 8. Preço de Saída dos Programas dos quais a Coopercinco faz parte em 2023.....	241

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Desenvolvimento e suas dimensões.....	31
Figura 2. Síntese das Dimensões de Análise das Práticas Cooperativistas frente ao Sétimo Princípio do Cooperativismo.....	107
Figura 3. Fluxograma das entregas realizadas pelos cooperados.....	136
Figura 4. Síntese das Dimensões de Análise das Práticas Cooperativistas na Coopercinco.....	150
Figura 5. Síntese das Dimensões de Análise das Práticas Cooperativistas na comunidade indígena, com foco no grupo de produtores.....	161
Figura 6. Segmentação do Grupo de Produtores de acordo com os produtos.....	166
Figura 7. Mapeamento das Escolas Indígenas / Rurais atendidas pelo PNAE Município.....	244

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Definições dos Princípios Cooperativistas.....	45
Quadro 2. Atualização dos Princípios Cooperativistas.....	47
Quadro 3. Valores do Cooperativismo.....	57
Quadro 4. Escolas relacionadas ao conceito de desenvolvimento no território.....	69
Quadro 5. Síntese comparativa das abordagens de desenvolvimento.....	75
Quadro 6. Dimensões para Análise das Dinâmicas de Desenvolvimento Territorial Sustentável à luz da Economia Plural.....	77
Quadro 7. Percurso do autor nos estudos pragmatistas durante o doutorado.....	88
Quadro 8. Síntese dos pressupostos epistemológicos.....	92
Quadro 9. Síntese do Percurso Metodológico.....	108
Quadro 10. Cooperativas Agropecuárias vinculadas à OCB/RR.....	122
Quadro 11. Objetivos da Coopercinco.....	139
Quadro 12. Semelhanças e diferenças das práticas cooperativistas da Coopercinco e do Grupo de Produtores Agropecuários à luz das dimensões analíticas consideradas no estudo.....	181
Quadro 13. Artigos, Dissertações e Teses – Revisão Sistemática.....	218
Quadro 14. Entrevistados/as participantes do estudo.....	229
Quadro 15. Associações Agropecuárias (ativas e inativas) de Roraima.....	230
Quadro 16. Escolas Indígenas / Rurais atendidas pelo PNAE Município.....	245

LISTA DE IMAGENS

Imagen 1. Diagrama da Reorganização dos Ramos do Cooperativismo.....	48
Imagen 2. Divulgação de palestra de abertura do II MPC/RR.....	101
Imagen 3. Palestra de abertura do II MPC/RR – Joenia Wapichana.....	101
Imagen 4. Municípios de Roraima antes de sua Federalização.....	111
Imagen 5. Roraima – Localização Geográfica.....	112
Imagen 6. Roraima – Vegetação.....	114
Imagen 7. Mapa do estado de Roraima.....	114
Imagen 8. Cartografia do Projeto de Assentamento Nova Amazônia (PANA).....	118
Imagen 9. Divulgação da AgroBV.....	128
Imagen 10. Acesso à Vicinal do Polo II – PA Nova Amazônia.....	132
Imagen 11. Estrada que liga Boa Vista ao município de Amajari.....	132
Imagen 12. Produtos ofertados por um dos produtores em feira livre na capital.....	134
Imagen 13. Localização da Coopercinco.....	141
Imagen 14. Um dos pontos para recebimento dos produtos dos cooperados.....	142
Imagen 15. Abatedouro de frangos da Coopercinco.....	145
Imagen 16. Placa indicando a fronteira entre Boa Vista e Amajari (entrada do município).....	155
Imagen 17. Terras Indígenas em Roraima e Terra Indígena Araçá.....	155
Imagen 18. Placa indicando a entrada do município de Amajari.....	156
Imagen 19. Maloca construída com cobertura de palha de buriti.....	157
Imagen 20. Maloca da comunidade construída com cobertura de palha de buriti.....	158
Imagen 21. Lateral da Escola Estadual Indígena Santa Luzia.....	158
Imagen 22. Frente da Escola Municipal Indígena Princesa Isabel.....	159
Imagen 23. Produtos levados para serem comercializados em Boa Vista/RR.....	162
Imagen 24. Estabelecimento da comunidade em pleno horário comercial.....	163
Imagen 25. Momento referente aos Seminários Avançados de Pragmatismo.....	221

LISTA DE APÊNDICES

APÊNDICE A. Revisão Sistemática e Bibliográfica.....	213
APÊNDICE B. Detalhamento da Revisão Sistemática.....	215
APÊNDICE C. Artigos, Dissertações e Teses – Revisão Sistemática.....	218
APÊNDICE D. Conteúdo Programático da Formação sobre Pragmatismo: Seminários Avançados de Pragmatismo, um percurso formativo sobre pragmatismo nas Ciências Sociais e em Administração.....	221
APÊNDICE E. Roteiro das Entrevistas.....	223
APÊNDICE F. Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).....	226
APÊNDICE G. Relação dos/as Entrevistados/as.....	229
APÊNDICE H. Relação das Associações Agropecuárias (ativas e inativas) de Roraima.....	230
APÊNDICE I. Formulário de Demandas dos/as Cooperados/as.....	240
APÊNDICE J. Preços de Saída, praticados em 2023, dos Programas dos quais a Coopercinco faz parte.....	241
APÊNDICE K. Exemplo de Rota da Coopercinco para o PNAE Município e Relação de Escolas Indígenas / Rurais atendidas pelo Programa.....	244

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACI	Aliança Cooperativa Internacional
ACNUR	Alto-comissariado das Nações Unidas para os Refugiados
AGROBV	Feira da Agricultura de Roraima
ANPAD	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração
AR6	Sexto Relatório de Avaliação
BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
BCD	Bancos Comunitários de Desenvolvimento
BEC	Batalhão de Engenharia e Construção
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAJ	Colégio Agrícola de Jundiaí
CAM	<i>Campus Amajari</i>
CBV	<i>Campus Boa Vista</i>
CBVZO	<i>Campus Boa Vista Zona Oeste</i>
CDT	Centro de Difusão Tecnológica
CEASA/BV	Central de Abastecimento de Boa Vista
CF	Constituição Federal
CNP	<i>Campus Novo Paraíso</i>
CIMI	Conselho Indigenista Missionário
CIR	Conselho Indígena de Roraima
CIRIEC	Centro de Investigação e Pesquisa em Economia Pública e Social
CMMAD	Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
DTS	Desenvolvimento Territorial Sustentável
DAP	Declaração de Aptidão ao PRONAF
EAGRO	Escola Agrotécnica de Roraima
EAJ	Escola Agrícola de Jundiaí
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
ESAG	Centro de Ciências de Administração e Socioeconômicas
ESS	Economia Social e Solidária
FOLHA BV	Folha de Boa Vista
FUNAI	Fundação Nacional dos Povos Indígenas
IATER	Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural de Roraima
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços
IFRR	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPCC	Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas
JUCERR	Junta Comercial de Roraima
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MPC/RR	Ministério Público de Contas de Roraima
NISP	Núcleo de Inovações Sociais na Esfera Pública
OBISF	Observatório de Inovação Social de Florianópolis
OCB	Organização das Cooperativas Brasileiras
OCB/RR	Organização das Cooperativas Brasileiras/Roraima
OCEPAR	Organização das Cooperativas do Estado do Paraná
ODS	Objetivos do Desenvolvimento Sustentável
ONU	Organização das Nações Unidas

ORD	Núcleo Organizações, Racionalidade e Desenvolvimento
PAA/RR	Programa Estadual de Aquisição de Alimentos/Roraima
PANA	Projeto de Assentamento Nova Amazônia
PMBV	Prefeitura Municipal de Boa Vista
PMDA	Plano Municipal de Desenvolvimento do Agronegócio
PME	Pequenas e Médias Empresas
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PNRA	Programa Nacional de Reforma Agrária
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
RECA-BV	Rede de Economia Circular e Agroecologia de Boa Vista
SEAD	Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário
SEADI	Secretaria de Estado da Agricultura, Desenvolvimento e Inovação
SEAPA	Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
SEED/RR	Secretaria de Estado da Educação e Desportos de Roraima
SIAL	Sistemas Agroalimentares Localizados
SIE	Selo de Inspeção Estadual
SM	Salário Mínimo
SMAAI	Secretaria Municipal de Agricultura e Assuntos Indígenas
SMEC	Secretaria Municipal de Educação e Cultura
SPL	Sistemas Produtivos Locais
SPU	Superintendência do Patrimônio da União
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UBS	Unidade Básica de Saúde
UDESC	Universidade do Estado de Santa Catarina
UEL	Universidade Estadual de Londrina
UEM	Universidade Estadual de Maringá
UERN	Universidade do Estado do Rio Grande do Norte
UFERSA	Universidade Federal Rural do Semi-Árido
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UFRR	Universidade Federal de Roraima
UFT	Universidade Federal de Tocantins
UNICAFES	União Nacional das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária
UVV	Universidade de Vila Velha

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	22
1.1. PRÓLOGO.....	22
1.2. DEFININDO A TEMÁTICA E O PROBLEMA DE PESQUISA.....	26
1.2.1. Aproximação da Temática.....	26
1.2.2. Problematização.....	29
1.3. OBJETIVOS.....	33
1.3.1. Objetivo Geral.....	33
1.3.2. Objetivos Específicos.....	33
1.4. JUSTIFICATIVA E RELEVÂNCIA TEÓRICO EMPÍRICA.....	33
1.4.1. Justificativa Científica.....	34
1.4.2. Justificativa Prática.....	39
1.5. ESTRUTURAÇÃO DA TESE.....	41
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E ABORDAGENS ANALÍTICAS.....	43
2.1. COOPERATIVISMO: DELIMITAÇÃO, CARACTERÍSTICAS E PRINCÍPIOS.....	43
2.2. COOPERATIVISMO NO MUNDO E NO BRASIL.....	49
2.3. COOPERATIVISMO POPULAR: PRESERVANDO PRINCÍPIOS E INDO ALÉM DA DIMENSÃO ECONÔMICA.....	56
2.4. DO COOPERATIVISMO À ECONOMIA SOCIAL E SOLIDÁRIA (ESS): OLHAR PARA O COOPERATIVISMO POPULAR.....	59
2.5. INTERESSE (S) PELA (S) COMUNIDADE (S): DE PRINCÍPIO À EFETIVAÇÃO NAS PRÁTICAS COOPERATIVISTAS EM DIÁLOGO COM O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL (DTS).....	65
2.6. COOPERATIVISMO POPULAR E AGRICULTURA FAMILIAR: BREVE PANORAMA NA REGIÃO NORTE E NO ESTADO DE RORAIMA.	78
3. PRESSUPOSTOS EPISTEMOLÓGICOS, PERCURSO METODOLÓGICO, DESENHO E ETAPAS DA PESQUISA.....	86
3.1. PRESSUPOSTOS EPISTEMOLÓGICOS: ASPECTOS GERAIS E A OPÇÃO PELO PRAGMATISMO COMO LENTE DE PESQUISA.....	86
3.2. DESENHO DA PESQUISA E PERCURSO METODOLÓGICO.....	92

3.2.1. Desenho da pesquisa.....	92
3.2.2. Percurso metodológico: da pesquisa etnográfica aos procedimentos de coleta e análise dos dados.....	96
a) Apropriação do campo teórico e definição da problemática.....	96
b) Construção do panorama do cooperativismo agropecuário em Roraima e definição das experiências cooperativistas acompanhadas no estudo.....	98
c) Acompanhamento das experiências: o trabalho de campo.....	101
d) Análise dos dados e apresentação dos resultados.....	106
4. COOPERATIVISMO AGROPECUÁRIO NO ESTADO DE RORAIMA: CARACTERÍSTICAS, TRAJETÓRIAS E DESAFIOS.....	109
4.1. CARACTERIZANDO O COOPERATIVISMO AGROPECUÁRIO NO ESTADO DE RORAIMA.....	109
4.1.1. Aspectos Gerais de um Estado em desenvolvimento.....	110
4.1.2. Cooperativismo Agropecuário em Roraima: características, trajetórias e desafios.....	116
a) Processos de cooperação agropecuária em Roraima: formalidade e informalidade em consolidação.....	119
4.1.3. Considerações finais: desafios comuns do cooperativismo agropecuário em Roraima.....	126
5. COOPERATIVISMO POPULAR NO ESTADO DE RORAIMA À LUZ DAS EXPERIÊNCIAS ACOMPANHADAS NO ESTUDO.....	138
5.1. COOPERATIVA AGROPECUÁRIA DOS CINCO PÓLOS (COOPERCINCO).....	138
5.1.1. Origem, Funcionamento e Trajetória da Coopercinco.....	138
5.1.2. Os Interesses pelas Comunidades na Coopercinco.....	150
5.2. GRUPO DE PRODUTORES AGROPECUÁRIOS INDÍGENAS NA COMUNIDADE INDÍGENA DOS TRÊS CORAÇÕES.....	154
5.2.1. Origem, Funcionamento e Trajetória da Comunidade Indígena dos Três Corações.....	154
5.2.2. Os Interesses pelas Comunidades na Comunidade Indígena dos Três	

Corações.....	161
6. SÉTIMO PRINCÍPIO DO COOPERATIVISMO NO ESTADO DE RORAIMA: POSSIBILIDADES E DESAFIOS DE SUA PRÁTICA NO RAMO AGROPECUÁRIO.....	176
6.1. POSSIBILIDADES E DESAFIOS DA PRÁTICA DO SÉTIMO PRINCÍPIO DO COOPERATIVISMO NO ESTADO DE RORAIMA À LUZ DE DUAS EXPERIÊNCIAS ACOMPANHADAS.....	176
6.2. SEMELHANÇAS E DIFERENÇAS DA PRÁTICA DO SÉTIMO PRINCÍPIO DO COOPERATIVISMO NO ESTADO DE RORAIMA À LUZ DE DUAS EXPERIÊNCIAS ACOMPANHADAS.....	181
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	185
REFERÊNCIAS.....	191
APÊNDICES.....	213

1. INTRODUÇÃO

Esta tese foi desenvolvida junto ao programa de pós-graduação acadêmico em administração (PPGA) do Centro de Ciências da Administração e Socioeconômicas (ESAG), da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), junto ao Núcleo de Inovações Sociais na Esfera Pública (NISP). O trabalho se insere em duas linhas de pesquisa do NISP relacionando os temas da inovação social e da economia social e solidária com as discussões sobre territórios rurais e desenvolvimento sustentável. Nesse sentido, se soma a outros trabalhos que foram desenvolvidos por pesquisadores do NISP nessas linhas, com foco em experiências da agricultura familiar no Brasil e nos quais essa tese se inspira, tais como Xavier (2013), Ribeiro, Andion e Burigo (2014), Ribeiro e Andion (2014), Knabben (2018) e Santo (2021).

Particularmente, o foco da tese é compreender como o sétimo princípio do cooperativismo se expressa nas práticas de cooperativas populares da agricultura familiar do estado de Roraima. Nesta seção inicial, apresentamos o quadro geral da tese. Iniciamos com um prólogo que retrata o percurso do pesquisador antes da realização da tese, pontuando, dentre outros aspectos, o caminho até o doutorado na ESAG/UDESC e, especificamente, a sua inserção na região onde o estudo foi desenvolvido, bem como considerações acerca da definição pela temática e problemática aqui abordadas. Assim, por se tratar de um prólogo, diferentemente de como abordaremos ao longo da tese, onde será utilizada a primeira pessoa do plural¹, aqui será utilizada a primeira pessoa do singular.

Em seguida adentramos a discussão sobre a temática e a problemática de pesquisa, seus objetivos e suas justificativas. Para finalizar apresentamos a estrutura da tese e seus diferentes capítulos.

1.1. PRÓLOGO

Desenvolver estudos na área do cooperativismo sempre foi, a partir de 2015, para ser bem específico, um desejo meu, impulsionado, inicialmente, pelo vasto campo de pesquisa que a Região Amazônica representa, especificamente no Estado de Roraima, no qual atuo hoje como professor de administração no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia

¹ Reconhecendo a importância da minha orientadora no desenvolvimento desta tese, assim como, à luz da epistemologia pragmatista adotada, destacando o papel dos atores no processo (DEWEY, 1974). Ademais, como pontua Cefai (2010), reconhecemos que o pesquisador é apenas um ator entre os atores dessa construção.

de Roraima (IFRR). Assim, chegar a Roraima, um estado relativamente novo, e ver o seu crescimento a cada ano, mesmo representando, por exemplo, o estado que possui a menor densidade demográfica do país e, ainda que de forma não tão expressiva, acompanhar o crescimento do movimento cooperativista², sobretudo quando da participação em um curso de especialização na área, cujo foco era capacitar pessoas vinculadas ao cooperativismo, o que me motivou ainda mais a desenvolver a pesquisa foco desta tese.

Nesse sentido, pretendo, com a realização desta tese, compreender de perto a dinâmica do cooperativismo no estado de Roraima, focalizando no sétimo princípio do movimento cooperativista, ou seja, o interesse pela comunidade. Trata-se de identificar e compreender se e como esse sétimo princípio é praticado nos empreendimentos cooperativos agropecuários do estado de Roraima e quais os efeitos disso sobre as dinâmicas de desenvolvimento nas comunidades em que atuam. Além disso, na busca por essa compreensão, pretendo refletir acerca do (s) interesse (s) pela (s) comunidade (s), no sentido de identificar e analisar que interesse (s) é (são) esse (s) e como ele (s) se expressa (m), ainda que de forma velada quando das práticas desenvolvidas pelos empreendimentos.

Adicionalmente a essas pretensões, ou imerso nelas, cabe mencionar que paralelamente ao debate acerca do movimento cooperativista, as discussões acerca do Cooperativismo Popular, no qual se considera as organizações e os coletivos que estão mais enraizados na comunidade, bem como os diálogos sobre o Desenvolvimento Rural e as abordagens da “Economia Social e Solidária (ESS)” e do “Desenvolvimento Territorial Sustentável (DTS)” também foram discutidas nesta tese.

É importante destacar que o meu primeiro contato com o cooperativismo, ainda no período da adolescência, em uma cidade (chamada Macaíba) próxima à minha cidade natal que, com perdão da redundância, é Natal, no Rio Grande do Norte, se deu na época do ensino médio, quando tive a oportunidade de morar em um colégio agrícola³, em regime de internato, e realizar o curso técnico em agropecuária integrado ao ensino médio. Ali confesso que, apesar de achar a temática interessante, nunca me imaginei realizando um estudo voltado para o cooperativismo, até porque naquela idade talvez alguns percursos ainda não estivessem muito claros.

² O que não quer dizer, ou represente, necessariamente o desenvolvimento do movimento em Roraima, como veremos mais adiante.

³ Estudei, a partir de 2002, no Colégio Agrícola de Jundiaí (CAJ), vinculado à Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). A partir de 2003, o CAJ passou a se chamar Escola Agrícola de Jundiaí (EAJ). Vide: <https://eaj.ufrn.br/>

Fato é que aquele contato inicial com o cooperativismo, com o passar do tempo, foi se aprofundando na graduação, pois tive a oportunidade de cursar agronomia e, paralelamente, cursar administração – naquela época era possível ter matrícula em duas universidades públicas –, cursos estes que se complementam quando se pensa no movimento cooperativista, especificamente no ramo agropecuário. Assim, tanto na Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA), quanto na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), onde cursei, respectivamente, agronomia e administração, ambas na cidade de Mossoró/RN, a temática do cooperativismo esteve novamente presente, agora de maneira mais clara e aprofundada.

No mestrado e no doutorado, ambos em agronomia, respectivamente, na Universidade Estadual de Maringá (UEM) e na Universidade Estadual de Londrina (UEL), a temática em questão esteve um pouco latente, mas ainda se fazia presente, por meio, por exemplo, da realização de disciplinas que perpassavam pela temática, inclusive quando da realização de práticas e de visitas técnicas em cooperativas. Porém, apenas em 2015, três anos após passar a morar no estado de Roraima, devido a minha aprovação em concurso público no IFRR, à época para atuar no *Campus Amajari*, tive a oportunidade de novamente me inserir na temática do cooperativismo.

Essa nova inserção no cooperativismo se deu porque acabei fazendo uma especialização, denominada MBA em Gestão de Cooperativas, que, embora tivesse vagas para que pessoas da comunidade pudessem participar da turma, era direcionada para pessoas que estivessem vinculadas a alguma cooperativa do estado, independentemente do ramo de atuação, pois o foco do curso, de forma geral, era contribuir para a formação dos cooperados, de maneira que tais conhecimentos pudessem ser levados e implementados nas suas respectivas cooperativas, inclusive repassando tais conhecimentos.

O curso em questão teve a duração de um ano e meio e, ao longo de sua realização, foi possível conhecer diferentes pessoas do movimento cooperativista do estado de Roraima, embora, na oportunidade, basicamente pessoas pertencentes às cooperativas formais, consideradas tradicionais, vinculadas, portanto, à Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB). No final do curso, os alunos que conseguiram integralizá-lo, após a realização de todas as disciplinas previstas no currículo, assim como do trabalho de conclusão de curso, realizaram uma viagem, financiada pela OCB, para o sul do país, especificamente, para o Estado do Paraná, com o objetivo de conhecer as experiências de algumas cooperativas do referido Estado.

Na oportunidade, foram visitadas, por exemplo, as cidades paranaenses de Cascavel e de Guarapuava, e cooperativas definidas previamente no roteiro das visitas. Em cada visita, os representantes das cooperativas relatavam as experiências até o momento em que elas se encontravam. Durante e após a realização das visitas técnicas junto às cooperativas, era nítido perceber na expressão dos colegas, e me incluo aqui neste momento, o impacto e a admiração por tudo que era visto e experienciado e, para os que faziam parte de cooperativas em Roraima, o que representava a grande maioria dos que estavam na caravana, um desejo de, com o passar dos anos, estarem em um patamar similar ao observado atentamente a cada visita realizada.

Finalizado o curso, precisamente quatro anos após o seu término, decidi fazer outro doutorado. Na verdade, a decisão propriamente dita surgiu quando tomei conhecimento do edital de seleção para alunos regulares do Programa de Pós-Graduação em Administração da ESAG/UDESC, especificamente para as turmas de 2019. Adicionalmente a ter tomado conhecimento acerca desse processo, já tinha em mente o desejo, também com sentimento de necessidade, de fazer um doutorado em administração, uma vez que, por interesse da gestão do IFRR, instituição a qual sou/estou vinculado, fui removido do meu *Campus* de origem (chamado Amajari – CAM), quando da minha aprovação em concurso público realizado em 2011, para um dos *Campi* da capital do estado, Boa Vista, chamado *Campus* Boa Vista Zona Oeste (CBVZO). Naquele *Campus*, eu atuava nos cursos especificamente voltados para a área agrária (técnico em agricultura e técnico em agropecuária). Neste, passei a atuar nos cursos voltados para a área de gestão (técnico em serviços públicos e técnico em comércio).

Mais tarde, durante o processo de seleção no doutorado, a temática geral proposta, considerando a experiência vivenciada no MBA em Gestão de Cooperativas e também a possibilidade de aderência de tal tema na linha de pesquisa do programa “Administração Pública e Sociedade” e, especificamente, da linha de pesquisa “Inovação Social, Democracia e Desenvolvimento Territorial Sustentável” do grupo de pesquisa da qual faço parte, foi o cooperativismo. Na oportunidade, ingenuamente, a proposta era trabalhar com todas as cooperativas do estado – confesso que aqui eu estava, erroneamente, focado nas cooperativas vinculadas à OCB, portanto, cooperativas ditas formais. Ainda assim, seria uma missão impossível dada as particularidades que o estado de Roraima apresenta como, por exemplo, a sua vasta extensão territorial e a importância do cooperativismo popular no estado.

Essa ingenuidade foi sendo dissipada aos poucos, já no início do doutorado, quando da realização das primeiras disciplinas do curso, sobretudo a disciplina de Epistemologia da Ciência em Administração, ministrada por minha orientadora, professora Carolina Andion,

especificamente quando passei a conhecer e a me encantar pelo pragmatismo, abordagem epistemológica adotada no presente estudo. Assim, na esteira dos estudos que já foram desenvolvidos no âmbito do NISP, espero também, com o desenvolvimento desta tese, contribuir para a consolidação desses estudos que vêm sendo desenvolvidos sob a lente do pragmatismo, bem como para fazer avançar o debate sobre o cooperativismo no Brasil e, mais particularmente, na região Norte e em Roraima.

1.2. DEFININDO A TEMÁTICA E O PROBLEMA DE PESQUISA

Nesta seção, abordamos os aspectos gerais relacionados à temática da tese, buscando pontuar as abordagens centrais que serão tratadas ao longo do desenvolvimento do estudo, assim como apresentamos a problematização, inclusive considerando a revisão teórica realizada e a aproximação com o fenômeno da pesquisa.

1.2.1. Aproximação da Temática

A temática central considerada no estudo é o cooperativismo, que se manifesta hoje como um fenômeno global e pode ser considerado para além de um setor produtivo - que se expande cada vez mais por diferentes atividades, apresentando características e dimensões muito diversas (Namorado, 2009) - enquanto um movimento que se expressa em diversos países e realidades ao redor do mundo. Segundo Jesus e Tiriba (2009), enquanto movimento, o cooperativismo envolve ideologia e se fundamenta em valores éticos e políticos, como a democracia, que estão atrelados à sua definição.

Todo o contexto histórico das cooperativas e, portanto, o surgimento do cooperativismo, é resultado de grandes transformações ocorridas nas diferentes esferas sociais. Essas transformações refletem na reação dos trabalhadores na luta constante por melhores condições sociais e econômicas como, por exemplo, as condições de trabalho, que foram impostas pela evolução maciça do capitalismo (Namorado, 2009).

Assim, as cooperativas passaram a se consolidar como um movimento internacional, sendo que a evolução do cooperativismo foi impulsionada pela Revolução Industrial e, à medida que foi ganhando força, se espalhou por todos os continentes. Dessa forma, passou-se a criar os seus próprios alicerces, por meio de características específicas – por exemplo, a sua doutrina, os seus princípios, os seus valores e a sua legislação – que diferenciam o movimento cooperativista de outros movimentos (Cançado, 2007).

Com a evolução do cooperativismo, a sua força motora passa muitas vezes a ser a performance econômica, a qual passa a ser mais importante que os demais princípios que deram origem ao movimento. Nesse sentido, algumas cooperativas acabaram se tornando verdadeiros conglomerados econômicos, focalizando, sobretudo, no desenvolvimento da cooperativa, em uma perspectiva interna. O sucesso, nesse caso, passa a estar relacionado à performance e ao crescimento econômico, sobretudo considerando o fato de seus cooperados estarem bem, especialmente economicamente falando. Dessa forma, para além de negligenciar os princípios que originaram o movimento, coloca-se o risco de desconsiderar, adicionalmente, outras dimensões que poderiam contribuir para o desenvolvimento não só da cooperativa, internamente, mas também das comunidades nas quais elas estão inseridas e, inclusive, por meio das quais tais empreendimentos se constituíram.

A este formato de cooperativa convencionou-se denominar, na literatura especializada, de cooperativismo tradicional, no qual as cooperativas passaram a ser consideradas como análogas, ou muito semelhantes, as empresas, inserindo-se numa perspectiva capitalista, uma vez que estas estariam focadas essencialmente na dimensão econômica, ainda que os princípios que norteiam o movimento focalizem para além dessa dimensão. No Brasil, o cooperativismo tradicional tem sido importante agente de desenvolvimento do país, com um importante papel no setor agropecuário, porém este difere do chamado “cooperativismo popular” que focalizaremos nessa tese.

Como discute Cançado (2007, p. 45), o cooperativismo popular toma fôlego na década de 1980 do século passado e esse processo está relacionado ao impulsionamento da economia social e solidária (ESS) no país, “diretamente associado à luta contra o desemprego em massa” [...], num contexto de aprofundamento da exclusão social”. A Economia Social e Solidária (ESS), pode ser definida em linhas gerais como, “[...]um conjunto de atividades econômicas submetidas a um agir democrático, no qual as relações sociais de solidariedade primam sobre o interesse individual ou o lucro material” (Laville et al., 2005, p. 253).

Nesse cenário, o cooperativismo popular se coloca muitas vezes como uma forma de organização para inclusão social e econômica de populações tradicionalmente excluídas no país. Assim, o cooperativismo popular está intimamente ligado no Brasil à ESS tendo como particularidade a sua dimensão política e a valorização da promoção da autonomia dos coletivos que empreendem e a autogestão. Nesta tese, partimos dessa compreensão conforme explicitado por Cançado (2007, p. 48):

Entendemos que o cooperativismo popular, como forma de expressão da economia solidária (Moura; Meira, 2002; Singer, 2002, 2003a, 2003c; França Filho; Laville, 2004; Bahia, 2004), possui uma dimensão política, como tratam França Filho (2002) e França Filho e Laville (2004) ao caracterizarem a economia solidária como uma “reatualização histórica” da economia social, representada pelas cooperativas “tradicionais”.

Porém, como também destaca Cançado (2007), é preciso ressaltar que o cooperativismo tradicional e o popular convivem e se relacionam, sendo importante, que estes se apoiem mutuamente, “menos apontando as diferenças e mais percebendo as suas semelhanças” (Cançado, 2007, p. 44), de modo a fortalecer o cooperativismo e concretizar o potencial de transformação da cooperação, promovendo mudanças nas localidades onde atuam (Búrigo, 2007).

Dessa forma, conforme discutem Cançado e Vieira (2013), consideramos nesse estudo que existem múltiplos cooperativismos e que a expressão Cooperativismo Popular, remete a organizações e aos coletivos relacionados a populações tradicionalmente excluídas e que se organizam de modo a obter, a partir da solidariedade e do empreendimento, uma inserção social e econômica.

Essa tese tem então como objetivo compreender como se dão as práticas do 7º princípio cooperativista, “interesse pela comunidade”, junto a cooperativas populares agropecuárias do estado de Roraima. Os princípios cooperativistas tomam por base o estatuto da primeira cooperativa de consumo de Rochdale, que se origina na Inglaterra, em 1844, e que continha nos seus artigos, os primeiros princípios do cooperativismo designados de “regras de ouro” (Meinen; Port, 2014). Os princípios do cooperativismo foram revisitados em 1937, 1966 e 1995, em congressos coordenados pela Aliança Cooperativa Internacional (ACI) e são compostos pelos seguintes diretrizes fundamentais: 1) adesão livre e voluntária; 2) gestão democrática; 3) participação econômica; 4) autonomia e independência; 5) educação, formação e informação; 6) intercooperação e 7) interesse pela comunidade, este último foco deste trabalho.

O 7º princípio está relacionado à preocupação com as comunidades por meio de políticas e programas aprovadas pelos membros. Tal princípio associa-se diretamente ao valor da responsabilidade socioambiental e à busca da promoção do desenvolvimento dos territórios onde atuam numa perspectiva de sustentabilidade. Tal princípio emerge também das críticas relacionadas ao foco que às cooperativas consideradas tradicionais passam a dar a dimensão econômica. Por ser o último princípio incluído em 1995 sua emergência também pretende ressignificar o movimento, pois não bastava considerar o desenvolvimento das cooperativas /

empreendimentos cooperativos como um elemento chave para garantir o seu “êxito”, uma vez que a preocupação com as comunidades onde tais cooperativas atuam também deveria ser considerada como fator de sucesso para a cooperativa, sobretudo pelas mudanças que promovem (podem promover) nessas localidades.

Assim, diante dos desdobramentos que perpassam o debate sobre a prática do sétimo princípio e o surgimento e o desenvolvimento de ramificações do cooperativismo como, por exemplo, o cooperativismo popular fortalecido pela abordagem da economia social e solidária (ESS), colocamos a relevância de desenvolver este estudo com foco no interesse pela comunidade, de forma a identificar e a analisar como este, enquanto princípio universal, se expressa e quais os desafios de colocá-lo em prática nos empreendimentos cooperativos agropecuários populares do estado de Roraima. Diante dessa primeira aproximação apresenta-se na sequência mais detalhadamente a problematização do estudo.

1.2.2. Problemática

O cooperativismo é hoje um movimento global e, desde a primeira experiência cooperativa moderna em Rochdale, Manchester, no final do século XIX, que deu origem ao movimento, se expandiu pelo mundo, tendo como elementos norteadores os seus princípios basilares. Esses princípios, ao longo dos anos, com a necessidade de se adaptar ao tempo e aos diferentes contextos passaram por atualizações, sendo, em 1995, realizada a última atualização, na qual foi incluído, explicitamente, o “Interesse pela comunidade” como sétimo princípio.

Tal atualização, longe de ser apenas protocolar emerge também de debates e reflexões provocadas pelo próprio distanciamento do movimento cooperativista tradicional de seu caráter inovador e de transformação. Se em sua origem o cooperativismo tinha como foco transformar as relações de produção e consumo capitalistas, com o tempo, muitas cooperativas passaram a atuar de forma idêntica as empresas capitalistas, o que não só as fez distanciar-se dos princípios originários do movimento, como também as levou a considerar o sucesso do empreendimento como algo essencialmente interno, remetendo a uma ideia de corporativismo, ou seja, focalizando no próprio empreendimento e nos seus membros, desconsiderando, dessa forma, os desafios e os dilemas das localidades onde atuam / estão inseridas.

Assim, o sétimo princípio ao focalizar a responsabilidade socioambiental do cooperativismo, valoriza o “olhar para fora”, e não apenas o bem estar dos seus membros,

ampliando o escopo de sua atuação e abarcando a preocupação com as comunidades nas quais elas estão inseridas, buscando promover, portanto, por meio de suas práticas, mudanças efetivas nessas localidades.

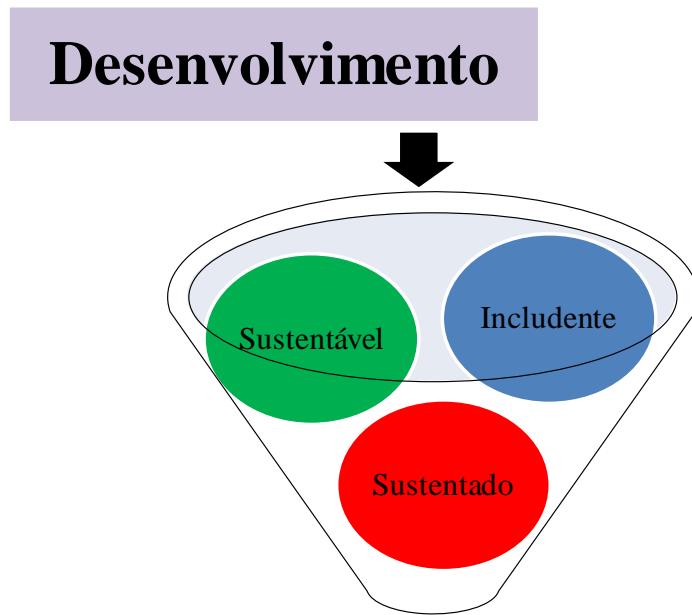
Diante disso, coloca-se o papel central do cooperativismo popular, já que este, como delimitado acima, por suas características e peculiaridades, estaria mais próximo às comunidades e dos ideais da ESS. Essa aproximação com a ESS relaciona-se aos princípios da autogestão, da democracia e da participação que, inclusive, foram (ou podem ser considerados como) inspiração para o surgimento dos debates acerca de um cooperativismo popular no Brasil como discute entre outros Cançado (2007).

Destaca-se que o debate em torno do surgimento da abordagem da ESS é amplo, sobretudo na Europa, e se desdobra do debate em torno da economia social. Esta última, de acordo com Defourny (2009), tem entre os seus princípios a autonomia de gestão e o controle democrático realizado pelos membros. O termo “solidária”, da abordagem ESS, se dá em função de uma preocupação com a ação pública dos empreendimentos, relacionados à dimensão política de sua atuação. Assim, pode-se afirmar que a noção de ESS traz à tona a importância da relação entre o cooperativismo e o desenvolvimento dos territórios em que atuam. De fato, a atuação das cooperativas enquanto empreendimentos que fomentam estilos de desenvolvimento mais justos, solidários e sustentáveis está no cerne do sétimo princípio.

Quando adentramos no debate sobre o desenvolvimento, vemos que tal noção emerge e durante muito tempo se coloca atrelada ao ideal do crescimento econômico (Andion, 2007), sendo o fenômeno em questão constantemente definido como sinônimo de progresso e também de aumento da riqueza (Santo, 2021). Tal perspectiva desconsidera outras dimensões que hoje são consideradas centrais nos processos de desenvolvimento (social, ambiental, política e cultural), que inclusive foram consideradas quando do surgimento do movimento cooperativista. Contrariando essa tese de que o crescimento econômico por si só poderia ser considerado como desenvolvimento, Sachs (2008, p. 14) pontua que o crescimento econômico por si só “[...] não amplia o emprego, não reduz a pobreza e não atenua as desigualdades”; portanto, crescimento econômico não pode ser considerado sinônimo de desenvolvimento.

Para o autor o desenvolvimento deve ser includente, sustentável e sustentado, o que se relaciona diretamente com o interesse pela comunidade conforme entendido neste trabalho, o qual leva em conta uma perspectiva multidimensional do desenvolvimento, conforme expresso na Figura 1 a seguir.

Figura 1. Desenvolvimento e suas dimensões.



Fonte: Elaborado pelo autor com base em Sachs (2008).

Para Sachs (2008), a dimensão includente do desenvolvimento deve ser considerada na contramão do crescimento excludente e concentrador, com foco em promover o fortalecimento da democracia, possibilitando aos cidadãos o acesso aos seus direitos como, por exemplo, ter um trabalho decente e o acesso à educação, o que denota a importância de políticas públicas que visem atenuar as desigualdades sociais. Tal desenvolvimento precisa também ser sustentável, ou seja, promover uma adequada e significativa redistribuição do crescimento econômico, de forma que o processo possa ser retroalimentado, assim como buscando produzir com eficiência, sempre atento à preservação ambiental. Ademais, precisa ser sustentado, no sentido de contribuir com as pessoas, para que cada uma possa ir à busca de sua realização e de sua felicidade.

Considerando a interrelação entre o cooperativismo popular, a ESS, o sétimo princípio e as dinâmicas de desenvolvimento local, busca-se nesta tese compreender a conexão entre essas práticas do “interesse pela comunidade” e as dinâmicas de desenvolvimento em empreendimentos cooperativos do estado de Roraima, no Norte do Brasil. Entende-se que a prática do interesse pela comunidade, embora seja central para as cooperativas já que essas possuem competência para atuarem, de forma sustentável, como agentes de transformação dos territórios onde elas estão inseridas (Schneider, 2015) tal prática é extremamente desafiadora, especialmente em cooperativas populares e em regiões rurais como é o caso da realidade foco deste estudo.

Isso porque como pontuam Cançado *et al.* (2014b) existem muitos entraves para que a preocupação com a comunidade se expresse em ações concretas e quando isso ocorre é comum que sejam promovidas ações de caráter pontual e assistencialista que, embora sejam importantes, não apresentam um planejamento a longo prazo, sendo, portanto, ações paliativas, representando baixo impacto no desenvolvimento das comunidades onde estão inseridas. Isso faz com que o 7º princípio seja praticado como mero “apêndice” ou ainda se refira a “responsabilidade social” das cooperativas e não como algo que está (deveria, pelo menos) intrínseco a elas (Cançado *et al.*, 2008).

Diante da importância do 7º princípio e das dificuldades deste ser implementado torna-se fundamental compreender as condições reais que facilitam ou dificultam sua prática, bem como seu exercício, sobretudo nas cooperativas populares, no âmbito da ESS, as quais teriam, ao menos teoricamente, um papel de promover maior inclusão, justiça social e sustentabilidade nos territórios que atuam. Entretanto, como será abordado mais adiante na justificativa, a partir de revisão sistemática realizada⁴, percebe-se que no campo de estudos sobre cooperativismo no Brasil e no exterior encontram-se poucos estudos sobre essa temática e menos ainda aqueles que buscam compreender as consequências da prática do 7º princípio ou as condições concretas que fomentam ou impedem a sua concretização nas realidades das cooperativas, sobretudo as populares e em regiões interioranas e rurais.

Diante dessa problematização, emerge a seguinte pergunta norteadora deste estudo: **Como se dá a prática do 7º princípio do cooperativismo pelas cooperativas populares da agricultura familiar do estado de Roraima e quais as possibilidades e desafios de tais práticas para promoção de novos estilos de desenvolvimento nos territórios em que estão inseridas?**

Para responder a esta pergunta norteadora e abordar a problemática foram realizados dois estudos de caso: um na Cooperativa Agropecuária dos Cinco Pólos (Coopercinco), localizada na zona rural da capital do estado, Boa Vista, e um grupo informal de produtores agropecuários indígenas, localizado na Comunidade Indígena dos Três Corações, pertencente à Terra Indígena Araçá, no município de Amajari. A escolha desses dois grupos se justifica por eles representarem dois tipos de empreendimento bastante típicos do cooperativismo agropecuário popular de Roraima, ambos ligados à agricultura familiar, mas o primeiro

⁴ Para compreender o debate sobre o sétimo princípio cooperativista na literatura internacional e no Brasil, foi realizada uma revisão sistemática e bibliográfica entre 17 de junho e 20 de agosto de 2021 e entre 30 de agosto e 09 de setembro de 2021, considerando as bases de dados Scopus, Web of Science, SciELO e Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), bem como o Google Scholar. Essa revisão está detalhada nos Apêndices A, B e C.

formal, ligado a OCB, e o segundo informal e desligado dos circuitos comerciais e também carente de apoio técnico e estatal. Diante das semelhanças e diferenças desses dois casos, busca-se cotejá-los para responder aos objetivos elencados a seguir.

1.3. OBJETIVOS

1.3.1. Objetivo Geral

Compreender como o sétimo princípio do cooperativismo se expressa nas práticas de cooperativas populares da agricultura familiar do estado de Roraima.

1.3.2. Objetivos Específicos

- a) Caracterizar o cooperativismo agropecuário do estado de Roraima, compreendendo o lugar do cooperativismo popular ligado à agricultura familiar nesse universo;
- b) Construir um *framework* para análise das práticas relativas ao sétimo princípio do cooperativismo e seus efeitos nas comunidades em empreendimentos cooperativos populares de agricultura familiar;
- c) Identificar e examinar tais práticas em duas cooperativas populares de Roraima: a Cooperativa Agropecuária dos Cinco Pólos (Coopercinco), ligada a OCB, e a um grupo informal de produtores agropecuários indígenas, localizado na Comunidade Indígena dos Três Corações, no município de Amajari.
- d) Compreender como se expressam os “interesses pelas comunidades”⁵ e como estes se revelam na prática, suas possibilidades e desafios para promoção de novos estilos de desenvolvimento nos territórios dos dois casos analisados.

1.4. JUSTIFICATIVA E RELEVÂNCIA TEÓRICO EMPÍRICA

A seguir apresentamos as justificativas para a realização desse estudo, ressaltando as suas contribuições científicas e práticas.

⁵ Desde o título e aqui nos objetivos utilizamos interesses no plural e comunidades no plural, pois consideramos que as preocupações das cooperativas com as comunidades são múltiplas e podem ser expressas de variadas formas, bem como são múltiplas as comunidades e os grupos de *stakeholders* que interagem com as cooperativas e aos quais essas influenciam.

1.4.1 Justificativa Científica

As justificativas para realização dessa investigação primeiramente são de caráter científico (teórico e empírico), de modo a contribuir para adensar a agenda de pesquisa dos estudos cooperativistas no Brasil. A importância de se estudar sobre o sétimo princípio do cooperativismo, “interesse pela comunidade”, se baseia na necessidade que as cooperativas têm, por meio da efetivação deste princípio, de transcender os limites internos da cooperativa e efetivamente contribuir com mudanças / transformações nas / para as comunidades nas quais estão inseridas, possibilitando um desenvolvimento sustentável, não só das próprias cooperativas e/ou desses empreendimentos cooperativos, mas também dessas comunidades. Em outras palavras, espera-se que elas contribuam para a promoção de uma sustentabilidade que esteja pautada nas dinâmicas e na interação entre as cooperativas e as comunidades (Cançado, 2007).

Dessa forma, as mudanças almejadas pelo cooperativismo têm a possibilidade de estar voltadas não apenas para aqueles que dele fazem parte – os membros das cooperativas, por exemplo –, mas também podem produzir transformações mais amplas, ou seja, projetar o olhar das cooperativas para fora dos seus “muros”, dos seus limites internos, englobando as comunidades e os territórios onde elas estão inseridas. Transformações aqui consideradas como mudanças significativas e não como o simples desenvolvimento de ações pontuais que acabam considerando o princípio em questão como um mero “apêndice” que as cooperativas devem cumprir / apresentar, esporadicamente, como forma, por exemplo, de prestar contas para a sociedade.

Corroborando com essa perspectiva das cooperativas projetarem o seu olhar para fora, Cançado (2007, p. 47) destaca que “[...] quando as cooperativas passam a olhar para fora da própria organização, emerge uma noção de co-responsabilidade pelo espaço onde os cooperados habitam”. Para além das cooperativas, é possível afirmar que essa noção emerge quando se pensa na coletividade, na qual os membros, os que fazem parte desse coletivo, contribuem para o fortalecimento da comunidade, por meio de ações que, ainda que sejam particulares, refletem no bem estar de todos.

Nesse sentido, estudos que busquem demonstrar como as cooperativas, ou outros grupos de produtores, têm atuado frente à implementação desse princípio, sobretudo identificando e compreendendo, não só as suas práticas, mas também os efeitos dessas práticas nas / para as comunidades, são necessários, pois ao mesmo tempo em que o princípio

é universal, ele precisa ser apropriado pelos atores e pelas comunidades e produzir efeitos nestas, pois, do contrário, ele poderá se configurar em mero discurso ou, até mesmo, em uma jogada de *marketing*.

Considerando então o sétimo princípio do cooperativismo enquanto fenômeno de estudo, e na busca por compreender o debate sobre tal fenômeno na literatura internacional e no Brasil, foi realizada uma revisão sistemática e bibliográfica entre 17 de junho e 20 de agosto de 2021, considerando as bases de dados *Scopus*, *Web of Science*, *SciELO* e a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), tendo como termos de busca: “preocupação com a comunidade”, “interesse pela comunidade”, além de “cooperativismo”, “comunidade” e “sustentabilidade”, também utilizados em inglês, totalizando 6 (seis) termos de busca.

Para a realização da análise foram considerados apenas os trabalhos disponíveis para leitura / abertos. Além disso, foram considerados os seguintes filtros: a) área de estudo (focalizando nas ciências sociais); e b) leitura do título, das palavras-chaves e do resumo para verificação da adequação com a temática da tese. Consideramos também outros filtros para análise, conforme tabela 7 detalhada no Apêndice A desta tese que detalha a metodologia da revisão.

Ao final, encontramos apenas um estudo que tratou, especificamente, sobre o sétimo princípio do cooperativismo, que foi o estudo desenvolvido por Launio e Sotelo (2021), nas Filipinas. No estudo em questão, os autores mencionam, inclusive, a existência de poucos estudos sobre este princípio não só no país onde o estudo foi realizado, mas em todo o mundo. Dessa forma, à luz do artigo mencionado, percebemos que, possivelmente, há uma lacuna na literatura acerca do desenvolvimento de pesquisas relacionadas ao sétimo princípio do movimento cooperativista.

Apesar de tratar especificamente sobre o sétimo princípio, o estudo desenvolvido por Launio e Sotelo (2021) apresenta como as cooperativas constroem e utilizam um Fundo de Desenvolvimento Comunitário, que todas as cooperativas são obrigadas a ter por força de legislação. Ou seja, conforme ressaltam os autores, o princípio em questão é operacionalizado por meio de uma lei que instituiu essa obrigatoriedade no país. Em termos de utilização desse fundo, voltado, portanto, para a operacionalização do princípio da preocupação com a comunidade, os autores identificaram diferentes formas como, por exemplo, o desenvolvimento de ações vinculadas a projetos nas áreas da educação, da saúde e do meio ambiente.

Porém, apesar do princípio em questão estar relacionado à comunidade, e não especificamente aos membros das cooperativas (embora estes, claro, também façam parte da comunidade), Launio e Sotelo (2021) identificaram que, em alguns casos, os beneficiários dos projetos implementados eram os próprios membros das cooperativas. Adicionalmente, como contribuição para novos estudos, os autores ressaltam a importância do desenvolvimento de pesquisas que possam analisar os efeitos das ações praticadas pelas cooperativas, evidenciando as contribuições destas para um desenvolvimento sustentável, sobretudo por meio da influência que exercem nas comunidades. Ressaltamos, portanto, que essa recomendação vai ao encontro do que buscamos realizar nesta tese.

Para além da revisão sistemática e bibliográfica realizada nas bases de dados mencionadas e considerando os termos e os filtros adotados, realizamos também uma revisão bibliográfica por meio de busca no *Google Scholar*, entre 30 de agosto e 09 de setembro de 2021, já que na revisão sistemática nas bases se encontrou apenas um artigo específico sobre a problemática de estudo.

Nessa busca no Google Scholar, optamos por utilizar os mesmos termos de pesquisa, bem como os termos “princípios do cooperativismo” e “princípios cooperativistas”, o que acabou gerando muitos resultados, porém, alguns dos materiais encontrados eram repetidos, considerando os resultados da revisão sistemática, e outros, por exemplo, tratavam sobre sustentabilidade, mas não estavam, efetivamente, relacionados ao cooperativismo. Ainda assim, foi possível encontrar outros estudos que tratam, ou mencionam, especificamente, sobre o sétimo princípio do cooperativismo (Cançado et al., 2008; Cançado et al., 2014a; Silva et al., 2021a).

Cançado et al. (2008), por exemplo, trazem já no título do artigo o seguinte questionamento: “Princípio da preocupação com a comunidade ou responsabilidade social para cooperativas?”. No estudo, os autores defendem o argumento de que o sétimo princípio do cooperativismo apresenta diferenças importantes da responsabilidade social corporativa que é praticada pelas empresas capitalistas, mas, no entanto, na prática é exercido muitas vezes como tal, o que enfraquece seu potencial enquanto vetor de desenvolvimento das comunidades.

Corroborando com esse argumento, Cançado et al. (2014a) demonstram que o princípio da “preocupação com a comunidade” representa a forma de interação das cooperativas com o seu território e com a sociedade, bem como abordam a relação inconsistente entre este princípio e a responsabilidade social vinculada às empresas capitalistas.

Destacamos que tanto na revisão sistemática quanto na revisão bibliográfica, por meio de busca realizada no *Google Scholar*, foi possível encontrar estudos que abordam os princípios cooperativistas de forma geral, sobretudo relacionados, por exemplo, a aplicação ou a prática destes princípios (Adrian; Green, 2001; Drumond, 2010; Bertuol et al., 2012; Oczkowski et al., 2013; Cançado et al., 2014b; Jesus et al., 2014; Silva et al., 2014; Silva et al., 2017).

Nos estudos encontrados, observamos uma predominância de vinculação ao cooperativismo tradicional, principalmente os que apresentam abordagem quantitativa. Além disso, no que se refere à aplicação ou à prática dos princípios cooperativistas, ainda que não se tenha especificamente o viés aqui proposto, os estudos guardam alguma relação com esta tese, especialmente porque ao se analisar a aplicação destes princípios, inclui-se o do interesse pela comunidade. Percebemos, ainda, que há uma predominância na realização de estudos empíricos, de estudos de caso e da utilização da abordagem qualitativa, por meio da utilização de diferentes aspectos analíticos e metodológicos.

Destacamos também que, embora tenham o mesmo sentido, foi possível encontrar três diferentes nomenclaturas relacionadas ao sétimo princípio do cooperativismo: preocupação com a comunidade (Drumond, 2010; Jesus et al., 2014; Benavides; Ehrenhard, 2021), interesse pela comunidade (Silva et al., 2014; Silva, 2021; Silva et al., 2021b) e compromisso com a comunidade (De La Casa; Caballero, 2021). O estudo de Conde e Rodríguez (2020), por exemplo, traz duas das três nomenclaturas mencionadas. De acordo com Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), a nomenclatura do sétimo princípio é “interesse pela comunidade” (OCB, 2021), enquanto a Aliança Cooperativa Internacional (ACI) utiliza para este princípio a nomenclatura “preocupação com a comunidade” (ACI, 2021).

Ainda nas buscas realizadas, não foi encontrado nenhum estudo que apresentasse especificamente, por exemplo, dimensões validadas empiricamente que analisem os desdobramentos do sétimo princípio do cooperativismo, nas práticas cooperativistas, ou seja, dimensões ou variáveis que possibilitem analisar a expressão do sétimo princípio nas práticas / ações das cooperativas.

Porém, em estudo sobre a aplicação dos princípios cooperativistas, Drumond (2010) busca construir um referencial teórico para elaborar critérios / indicadores que estejam relacionados à aplicabilidade de cada princípio cooperativista no dia a dia das cooperativas e que, portanto, consigam garantir – ou, talvez, possam contribuir para – uma espécie de mensuração dessa aplicação. Neste sentido, para o sétimo princípio (preocupação com a comunidade), o autor apresenta 22 (vinte e dois) indicadores, dentre eles: “a cooperativa

acompanha os indicadores sociais e econômicos do município, região, ou bairro no qual está inserida e mensura a sua participação relativa nestes números”; e a “cooperativa estabelece parcerias locais com objetivos de oferecer serviços ao seu quadro social como, por exemplo: escolas, academias, farmácias” (Drumond, 2010, p. 14-15).

Porém, tais indicadores, à luz do pragmatismo – lente de pesquisa adotada neste estudo –, da forma como são apresentados, não atenderam ao nosso estudo, sobretudo porque as perguntas apresentadas, simplesmente, teriam como respostas “sim” ou “não”, sem aprofundamento, principalmente no que se refere aos efeitos, as consequências, aos desdobramentos decorrentes da prática de determinado indicador, no sentido de promover, efetivamente, o que preconiza o sétimo princípio do cooperativismo, ou seja, o interesse pela comunidade, focalizando mudanças efetivas, transformações, por meio das práticas dos diferentes atores que atuam no cooperativismo, nas / para as comunidades nos quais estão inseridas.

Nessa mesma linha de aplicabilidade dos princípios cooperativistas, Cançado et al. (2014b) discutem, à luz da análise de pesquisas sobre a prática dos princípios cooperativistas em cooperativas de crédito do estado de Tocantins, sobre as possibilidades de conciliar a necessidade das cooperativas se manterem fieis aos seus princípios e, paralelamente, buscarem desenvolver estratégias para promover a ampliação dos seus negócios.

No que se refere ao princípio “preocupação com a comunidade”, os autores ressaltam que existem alguns entraves para a sua prática e que as ações desenvolvidas junto à comunidade têm caráter pontual e assistencialista, representando baixo impacto no desenvolvimento das comunidades onde estão inseridas (Cançado et al., 2014b). Essas práticas, inclusive, vão ao encontro da percepção que perpassa pela compreensão do princípio em questão como um mero “apêndice” das cooperativas e não como algo que está (deveria, pelo menos) intrínseco a elas, o que acaba por fortalecer a ideia de que tais práticas estariam relacionadas a uma responsabilidade social das cooperativas (Cançado et al., 2008).

No Brasil, para além do debate acerca da importância de diferenciar o sétimo princípio do cooperativismo da responsabilidade social que é praticada pelas empresas mercantis (Cançado et al., 2008; Cançado et al., 2014a) e da aplicação dos princípios cooperativistas (Bertuol et al., 2012; Cançado et al., 2014b; Jesus et al., 2014; Silva et al., 2014; Silva et al., 2017), Silva et al. (2021a) realizaram um estudo junto a uma cooperativa de crédito, buscando analisar de que maneira ela concebe e desenvolve ações relacionadas ao sétimo princípio.

Assim, corroborando com o caráter assistencialista evidenciado no estudo desenvolvido por Cançado et al. (2014b), Silva et al. (2021a) identificaram que as ações que a

cooperativa desenvolve em relação ao sétimo princípio do cooperativismo apresentam, na sua maioria, uma natureza socioassistencial. Além disso, relacionando os princípios do cooperativismo com a abordagem do Desenvolvimento Territorial Sustentável (DTS), os autores ressaltam que “parte-se do pressuposto que, se forem bem aplicados, os princípios cooperativistas se tornam importantes diretrizes para promover o desenvolvimento territorial sustentável” (Silva *et al.*, 2021a, p. 67).

Não foram encontrados nas buscas realizadas estudos que tratassem especificamente sobre o sétimo princípio do cooperativismo desenvolvidos na região Norte do país, nem encontramos pesquisas com foco no estado de Roraima relacionadas ao princípio em questão. Porém, pontuamos que foi possível, ainda que não especificamente vinculados aos termos utilizados na revisão sistemática e na revisão bibliográfica, por meio de busca no *Google Scholar*, encontrar estudos desenvolvidos em nível de pós-graduação stricto sensu (mestrado e doutorado) que tratam sobre o cooperativismo na região (Rocha, 2015; Santos; Senhoras, 2016; Freitag, 2017; Pereira, 2017; Carvalho, 2018).

Assim, considerando os apontamentos apresentados, bem como as perguntas norteadoras mencionadas e os achados da revisão sistemática e bibliográfica e das lacunas encontradas na literatura sobre a aplicação, a prática, do sétimo princípio do cooperativismo e a ausência de trabalhos empíricos sobre esse tema na região norte do país e no estado de Roraima, acredita-se que este estudo poderá fazer avançar o debate sobre esse tema nesta região tão pouco estudada e tão importante no nosso país.

1.4.2. Justificativa Prática

Cabe destacar que a motivação e o interesse do pesquisador pela temática do cooperativismo, surgiram, inicialmente, de forma específica, em 2015, quando este teve a oportunidade de fazer uma especialização em Gestão de Cooperativas, pela Universidade Federal de Roraima (UFRR) em parceria com a OCB/RR, conforme mencionado no prólogo desta tese.

Na oportunidade, já foi possível perceber que no estado de Roraima os estudos sobre cooperativismo são recentes e incipientes. Os que existem, em Roraima, são decorrentes de cursos de curta duração ou de especialização, onde as pesquisas empíricas são direcionadas às cooperativas, ou, no caso de pesquisas desenvolvidas em nível de pós-graduação *Stricto Sensu* (mestrado e doutorado), geralmente são / estão focadas em uma cooperativa, sendo considerado um estudo de caso, ou em ramos diferentes do proposto neste estudo,

considerando apenas um município ou, ainda, fazendo uma simples referência ao cooperativismo sem aprofundamento (Rocha, 2015; Santos; Senhoras, 2016; Freitag, 2017; Carvalho, 2018).

O estudo terá, portanto, implicações práticas para as cooperativas e os empreendimentos cooperativos de Roraima, não só por terem condições de ampliar a compreensão acerca do princípio em estudo, mas também, por meio de tal compreensão, ter subsídios para a tomada de decisão no dia a dia das cooperativas e dos empreendimentos, com foco no desenvolvimento de práticas que possam favorecer a efetivação do princípio e, consequentemente, possam se desdobrar em elementos de transformação dos empreendimentos cooperativos e das comunidades onde eles estão inseridos.

Ademais, torna-se relevante discutir acerca deste princípio do cooperativismo, sobretudo por meio de um questionamento central que permeia a sua execução nas práticas diárias não só das cooperativas, mas de todos os grupos que trabalham sob a perspectiva da cooperação, por meio da solidariedade e do bem estar coletivo: afinal, qual (ou quais) interesse (s) as cooperativas, ou os empreendimentos cooperativos agropecuários, apresentam frente às comunidades das quais fazem parte? Esse questionamento se configura como importante, contribuindo também para justificar a realização deste estudo, uma vez que o (s) real (is) interesse (s) que as cooperativas ou grupos agropecuários apresentam podem estar invisibilizados.

Além disso, de forma prática, esse olhar para o Norte do país, especificamente para o estado de Roraima, busca, também, contribuir com a realização de um panorama do cooperativismo agropecuário do estado, possibilitando, portanto, o estudo do setor, em função da sua análise panorâmica, não só considerando os dados secundários, mas também as percepções dos atores que compõem, direta ou indiretamente, o setor. Especificamente, com esse panorama, o estudo focado nas práticas das cooperativas e dos empreendimentos cooperativos agropecuários à luz do sétimo princípio, busca apresentar elementos com vistas a compreender se e como este princípio tem sido pensado e aplicado⁶, considerando tanto as cooperativas que sejam mais consolidadas, formalizadas, geralmente vinculadas à OCB, quanto os empreendimentos cooperativos que se inserem no cooperativismo popular, ou seja, que representa as organizações e os coletivos que estão mais enraizados na comunidade – no

⁶ Destacamos que, nesta tese, acompanhamos duas experiências do cooperativismo agropecuário em Roraima (uma formal, vinculada à OCB, e uma informal, ou seja, mais enraizada na comunidade, vinculada, portanto, ao cooperativismo popular), buscando identificar e compreender se e como as suas práticas estão relacionadas / dialogam ao / com o sétimo princípio do cooperativismo e os efeitos dessas práticas nas dinâmicas de desenvolvimento nas comunidades em que atuam.

caso desta tese, um grupo de produtores agropecuários de uma comunidade indígena do estado de Roraima.

Ressaltamos, ainda, que este estudo é também uma contribuição para as organizações acompanhadas e, mais especificamente, para as famílias que as compõem, levando em conta, em que pese as suas particularidades, a sistematização de suas histórias de vida, com foco na relação que estabelecem junto aos grupos dos quais fazem parte.

1.5. ESTRUTURAÇÃO DA TESE

Para responder a questão de partida e atingir seus objetivos esta tese está estruturada em sete capítulos, contando com essa introdução, seguidas das referências e dos apêndices.

O segundo capítulo, denominado de “Fundamentação teórica e abordagens analíticas”, busca cruzar os principais debates que deram subsídio teórico ao estudo, perpassando, inicialmente, pela discussão internacional e nacional acerca do cooperativismo, com foco no seu sétimo princípio – interesse pela comunidade – e, posteriormente, articulando o movimento com as abordagens da economia social e solidária (ESS), o cooperativismo popular relacionado à agricultura familiar e o desenvolvimento territorial sustentável (DTS).

Denominado de “Fundamentos epistemológicos e percurso metodológico”, o terceiro capítulo se estrutura em quatro seções a saber: a) os pressupostos epistemo-metodológicos, no qual são abordados aspectos gerais e, especialmente, a escolha pelo pragmatismo como lente para o desenvolvimento do estudo; b) o desenho da pesquisa e suas características, enquanto estudo multicaso; c) as etapas da pesquisa, seu percurso e técnicas de coleta e análise de dados utilizadas, e d) finalizando com uma síntese *framework* para análise das práticas do 7º princípio que emergiu do cruzamento da fundamentação teórica com os dados coletados na realização do trabalho de campo.

No quarto capítulo, iniciamos a apresentação e a discussão dos resultados do estudo, abordando primeiramente um panorama acerca do cooperativismo agropecuário no estado de Roraima, sobretudo considerando as características, as trajetórias e os desafios do movimento no estado, bem como o lugar do cooperativismo popular ligado a agricultura familiar nesse universo.

Já no quinto capítulo, intitulado “Cooperativismo popular em Roraima à luz das experiências acompanhadas no estudo”, apresentamos os estudos de caso construídos a partir das duas experiências acompanhadas na pesquisa: a Cooperativa Agropecuária dos Cinco Pólos (COOPERCINCO) e um Grupo de Produtores Agropecuários Indígenas. O capítulo

também faz um cotejo dessas experiências, por meio de uma análise contrastiva (Macedo, 2018), buscando evidenciar semelhanças e diferenças entre os casos e os aprendizados que podem fornecer referentes ao fenômeno em tela.

No sexto capítulo, analisamos mais particularmente as práticas do sétimo princípio do cooperativismo – interesse pela comunidade –, não só em diálogo com as abordagens analíticas consideradas na pesquisa e as dimensões apresentadas na segunda seção da tese, mas também levando em conta os elementos do *framework* que emergiram quando da realização do trabalho de campo. O sétimo capítulo, por fim, traz as considerações e recomendações finais do estudo, nas quais abordamos o cumprimento dos objetivos definidos na pesquisa, bem como apontamos as contribuições e as limitações do estudo e as proposições relacionadas ao desenvolvimento de estudos futuros.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E ABORDAGENS ANALÍTICAS

Neste capítulo fazemos uma incursão nos debates teóricos e nas abordagens analíticas mobilizadas neste estudo. Iniciamos tratando da delimitação do cooperativismo e seus princípios, para em seguida apresentar o panorama do cooperativismo no mundo e no Brasil e abordar, mais particularmente, a relação entre o 7º (sétimo) princípio do cooperativismo – o interesse pela comunidade –, relacionado às noções de economia social e solidária e de desenvolvimento territorial sustentável, em diálogo com o cooperativismo popular e com a agricultura familiar. A costura entre as discussões apresentadas, deram embasamento ao *framework* analítico que serviu de base para realização dos estudos de caso o qual será apresentado no próximo capítulo.

2.1. COOPERATIVISMO: DELIMITAÇÃO, CARACTERÍSTICAS E PRINCÍPIOS

Embora existam várias interpretações sobre o cooperativismo, cabe destacar que há poucas variações entre elas. Para Lacombe (2004), por exemplo, trata-se de uma doutrina direcionada à solução de problemas sociais por meio de indivíduos que são responsáveis pela gestão da produção e, consequentemente, participariam de forma equitativa dos bens produzidos em comum. Veiga e Fonseca (2001) ressaltam que o cooperativismo se refere a um sistema de cooperação econômica que pode englobar diferentes formas de produção e de trabalho e que, historicamente, passou a existir junto com o capitalismo, porém como uma das formas de superá-lo.

A definição de cooperativa apresentada pela Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB, 2021, s/n) é a de que “são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, não sujeitas a falência, constituídas para atender seus cooperados, representando-os em operações comerciais, fortalecendo seu poder de negociação e espaço no mercado”. Já a definição apresentada pela Aliança Cooperativa Internacional (ACI, 2021, s/n) é a de que a cooperativa é “uma associação autônoma de pessoas unidas voluntariamente para atender às suas necessidades e aspirações econômicas, sociais e culturais comuns, por meio de uma empresa de propriedade conjunta e controlada democraticamente”. Apesar da existência de variadas formas de delimitar o fenômeno, Costa *et al.* (2015, p. 112) ressaltam que “não é tarefa fácil encontrar uma definição que conte a complexidade contida na sociedade cooperativa”.

De acordo com Oliveira (2012), baseado nos apontamentos de Pinho (1966), embora etimologicamente os termos cooperação, cooperativa e cooperativismo derivem do mesmo verbo cooperar, de origem latina *cooperari* (*cum* e *operari*) e que significa trabalhar com alguém, eles apresentam conceitos diferentes. Assim, enquanto a cooperação significa a ação conjunta com foco no mesmo objetivo, o cooperativismo refere-se ao sistema, a doutrina ou a ideologia e a cooperativa, por sua vez, é uma organização ou instituição onde as pessoas cooperam objetivando o mesmo fim.

Nessa perspectiva, o verbo cooperar se refere ao trabalho realizado conjuntamente, indicando, portanto, que a cooperação se configura como elemento central nas relações econômico-sociais, materializando-se na ação coletiva dos indivíduos para garantir a produção da vida social (Jesus; Tiriba, 2009; Xavier, 2013).

É possível afirmar que o cooperativismo é a forma de cooperação mais antiga da humanidade. Carvalho (2010) ressalta que a ideia de cooperação perpassa toda a história da humanidade, ainda que o espírito cooperativista tenha ficado mais evidente em algumas formas de sociedade. De acordo com Búrigo (2007) e Jesus e Tiriba (2009), desde o período neolítico já se observava a cooperação, tendo como objetivo comum a busca por alimentos para garantir a sobrevivência.

Bialoskorski Neto (2006) também ressalta que o cooperativismo e, especialmente, a cooperação são muito antigos na história da humanidade, com registros que mostram que, desde a pré-história da nossa civilização, as tribos indígenas e as civilizações antigas como, por exemplo, os babilônicos já praticavam alguma forma de cooperação. Porém, de forma mais precisa, estudos relatam que o cooperativismo enquanto doutrina surgiu no contexto da Revolução Industrial (Bialoskorski Neto, 2015; Cançado, 2007; Reis Júnior, 2006).

Segundo Egewarth (2015), naquela época, a Inglaterra, país considerado o berço do cooperativismo, passava por graves conflitos trabalhistas como, por exemplo, os baixos salários e a longa jornada de trabalho que resultaram em muitas dificuldades socioeconômicas para a população. Diante de tal conjuntura, as pessoas buscavam alguma maneira de superar as dificuldades frente ao capitalismo nascente e suas contradições, especialmente as desigualdades que esse sistema produzia como consequência. Assim, surgiu a ideia de criar uma organização formal, chamada cooperativa, na qual as regras, as normas e os princípios próprios seriam praticados sob a premissa central do respeito ao ser humano.

Nessa direção, ainda de acordo com Egewarth (2015), no dia 21 de dezembro de 1844, no bairro Rochdale, em Manchester, na Inglaterra, 28 (vinte e oito) operários, na maioria tecelões, uniram-se e criaram a primeira cooperativa do mundo, uma cooperativa de consumo

criada como uma forma de reação da população frente aos problemas enfrentados (Santos, 2012). Iniciava-se, então, o cooperativismo, representando, portanto, uma nova força social pautada na coletividade, ou seja, o aumento da capacidade de produção dos indivíduos não estava atrelado a um somatório dos esforços individuais, mas era resultado do trabalho coletivo (Namorado, 2009; Búrigo, 2007).

Assim, para lutar contra problemas como a exclusão social e para garantir melhorias das condições de vida e de trabalho dos indivíduos, o cooperativismo emerge, no contexto da Revolução Industrial, se configurando como uma alternativa na organização das relações existentes entre o capital e o trabalho (Ciriec, 2012, Santos, 2012).

Aos poucos, as cooperativas foram se consolidando como empreendimentos e, além de mostrar que outro modelo na sociedade da época de consumo era possível, também estabeleceram os 07 (sete) princípios⁷ do movimento cooperativista: 1) a adesão voluntária e livre; 2) a gestão democrática; 3) a participação econômica dos membros; 4) a autonomia e independência; 5) a educação, formação e informação; 6) a intercooperação; e 7) o interesse pela comunidade⁸ (OCB, 2015).

Segundo a OCB (2021, s/n), estes princípios se referem à “linha orientadora que rege as cooperativas e formam a base filosófica da doutrina, representando os valores uniformes que norteiam o movimento ao redor do mundo”. Ratificando tais considerações, Santos e Senhoras (2016, p. 54) ressaltam que, por meio dos princípios do cooperativismo, “as cooperativas levam os seus valores à prática”. No quadro 1 temos a definição de cada um dos princípios conforme a OCB:

Quadro 1. Definições dos Princípios Cooperativistas.

Princípios	Definições
Adesão Voluntária e Livre	As cooperativas são abertas para todas as pessoas que queiram participar, estejam alinhadas ao seu objetivo econômico, e dispostas a assumir suas responsabilidades como membro. Não existe qualquer discriminação por sexo, raça, classe, crença ou ideologia.
Gestão Democrática	As cooperativas são organizações democráticas controladas por todos os seus membros, que participam ativamente na formulação de suas políticas e na tomada de decisões. E os representantes oficiais são eleitos por todo o grupo.
Participação Econômica dos	Em uma cooperativa, os membros contribuem equitativamente para o capital da organização. Parte do montante é, normalmente, propriedade comum da

⁷ Os princípios do cooperativismo, ao longo da história do movimento, já passaram por atualizações que ocorrem nas reuniões realizadas pela Aliança Cooperativa Internacional (ACI). Nesse sentido, ocorreram atualizações em 1937 (Paris), 1966 (Viena) e 1995 (Manchester). Assim, estes sete princípios representam a última atualização realizada em 1995 (Cançado *et al.*, 2008).

⁸ Cabe destacar que este princípio constitui-se no fenômeno objeto de investigação desta tese. Ademais, o termo “interesse” é como consta no site da OCB (2021), porém, conforme já mencionado anteriormente, é comum encontrar a utilização de outros termos como, por exemplo, “preocupação” e “compromisso”.

Membros	cooperativa e os membros recebem remuneração limitada ao capital integralizado, quando há. Os excedentes da cooperativa podem ser destinados às seguintes finalidades: benefícios aos membros, apoio a outras atividades aprovadas pelos cooperados ou para o desenvolvimento da própria cooperativa. Tudo sempre decidido democraticamente.
Autonomia e Independência	As cooperativas são organizações autônomas, de ajuda mútua, controladas por seus membros, e nada deve mudar isso. Se uma cooperativa firmar acordos com outras organizações, públicas ou privadas, deve fazer em condições de assegurar o controle democrático pelos membros e a sua autonomia.
Educação, Formação e Informação	Ser cooperativista é se comprometer com o futuro dos cooperados, do movimento e das comunidades. As cooperativas promovem a educação e a formação para que seus membros e trabalhadores possam contribuir para o desenvolvimento dos negócios e, consequentemente, dos lugares onde estão presentes. Além disso, oferece informações para o público em geral, especialmente jovens, sobre a natureza e vantagens do cooperativismo.
Intercooperação	Cooperativismo é trabalhar em conjunto. É assim, atuando juntas, que as cooperativas dão mais força ao movimento e servem de forma mais eficaz aos cooperados. Sejam unidas em estruturas locais, regionais, nacionais ou até mesmo internacionais, o objetivo é sempre se juntar em torno de um bem comum.
Interesse pela Comunidade	Contribuir para o desenvolvimento sustentável das comunidades é algo natural ao cooperativismo. As cooperativas fazem isso por meio de políticas aprovadas pelos membros.

Fonte: OCB (2021, s/n).

Para fortalecer o movimento cooperativista e promover uma melhor adaptação deste, Crúzio (2002) destaca que em 1895 foi fundada a Aliança Cooperativa Internacional (ACI), que é considerada a maior autoridade mundial do cooperativismo.

Segundo a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) (2016), o modelo⁹ socioeconômico do cooperativismo tem por objetivo o desenvolvimento econômico ligado ao bem-estar social. Afinal, se por um lado, a gestão cooperativa visualizar apenas o aspecto econômico, em detrimento do social, correrá o risco de afastar-se de seus cooperados, que também são os donos do empreendimento, e perderá as características de cooperativa, igualando-se aos demais empreendimentos de capital. Porém, se por outro, atentar apenas para o aspecto social, corre o risco de perder o controle financeiro, tão necessário para qualquer atividade empresarial, e não trazer os resultados almejados.

Considerando o processo histórico do movimento cooperativista, os princípios do cooperativismo, por meio das reuniões que são realizadas pela ACI, são fruto de constantes atualizações, inclusive, conforme ressaltam Silva *et al.* (2021, p. 234), “como forma de

⁹ Representa fortemente o cooperativismo considerado tradicional. Aqui não se considera, por exemplo, a dimensão política que pode ser percebida no Cooperativismo Popular, inclusive, em diálogo com a abordagem da Economia Social e Solidária (ESS), que será posteriormente abordada, bem como não considera o termo desenvolvimento como multidimensional.

aprimorar a governança do cooperativismo em todo o mundo”. No que se refere, por exemplo, ao princípio da “adesão voluntária e livre”, que ficou assim definido quando da realização da reunião da ACI em 1995, em Manchester, Inglaterra, Bertuol *et al.* (2012) e Cançado *et al.* (2014b) ressaltam que no estatuto de Rochdale, quando da criação do movimento, em 1844, o princípio era denominado de “adesão livre”, sendo atualizado para “adesão aberta”, em 1937, em Paris, França, sendo incorporado neste ano em um grupo de princípios considerados “princípios essenciais de fidelidade aos pioneiros”, e, posteriormente, em 1966, em Viena, Áustria, voltou a ser denominado de “adesão livre”, com o destaque de que incluiria a neutralidade política, religiosa, racial e social. O quadro 2 apresenta a síntese desse processo de atualização dos princípios cooperativistas.

Quadro 2. Atualização dos Princípios Cooperativistas.

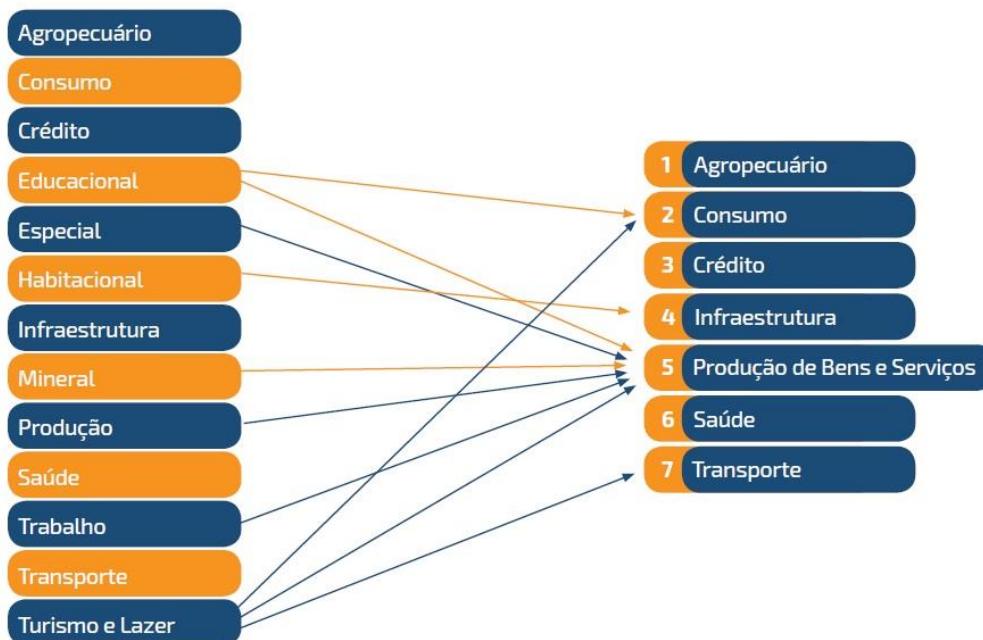
Rochdale/Inglaterra, 1844	Princípios do movimento cooperativista		
	Congressos realizados pela ACI	Paris/França, 1937	Viena/Áustria, 1966
1. Adesão Livre; 2. Gestão Democrática; 3. Retorno Pro Rata das Operações; 4. Juro Limitado ao Capital Investido; 5. Vendas a Dinheiro; 6. Educação dos Membros; 7. Cooperativização Global.	a) Princípios Essenciais de Fidelidade aos Pioneiros: 1. Adesão Aberta; 2. Controle ou Gestão Democrática; 3. Retorno Pro-rata das Operações; 4. Juros Limitados ao Capital; b) Métodos Essenciais de Ação e Organização: 5. Compras e Vendas à Vista; 6. Promoção da Educação; 7. Neutralidade Política e Religiosa.	1. Adesão Livre (inclusive neutralidade política, religiosa, racial e social); 2. Gestão Democrática; 3. Distribuição das Sobras: a) ao desenvolvimento da cooperativa; b) aos serviços comuns; c) aos associados pro rata das operações; 4. Taxa Limitada de Juros ao Capital Social; 5. Constituição de um fundo para a educação dos associados e do público em geral; 6. Ativa cooperação entre as cooperativas em âmbito local, nacional e internacional.	1. Adesão Voluntária e Livre; 2. Gestão Democrática; 3. Participação Econômica dos Sócios; 4. Autonomia e Independência; 5. Educação, Formação e Informação; 6. Intercooperação; 7. Preocupação com a Comunidade.

Fonte: Elaborado com base em Bertuol *et al.* (2012) e em Cançado *et al.* (2014b).

No Brasil, o principal marco regulatório do cooperativismo foi a Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, que define a Política Nacional de Cooperativismo e institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, além de outras providências (Brasil, 1971). Em função do notável crescimento apresentado pelo cooperativismo e com o objetivo de atender melhor às necessidades dos cooperados, as cooperativas foram organizadas em 13 (treze) ramos de atividade (Agropecuário; Consumo; Crédito; Educacional; Especial; Habitacional; Infraestrutura; Mineral; Produção; Saúde; Trabalho; Transporte; e Turismo e Lazer).

Esses ramos foram considerados até o ano de 2019, pois em 2020, visando uma maior aproximação do Sistema OCB das realidades das cooperativas, foi realizada uma estruturação dos ramos do cooperativismo no país (Imagem 1) passando de 13 (treze) para 7 (sete) – Agropecuário¹⁰; Crédito; Transporte; Trabalho, Produção de Bens e Serviços; Saúde; Consumo; e Infraestrutura (OCB, 2020).

Imagen 1. Diagrama da Reorganização dos Ramos do Cooperativismo.



Fonte: Anuário do Cooperativismo Brasileiro (OCB, 2019, p. 119).

Perim (2018) pontua que com a Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988), o movimento cooperativista no Brasil, teve um marco importante conquistado e definido, ou seja, a autogestão. Isto porque a Lei nº 5.764/71 disciplinava a criação de cooperativas, porém apresentava algumas restrições relacionadas à autonomia dos associados. Assim, com a CF/88, o Estado não pode mais interferir no sistema cooperativista, a não ser com o objetivo

¹⁰ Este ramo foi considerado no recorte do estudo desenvolvido nesta tese, uma vez que trabalhamos junto à uma cooperativa agropecuária e um grupo de produtores agropecuários de uma comunidade indígena.

de prestar apoio técnico e ou financeiro ou, também, nos casos das cooperativas que têm o capital como objeto social (Locatel; Lima, 2018).

Assim, com a autogestão, a responsabilidade pela gestão e pela fiscalização da cooperativa é inteiramente dos associados/cooperados, dos líderes e dos dirigentes, sem a necessidade de interferência externa que possam descharacterizar ou prejudicar a cooperativa (Perim, 2018). Porém, Laville (2009), no debate sobre autogestão e profissionalização das cooperativas, ressalta que a ausência da autogestão não precisa ser interpretada como algo que vai desabonar algumas experiências cooperativistas, sobretudo porque estas experiências são diversas e, nesse sentido, a contratação de funcionários não implica, necessariamente, em não cumprimento, por exemplo, do princípio de democracia na gestão.

Em face dessa discussão sobre os marcos conceituais e regulatórios do campo do cooperativismo no Brasil e no mundo, torna-se necessário entender melhor a sua origem e a sua configuração, internacionalmente e no país. Tais aspectos serão tratados na próxima seção.

2.2. COOPERATIVISMO NO MUNDO E NO BRASIL

A partir da primeira experiência cooperativista inglesa, em Rochdale, o cooperativismo foi ganhando espaço mundial, inicialmente nos países europeus, por meio de outras experiências cooperativistas. É importante ressaltar que, nesse processo de expansão, surgiram indivíduos que se tornaram precursores do cooperativismo e que contribuíram com suas ideias para o fortalecimento do movimento como é o caso, por exemplo, de Robert Owen, na Inglaterra, e de Charles Fourier, na França.

Robert Owen é considerado o pai do cooperativismo, uma vez que as suas ideias influenciaram significativamente a primeira experiência cooperativista do mundo, em Rochdale, Manchester, Inglaterra – dos 28 (vinte e oito) trabalhadores que participaram da criação da cooperativa em Rochdale, 6 (seis) tinham sido seus seguidores. Para Owen, o homem era resultado do seu meio social, ou seja, modificar o meio representava, também, uma modificação do próprio indivíduo.

Já com relação à influência de Charles Fourier, na França, surgiram cooperativas populares chamadas de falanistérios. Fourier idealizava comunidades nas quais os indivíduos deveriam viver com justiça e com harmonia, com respeito às diferenças e as particularidades, considerando-as como vontade divina (Reis Júnior, 2006; Sales, 2010; Schallenberger, 2003; Schneider, 2012). Essa idealização de Fourier, atrelada ao surgimento de cooperativas

populares, aproxima-se das experiências vivenciadas por grupos que não apresentam, necessariamente, uma formalização jurídica para a sua consolidação e a sua existência. Assim, o existir, nesse caso, enquanto grupo, enquanto comunidade baseia-se na própria definição estabelecida por quem vive coletivamente, pautando-se nos aspectos defendidos por Fourier.

Barbosa (2010) pontua que em função dos países europeus vivenciarem contexto semelhante, em termos históricos, sociais e econômicos, o movimento cooperativista ganhou força na Inglaterra, na França e na Alemanha. Segundo Schneider e Tartaruga (2005), na França, por exemplo, se destacaram, inicialmente, as cooperativas de produção, enquanto na Alemanha o destaque foi para as cooperativas de crédito.

Segundo Santos (2012), as experiências cooperativistas, em termos ideológicos, tiveram forte influência socialista, como aquelas inspiradas por Robert Owen. Entretanto, com a expansão outras ideologias/doutrinas também inspiraram as práticas cooperativistas, com destaque para a influência do socialismo utópico, do socialismo cristão e do liberalismo. Com a expansão do movimento, Marx também passou a estudá-lo, bem como Stuart Mill e Wolras, pensadores liberais neoclássicos (Xavier, 2013).

Atualmente, o cooperativismo é uma realidade global, podendo ser caracterizado como um movimento ou como um setor (Xavier, 2013). No que se refere ao movimento, Namorado (2009) ressalta que o cooperativismo carrega ideologias, valores éticos e políticos que estão atreladas ao seu conceito. Nesse sentido, Xavier (2013) destaca que o cooperativismo representa o conjunto de organizações que são ligadas por meio de uma doutrina cooperativista, partilhando, portanto, de uma mesma história, princípios e reflexão teórica sobre a realidade.

No que se refere ao cooperativismo enquanto setor percebe-se a sua expansão nas mais diferentes atividades, apresentando características e dimensões muito diversas, desde, por exemplo, pequenos grupos artesanais de pescadores e de agricultores, até grandes corporações agropecuárias e manufatureiras (Namorado, 2009). No primeiro caso, pequenos grupos, é comum encontrarmos experiências que estão mais enraizadas nas comunidades das quais tais grupos fazem parte e, não raro, desenvolvem atividades produtivas em menor escala, por meio da ajuda mútua, da solidariedade e do bem estar coletivo. Por outro lado, quando se pensa no segundo caso, falamos dos grandes proprietários de terras que, na grande maioria das vezes, buscam expandir cada vez mais os seus hectares de plantação, sobretudo por meio do cultivo de *commodities*, bem na perspectiva da propaganda “*agro é pop, agro é tech, agro é tudo*” (Santo, 2021).

Com relação à doutrina cooperativista, Irion (1997) considera que ela, ao congregar indivíduos que apresentam interesses em comum na busca por uma saída que contemple o interesse da coletividade, provoca uma mudança no ambiente competitivo por meio da cooperação, fazendo surgir novas oportunidades de trabalho, sendo capaz de promover melhorias para a vida destes indivíduos.

Assim, com essa doutrina cooperativista, o cooperativismo se expandiu e, portanto, as cooperativas estão presentes, e ainda em expansão, nos mais diferentes setores e ramos de atividades, apresentando características muito específicas e dimensões variadas, indo desde pequenos grupos de agricultores que, mesmo atuando sem nenhuma formalização jurídica que os constituam como grupos, se reúnem com o objetivo de fortalecer a produção e, dessa forma, garantir a comercialização de seus produtos, até grandes corporações, que apresentam todo um aparato tecnológico e uma infraestrutura para garantir a potencialização da produção (Namorado, 2009).

Para se ter uma dimensão da expansão do cooperativismo no mundo, segundo dados¹¹ da Aliança Cooperativa Internacional (ACI), em 2012 existia no mundo mais de 800 milhões de cooperados, enquanto em 2021 este número foi superior a 1 bilhão de cooperados, distribuídos em 3 milhões de cooperativas espalhadas pelo mundo. Além disso, enquanto em 2012 as cooperativas eram responsáveis por 100 milhões de postos de trabalho, em 2021 elas forneceram empregos ou oportunidades de trabalho para 280 milhões de pessoas no mundo (ACI, 2021).

Por falar em ACI, é importante ratificar que ela foi criada em Londres, em 1895, representando a maior autoridade mundial do cooperativismo, promovendo o fortalecimento do movimento cooperativista no mundo (Crúzio, 2002). De acordo com o relatório CIRIEC (2012), a criação da ACI contribuiu consideravelmente para o desenvolvimento do conceito moderno de economia social.

O surgimento da ACI ocorre em meio a dois grandes debates. O primeiro debate entre a autogestão e a profissionalização das cooperativas e o segundo relacionado à mudança revolucionária e às mudanças incrementais do cooperativismo em relação ao capitalismo. Sobre o surgimento da ACI, Cançado (2007, p. 42-43) pontua:

A constituição da ACI foi realizada em meio a um intenso debate entre duas correntes. Ambas acreditavam na transformação da sociedade através do cooperativismo, porém com diferenças de percepção de como se daria essa mudança. A primeira corrente, representando o cooperativismo de produção

¹¹ Os dados podem ser consultados em: <https://www.ica.coop/es> (ACI, 2021).

industrial e o cooperativismo agrícola, defendia o ponto de vista de que o processo de transformação da sociedade se daria através das cooperativas de produção e da abolição do trabalho assalariado, com os trabalhadores participando dos excedentes. A outra corrente liderada pelas cooperativas de consumo acreditava que as cooperativas de consumo iriam expandir-se e assumir progressivamente os setores produtivos industrial e agrícola, com empresas sob seu controle, porém esta corrente defende a utilização do trabalho assalariado e a não participação dos trabalhadores nos excedentes.

Nesse processo de expansão, o cooperativismo se desenvolveu assumindo seu lugar nos campos científico, político/ideológico e da prática, ganhando relevância na Europa também em função dos resultados econômicos alcançados e se expandindo para outros continentes.

No Brasil, o cooperativismo foi originalmente introduzido por imigrantes europeus, no final do século XIX e a partir do século XX (Singer, 2003; Cançado, 2007). Essa introdução inicial do cooperativismo ocorreu principalmente nas regiões Sul e Sudeste, como uma estratégia para superar as situações de flagrante desamparo em que a população vivia. Nesta época, conforme ressalta Gaiger (2013), surgiram as primeiras cooperativas de consumo, de crédito e agropecuárias, localizadas principalmente nos Estados do Rio Grande do Sul, São Paulo e Rio de Janeiro.

De acordo com Pinho (2004) e Egewarth (2015), a primeira cooperativa criada no Brasil foi a Sociedade dos Funcionários Públicos de Ouro Preto, em 27 de outubro de 1889, ou seja, uma cooperativa do ramo de consumo, na cidade de Ouro Preto, em Minas Gerais, representando, inclusive, a história do cooperativismo formal no Brasil.

Segundo Annibelli (2008), as primeiras experiências relacionadas ao cooperativismo brasileiro ocorreram no final do século XIX, na cidade de Limeira, São Paulo, em 1891, por meio da criação da Associação Cooperativa dos Empregados, e no estado de Pernambuco, em 1894, com a criação da Cooperativa de Consumo de Camaragibe.

No que se refere aos aspectos legais do cooperativismo no Brasil, Velloso e Locatel (2011) e Locatel e Lima (2018) ressaltam que há dois momentos importantes no cooperativismo antes da Constituição Federal de 1988. De acordo com os autores, o primeiro momento é denominado de pré-cooperativo, sendo posterior a Constituição de 1891, no qual surgiram cooperativas de consumo em São Paulo e em Pernambuco, bem como a criação de cooperativas de crédito no Rio Grande do Sul.

O segundo momento do cooperativismo no Brasil ocorreu depois de 1932, representado pela promulgação da Lei Básica do Cooperativismo Brasileiro, por meio do Decreto nº 22.239/32, uma vez que o Estado buscava promover o cooperativismo com o

objetivo de desenvolver as forças produtivas do setor agrícola, especialmente por acreditar que o modelo agroexportador seria o responsável por garantir a superação dos efeitos da crise de 1929 (Velloso; Locatel, 2011; Locatel; Lima, 2018).

A partir dos anos 1970, as cooperativas passam a se organizar por meio do sistema da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), que foi criada em 1969. Em seguida, em 1971, especificamente no dia 16 de dezembro, a Lei nº 5.764 é promulgada, definindo a Política Nacional de Cooperativismo, substituindo a legislação anterior a respeito do cooperativismo e promovendo a unificação do sistema de representação por meio da OCB (Locatel; Lima, 2018).

Perius (2001) e Locatel e Lima (2018) pontuam que um terceiro momento do cooperativismo brasileiro ocorre a partir da CF/88, ou seja, o momento da autogestão, na qual as cooperativas não sofreriam mais com a intervenção do Estado. Esse momento representa certa emancipação do cooperativismo em relação ao Estado, uma vez que as cooperativas passam a ser independentes, tendo total autonomia para atuarem, com exceção de algumas especificidades atreladas às cooperativas de crédito.

Segundo o Anuário do Cooperativismo Brasileiro, publicado em 2023 pela OCB, com base em dados coletados em 2022, o número de cooperativas vinculadas à instituição é de 4.693, distribuídas nos 7 (sete) ramos do cooperativismo, conforme pode ser observado na Tabela 1¹².

Tabela 1. Cooperativas, Cooperados e Empregados por Ramo do Cooperativismo.

Ramos	Cooperativas	Cooperados	Empregados
Agropecuário	1.185	1.011.023	249.584
Consumo	235	2.149.713	14.471
Crédito	728	15.501.804	99.331
Infraestrutura	284	1.293.467	7.061
Saúde	720	253.667	135.633
Trabalho, produção de bens e serviços	655	182.783	12.407
Transporte	886	96.697	5.748
Totais	4.693	20.489.154	524.235

Fonte: OCB (2023).

Em comparação ao Anuário do Cooperativismo Brasileiro publicado em 2021 (OCB, 2021b), observamos que houve uma redução de 3,59% no número de cooperativas, uma vez que de acordo com os dados divulgados foram registradas 4.868. De acordo com a OCB, essa redução ocorreu em função da necessidade de reorganização do setor, mediante a adaptação

¹² Número referente às cooperativas que foram registradas na OCB até a data de 31/12/2022. Os dados podem ser consultados em: <https://anuario.coop.br/brasil/cooperativas> (OCB, 2023).

às mudanças do mercado (OCB, 2023). Porém, apesar dessa redução – que também pode ser um reflexo de processos de fusão e de incorporação das cooperativas –, houve aumento não só no número de cooperados, mas também no número de empregados vinculados às cooperativas.

Percebemos que o ramo agropecuário é o que apresenta o maior número de cooperativas, representando 25,2% do total. Com 47,6% do total, o ramo agropecuário também se destaca no número de empregados vinculados às cooperativas. No que se refere ao número de cooperados, o destaque é do ramo de crédito, representando 75,7% do total, enquanto o ramo agropecuário, com relação ao número de cooperados, representa 4,9%.

Na tabela 2, ainda com base no Anuário do Cooperativismo Brasileiro (OCB, 2023), temos um detalhamento das cooperativas por região do país e os estados que se destacam em cada uma delas, independentemente do ramo de atuação. Percebemos que a região Norte é a região que apresenta o menor número de cooperativas no país, embora não esteja tão distante, em termos absolutos do número apresentado pela região Centro-Oeste, representando, respectivamente, 12,19% e 12,85% do total de cooperativas.

Tabela 2. Número de Cooperativas por Região e Estado com destaque por Região.

Regiões	Nº de Cooperativas	Estado/Região com maior nº de Cooperativas
Sudeste	1.799	Minas Gerais (818)
Sul	842	Rio Grande do Sul (369)
Centro-Oeste	603	Goiás (260)
Nordeste	877	Bahia (154)
Norte	572	Pará (194)
Totais	4.693	-

Fonte: OCB (2023).

Ainda segundo dados da OCB (2023), no que se refere ao número de cooperados – total de 20.489.154 –, 6 (seis) estados ultrapassam o número de 1 milhão, com destaque para os três estados da Região Sul, especialmente Santa Catarina que, embora fique atrás do Rio Grande do Sul como estado do Sul com o maior número de cooperativas, sendo que SC tem 251, enquanto RS tem 369 – a nível de Brasil, o RS só fica atrás dos estados de Minas Gerais e de São Paulo que apresentam, respectivamente, 818 e 628 cooperativas –, apresenta o maior de cooperados, com 3.925.709, representando 19,2% do total. Completam a lista dos 6 (seis) estados com o maior de cooperados, ultrapassando a marca de 1 milhão, respectivamente, Rio Grande do Sul, São Paulo, Paraná, Minas Gerais e Mato Grosso. Esses 6 (seis) estados juntos somam 17.090.628 cooperados, representando 83,4% do total.

Foram registrados 524.235 empregados vinculados às cooperativas. Deste total, apenas o estado do Paraná registrou um número superior a 100 mil empregados, com 133.155, representando 25,4% do total. Os estados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul, São Paulo e Minas Gerais registraram número superior a 50 mil empregados apresentando, respectivamente, 88.544, 70.699, 68.657 e 53.559 (OCB, 2023).

Na região Norte do país, segundo dados da OCB (2023), o estado do Pará é o que apresenta o maior número de cooperativas, com 194, representando 33,9% do total de cooperativas da região e 4,1% do total de cooperativas registradas no Brasil. O destaque do Pará também se refere ao número de empregados vinculados às cooperativas, com 7.561, o que representa 45,7% do total da região. Porém, no que se refere ao número de cooperados, o destaque vai para o estado de Rondônia, com 389.836 cooperados, representando 69,3% do total de cooperados da região.

Segundo os dados da OCB (2023), Roraima não apresenta nenhuma cooperativa do ramo consumo vinculada à instituição. Destacam-se os ramos transporte e agropecuário com o maior número de cooperativas, apresentando, respectivamente 20 e 17 – panorama praticamente igual ao apresentado em 2021, conforme os dados divulgados no anuário, quando os dois ramos em questão também se destacaram como os que apresentavam o maior número de cooperativas, apresentando, respectivamente 20 e 16 (OCB, 2021b).

Cançado (2007) destaca que em função da expansão do cooperativismo e de seus ideais, novas necessidades vão surgindo. Dentre essas necessidades, a de abandonar a autogestão plena – na qual exclusivamente os cooperados assumiam, nas primeiras experiências cooperativistas, todas as atividades dos empreendimentos – e a de realizar investimentos focados na competitividade – como, por exemplo, na contratação de funcionários –, possibilitando a disputa dos mercados. Nessa perspectiva, surgem, por exemplo, no contexto global, grandes conglomerados cooperativos.

Assim, é importante ressaltar que embora o cooperativismo tenha as suas raízes no movimento operário, Namorado (2009) adverte que ele não pode ser entendido como exclusivamente operário, nem desde o seu início e nem em todos os casos. O autor ressalta, ainda, que também não se pode afirmar que o cooperativismo tenha se mantido, ao longo dos anos, como um movimento essencialmente característico da classe operária, inclusive considerando a grande diversidade de empreendimentos.

Nesse sentido, Xavier (2013) destaca que ainda que os empreendimentos cooperativos façam parte do mesmo universo cooperativista, estes apresentam características particulares, por exemplo, de porte e de funcionamento bem diferenciadas, abrigando, portanto, grupos

distintos sob diferentes aspectos (tamanho, princípios, estratégias, governança, entre outros). Portanto, no cooperativismo brasileiro, essa diversidade de empreendimentos representa características muito específicas das cooperativas que faz com que as mesmas, ainda que não se apresentem com contornos rígidos, sejam agrupadas em, pelo menos, dois segmentos: o chamado cooperativismo tradicional, no qual prevalece um direcionamento mais voltado para a dimensão econômica e o cooperativismo popular, que se caracteriza por ser mais enraizado na comunidade.

Dito de outra forma, em linhas gerais, o cooperativismo tradicional é caracterizado pela atuação em ramos de atividades típicas de mercado, apresentando, dentre outros elementos, um foco econômico, exigindo destas cooperativas contornos e estratégias competitivas para garantir a sobrevivência e a concorrência com o mercado capitalista tradicional (França Filho, 2002). Dessa forma, neste segmento, as cooperativas aproximam-se, portanto, mais do modelo de empresa, estando voltadas à eficiência e à lógica de mercado.

O cooperativismo popular, por sua vez, também engloba a eficiência econômica, mas por ser constituído por cooperativas menores que estão inseridas no território, em tese, apresentam maior conexão com as comunidades nas quais se inserem ou das quais fazem parte. Nesse sentido, tais empreendimentos já nascem com o foco de promover a inclusão social e melhoria das condições de vida dos seus membros e das comunidades onde atuam. Nessa perspectiva, Rodrigues e Lopes (2018, p. 1021) ressaltam que o cooperativismo é “[...] um caminho que mostra que é possível unir desenvolvimento econômico e desenvolvimento social, produtividade e sustentabilidade, o individual e o coletivo”.

Para tratar das especificidades do cooperativismo popular, discutimos na próxima seção suas características e importância no Brasil.

2.3. COOPERATIVISMO POPULAR: PRESERVANDO PRINCÍPIOS E INDO ALÉM DA DIMENSÃO ECONÔMICA

Carvalho (2010) destaca que, no Brasil, em função do modelo utilizado e de suas características, o cooperativismo tradicional, de forma geral, se configura como empreendimentos que se aproximam e se assemelham as empresas capitalistas.

Nesse sentido, se coloca na prática e nos estudos cooperativistas uma separação do cooperativismo considerado como tradicional, tendo como maior foco a dimensão econômica e a performance do negócio cooperativa, e o popular, mais enraizado na comunidade. Tal distinção acaba por promover, grosso modo, uma segmentação entre as grandes e as pequenas

cooperativas, respectivamente. Sobre isso, Búrigo (2007) ressalta que no primeiro caso se enquadram àqueles que enxergam as cooperativas como empreendimentos comerciais, sendo estes balizados pelos pressupostos capitalistas, nos quais a dimensão econômica acaba se sobressaindo e norteando as suas ações e as suas práticas.

Por outro lado, no segundo caso, que ele denomina de novo cooperativismo, se inserem àqueles que primam pelo resgate dos valores e dos princípios cooperativistas e acreditam, sob a perspectiva social, no potencial transformador da cooperação, sendo responsável por, ou apresentando potencial para, promover mudanças nas comunidades onde estão inseridas (Búrigo, 2007). Neste trabalho compreendemos esse sub-universo enquanto cooperativismo popular, pois não consideramos um novo movimento, mas a essência do movimento cooperativista brasileiro.

Dessa forma, no Brasil, esse movimento relacionado ao resgate dos valores e dos princípios cooperativistas, engloba grupos que aos poucos passaram a questionar o modelo de cooperativa predominante, ou seja, o cooperativismo tradicional. Assim, nesse movimento, há um resgate dos princípios que deram origem ao movimento e, além disso, tem-se por foco a inscrição territorial dos empreendimentos, por meio do fortalecimento dos aspectos social e político, bem como uma forte inspiração na Economia Social e Solidária (ESS), tendo em vista a promoção de princípios como autogestão, democracia e participação (Xavier, 2013).

No que se refere aos valores que fundamentam a doutrina cooperativista, que dialogam com a ESS, o quadro 3 apresenta uma síntese.

Quadro 3. Valores do Cooperativismo.

Valores	Definições
Solidariedade	É um valor essencial para a existência e para o fortalecimento da cooperação entre os cooperados e entre estes e a cooperativa. Assim, representa o compromisso, ou seja, a responsabilidade recíproca entre as pessoas, se configurando, dessa forma, em força conjunta e, também, garantindo o bem individual. Portanto, pode ser considerada como uma espécie de reciprocidade obrigacional, balizada pelo interesse comum, promovendo a prática da ajuda mútua, da cooperação, bem como contribuindo para solidificar o empreendimento.
Liberdade	Expressa o direito de escolha que cada indivíduo possui no que se refere à cooperativa, na qual pretende, por exemplo, se associar. Assim, este indivíduo tem o direito de manifestar a sua vontade, desde o seu ingresso até a sua saída da cooperativa, sendo garantido a este, enquanto cooperado, o direito de movimentar-se, bem como de expressar-se, de acordo com a sua vontade e a sua consciência, respeitado os limites coletivamente definidos.
Democracia	Refere-se ao pleno direito que é concedido aos cooperados em participar de todas as atividades da cooperativa, em todas as suas dimensões, sobretudo pela a sua palavra e pelo o seu voto. Em contrapartida, todos devem respeitar às deliberações majoritárias, ou seja, que receberem o voto da maioria. Ademais, considera-se, também, por meio desse valor, o acesso universal, ou seja, é

	vedado qualquer tipo de descriminação. Esse valor representa, por tanto, o exercício da cidadania cooperativa.
Equidade	Valor relacionado à garantia da igualdade de direitos para todos os cooperados, por meio do julgamento justo e imparcial, considerando tanto os aspectos econômicos quanto os sociais.
Igualdade	Valor que promove a garantia dos mesmos direitos e dos mesmos deveres para todos os cooperados. Dessa forma, evita que exista qualquer tipo de segregação, seja por questões socioeconômicas, raça, gênero ou sexo, ideologia política, religião, idade ou, ainda, qualquer outra preferência ou característica pessoal.
Responsabilidade	Por meio desse valor, cada cooperado assume total responsabilidade pela viabilidade da cooperativa. Nesse sentido, compromete-se em participar das atividades sociais, bem como responder por todos os seus atos, conduzindo-se, não só com retidão moral, mas também com respeito às regras estabelecidas coletivamente, com foco em um adequado convívio.
Honestidade	Valor que está relacionado ao fato do indivíduo ser verdadeiro, considerando toda a sua maneira de viver, ou seja, apresenta caráter probo, incorruptível, com honradez, dignidade e compostura.
Transparência	Refere-se à atuação com clareza na condução da cooperativa, ou seja, sem deixar nada obscuro, com “brechas”, ambiguidades ou segredos que possam se desdobrar em dúvidas ou em suspeitas. Assim, todos devem ter conhecimento claro e preciso acerca da vida da cooperativa, em todas as suas dimensões.
Responsabilidade socioambiental	Valor que está relacionado ao compromisso da cooperativa com a comunidade na qual está inserida, bem como com o bem-estar dos indivíduos e com a proteção do meio ambiente, englobando o desenvolvimento econômico e social e o respeito ao equilíbrio necessário e os limites apresentados pelos recursos naturais.

Fonte: Elaborado com base em Meinen (2011), Schneider (2012) e Meinen e Port (2014).

Santos e Senhoras (2016) ressaltam tais valores, por apresentarem abrangência que ultrapassam o movimento cooperativista, são considerados como imperativos morais e perenes, bem como precedem e dão origem aos princípios que norteiam o cooperativismo. Assim, para os autores, os valores possuem caráter genérico e permanente, tornando-se, dessa forma, imutáveis, enquanto os princípios são específicos e mutáveis, conforme as circunstâncias do lugar e do tempo. Ressaltam ainda que “o valor é o modo de ser, enquanto que o princípio o modo de agir” (Santos; Senhoras, 2016, p. 54).

Destacamos que, no campo da ESS, as cooperativas se configuram como as formas jurídicas mais tradicionais e mais fáceis de distinguir, pois elas, na sua atuação, efetivamente conseguem promover a junção das dimensões econômica, social e política (Barea Tejero; Monzón, 2002; Defourny, 2009). Porém, conforme ressalta Defourny (2009), a ESS se tornou com o passar dos anos uma árvore que apresenta muitas ramificações, pois vale destacar que o campo da ESS não se restringe às cooperativas, mas inclui outras formas jurídicas e organizacionais.

Para Carvalho (2010, p. 52), “[...] a tentativa de implementação de práticas cooperativistas voltadas verdadeiramente para um projeto autogestionário, participativo e

democrático-popular” representa, nesse contexto de resgate do cooperativismo no Brasil, um desafio travado pela ESS. Portanto, estão inseridos neste movimento de resgate os empreendimentos cooperativos menores e, como já mencionado, imersos no território, que têm por objetivo: a sustentabilidade destes empreendimentos, a melhoria da qualidade de vida das famílias que deles fazem parte e a promoção do desenvolvimento local (Cançado, 2007, Oliveira, 2003, Singer, 2003).

A inscrição territorial é um elemento ressaltado por Jesus e Tiriba (2009) e Namorado (2009). Para eles os pequenos empreendimentos estariam mais enraizados na comunidade, promovendo o fortalecimento dos laços comunitários, visando não só a geração de alternativas de renda, mas também a melhoria das condições de vida das comunidades estando, portanto, mais relacionados com o que preconiza o sétimo princípio do movimento cooperativista.

Dessa forma, considerando o princípio cooperativista foco desta tese (Interesse pela Comunidade), bem como o recorte voltado para as cooperativas populares enquanto empreendimentos que se aproximam mais dos valores cooperativistas é importante abordar mais de perto a sua relação com a ESS o que será discutido no próximo item.

2.4. DO COOPERATIVISMO À ECONOMIA SOCIAL E SOLIDÁRIA (ESS): OLHAR PARA O COOPERATIVISMO POPULAR

A economia social, nos moldes em que se conhece hoje, teve início na França, na década de 1970, quando foi instituído um comitê nacional pelas organizações representativas das cooperativas, mutualidades e associações (Ciriec, 2012). Porém, o termo economia social possivelmente surgiu pela primeira vez na literatura econômica em 1830, com uma publicação de um tratado de economia social, focada em uma abordagem moral da economia, pelo economista liberal francês Charles Dunoyer (Ciriec, 2012).

Defourny, Favreau e Laville (1997) ressaltam que o crescente interesse de estudiosos de diferentes países e também de diferentes áreas pelas novas iniciativas econômicas do tipo associativo ou cooperativo se deu a partir da segunda metade de 1970. Essas iniciativas não se enquadravam nem no segmento da empresa privada considerada “clássica” e nem no da economia pública.

Sobre a Economia Social, Andion (1998, p. 11) destaca que “anteriormente confundida com a economia política, no século XIX a economia social torna-se autônoma e [realiza uma crítica ao mesmo tempo em que] busca a partir de então corrigir as disfunções do

modelo capitalista nascente”. Pontua, ainda, que essa “nova” economia emerge como uma resposta aos desdobramentos negativos provocados pela Revolução Industrial e que os principais pensadores utopistas faziam críticas a noção de economia formal, sobretudo pela insistência desta em negligenciar a relevância da dimensão social.

As cooperativas, mutualistas e associações, devido ao desenvolvimento das experiências dessa nova economia, passaram por uma acelerada especialização em função da necessidade de ajustamento às regras impostas pelo mercado, fazendo com que a teorização da economia social se aproximasse cada vez mais das teorias empresariais clássicas, com foco na competitividade. Assim, o quadro teórico da economia social clássica passou a não dar mais conta de interpretar outras dinâmicas associativas (Andion, 1998).

Em função do aprendizado adquirido por meio dessas experiências da economia social e, levando em consideração essa limitação do aporte teórico na interpretação de novas dinâmicas associativas, Andion (1998, p. 13) ressalta que “[...] autores apontam o surgimento de um novo movimento durante a década de 1980, o qual se caracteriza essencialmente pelo retorno à noção de ‘solidariedade’, pela valorização do espaço local e pelo aparecimento de iniciativas comunitárias de um novo tipo”. Esse movimento que se apresenta nos campos acadêmico e da práxis vem sendo chamado na literatura internacional e no Brasil de Economia Social e Solidária (ESS).

Prades e Costa-Prades (2005) ressaltam que a economia social seria a “pioneira” e que a economia solidária representaria uma “renovação” da economia social. Para Defourny (2009), as atividades que dão importância a uma combinação entre o modo de produção privado, coletivo, com finalidades públicas e que não são focadas no lucro são descritas como atividades características de ESS. Ainda segundo o autor, o conceito de solidariedade pode ser facilmente agregado à definição da Economia Social e, nesse sentido, é possível chamar a Economia Solidária de Nova Economia Social ou, até mesmo, de ESS.

De acordo com o relatório do Ciriec (2012), o conceito de economia solidária se expandiu na França, bem como em alguns países da América Latina no último quarto do século XX, estando atrelado ao desenvolvimento acelerado do novo associativismo e cooperativismo ou, ainda, talvez seja mais oportuno mencionar cooperativismo popular, ou seja, àquele que engloba empreendimentos menores e muitos informais, inseridos no território, isto é, experiências e coletivos, por exemplo, mais enraizados na comunidade, e sendo considerada como uma alternativa para dar respostas às novas necessidades sociais de grupos em risco de exclusão social.

A Economia Social e Solidária, de acordo com Laville *et al.* (2005, p. 253), pode ser assim definida:

[...] um componente específico da economia, ao lado das economias de mercado e pública, que compõe um conjunto de atividades econômicas submetidas a um agir democrático, no qual as relações sociais de solidariedade primam sobre o interesse individual ou o lucro material.

Embora os termos economia social e economia solidária apresentem gêneses semelhantes, França Filho (2002) ressalta que os termos tratam de fenômenos distintos. Nesse sentido, Laville (2001) e França Filho (2002) enfatizam que a economia solidária é uma reatualização do ideário associativista que a economia social clássica perdeu ao longo do tempo.

Andion e Serva (2006a), por sua vez, afirmam que o termo economia social não é tradicionalmente utilizado no Brasil e que não há uma visão dominante sobre as organizações que compõem o campo ou ainda sobre o seu papel social, o que se reverte numa pluralidade de abordagens e discursos dominantes no campo. Por outro lado, mencionam, ainda, que as organizações que atuam na interface entre o mercado e a sociedade compõem um fenômeno crescente e já expressivo, não só no meio acadêmico, mas também na prática. Ao contrário da realidade brasileira, no contexto internacional, principalmente na Europa latina, a literatura sobre ESS é bastante vasta.

No que se refere à economia solidária, França Filho (2001) menciona que o termo surgiu, no início dos anos 1990, por meio de trabalhos desenvolvidos na França, por Jean Louis Laville e Bernard Eme. Esses autores tinham por objetivo “dar conta da emergência e desenvolvimento recente de um fenômeno de proliferação de iniciativas e práticas socio-econômicas diversas” (França Filho, 2001, p. 56). Corroborando com essa tentativa de precisar o surgimento da economia solidária, Godoy (2008) ratifica que o termo foi forjado na década de 1990, perpassando as discussões sobre as desigualdades sociais em função do crescimento econômico.

Para Laville e Gaiger (2009), a economia solidária é uma noção que é utilizada em vários continentes, apresentando diferentes definições que perpassam a concepção de solidariedade, em contraste ao individualismo utilitarista, que é caracterizado pelo foco no comportamento econômico, predominante nas sociedades de mercado.

Assim, a economia solidária não é, necessariamente, um novo conceito, mas um resgate das origens da economia social, evitando-se separar as dimensões econômica, social e

política da economia (Laville; Roustang, 1999), sobretudo porque a junção dessas dimensões representa o centro da ESS. Nessa perspectiva de não separação dos componentes que estão presentes na economia solidária, especificamente a utilidade social e o elemento econômico, Silva Júnior *et al.* (2015), ao estudarem Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCD), mencionam que o elemento econômico “[...] está a serviço da utilidade social do empreendimento, dos benefícios coletivos produzidos e do desenvolvimento endógeno gerado no território” (p. 153).

Sobre a economia solidária, Gaiger (2009, p. 82) pontua que:

Na Europa, a Economia Solidária constitui de certo modo um novo capítulo da história da Economia Social, cujas raízes mais distantes datam do século XIX. Nesta época, face às turbulências sociais provocadas notadamente pela revolução industrial, o associativismo surgiu como uma resposta de operários e camponeses, caracterizando-se desde esses primórdios por formas de gestão autônomas e democráticas.

No campo da ESS, Knabben (2018) destaca que um desafio global enfrentado diz respeito à grande quantidade de terminologias utilizadas nos estudos. Dessa forma, diversos conceitos são empregados para se referir ao mesmo fenômeno como, por exemplo, “economia social”, “economia solidária”, “terceiro setor”, “organizações não governamentais” e “organizações sem fins lucrativos”.

A autora ainda pontua que em função desse desafio, é comum existirem questionamentos nos estudos que são desenvolvidos sobre as iniciativas de ESS como, por exemplo, se tais iniciativas poderiam, ou não, ser compreendidas como pertencentes ao Terceiro Setor. De acordo com França Filho (2002), o termo “terceiro setor” é impregnado pela ideia de filantropia, com herança da tradição anglo-saxã, sendo incluído ao universo das organizações sem fins lucrativos.

Para além desse desafio, na tentativa de esclarecer as relações entre a Economia Social e a Economia Solidária, o Relatório Ciriec (2012) apresenta que o termo Economia Solidária é utilizado, principalmente, na França e na América Latina, com foco na necessidade de suprir as carências sociais, buscando promover transformações sociais. No que se refere à Economia Social, o relatório pontua que este termo engloba não só a definição, mas sobretudo as experiências de Economia Solidária. Ademais, enfatiza duas perspectivas: uma latino-americana e uma europeia. Na primeira, os empreendimentos são considerados como alternativos ao modelo capitalista, apresentando tendências marxistas; na segunda, as experiências dela derivadas são compatíveis com a ideia de mercado capitalista. Dessa forma,

por meio dessas relações existentes entre a Economia Social e a Economia Solidária percebe-se, na ESS, uma economia plural, que engloba as dimensões econômica, social e política da economia.

Nessa perspectiva de economia plural, França Filho (2001) enfatiza que um entendimento sobre a economia solidária implica em um novo olhar acerca da economia real, ou seja, sem necessariamente reduzi-lo à ótica do mercado, percebendo-a, efetivamente, enquanto uma economia plural, ou seja, “[...] uma economia que admite uma pluralidade de princípios do comportamento econômico” (França Filho, 2001, p. 242). Corroborando com essa perspectiva de economia plural, Laville *et al.* (2005, p. 254) pontua que a ESS “ativa os recursos de uma economia plural, mantendo os três componentes e os misturando de forma variável segundo as regulações próprias de cada experiência concreta”.

Nesse diálogo sobre as diferentes formas de regulação, para além da focada essencialmente no mercado, Andion (2005, p. 80) desenvolveu um estudo sobre a gestão no campo da economia solidária e pontua que “[...] a especificidade das organizações da chamada economia solidária pressupunha formas também particulares de interação dos seus membros e entre estes e o meio externo, assim como lógicas singulares de tratamento das atividades econômicas e técnicas”. Assim, nessas organizações, tais particularidades e as práticas desenvolvidas por elas tendem a contribuir para a formação de estilos muito próprios de gestão (Andion, 2005).

Dessa forma, no que se refere às diferentes formas de regulação, Andion (2005) em seu artigo, para analisar a dimensão econômica, especificamente as atividades econômicas inseridas nas relações sociais das organizações consideradas no estudo, resgatando a noção de economia substantiva definida por Karl Polanyi (1975), menciona outras formas de regulação da economia, conforme defendido por Jean-Louis Laville, ou seja, as trocas mercantis, a esfera doméstica, a redistribuição e a reciprocidade.

Sobre essas formas de regulação, Andion (1998; 2005), com base em Karl Polanyi (1975; 1983) e Laville (2002) traz alguns elementos novos para o debate sobre a dimensão econômica dessas organizações, evidenciando a hibridação de princípios de troca, domésticos, de redistribuição e de reciprocidade nessas organizações.

No caso das trocas, pressupõe-se a existência de um equilíbrio entre a oferta e a demanda do que é produzido, bem como de um sistema que cria valor, ou seja, representa os frequentes movimentos de compra e de venda, como os que ocorrem no mercado. Já na esfera doméstica, o trabalho e a produção empreendida pelas pessoas têm por foco atender às suas necessidades, muitas vezes relacionado às relações familiares, como na agricultura, por

exemplo. Já na redistribuição supõe-se a existência de uma autoridade, estando este no centro do modelo, que tem como elemento principal de sua organização a partilha entre os indivíduos, como nos repasses e financiamentos públicos e privados, por exemplo. Já na reciprocidade considera-se a existência de relações sociais de proximidade, bem como uma simetria entre os grupos que dela fazem uso, estando também associada à ajuda mútua por meio dos dons e de práticas de voluntariado (Andion, 1998; 2005).

No estudo desenvolvido por Andion (2005), a autora constata uma hibridação das diferentes formas de regulação nos empreendimentos de ESS, inclusive conferindo uma característica específica às atividades econômicas desenvolvidas pelas organizações estudadas por ela empiricamente, com foco na reciprocidade. Nesse sentido, a autora pontua: “[...] percebemos que a forma de regulação econômica mais característica nas organizações da economia solidária é a reciprocidade” (Andion, 2005, p. 92).

Ainda assim, a autora destaca a importância das demais formas de regulação, reforçando, portanto, a importância dessa hibridação dessas formas quando do desenvolvimento de suas atividades. Assim, a autora enfatiza que “tanto quanto a disponibilidade de meios financeiros, a reciprocidade e as relações de proximidade parecem constituir elementos essenciais para a perenidade das organizações do tipo solidário” (Andion, 2005, p. 93).

Barea Tejero e Monzón (2002, p. 20) também apresentaram uma síntese das características da ESS. Conforme os autores, as características podem ser assim resumidas:

- 1- Primazia das pessoas e da função social do trabalho em detrimento do pensamento de capital; 2- as pessoas que trabalham são os donos dos empreendimentos; 3- a adesão é voluntária e aberta com controle democrático de todos os seus membros, desde a base; 4- há uma confluência dos interesses dos membros, dos usuários e da população em geral; 5- defesa e aplicação dos princípios de solidariedade e de responsabilidade; 6- autonomia da gestão e independência dos poderes públicos; 7- aplicação dos excedentes ao fim social mediante redistribuição segundo o desejo dos membros para a criação de novos empregos, novas atividades, ou de novas empresas, redistribuição do capital investido, serviços aos membros, atividades culturais etc..

Percebemos, portanto, que a ESS dialoga com o cooperativismo popular, não só no que se refere às suas características e aos grupos que se enquadram nessas abordagens, mas também por considerarem a tripla dimensão (econômica, social e política) de inserção desses empreendimentos, em contraposição ao foco dado apenas à dimensão econômica no caso do cooperativismo tradicional. Silva Júnior (2004) pontua essa tripla inscrição quando menciona que todas as organizações que compõem o fenômeno da economia solidária no Brasil, dentre

elas as cooperativas populares, passaram “[...] a contemplar um triplo plano de atuação (social, econômico e político)” (p. 14).

Assim, partindo desses apontamentos sobre o cooperativismo popular e acerca da abordagem da Economia Social e Solidária, a próxima seção aborda o fenômeno estudado nesta tese, ou seja, o sétimo princípio cooperativista – interesse pela comunidade –, em diálogo com os debates sobre desenvolvimento, com foco na abordagem do Desenvolvimento Territorial Sustentável (DTS).

2.5. INTERESSE (S) PELA (S) COMUNIDADE (S): DE PRINCÍPIO A EFETIVAÇÃO NAS PRÁTICAS COOPERATIVISTAS EM DIÁLOGO COM O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL (DTS)

Como já mencionado dentre os princípios do cooperativismo, temos o interesse pela comunidade, que ficou explícito quando da última atualização destes, realizada em 1995, em uma reunião da ACI, em Manchester. Conforme abordamos anteriormente esse princípio dialoga com a abordagem da ESS, articulando as dimensões econômica, social e política, com foco no desenvolvimento local e sustentável das comunidades.

Assim, tratando-se de cooperativismo e do recorte dado para as cooperativas e os empreendimentos cooperativos agropecuários¹³ torna-se fundamental concentrar não apenas nas dinâmicas internas dos empreendimentos de ESS, mas na sua atuação externa, junto às comunidades. Dessa forma, é oportuno ratificar o questionamento já realizado anteriormente: os empreendimentos cooperativos populares da agricultura familiar no estado de Roraima praticam o interesse pela comunidade? O que revelam essas práticas? Quais efeitos nas comunidades, quais alcances, quais limites e quais desafios?

Tais questionamentos são fundamentais, especialmente porque, como destacam Cançado (2007) e o Ciriec (2012), o interesse pela comunidade traz a noção de desenvolvimento sustentável da comunidade como imbricada às práticas cooperativistas. Isso implica afirmar que as cooperativas são empreendimentos formados por pessoas e não apenas capital, o que permite definir com clareza o território ocupado e de influência dessas pessoas que as compõem ou estão no seu entorno, ainda que não façam efetivamente parte delas, mas também considerando o fato de que a conexão entre o funcionamento interno dessas

¹³ Quando utilizarmos os termos “cooperativas agropecuárias” e “empreendimentos cooperativos agropecuários” estamos nos referindo, respectivamente, àquelas vinculadas à OCB (“formais”) e àqueles que não são (o que não, necessariamente, representa informalidade).

cooperativas, ou desses empreendimentos cooperativos, e a relação dessas (es) com o seu entorno podem se configurar como elementos importantes para o desenvolvimento das próprias cooperativas e dos empreendimentos cooperativos.

Assim, o sétimo princípio nos convoca a pensar não apenas no funcionamento interno das cooperativas, mas nas interações desses empreendimentos com o meio nos quais estão inseridos. Diante disso, julgamos essencial tratar do Desenvolvimento Territorial Sustentável (DTS) como uma abordagem que pode contribuir para a reflexão acerca da compreensão sobre em que medida as práticas demonstram, ou expressam, o interesse pela comunidade, inclusive buscando identificar e compreender esse (s) interesse (s), pois ele (s) pode (m), por vezes, estar invisibilizado (s).

Para tanto, faz-se necessário levar em conta o debate sobre desenvolvimento, perpassando pela ideia de que, até o início dos anos 1970, este desenvolvimento estaria atrelado essencialmente à dimensão econômica, e pelas concepções de desenvolvimento territorial e desenvolvimento sustentável até chegar ao conceito de Desenvolvimento Territorial Sustentável (DTS) (Andion, 2007). Como demonstra essa autora, o termo “desenvolvimento” apresenta diferentes interpretações e diversos significados, configurando-se, portanto, em um amplo campo de debates e de discussões em diferentes áreas e disciplinas.

Sen (2010) destaca que o desenvolvimento tem por finalidade garantir liberdades substantivas individuais, ou seja, as pessoas devem ter acesso a uma boa alimentação, a saúde, a educação, a um meio ambiente saudável, a lazer, bem como a possibilidade de construir um ambiente com democracia, equidade e igualdade.

De forma geral, Vieira (2009) ressalta que, até o início dos anos 1970, a dimensão econômica, considerada em diferentes correntes (modernização nacional, estruturalista-desenvolvimentista e a dependentista), ditava as interpretações sobre o desenvolvimento. Para ele, mesmo com as diferenças existentes entre as correntes, a dimensão econômica era sempre privilegiada.

Corroborando com Vieira (2009), Melo (2015) destaca que existem diversas correntes de pensamento que abordam o processo de desenvolvimento de uma determinada região. Elementos como: forma de dependência, planos governamentais, inovações tecnológicas, arranjos produtivos locais, mudanças institucionais, mercados financeiros, dentre outros, são destacados de maneira específica dentro de cada uma dessas correntes.

Apesar dessas diferentes correntes de pensamento, Melo (2015) pontua, também, que existe algo em comum entre elas: todas estão baseadas em uma lógica predominante de

crescimento econômico¹⁴. Furtado (1967 *apud* Andion, 2007) destaca que o foco no investimento econômico como elemento-chave para impulsionar o desenvolvimento faz parte das concepções centrais de autores como Adam Smith, David Ricardo, John Stuart Mill e Joseph Schumpeter, que são considerados estudiosos clássicos da teoria do crescimento econômico.

As teorias clássicas do desenvolvimento como, por exemplo, as dos autores citados anteriormente e, também, Karl Marx, cada qual com suas características e particularidades, geram significados aos mecanismos operacionais do mercado, juntamente às classes sociais que dele fazem parte e, portanto, participam. Nesse sentido, cada teoria, à luz de suas especificidades, faz uma análise das transformações na vida das pessoas, bem como nas estruturas de produção, de consumo, de distribuição de renda, de acumulação de riquezas, de funcionamento das instituições políticas e sociais e, também, da distribuição de poder entre os diferentes grupos sociais e das perspectivas futuras, ou seja, das formas como estes influenciam o seu próprio futuro (Azoulay, 2002).

Para Andion (2007), o desenvolvimento é um conceito polissêmico, ou seja, assume diferentes significados ao longo da história, considerando as visões de mundo que os sustentam. Porém, em muitas correntes de estudos no campo da economia moderna convencionou-se interpretar o termo como sinônimo de progresso e aumento de riqueza.

Porém, como discute, a autora esse foco na dimensão econômica passou a ser questionado nos debates acadêmicos entre as décadas de 1980 e 1990, em função do aumento significativo da exclusão social e dos efeitos da crise socioambiental e climática que enfrentamos globalmente. Segundo a autora, essa conjuntura contribuiu para o fortalecimento das desigualdades regionais e inter-regionais, o que gerou, no caso do Brasil, a formação de grandes centros urbanos em contraposição às regiões periféricas rurais.

Assim, a ideia de desenvolvimento focada na dimensão econômica, considerando este desenvolvimento como sinônimo de crescimento vem sendo fortemente questionada, como já destacam, na primeira década do século XXI, autores como Sachs (2008) e Veiga (2008), sobretudo pela compreensão de que os modos de vida não são limitados a apenas uma dimensão (no caso, até este momento, a ênfase na dimensão econômica), mas englobam diferentes dimensões e estas não evoluem igualmente e nem na mesma direção.

¹⁴ A taxa de crescimento de um país passou a ser considerada tendo em vista o aumento do Produto Interno Bruto (PIB) apresentado pelo país em um determinado período, sendo este indicador resultado de três aspectos principais, que tendem a impulsionar a produtividade, a saber: i) a maior quantidade de recursos naturais, humanos e capital; ii) as melhorias nas qualidades dos recursos; e iii) os avanços tecnológicos (Brue; Grant, 2016).

Dessa forma, percebe-se que o desenvolvimento exige um olhar sistêmico e interdisciplinar que enxergue além da racionalidade objetivista que valoriza apenas o material como, por exemplo, o acúmulo de bens, e consolide a ideia de interrelação entre diferentes dimensões. Nessa perspectiva, Oliveira (2006) argumenta que o desenvolvimento deve ser compreendido como um movimento sinergético que possibilita equilíbrio dinâmico aos grupos que beneficia, com prioridade para o desenvolvimento humano, no que se refere à satisfação do seu bem-estar, e não somente focado na satisfação de suas necessidades materiais.

Ademais, contrariando o discurso acerca do desenvolvimento pensado como resultado apenas do crescimento econômico, Sachs (2010) passa a incluir, nos debates sobre o termo desenvolvimento, dimensões como a ambiental, a social, a política e a cultural. Nesse sentido, com as crises econômica e socioambiental, a compreensão de desenvolvimento como sinônimo de crescimento ou de progresso perde força e possibilita a emergência de novas abordagens que passam a considerar o caráter multidimensional da noção de desenvolvimento (Petrassi, 2014).

Nesta perspectiva, cabe ressaltar a abordagem do desenvolvimento territorial, na qual surge uma compreensão que permite a articulação entre diferentes dimensões como a espacial, a social, a política e a cultural. Essa abordagem é considerada por autores como Abramovay (2006) e Andion (2007) como sendo a mais favorável para a compreensão da multidimensionalidade de algumas dinâmicas do desenvolvimento e sua inscrição no espaço.

Segundo Abramovay (2006), essa abordagem surgiu na década de 1980, promovendo benefícios especialmente nos estudos rurais, uma vez que evidenciou que o meio rural não se limita a fronteiras agrícolas e, portanto, se faz necessário compreender a interação dos atores sociais no seu interior. A população rural precisa, portanto, ter condições de ampliar as suas escolhas e possibilidades. Para isso, deve ter meios que lhes possibilite participar dos processos de interiorização do crescimento econômico presente no Brasil. Porém, estes meios não se referem, necessariamente, apenas ao acesso a terra e ao crédito, mas englobam um conjunto de condições que possam promover a alteração do ambiente institucional local e regional, fazendo emergir os potenciais que cada território apresenta para contribuir com o processo de desenvolvimento (Abramovay, 1999).

Nesse ínterim, Andion (2009) menciona que o território passa a ser uma noção central para compreensão das dinâmicas de desenvolvimento, sobretudo porque, como destaca a autora, um determinado território possui recursos ativos específicos que contribuem na dinâmica de desenvolvimento do território em questão e que, portanto, não podem migrar de

uma região para outra. Corroborando com Andion (2009), Cazella *et al.* (2009) ressaltam que estes recursos podem ser materiais e imateriais, como um saber-fazer que esteja atrelado à história local.

Com vistas a apresentar suas linhas gerais desse debate, o quadro 4 apresenta uma síntese de algumas das escolas que abordam a relação entre as dinâmicas de desenvolvimento e o território, conforme Carrière e Cazella (2006).

Quadro 4. Escolas relacionadas ao conceito de desenvolvimento no território.

Escolas relacionadas ao conceito de desenvolvimento no território	
Escolas	Considerações
Teorias americanas do desenvolvimento <i>from below</i>	Presentes entre os anos de 1970 e 1980 se configuraram como teorias que promovem discussões sobre o planejamento de ações e de políticas públicas de baixo para cima, ou seja, <i>bottom up</i> , com o objetivo de possibilitar a promoção de políticas de desenvolvimento e de ordenação territorial.
Estudos da terceira Itália	Tinham por base a realização de observações empíricas de sistemas de industrialização difusa, sendo que os pesquisadores defendiam a hipótese de que, no âmbito internacional, a competitividade de microrregiões não deveria ser idealizada sob as perspectivas de desenvolvimento que defendiam a existência de grandes empresas integradas. Pelo contrário, defendiam um processo industrial que fosse formado por pequenos aglomerados de polos urbanos. Impulsionar os empreendimentos locais para a maturação de uma economia territorial representa o principal objetivo dessa escola. Sob a inspiração de Alfred Marshall surgem os Sistemas Produtivos Locais (SPL), sendo que esses sistemas valorizam a inovação e a economia regional, por meio de um melhor estreitamento entre a produção, o território e um empreendimento coletivo. A produção, no caso, envolveria pequenas e médias empresas (PME) que atuariam em rede no território; o território se configuraria no espaço priorizado por sua localização e/ou pelos variados tipos de recursos disponíveis; e o empreendedorismo coletivo englobaria de vários grupos locais a cadeias produtivas globais.
Escola de Grenoble, França	Apesar de essa escola apresentar diversos aspectos da escola italiana, ela retrata, Segundo Pecqueur (2009), uma dinâmica econômica global. O autor desenvolveu uma teoria do desenvolvimento territorial em áreas rurais que dialoga sobre as mudanças nos territórios como respostas para as crises, bem como retorna à definição da noção de território. Ademais, essa escola apresenta, em especial, duas grandes contribuições que merecem destaque, a saber: a) os Sistemas Agroalimentares Localizados (SIAL) e a cesta de bens. O SIAL engloba organizações de produção e de serviços como, por exemplo, as unidades de produção agrícolas, as empresas agroalimentares, as comerciais ou de serviço, sendo essas associadas por suas características e o seu funcionamento em territórios específicos. Fazendo referência à segunda contribuição dessa escola, Pecqueur (2009, p. 86), ressalta que o Sial pode adquirir um “rumo muito mais complexo quando os territórios produzem vários bens e serviços (especialmente turísticos) que, ao se combinarem, criam uma oferta composta particular, associada ao lugar”.

Fonte: Elaborado com base em Carrière e Cazella (2006).

Indo além dessa perspectiva territorial, Andion, Lévesque e Serva (2006) propõem relacionar esse debate com os estudos sobre desenvolvimento e meio ambiente. Os autores enfatizam a importância de se realizar estudos que levem em consideração experiências efetivas de exercício de desenvolvimento sustentável, em âmbito local, considerando os

macros objetivos relacionados a este desenvolvimento e também as micros iniciativas que promovem a sua efetivação na prática, mapeando os aprendizados, os avanços e os limites de tais experiências, não só como forma de contribuir para o seu fortalecimento, mas também para a sua disseminação.

Assim, ainda de acordo com os autores, seria uma forma de se contrapor ao movimento “de cima para baixo” presente nos estudos relacionados ao desenvolvimento e meio ambiente, especialmente vinculados mais às grandes discussões realizadas internacionalmente e por meio de amplas abordagens teóricas, do que efetivamente levando-se em conta as análises empíricas, por meio de experiências concretas (Andion; Lévesque; Serva, 2006).

Ademais, essas análises empíricas passam a se configurar como elemento forte dos estudos centrados no desenvolvimento territorial, defendendo uma teoria do desenvolvimento de “baixo para cima”, especialmente por comprovar, por meio da mobilização das comunidades locais, no sentido de valorizar as suas particularidades e as suas potencialidades, que os espaços locais não retratam apenas um espelhamento de movimentos globais (Andion; Lévesque; Serva, 2006). Nessa perspectiva, Andion, Serva e Lévesque (2006, p. 203) ressaltam que “[...] relacionar sustentabilidade e território pode ser um caminho frutífero para os estudos sobre o desenvolvimento, permitindo considerar as interfaces entre os fenômenos macro e micro”.

Diante dessas considerações, é oportuno mencionar que essa abordagem de DTS defendida pelos autores dialoga com o aporte teórico analítico apresentado até aqui, com o sétimo princípio do cooperativismo foco da presente tese – interesse pela comunidade – e, também, com o recorte realizado, ou seja, as cooperativas e os empreendimentos cooperativos agropecuários do Estado de Roraima e, em particular, com as experiências de cooperativismo popular que foram acompanhadas quando da realização do trabalho empírico.

Nesse sentido, cabe ressaltar, por exemplo, que o cooperativismo popular busca promover um resgate os princípios que deram origem ao movimento cooperativista e apresenta como uma de suas características marcantes a imersão no território. Além disso, na perspectiva da abordagem da ESS, esse cooperativismo, que representa a essência do movimento, comprehende empreendimentos que além da dimensão econômica, consideram, na sua atuação, também as dimensões social, cultural, política e ecológica, tendo por foco a promoção de transformações sociais não só no território, mas também na região em que atuam.

Promovendo um aprofundamento na compreensão do DTS autores como Abramovay (1998), Andion (2007), Dallabrida (2010), Schneider (2003) e Vale e Silva (2009), relacionam as abordagens de desenvolvimento territorial e desenvolvimento sustentável, pensando a articulação entre o território e a sustentabilidade, promovendo uma nova visão acerca da agricultura e do rural, ou seja, emerge a noção de “nova ruralidade”, com a pretensão de transcender a dicotomia rural-urbano.

Enquanto conceito, o desenvolvimento sustentável surge na década de 1970 com o texto “Os limites de crescimento”, de Dennis Meadows, publicado pelo Clube de Roma. No texto, é enfatizada a limitação do crescimento econômico e demográfico como a solução para a extinção dos recursos naturais, algo que para ele é considerado inevitável (Petrassi, 2014).

Na esteira dos debates sobre a sustentabilidade, vários eventos, a nível mundial, foram realizados ao longo dos anos – a exemplo da Conferência das Nações Unidas realizada no Rio de Janeiro, em 1992, e da Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável, também realizada no Rio de Janeiro, em 2012, denominada de Rio+20 –, com o objetivo de sensibilizar os governantes e a população mundial sobre a necessidade de desenvolver estratégias relacionadas ao Desenvolvimento Sustentável.

Ademais, entre os dias 31 de outubro e 13 de novembro de 2021, foi realizada na cidade de Glasgow, na Escócia, a 26^a Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (COP26), reunindo representantes de 200 (duzentos) países. Dentre os temas discutidos na conferência estão as ações de desenvolvimento e de preservação do meio ambiente, bem como a emissão de gases que provocam o efeito estufa e o aquecimento global (Dantas, 2021). Como resultados das discussões realizadas ao longo das duas semanas da conferência, o relatório final divulgado, conforme pontua Modelli (2021), decepcionou e também deixou lacunas como, por exemplo, o fato das nações mais ricas, e que contribuem para o aquecimento do planeta, dentre elas o Brasil, terem ignorado a criação de um fundo, voltado para os países mais vulneráveis, que seria direcionado para ações de prevenção e de reconstrução em função de eventos climáticos.

Em 2022, entre os dias 06 e 18 de novembro, em Sharm el-Sheikh, no Egito, ocorreu a 27^a Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (COP27) que, dentre os objetivos específicos por meio das discussões realizadas no evento, tinha por foco sair do campo das negociações e partir, efetivamente, para o planejamento das implementações das ações direcionadas a solucionar os problemas climáticos que o planeta vem apresentando de forma cada vez mais acentuada. Em outras palavras, colocar em prática as promessas que já foram feitas em outros eventos (Nações Unidas Brasil, 2022).

Mais recentemente, com o objetivo de discutir acerca do desenvolvimento sustentável na Amazônia, foi realizada entre os dias 08 e 09 de agosto de 2023, na cidade de Belém – Pará, a Cúpula da Amazônia, que, além de contar com a presença de outros convidados, reuniu os 8 (oito) representantes dos países que são signatários do Tratado de Cooperação Amazônica (TCA), a saber: Brasil, Bolívia, Colômbia, Guiana, Equador, Peru, Suriname e Venezuela.

As discussões realizadas no evento tinham por objetivo dar origem a um documento, denominado de Carta de Belém, estabelecendo uma nova agenda com vistas ao desenvolvimento sustentável da Amazônia, sendo considerados, portanto, os seguintes pontos: a) a proteção do bioma e da bacia hidrográfica; b) a inclusão social; c) o fomento de ciência; d) a tecnologia e a inovação; e e) o estímulo à economia local e a valorização dos povos indígenas, das comunidades locais e tradicionais e de seus conhecimentos ancestrais (Porto, 2023).

Além disso, uma das pautas principais do evento refere-se ao desmatamento na região, uma vez que se tornou imprescindível promover ações que contribuam efetivamente para a sua diminuição, sobretudo para que a Amazônia não chegue a um patamar de não retorno, o que poderia ocasionar a transformação da floresta tropical em uma savana, além de causar uma catástrofe ambiental, contribuindo significativamente para o aquecimento global (G1, 2023). Na esteira dessas discussões acerca da importância de se combater o desmatamento na região amazônica, Bijou (2020) ressalta a relevância da floresta por colaborar não só na regulação climática, mas também por contribuir para a conservação da biodiversidade do planeta.

Neste contexto, inclusive mesmo antes da realização de alguns dos eventos mencionados anteriormente, dada a gravidade dos problemas socioambientais a nível global e considerando que os acordos anteriores, possivelmente, não estavam contribuindo para a efetiva resolução de tais problemas, se coloca a Agenda 2030, que foi proposta na Cúpula das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável, em setembro de 2015, trazendo 17 (dezessete) objetivos do desenvolvimento sustentável (ODS) e, atrelados a estes objetivos, 169 (cento e sessenta e nove) metas que devem ser alcançadas até o ano de 2030. Para isso, a agenda apresenta ações envolvendo as dimensões econômica, social e ambiental, bem como a variável institucional, que se refere às competências que são necessárias para que os ODS possam ser efetivamente postos em prática (Estratégia ODS, 2021).

Sobre o cumprimento dos ODS, no cooperativismo, Chaves-Avila e Gallego-Bono (2020) ressaltam que os empreendimentos da Economia Social foram reconhecidos pela

Agenda 2030 das Nações Unidas como atores centrais, pelo papel que desempenham, para que os ODS sejam efetivados. Além disso, no que se refere às cooperativas, Dave (2021) destaca que há uma relação forte entre os valores e os princípios do cooperativismo e as ações estabelecidas nas 169 metas dos 17 ODS. Para além da essência do cooperativismo apresentar estreita relação com os ODS, Renato Nobile, superintendente do Sistema OCB, reafirma o compromisso do cooperativismo com os ODS quando destaca que “nós nos aliamos à ONU e ao PNUD para conscientizar nossas cooperativas da importância da nossa atuação para o cumprimento da Agenda 2030 [...]” (Sistema Ocepar, 2020).

A aproximação dos debates entre desenvolvimento sustentável e desenvolvimento territorial vai dar lugar à noção mais recente de Desenvolvimento Territorial Sustentável (DTS) (Sachs, 2007; Lévesque, 2010; Vieira *et al.*, 2010). Conforme pontua Petrassi (2014), nesta perspectiva o território ultrapassa a ideia de localização espacial e a sustentabilidade engloba diversas dimensões como a social, a econômica, a ecológica, a geográfica e a cultural, inspirando-se na ideia de ecodesenvolvimento.

Como descreve Sachs (1980) o termo foi lançado em 1972 na Conferência de Estocolmo por Mauricio Strong, secretário geral da Conferência. Segundo o autor o debate sobre o ecodesenvolvimento assumia a necessidade de conceber novos estilos de desenvolvimento e formas de produção e consumo com foco em uma gestão prudente dos recursos naturais, buscando equacionar as desigualdades sociais por meio de estratégias que fossem politicamente descentralizadas e economicamente solidárias.

Sachs (2007) considera a abordagem do DTS compatível com o ecodesenvolvimento, pois focaliza a necessidade de valorizar os recursos específicos e colocá-los a favor da realização das necessidades específicas de cada ecossistema. Nesse sentido, não há um modelo de desenvolvimento a ser seguido, mas dinâmicas e trajetórias específicas de desenvolvimento endógeno e dependente de suas próprias forças (*self-reliant*), considerando os limites ecológicos do crescimento econômico.

Resgatando os apontamentos de Andion (2009) e Cazella *et al.* (2009) sobre os recursos ativos específicos presentes nos territórios, Petrassi (2014) destaca que àqueles recursos que antes eram desconsiderados pelo modelo predominante de modernização agrícola, na abordagem do DTS passaram a se configurar como sendo fundamentais para promover o surgimento de novas redes de produção e de consumo alimentares. Dessa forma, a discussão sobre DTS distancia-se da dependência do Estado, em termos de recursos que por ele são descentralizados, e passa a focalizar as forças sociais que estejam interessadas em promover a valorização dos territórios e que estejam mobilizadas para fazer acontecer,

gerando, assim, novas instituições e potencializando o desenvolvimento das regiões (Abramovay, 1999).

Cazella (2008) e Vieira *et al.* (2010) destacam que a noção de localidade também se faz presente no DTS, ainda que a concepção de local seja relativizada em função do contexto global. Assim, segundo os autores, a análise acerca do território tem como desafio compreender o local no seu contexto global, assim como compreender o global projetado no local. Em outras palavras, analisar o local, com as suas especificidades, mas sem desconsiderar as influências que o contexto global exerce (ou pode exercer) sobre este local. Corroborando sobre a importância de se articular as escalas global e local, Andion, Serva e Lévesque (2006, p. 204) enfatizam que “[...] a análise das relações entre as noções de sustentabilidade e de território pressupõe que se leve em conta a articulação entre as escalas global e local”.

Atrelada a essa importância de se articular as escalas global e local, a análise das dinâmicas territoriais também privilegia um enfoque analítico que busque promover a integração entre as dimensões objetiva e subjetiva, considerando, portanto, o papel dos diferentes atores na construção da realidade, bem como os sentidos que estes atores atribuem a essa realidade construída, porém sem se limitar a isso (Andion; Serva; Lévesque, 2006), já que a crise socioambiental que enfrentamos tem uma sociomaterialidade explícita que nos é apresentada todos os dias e está escancarada aos nossos olhos com o aumento da temperatura global¹⁵ e a frequência dos desastres naturais e suas consequências, frente a crise climática que vivemos.

Portanto, considerando os apontamentos apresentados até aqui é possível argumentar, à luz do recorte proposto nesta tese, que as práticas que são realizadas pelas cooperativas e pelos empreendimentos cooperativos agropecuários do estado de Roraima podem trazer impactos, em diferentes graus e perspectivas, para as próprias cooperativas e os empreendimentos cooperativos, para as comunidades onde elas / eles estão inseridas / os, para o estado e, de forma mais ampla, para o Brasil e para o planeta. Desse modo, consideramos essas múltiplas contextualidades nesse jogo de escalas na pesquisa como propõe Revel (1998).

Ademais, de forma sintetizada, com base em Petrassi (2014, p. 65), apresentamos a seguir um quadro comparativo (Quadro 5) entre as abordagens de desenvolvimento

¹⁵ Dentre as 10 (dez) conclusões do Sexto Relatório de Avaliação (AR6) do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), lançado em 2023, consta que o aquecimento global de 1,1°C, que foi induzido pela humanidade, promoveu mudanças no clima do planeta sem precedentes na história recente (Boehm; Schumer, 2023).

(desenvolvimento territorial, desenvolvimento sustentável e desenvolvimento territorial sustentável):

Quadro 5. Síntese comparativa das abordagens de desenvolvimento.

Abordagens		
Desenvolvimento Territorial (DT)	Desenvolvimento Sustentável (DS)	Desenvolvimento Territorial Sustentável (DTS)
Abordagem deixa de ser setorial para ser territorial	Novas formas de desenvolvimento com gestão prudente dos recursos naturais	Utiliza um conceito de território como uma construção social que possui identidade própria
Pretende superar a dicotomia rural x urbano	Pretende diminuir as desigualdades sociais	Precisa da descentralização e compartilhamento de poder
Considera as diversas esferas da vida social	Considera a conexão do meio ambiente com o desenvolvimento	Considera fundamental a participação social
Visa o aperfeiçoamento da governança local (territorial)	Valoriza o caráter multidimensional do desenvolvimento	Valoriza a utilização de recursos locais para a solução dos desafios enfrentados
Emprega a noção de território construído	Emprega novas abordagens para enfrentar os desafios locais e superar a visão dual	Emprega a valorização dos vínculos rural-urbano como forma de facilitar o acesso a conhecimentos e serviços técnicos e financeiros

Fonte: Petrassi (2014, p. 65).

Cabe destacar que, diante das considerações apresentadas acerca do debate sobre o desenvolvimento, é possível observar uma estreita relação entre a proposta do DTS e os princípios do movimento cooperativista, sobretudo com o do interesse pela comunidade. Corroborando com essa percepção, Ribeiro, Nascimento e Silva (2012) destacam, por exemplo, que o compromisso com a comunidade é um elemento importante para a consolidação da cooperativa, possibilitando o alicerce necessário para conduzir, de forma equilibrada, as dimensões social, política, cultural e econômica.

Nessa perspectiva, Silva Neto *et al* (2003) ressaltam que o foco central do desenvolvimento, no que se refere às cooperativas, deve estar atrelado à uma tentativa de reestruturar as relações econômicas e políticas em nível territorial, bem como busca dar ênfase a identidade local e as fronteiras conceituais de espaço social, cultural e econômico, no sentido de contribuir na fixação da população, da inovação e dos empreendimentos à comunidade.

Dessa forma, as cooperativas passam, portanto, a serem autônomas, independentes e também instituições responsáveis pelo desenvolvimento das comunidades nas quais estão

inseridas. Essas características e responsabilidades foram ratificadas, de acordo com Cançado (2007) e Schneider (1999), a partir das alterações realizadas nos princípios cooperativistas, em função das discussões realizadas no Congresso da ACI em 1995. Essa responsabilização das cooperativas pelo desenvolvimento das comunidades nas quais atuam, segundo Cançado (2007), retrata uma incorporação da dimensão política às dimensões econômica e social e, nesse sentido, gera um fortalecimento político das cooperativas, sobretudo porque elas se tornam agentes ativas na mudança da realidade social, promovendo diferentes dinâmicas territoriais e, por meio delas, diversos conflitos, embates, acordos.

Nesse sentido, Andion, Serva e Lévesque (2006, p. 204) mencionam que:

O reconhecimento de dinâmicas sustentáveis de desenvolvimento será sempre uma construção social suscetível de variar segundo os períodos, os grupos considerados e os valores sociais predominantes. Esse processo é eminentemente político, já que pressupõe negociações e decisões tomadas pelos diferentes atores e grupos envolvidos nas dinâmicas territoriais.

Na esteira dos elementos que devem ser levados em consideração quando da análise das dinâmicas de desenvolvimento, Andion, Serva e Lévesque (2006), buscando promover o debate sobre a economia plural, com foco nas suas contribuições para analisar as dinâmicas de desenvolvimento territorial sustentável, apresentam três dimensões que também contribuem para o estudo em questão, especialmente como inspiração para a realização das análises e de reflexões frente às práticas cooperativistas identificadas à luz do sétimo princípio cooperativista e do aporte teórico e analítico apresentado.

Assim, os autores ressaltam que as contribuições da economia plural para analisar tais dinâmicas de desenvolvimento englobam tanto um caráter teórico quanto prático, sendo este em função da possibilidade de se analisar experiências concretas que ratifiquem a inscrição social, política e ecológica da economia e aquele atrelado a realização de estudos que considerem variáveis que são pouco exploradas pela economia tradicional (Andion; Serva; Lévesque, 2006).

Ressaltamos que para cada uma das dimensões abordadas, os autores pontuam algumas variáveis que podem ser consideradas quando da realização das análises das dinâmicas de desenvolvimento territorial sustentável à luz da economia plural, conforme pode ser observado no quadro 6.

Quadro 6. Dimensões para análise das dinâmicas de desenvolvimento territorial sustentável à luz da economia plural.

Dimensões	Aspectos relevantes	Algumas Variáveis
Econômica	Importância das organizações considerarem, dentro de um cenário de competitividade, elementos que não sejam necessariamente mercantis ou extra-econômicos como, por exemplo, as interações sociais, a aprendizagem, a troca de informações e de saberes, bem como a infra-estrutura institucional, englobando, dentre outros, as universidades, os observatórios e os centros de pesquisa.	a) melhoria da competitividade territorial e do reforço a sistemas produtivos locais, valorizando os recursos específicos e promovendo uma adaptação às necessidades locais; b) inovações nas formas de produção e de consumo, encorajando a participação dos consumidores e dos usuários na concepção do produto/serviço; c) hibridação de diferentes formas de regulação econômica expressas, dentre outras, pelo fortalecimento da economia social e solidária.
Sociopolítica	A concepção de política pública, que era planejada e colocada em prática de forma unilateral, passa a ser substituída pela noção de ação pública, planejada e executada considerando os diferentes atores envolvidos nos processos de desenvolvimento. O caráter social não pode ser definido exclusivamente em termos de custos, uma vez que ele representa um importante elemento gerador de vantagens comparativas, favorecendo um retorno elevado sobre o investimento.	a) fortalecimento dos laços sociais locais e das redes formais e informais de cooperação entre os atores das diferentes esferas, considerando, ainda, os conflitos e as diferentes formas de articulação; b) grau de mobilização dos atores locais e o estímulo ao empreendedorismo coletivo e institucional; c) valorização do patrimônio local (identidade, cultura e saber local), bem como das inovações institucionais, de forma a garantir a continuidade dos processos de desenvolvimento.
Ecológica	A variável ambiental passa a ser percebida não como um impedimento ao desenvolvimento, mas como uma oportunidade, condicionada à disponibilidade de recursos naturais, que deve ser identificada e considerada, associando a realização de pesquisas científicas aos saberes tradicionais das populações.	a) modalidades de apropriação, uso e gestão dos recursos naturais comuns; b) identificação das fontes de degradação e da promoção de ações corretivas e preventivas, promovendo a melhoria da qualidade socioambiental do território; c) estímulo de formas de produção e consumo ecologicamente prudentes.

Fonte: Elaborado com base em Andion, Serva e Lévesque (2006).

As discussões acima vão subsidiar o modelo analítico que será adotado neste trabalho. Mas antes de chegar nesta discussão, partir do recorte proposto no estudo – o 7º princípio do cooperativismo, as cooperativas e os empreendimentos cooperativos agropecuários de Roraima –, a próxima seção apresenta um panorama geral acerca do cooperativismo agropecuário em nível nacional, bem como alguns aspectos relacionados a este ramo na região Norte.

2.6. COOPERATIVISMO POPULAR E AGRICULTURA FAMILIAR: BREVE PANORAMA NA REGIÃO NORTE E NO ESTADO DE RORAIMA

As cooperativas agropecuárias estão vinculadas, como o próprio nome sugere, ao ramo agropecuário do cooperativismo. De acordo com a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), elas fazem parte do grupo mais significativo, com grande participação no Produto Interno Bruto (PIB) nacional e, inclusive, com grande impacto no mercado internacional, com elevados índices de importação e de exportação de produtos, tendo a China, a França e a Alemanha como os três principais países para onde os produtos brasileiros são destinados, com destaque para a China que assume o primeiro lugar, com 38,1%, enquanto a França representa 5,9% e a Alemanha com 5% (OCB, 2021b).

Em 2023, a OCB publicou o Anuário do Cooperativismo Brasileiro. De acordo com os dados divulgados, em 2022 o ramo agropecuário registrou 1.185 cooperativas vinculadas à OCB, tendo mais de 1 milhão de cooperados. Esse número representa 25,2% do total de cooperativas registradas (4.693). Além disso, essas cooperativas geraram mais de 249 mil empregos diretos (OCB, 2023).

Em comparação aos dados publicados em 2022, houve um aumento no número de cooperativas registradas e também no número de empregados vinculados a essas cooperativas. Esses aumentos foram de, respectivamente, 1,3% e 4,1%. No que se refere ao número de cooperados, apesar do aumento no número de cooperativas, observamos uma redução de 1,3%, passando de 1.024.605 cooperados, em 2022, para 1.011.023 cooperados em 2023, configurando-se como o quarto ramo que apresenta o maior número de cooperados, ficando atrás dos ramos: crédito (15.501.804), consumo (2.149.713) e infraestrutura (1.293.467) (OCB, 2023).

Sobre o ramo agropecuário, onde se enquadram as cooperativas agropecuárias, a OCB (2021b, s/n) pontua:

Com mais de 170 anos de existência no Brasil, as cooperativas agropecuárias têm como objetivo reunir e organizar produtores rurais para fortalecer o seu poder de escala e a sua atuação no mercado. Além desse processo de organização, elas exercem um papel fundamental na assistência técnica, industrialização e comercialização de toda a produção dos cooperados. Uma atuação que pode acontecer nas atividades agropecuária, extrativista, agroindustrial, aquícola ou pesqueira. Com a implementação de novas tecnologias, as cooperativas levam modernização ao campo, abastecem os lares brasileiros com alimentos de qualidade e contribuem diretamente para a economia do país.

Destacamos que todos os estados brasileiros possuem cooperativas agropecuárias vinculadas à OCB, com destaque para a região sudeste que tem 353 cooperativas agropecuárias, representando 29,79% do total (1.185), inclusive por meio de processos de fusão e de incorporação de cooperativas. Dois estados, ambos da região sudeste, possuem mais de 100 cooperativas agropecuárias, são eles: Minas Gerais (198) e São Paulo (122). Por outro lado, os 3 (três) estados que apresentam o menor número de cooperativas agropecuárias são: Tocantins (5), Maranhão (8) e Sergipe (9) (OCB, 2023).

Apesar de não ser apresentado o detalhamento dos dados, no sentido de observar, individualmente, cada cooperativa registrada, é possível identificar que em todos os estados brasileiros as cooperativas agropecuárias vinculadas à OCB atuam com base em um modelo de heterogestão, sobretudo atrelado à exigência prevista na legislação do cooperativismo, uma vez que elas empregam mão de obra assalariada, com destaque para o estado do Paraná, apresentando 107.242 empregados, ou seja, 43% do total (249.584) (OCB, 2023).

No que se refere à região Norte do país, o total de cooperativas agropecuárias é de 218 (duzentos e dezoito), totalizando 18,4% do total (1.185). Se considerarmos o total de cooperativas da região norte, independente do ramo de atuação, ou seja, 572, esse percentual é de 38,11%. O estado do Tocantins apresenta o menor número de cooperativas, ou seja, 5 (cinco), enquanto o Pará é o que possui o maior número, com 65 (sessenta e cinco). O estado do Pará também apresenta o maior número de cooperados (4.354), representando 0,43% do total (1.011.023). Já com relação ao número de empregados vinculados às cooperativas, merece destaque o Tocantins, com 801, representando, 0,32% do total (249.584) (OCB, 2023).

Se considerarmos os totais da região Norte, especificamente o ramo agropecuário, ou seja, o número de cooperativas igual a 218, o número de cooperados igual a 18.559 e o número de empregados vinculados às cooperativas igual a 1.928, as 5 cooperativas do Tocantins representam 2,29%, enquanto as 65 do Pará 29,82% do total de cooperativas da região. Os 4.354 cooperados no Pará representam 23,46% do total de cooperados da região. Os 801 empregados do Tocantins representam 41,55% do total de empregados da região (OCB, 2023).

Para além das cooperativas agropecuárias, assim como as de outros ramos, que estão / são vinculadas à OCB, Búrigo (2007) pontua que o cooperativismo brasileiro tem se ampliado para fora dos limites alcançados pela instituição, uma vez que, em função dessa ampliação, fica cada vez mais difícil mensurar o número de cooperativas e de empreendimentos

cooperativos em atuação, bem como todo o impacto social e econômico que o movimento tem provocado.

Nesse sentido, Xavier (2013) menciona que o cooperativismo tradicional, que engloba as cooperativas mais antigas e, portanto, mais consolidadas, estando em sua maioria vinculada à OCB, tem o maior número de empreendimentos em atividade, contribuindo, inclusive, para a maior parte da divulgação de dados e de artigos sobre o movimento. Por outro lado, as cooperativas agropecuárias e, especialmente, os empreendimentos cooperativos que, em geral, não estão vinculados à OCB se enquadrariam, na percepção da autora, no cooperativismo popular.

Assim, em função dessa ampliação do movimento cooperativista no Brasil, que contribuiu para esse processo de segmentação do cooperativismo (cooperativismo tradicional e cooperativismo popular), surge também a União Nacional das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária (UNICAFES), buscando representar, portanto, essas cooperativas e esses empreendimentos que, em sua grande maioria, são formados por pequenos agricultores, e, devido aos baixos rendimentos, não apresentam elevada expressão comercial.

Fundada em junho de 2005, na cidade de Luziânia, Goiás, a Unicafes tem como objetivo “ser um instrumento de representação do cooperativismo solidário, que se relaciona com a agricultura familiar, povos tradicionais, assentamentos de reforma agrária, entre outras categorias, visando o desenvolvimento sustentável nas ações de apoio aos associados e associadas” (Unicafes, 2021, s/n). Com esse objetivo, percebe-se, portanto, que a Unicafes surge com foco no fortalecimento dessas cooperativas e desses empreendimentos que estão / são mais enraizados na comunidade.

Nesse contexto, o agricultor familiar pode, por meio das cooperativas, por exemplo, superar um dos seus maiores desafios, ou seja, o escoamento dos seus produtos. Portanto, nas cooperativas, ele pode fazer com que os seus produtos cheguem à mesa dos seus consumidores sem precisar passar por diferentes atravessadores, que acabam por aumentar o preço do produto, porém sem repassar o valor devido ao agricultor (Andrade Júnior, 2009).

Destacamos que com relação à representação, a UNICAFES está presente nas 5 (cinco) regiões do país, porém em 21 (vinte e um) estados, contando com aproximadamente 700 (setecentas) cooperativas a ela vinculadas, distribuídas em vários ramos: crédito, produção, transporte, trabalho, comercialização e infraestrutura da agricultura familiar e economia solidária. Seis estados brasileiros não apresentam sede da organização, sendo que

destes 3 (três) fazem parte da região norte do país, ou seja, são os estados do Acre, de Roraima e do Amapá (Unicafes, 2023a).

Ressaltamos, ainda, que a UNICAFES apresenta como missão “fortalecer o cooperativismo solidário, por meio da representação e da oferta de serviços, de modo a alcançar o desenvolvimento socioeconômico e sustentável com inclusão produtiva e equidade de gênero, raça e etnia” (Unicafes, 2023b, s/n). Já a sua visão é “ser referência, articuladora e representante do cooperativismo solidário inclusivo de democrático” (Unicafes, 2023b, s/n).

Ademais, no que se refere aos princípios e aos valores, destaca-se que:

Os princípios norteadores da organização são as pessoas, a participação democrática, a solidariedade, ética, autonomia, pluralidade, equidade de gênero, geração, de raça e etnia. Integração em rede, economia solidária, transparência, intercooperação, defesa da vida e do meio ambiente. Superação da desigualdade, combate à discriminação e a defesa de direitos (Unicafes, 2023b, s/n).

É importante destacar que, considerando a missão, a visão, assim como os princípios e os valores apresentados pela UNICAFES, observamos um diálogo com os princípios cooperativistas, assim como com os valores que estão presentes no cooperativismo, sobretudo atrelado ao cooperativismo popular, que está mais enraizado nas comunidades e apresenta a essência do movimento, distanciando-se, portanto, do foco na dimensão econômica.

Pontuamos que o cooperativismo agropecuário no Norte do Brasil, assim como no restante da realidade brasileira¹⁶, aproxima-se mais do cooperativismo tradicional, no qual se incluem as cooperativas que se assemelham, em termos de práticas, às empresas capitalistas, sobretudo por focarem na dimensão econômica e, também, englobam, em menor proporção, em termos de investimentos, o cooperativismo popular que contempla as cooperativas e os empreendimentos cooperativos que estão / são mais imersos na comunidade e, dessa forma, incluem os produtores, agricultores que são vinculados à agricultura familiar. É esse universo que interessa neste estudo e, portanto, finalizamos trazendo alguns aspectos relevantes sobre a agricultura familiar no Brasil que consideraremos neste estudo.

Maciel e Troian (2022) retratam que a agricultura familiar se estrutura em uma agricultura sustentável, especialmente por buscar romper com o sistema convencional de produção, vinculado ao cooperativismo tradicional, bem como por meio de suas práticas que

¹⁶ Destacamos que essa expressividade ocorre, especialmente, em função do agronegócio. De acordo com o Anuário do Cooperativismo Brasileiro, publicado em 2023 pela OCB, a participação do agronegócio no PIB brasileiro foi superior aos 20% nos anos de 2020, 2021 e 2022, sendo, respectivamente, 25,75%, 26,61% e 24,79%.

contribuem para o desenvolvimento sustentável, sobretudo levando em conta a valorização dos conhecimentos e dos saberes locais.

Caracterizada como uma atividade que envolve, essencialmente, a produção baseada no trabalho que é desenvolvido pela família, a expressão “agricultura familiar” passa a ser adotada e ganhar força a partir dos anos de 1980 (Silva, 2010). De acordo com Sauer (1998), a agricultura familiar, para além da falta de consenso quando se considera a literatura sobre o termo, apresenta como características principais:

A gestão da unidade produtiva e os investimentos nela realizados são feitos por indivíduos que mantém laços de consangüinidade e casamento; a maior parte do trabalho é realizada pelos próprios membros da família; e, a propriedade dos meios de produção (nem sempre da terra) pertence à família (Sauer, 1998, p. 89).

Antes do surgimento da agricultura familiar, enquanto unidade de produção a ser considerada social, político e economicamente, todo o percurso de consolidação do setor agropecuário brasileiro, inclusive desde o processo de colonização do seu território, passou por várias etapas e por diferentes transformações, perpassando, inclusive, pela relação entre o urbano e o rural.

Na esteira dessas etapas, Lamarche (1993) pontua, por exemplo, que as grandes propriedades de terras, as monoculturas de exportação, por meio dos cultivos sucessivos que promoviam à expansão do mercado internacional e junto com a escravidão representam características das origens coloniais da economia e da própria sociedade brasileira, que marcam profundamente a agricultura familiar no Brasil. A existência dessas monoculturas retrata a grande desigualdade social que perpassa pelas questões agrárias no Brasil, representando a concentração de terras nas mãos de um pequeno grupo de pessoas, o que acaba, por outro lado, por deixar muitos sem acesso a terra (Carvalho, 2018).

Quanto à concentração de terras nas mãos de poucos, é importante mencionar que essa situação foi intensificada devido à expansão das empresas capitalistas na agropecuária brasileira, especialmente, de forma mais acelerada, nas décadas de 60 e 70 (Silva, 1981). O autor ainda ressalta que esse processo de expansão promoveu a destruição de várias unidades de produção, em menores escalas, por meio das quais o “trabalhador rural obtinha não apenas parte da sua própria alimentação, como também alguns produtos que vendia nas cidades” (Silva, 1981, p. 5).

Esse aspecto da concentração de terras é mencionado por Muñoz e Muñoz (2017) quando retratam sobre aspectos que são, embora velhos, frequentes nas áreas rurais

brasileiras. Assim, para os autores, embora o país esteja vivenciando um *boom* do agronegócio, na atual cenário agropecuário brasileiro, que tem como foco à exportação, há ainda desafios antigos como “concentração de terras, pobreza rural, dependência tecnológica, “primarização” da economia, superexploração dos recursos naturais e trabalho humano, corrupção, patrimonialismo [...]” (p. 147) que precisam ser considerados, sobretudo quando se pensa no desenvolvimento rural.

Ademais, quando se pensa neste aspecto concentrador, podemos, paralelamente, também considerar a concentração de riqueza impulsionada, especialmente, pelo crescimento acelerado, acumulador e excludente que, conforme ressalta Sachs (2008), não promove a redução de heterogeneidade social, simplesmente pelo fato de se concentrar nas mãos de poucos. O autor ainda pontua que o desenvolvimento está relacionado ao processo de reparação das desigualdades, bem como a geração do emprego, do combate à pobreza e a diminuição do abismo social. Nesse sentido, Sachs, por meio de suas obras acerca da temática (Sachs, 2008; 2009), considera o desenvolvimento em um contexto no qual “os aspectos econômicos não devem estar dissociados das questões sociais e ambientais” (Oliveira; Monteiro, 2015, p. 29).

Cabe ressaltar que a presença das grandes empresas capitalistas na agropecuária brasileira, produzindo monoculturas para atender, sobretudo, às demandas do mercado externo, também contribuiu, e contribui, negativamente, para as discussões sobre a reforma agrária que, nesse contexto, acabam sendo consideradas desnecessárias e insustentáveis. Em linhas gerais, isso ocorre porque os detentores das grandes extensões de terra, focados cada vez mais em ampliar os seus lucros, não querem abrir mãos de suas áreas de produção, mas sim produzir cada vez mais, inclusive por meio da adoção de “pacotes tecnológicos”, que promete lhes garantir uma maior eficiência de produção o que, como reflexo, tende a promover um aumento significativo dos seus lucros (Carvalho, 2018).

Assim, paralelamente à expansão das áreas de produção voltadas para os cultivos sucessivos de determinadas culturas, que variavam de acordo com as demandas do mercado externo, acarretando em uso excessivo da terra, ampliava-se, também, a adoção, por meio dos produtores, dos pacotes tecnológicos que incluíam, dentre outros elementos, a intensificação do uso de adubos químicos, bem como de máquinas agrícolas, de produtos químicos direcionados para combater as pragas e as doenças e a maior utilização de mão de obra assalariada (Estival, 2016).

Todo esse processo de especialização de culturas e, consequentemente, do uso intensivo do solo, faz parte da chamada Revolução Verde, na qual essas práticas foram sendo

intensificadas, especialmente nas décadas de 1960 e 1970. Dessa forma, para atender as demandas do mercado, do chamado agronegócio, os produtores passam a adotar modelos e pacotes tecnológicos, na grande maioria das vezes, sem considerar as particularidades da região, com o objetivo principal de reduzir custos e de aumentar a produtividade (Estival, 2016).

Porém, na contramão dessa produção em grande escala, que tem como foco o mercado externo, a dimensão econômica e o interesse em aumentar a concentração de capital nas mãos de poucos, características do agronegócio, há a agricultura familiar que, em que pese as particularidades existentes nas diversas regiões do país, foi, por várias razões, perdendo espaços para os grandes produtores como, por exemplo, pela própria concentração de terras nas mãos daqueles e pelas dificuldades relacionadas ao acesso à créditos para garantir a sua produção.

Apesar da utilização da expressão “agricultura familiar” a partir dos anos de 1980, Schneider (2003) ressalta que apenas quando da criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), em 1996, é que a agricultura familiar se estabeleceu no cenário brasileiro, englobando diferentes aspectos, dentre eles, em especial, o social e o político, sobretudo porque tal programa emerge como desdobramento das pressões realizadas pelo movimento sindical rural, iniciado nos anos de 1990. Para Anjos *et al.* (2004, p. 529), o PRONAF “marca um momento singular na trajetória do processo de intervenção estatal na agricultura e no mundo rural do Brasil”.

Essas pressões ocorrem tendo em vista que os pequenos produtores rurais, além de estarem à margem das políticas públicas desenvolvidas no percurso da década de 1980, apresentavam muitas dificuldades que os impossibilitavam de permanecer na atividade. Assim, na busca por resolver tais situações, o PRONAF é criado com o objetivo, não só de disponibilizar crédito agrícola, mas também apoio institucional para os pequenos produtores rurais (Schneider, 2003). Para além dessas manifestações sociais que contribuíram para o desenvolvimento e para a implementação do PRONAF, Anjos *et al.* (2004) pontuam que outro aspecto importante que também exerceu contribuição nesse processo foi o reconhecimento do *status* científico que possuía, em uma perspectiva de categoria analítica, entre os intelectuais brasileiros.

Acerca da operacionalização do PRONAF, um elemento que é alvo de bastante discussão diz respeito ao público beneficiário, sobretudo considerando a necessidade de se definir, de forma clara, o que é, ou deve ser, considerado como agricultura familiar e, mais especificamente, como “agricultor familiar”. Sobre esse elemento, parecem existir diferentes

percepções que acabam contribuindo para uma definição imprecisa, em termos práticos, acerca do público alvo do programa, o que para Abramovay e Veiga (1999), quanto à operacionalização do PRONAF, parece ser muito mais “o resultado de negociação política” (p. 26), não alcançando muitas vezes o público que efetivamente se enquadra nos requisitos previstos no programa.

Nesse sentido, por exemplo, Anjos *et al.* (2004), buscando discutir aspectos relacionados ao PRONAF e contribuir com a reflexão e o aperfeiçoamento do programa, identificaram que não havia um único produtor que fosse beneficiário do programa, mesmo sendo residentes de uma região que apresentava um número expressivo de famílias vivendo em quilombos rurais, ou seja, região que, de acordo com as diretrizes do programa, se configura como potencial para ser contemplada, uma vez que é assegurado aos quilombolas essa condição de candidatos potenciais.

Com relação ao PRONAF, especialmente em apoio ao programa, poucos anos após a sua criação, Abramovay e Veiga (1999, p. 45-46) ressaltaram que ele “está conseguindo produzir o ambiente institucional necessário à ampliação da base social da política nacional de crédito e de desenvolvimento rurais”.

Todas essas questões são também relevantes na realidade de Roraima e do Norte e se apresentam em diversas controvérsias e conflitos que foram observados no trabalho de campo desta tese. Assim, nesta tese, considerando a revisão teórica realizada e o trabalho de campo realizado junto aos dois empreendimentos cooperativos agropecuários, buscamos relacionar a perspectiva do desenvolvimento territorial sustentável na análise do sétimo princípio cooperativista “interesse pela comunidade” junto a empreendimentos de cooperativismo popular em Roraima. Pois, conforme pontuam Vieira *et al.* (2010), à luz do DTS, cada território apresenta um processo específico de interrelações entre os atores sociais e o meio ambiente em que se encontram desdobrando-se em concepções e em práticas particulares de desenvolvimento, ou seja, existem dinâmicas de desenvolvimento pertencentes a cada território, sendo construído por meio dessas interações e transações entre os seres humanos e não humanos e seus meios (Dewey, 1974).

É diante desses fundamentos teóricos interrelacionados que apresentamos no próximo capítulo os pressupostos ontológicos, epistemológicos, o percurso metodológico e o *framework* analítico que foram adotados no estudo das duas cooperativas populares analisadas nesta tese.

3. PRESSUPOSTOS EPISTEMOLÓGICOS, PERCURSO METODOLÓGICO, DESENHO E ETAPAS DA PESQUISA

Esta seção apresenta as posturas epistemológicas, o percurso metodológico da tese, bem como o desenho da pesquisa que foi utilizado para operacionalizar os estudos de caso realizados junto às duas experiências focalizadas nesta tese, incluindo a apresentação das técnicas de coleta e de análise dos dados adotadas, além do *framework* analítico aplicado na pesquisa que foi construído a partir da fundamentação teórica, mas principalmente levando em conta os aspectos e dimensões emergentes no trabalho de campo. Por fim, também são apresentadas as limitações do estudo.

3.1. PRESSUPOSTOS EPISTEMOLÓGICOS: ASPECTOS GERAIS E A OPÇÃO PELO PRAGMATISMO COMO LENTE DE PESQUISA

O estudo foi desenvolvido considerando a epistemologia pragmatista, adotando, ainda, as contribuições da etnografia, por meio de observação sistemática, sobretudo no que se refere à postura no campo quando da realização da coleta de dados junto às duas experiências cooperativistas acompanhadas neste estudo (uma cooperativa tradicional, formal, vinculada à OCB, e um grupo de produtores agropecuários indígenas, ou seja, um grupo informal). A escolha desses dois formatos de cooperativas populares: Cooperativa Agropecuária dos Cinco Pólos (COOPERCINCO) e o Grupo de Produtores Agropecuários Indígenas se dá pela possibilidade de abordar duas realidades diferentes, mas ambas muito características da região Norte do país e de Roraima especificamente.

Partimos de uma ontologia realista e crítica que busca compreender o mundo como sendo uma construção realizada pelos próprios indivíduos, por meio das suas relações, interações, ou seja, um mundo mutável, fluído, que é construído continuamente e, portanto, pode ser considerado inacabado, transitório, oportunizando a compreensão da realidade de uma forma relativizada, em função dos diferentes olhares, das diversas lentes possíveis e dos vários contextos (Saccò, 2009; Schröeder; Klering, 2012).

Ademais, destacamos também a abordagem qualitativa deste estudo, compreendendo que as ações humanas apresentam uma forte dimensão subjetiva, autorreflexiva e que, portanto, a realidade, na busca da compreensão do fenômeno, não pode ser analisada à luz de elementos puramente objetivos do comportamento humano, mas deve-se considerar, nesse processo, a utilização de aspectos analíticos que possibilitem compreender as práticas dos

indivíduos, considerando a subjetividade envolvida, bem como a dimensão dos sentidos vinculados a tais práticas (Boeira; Vieira, 2006). Além disso, tomando por base uma episteme pragmatista, busca-se identificar e compreender, seguindo os diferentes atores envolvidos, os desdobramentos / os efeitos de suas práticas na promoção de transformações nas comunidades, nos territórios, onde os empreendimentos cooperativos acompanhados neste estudo estão inseridos.

Assim, buscamos, a partir do estudo de natureza qualitativa, compreender se e como o sétimo princípio cooperativista tem se expressado e como ocorre nas práticas dos atores envolvidos com o cooperativismo agropecuário no estado de Roraima, especificamente nas duas experiências acompanhadas, bem como buscamos identificar e analisar os efeitos, os desdobramentos, dessas práticas nas / para as comunidades onde estão inseridas.

Nessa perspectiva de olhar para as práticas (e, numa lente pragmatista, as consequências produzidas por tais práticas na promoção de transformações da realidade), cabe destacar que a administração, além de ser uma ciência interdisciplinar, sendo desenvolvida por meio de diferentes fontes de conhecimento (economia, antropologia, sociologia, apenas para citar algumas), é tradicionalmente uma ciência das práticas (Alperstedt; Andion, 2017).

Santo (2021) pontua que assumir a aplicabilidade da administração e a sua interdisciplinaridade ainda figura como um desafio para os pesquisadores, embora já seja possível perceber uma abertura por parte de alguns, o que tem proporcionado inovações no desenvolvimento de estudos que podem contribuir para o avanço dessa ciência, focado em pesquisas que, conforme ressaltam Alperstedt e Andion (2017), façam sentido. Sobre tais estudos, as autoras mencionam que:

Apesar de não estarem em evidência, tais estudos são mais comuns do que se pensa, e são fruto das escolhas e das ações de inúmeros professores e pesquisadores neste Brasil que colocam luz e agem sobre fenômenos que, embora sejam relevantes, são pouco estudados pelo *mainstream* da Administração (Alperstedt; Andion, 2017, p. 630).

Esse estudo foi ancorado, principalmente, sob a epistemologia pragmatista, com inspiração em autores pragmatistas da chamada sociologia pragmática contemporânea e, mais especificamente, em trabalhos que foram (e vem sendo) desenvolvidos no âmbito do Núcleo de Inovações Sociais na Esfera Pública (NISP), da ESAG/UDESC.

Nesse sentido, ressaltamos a relevância da interação com os / dos atores, considerando a importância destes na produção do conhecimento e na construção, contínua e coletiva, da sociedade, por meio de suas práticas, bem como os efeitos / os desdobramentos dessas

práticas na resolução, por exemplo, de problemas que são enfrentados por estes, podendo, portanto, refletir em resultados significativos – à luz do foco deste estudo – para as comunidades onde as cooperativas / os empreendimentos cooperativos estão inseridos. Tais aspectos retratam a epistemologia pragmatista considerada neste estudo, com base na qual sujeito e o objeto não devem ser dissociados. Dessa forma, o conhecimento é produzido considerando a interação do mundo dos sentidos e do intelecto (sujeito) com o mundo da experiência, da prática, do entendimento que julga a natureza das coisas (objeto).

A seguir no quadro 7 apresentamos um breve percurso do autor nos estudos pragmatistas o que justifica essa escolha epistemológica.

Quadro 7. Percurso do autor nos estudos pragmatistas durante o doutorado

Antes de entrar no doutorado em administração e, especificamente, no grupo de pesquisa NISP, do qual faço parte atualmente, não tinha conhecimento acerca do pragmatismo. Portanto, tal conhecimento e, até mesmo, encantamento pelo pragmatismo, se deu com as leituras realizadas ao longo das disciplinas do curso, especialmente as disciplinas ministradas pela professora Carolina Andion (Epistemologia da Ciência em Administração e Organizações da Sociedade Civil e Esfera Pública), minha orientadora, que já vem estudando há alguns anos o pragmatismo, bem como desenvolvido e orientado estudos sob essa lente epistemológica (Andion, 2021; 2020; Santo, 2021; Andion, Alperstedt, Graeff, 2020; Andion *et al.*, 2021; Gonsalves, 2015; Gonsalves, Andion, 2019; Magalhães, 2020; Magalhães, Andion, Alperstedt, 2020; Mendonça, 2019; Silva, 2020, apenas para citar alguns estudos).

Porém, antes mesmo da realização dessas disciplinas, pois já estava matriculado no curso de doutorado, mas ainda não havia iniciado as aulas, é importante mencionar que o meu primeiro contato efetivo com o pragmatismo se deu em uma mesa redonda realizada no 19º Congresso Brasileiro de Sociologia, que ocorreu de 09 a 12 de julho de 2019, na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), intitulada “apropriações do pragmatismo nas ciências sociais no Brasil: possibilidades, aprendizagens e desafios”, sendo esta mediada pelo Professor Doutor Maurício Serva (UFSC), contando com a participação da professora Carolina Andion (UDESC) e dos professores Fábio Mota (UFF) e Diogo Corrêa (UVV).

Esse primeiro contato com o pragmatismo foi seguido pela realização das disciplinas do programa de pós-graduação em administração mencionadas anteriormente e, especificamente, no segundo semestre de 2020, de agosto a dezembro, da formação realizada por meio dos Seminários Avançados de Pragmatismo, um percurso formativo sobre pragmatismo nas Ciências Sociais e em Administração¹⁷, totalizando 24 horas, que foi idealizada pelo professor Maurício Serva e pela

¹⁷ Além dos professores idealizadores dessa formação, houve a participação de cinco pós-graduandos, todos orientandos dos referidos professores, sendo, quando da qualificação do projeto que gerou essa tese, quatro

professora Carolina Andion, sendo promovida em conjunto pelo Núcleo Organizações, Racionalidade e Desenvolvimento (ORD), da UFSC, e pelo NISP da Esag/UDESC, coordenados, respectivamente, pelos professores mencionados.

Nestes seminários foi possível não só se apropriar da história do pragmatismo¹⁸ e de suas características, mas também dialogar com outros pesquisadores que realizaram estudos em administração, em nível de doutorado (Santo, 2021; Stürmer, 2020; Rezende, 2017), sob a lente do pragmatismo, sendo possível conhecer e dialogar sobre as experiências e os desafios desses pesquisadores durante a realização desses estudos.

Assim, esta tese toma o pragmatismo como inspiração em termos ontológicos, epistemológicos e metodológicos. Uma das principais contribuições do pragmatismo refere-se à construção de procedimentos analíticos para (re) conhecer a verdade. Neste processo, conforme James (1974), as teorias passam a ser consideradas como instrumentos que são colocados, pelo pesquisador pragmatista, para trabalhar, e não como respostas prontas e acabadas para explicar um determinado fenômeno. Dessa forma, nessa perspectiva, o acesso à experiência passa a ser o elemento central, sendo as teorias consideradas como mecanismos que contribuem para auxiliar no processo de investigação, bem como na compreensão acerca dos problemas, na formulação de abordagens para a resolução destes e, à luz dos objetivos definidos neste estudo, na análise dos desdobramentos / dos efeitos das práticas realizadas pelos atores envolvidos nos empreendimentos investigados: (cooperativa formal e um grupo informal de produtores agropecuários indígenas).

De forma geral, as posturas que foram adotadas no percurso deste estudo, frente ao fenômeno considerado – práticas que revelam o interesse pela comunidade nos empreendimentos cooperativos agropecuários do estado de Roraima –, são inspiradas nos três gestos pragmatistas abordados por Corrêa (2021), a saber: a) ontológico; b) epistemológico; e c) metodológico.

Com relação ao primeiro gesto, ontológico, tem-se um novo olhar para os fenômenos sociais, uma vez que ocorre, neste gesto, uma inversão ontológica da sociologia clássica, já que este gesto não só se contrapõe à sociologia clássica e positivista de Durkheim, mas também à sociologia crítica de Bourdieu, sobretudo por não definir *a priori* aquilo que

doutorandos e um mestrando (APÊNDICE D). Atualmente, uma se tornou doutora em administração em fevereiro de 2023, o mestrando agora é doutorando, também na NISP/ESAG/UDESC, e os outros três seguem no doutorado.

¹⁸ Nesses seminários foram abordados, por exemplo, os fundamentos de uma epistemologia pragmatista, considerando desde os clássicos até aos contemporâneos, buscando promover uma iniciação aos principais filósofos fundadores do pragmatismo: Peirce, James e Dewey (APÊNDICE D).

compõe o social ou a própria sociedade. Assim, considera-se um pluralismo ontológico de partida, pensando a sociedade a partir de diferentes associações de diversos atores, não apenas de humanos, mas também de atores não humanos (Corrêa, 2021). Conforme pontuam Corrêa e Dias (2016, p. 71):

Ao invés de um agente dotado de um *habitus* que estruturaria suas possibilidades perceptivas, a sociologia pragmática pretendia estar mais atenta à multiplicidade de ajustes exigidos dos atores em configurações situacionais e no agenciamento dos objetivos sociotécnicos.

Ademais, Corrêa (2014) aborda que o argumento ontológico pragmatista considera o “social” como sendo um resultado que é sempre temporário, provisório, em constante processo de mudança das resoluções que decorrem do esforço dos diferentes atores por meio de experimentações das situações problemáticas que vivenciam. Nessa perspectiva, Andion *et al.* (2017) pontuam que no pragmatismo o foco são as práticas dos atores, buscando não só acompanhar as suas múltiplas experiências em função das diversas situações por eles vivenciadas, considerando, inclusive, as diferentes escalas espaciais e temporais, mas também dar ênfase aos desdobramentos, as consequências, dessas práticas para a / na resolução de problemas, gerando ou não novas possibilidades de ação.

Dessa forma, à luz do estudo proposto, não definimos *a priori* quais as práticas desenvolvidas pela cooperativa agropecuária ou pelo grupo de produtores agropecuários se enquadram como voltadas, ou não, ao sétimo princípio do cooperativismo. Buscamos, portanto, lançar luz sobre essas práticas, objetivando compreender se e como o sétimo princípio se expressa nelas, considerando, inclusive, as interações dos diferentes atores, humanos e não humanos, envolvidos nessas experiências acompanhadas no estudo.

No que se refere ao gesto epistemológico, delegamos aos próprios atores ou actantes a definição dos aspectos que fazem parte do real, da sociedade, por meio de suas experiências e de suas práticas, pois apenas eles podem, efetivamente, conceber tais definições sobre si mesmos e sobre o mundo. Há, portanto, uma definição epistemológica que promove a valorização das experiências concretas dos atores (Corrêa, 2021; Chateauraynaud, 2017). Conforme mencionam Corrêa e Castro (2014, p. 4), “a valorização da ação pressupõe uma decomposição das estruturas e das determinações em prol de uma abordagem próxima da experiência concreta do ator, tratando a ação como irredutível a tudo que não seja ela mesma”.

Dessa forma, por meio das experiências dos atores envolvidos nos empreendimentos cooperativos agropecuários acompanhados no estudo (sejam eles humanos ou não), é possível identificar e entender como estes colocam, ou não, em prática o 7º princípio cooperativista, bem como os desafios e como eles são enfrentados. Não partimos, portanto, de um “modelo prévio de análise”, mas de referência ou de operadores analíticos, uma vez que tais experiências atuam como mecanismos de constante desestabilização de tudo que o pesquisador traz como prévio (Corrêa, 2021).

Diante dessa constatação, é importante se livrar da posição de “detentor da verdade” e, por meio de uma concepção abdutiva (Timmermans; Tavory, 2012), buscar compreender os fenômenos e, dessa forma, promover a produção do conhecimento. Isso implica colocar conhecimentos prévios do pesquisador, as suas concepções de mundo e, inclusive, as suas percepções pessoais para dialogarem com as experiências concretas dos atores, garantindo, portanto, a valorização das experiências desses atores. Essa valorização é corroborada por Revel (1998) quando ressalta a importância de dar à experiência dos atores sociais uma maior significação.

Vinculado aos dois primeiros gestos, temos o gesto metodológico, que diz respeito ao como compreender o mundo, o real, o fenômeno, a partir do pluralismo ontológico de partida (primeiro gesto) e da delegação aos atores ou actantes (segundo gesto). Esse terceiro gesto é considerado por Corrêa (2021) como o mais pragmatista, focado em “[...] centrar-se nas situações ou nos momentos em que a experiência dos atores e a actância de entidades não humanas tendem a autoexplicitar-se” (Corrêa, 2021, p. 3).

Assim, por exemplo, à luz do pragmatismo, é por meio da análise de situações particulares, específicas, das ações, das práticas dos atores, ou seja, partindo do “micro” que se busca compreender os fatos macrossociológicos, pois de ação em ação, de prática em prática, de situação em situação, o nível macro vai sendo efetivado, vai se constituindo, não só por meio das práticas dos atores, mas também considerando os diferentes dispositivos e instituições (Stürmer, 2020). Nessa perspectiva de buscar compreender a realidade social, partindo do micro para o macro, e também considerando o nível de análise meso, Revel (1998) ressalta que a micro história surge como uma tentativa para se examinar mais de perto as ações, as práticas, realizadas pelos atores.

O quadro 8 apresenta uma síntese dos pressupostos epistemológicos que foram adotados neste estudo, relaciona-os as abordagens e ao desenho da pesquisa que apresentamos a seguir.

Quadro 8. Síntese dos pressupostos epistemológicos.

Ontologia	Epistemologia	Abordagem	Desenho da Pesquisa
Interação Sujeito-Objeto-Ambiente no processo de construção da realidade por meio das experiências dos atores	Pragmatista	Qualitativa, de caráter descritivo, exploratório e interpretativo	Estudo de Caso, com postura etnográfica

Fonte: Elaborada pelo autor.

3.2. DESENHO DA PESQUISA E PERCURSO METODOLÓGICO

Após a apresentação dos posicionamentos epistemológicos deste estudo, abordamos a seguir os aspectos metodológicos adotados, apresentando considerações acerca do desenho da pesquisa e as suas características, assim como as etapas e as técnicas de coleta e de análise dos dados utilizadas, com foco em atender aos objetivos definidos.

3.2.1. Desenho da Pesquisa

O estudo se ancora numa abordagem qualitativa, por meio de estudo de caso, de caráter exploratório, descritivo e interpretativo, com adoção de postura etnográfica, articulando, para isso, diversas técnicas de coleta de dados como, por exemplo, observação sistemática e participante, entrevistas, análise de documentos, além de postagens em mídias sociais (*instagram* e *facebook*, por exemplo) e reportagens, com foco em alcançar os objetivos definidos.

Com relação à abordagem do estudo, trata-se de uma pesquisa qualitativa, ainda que em determinados momentos sejam utilizados dados quantitativos para subsidiar o processo interpretativo dos dados coletados. No que se refere à utilização de dados quantitativos em estudos qualitativos, por exemplo, nas ciências sociais, inclusive considerando a postura etnográfica adotada, Bryman (2004) ressalta que essa combinação (quali e quanti) apresenta boas possibilidades em termos de análises, sendo frequentemente adotada por pesquisadores etnógrafos, especialmente com o objetivo de promover uma ampliação acerca da compreensão dos fenômenos.

Sobre a pesquisa de abordagem qualitativa, Denzin e Lincoln (2006) mencionam que tal abordagem permite um conjunto de práticas materiais e interpretativas, proporcionando uma visão do mundo por meio das diferentes representações dos sujeitos pesquisados, bem

como das notas de campo, dos diálogos, das entrevistas, das fotografias, dentre outras fontes. Nessa perspectiva, a pesquisa se configura como uma atividade situada, por meio da qual o pesquisador ao mesmo tempo em que se constitui um sujeito do estudo que compõe e incide sobre o fenômeno pesquisado também é por ele influenciado.

Assim, a pesquisa qualitativa apresenta uma flexibilidade, uma pluralidade, relacionada às escolhas procedimentais, inclusive no que se refere à própria postura do pesquisador. Essa flexibilidade, além de dialogar com o primeiro gesto pragmático apresentado por Corrêa (2021) – pluralismo ontológico de partida –, está relacionada ao fato de que os estudos qualitativos não são desenvolvidos considerando uma única teoria ou uma abordagem metodológica uniforme, sendo comum adotar diversas estratégias para a sua realização (Flick, 2009; Gray, 2012). Stake (2011) ressalta que os aspectos interpretativo, experiencial, situacional e personalístico são características fundamentais das pesquisas qualitativas.

É importante destacar que a realização de uma pesquisa qualitativa é muito mais complexa do que pode parecer, uma vez que o campo, principalmente com as relações humanas, é sempre incerto. Dessa forma, Cavalcanti (2017) ressalta alguns consensos que existem na literatura acerca de como deve ser uma pesquisa qualitativa:

Ser coerente, sistemática/rastreável e transparente em relação às escolhas e procedimentos metodológicos; [...] Ser criativamente e habilmente escrita [...] Proporcionar explicações embasadas e reveladoras/relevantes; [...] Ser reflexiva e ética. [...] Ter uma base teórica clara e contribuir com a teoria (Cavalcanti, 2017, p. 473).

Dentre as possibilidades para o desenvolvimento de uma pesquisa com abordagem qualitativa, optamos por adotar o estudo de caso, com foco em duas experiências cooperativistas que foram acompanhadas quando da realização do trabalho de campo¹⁹, sendo estas definidas durante o processo de construção do panorama do cooperativismo no estado de Roraima. Assim, consideramos nesta tese, para a realização do trabalho de campo, uma cooperativa tradicional, formal, vinculada à OCB (Cooperativa Agropecuária dos Cinco Pólos – Coopercinco), e um grupo informal de produtores agropecuários indígenas.

Stake (2005) ressalta que a essência da compreensão qualitativa do real, da realidade, está presente nos fundamentos do estudo de caso, sendo que por meio dessa compreensão

¹⁹ Ressaltamos que na definição pelas duas experiências acompanhadas no trabalho de campo levamos em consideração a abertura destas no que se refere à realização da pesquisa e, também, o fato de que, à luz do quadro teórico considerado nesta tese, compreendemos que tais experiências proporcionam análises e reflexões importantes, inclusive comparativas, acerca do fenômeno estudado, o cooperativismo popular.

qualitativa a aquisição do conhecimento experencial é objetivada, possibilitando a transmissão das experiências dos diferentes atores que estão envolvidos com o fenômeno em análise por meio, por exemplo, das narrativas e da descrição das situações vivenciadas. Sobre o estudo de caso, Yin (2005, p. 32) pontua que “é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro do seu contexto de vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos”.

Inspirado em Santo (2021), os estudos de caso em questão, considerando as duas experiências cooperativistas que foram definidas e acompanhadas, foi realizado levando em conta os aspectos descritivo, indutivo e interpretativo. No que se refere ao aspecto descritivo, apresentamos os dados que foram coletados no trabalho de campo, por meio das diferentes fontes utilizadas; com relação ao aspecto indutivo, tivemos por foco, quando do processo de coleta de dados, a captação das experiências e das práticas dos diferentes atores envolvidos nas experiências cooperativistas participantes do estudo; o aspecto interpretativo, por sua vez, está atrelado ao processo de teorização, que tende a emergir dos dados coletados no campo, com a realização das análises e dos diálogos com base no aporte teórico considerado no estudo.

Quanto aos objetivos, o estudo pode ser considerado descritivo e exploratório, considerando os enfoques analíticos priorizados. Caracteriza-se como descritivo (Creswell, 2007), uma vez que buscamos descrever como o fenômeno aqui considerado (sétimo princípio do cooperativismo – interesse pela comunidade) se expressa nas práticas do cooperativismo agropecuário em Roraima. Cervo, Silva e Bervian (2007) argumentam que, de forma geral, a pesquisa descritiva observa, registra, analisa e correlaciona os fatos ou as variáveis sem que exista manipulação destes. Dessa forma, investiga as diferentes situações e semelhanças que ocorrem na vida social, política, econômica, e os diversos aspectos do comportamento humano individualmente, em grupos e em comunidades.

Buscando compreender se e como o sétimo princípio cooperativista se expressa nas práticas do cooperativismo agropecuário em Roraima, bem como os efeitos dessas práticas nas / para as comunidades onde estão inseridas, Vieira (2002) ressalta que o aspecto exploratório do estudo tem por foco possibilitar ao pesquisador uma maior familiaridade com o problema, com o fenômeno, buscando, dessa forma, compreendê-lo. Sellitz, Wrightsman e Cook (1987), ao abordarem sobre a pesquisa exploratória, destacam que ela se utiliza, principalmente, de técnicas baseadas em observações e na realização de entrevistas, proporcionando uma exploração mais complexa dos problemas, dos fenômenos, a serem estudados.

Destacamos que no estudo em questão, sob a lente da epistemologia pragmatista, não tivemos por objetivo testar hipóteses ou modelos, mas levantar ideias e questões para o estudo, com foco em atender aos objetivos propostos, buscando peculiaridades do fenômeno estudado, considerando que estas emergiriam durante a pesquisa, ao invés de realizar generalizações.

Analisamos, portanto, as práticas dos empreendimentos cooperativos agropecuários, buscando identificar e compreender, por exemplo, se elas dialogam, ou estão em consonância, com o sétimo princípio do cooperativismo, bem como os desdobramentos dessas práticas nas / para as comunidades onde as experiências cooperativistas atuam / estão inseridas, levando em conta, no processo de análise, em um primeiro momento, o aporte teórico apresentado e inspirado nas dimensões abordadas por Andion, Serva e Lévesque (2006) e, posteriormente, ou de forma paralela, as dimensões analíticas que emergiram quando da realização do trabalho de campo e, dessa forma, constituíram o *framework*²⁰ consolidado no estudo, inclusive como proposta para utilização em estudos futuros que tenham, por exemplo, o sétimo princípio do cooperativismo como fenômeno.

No que se refere ao aspecto interpretativo do estudo, atrelado ao processo de teorização, ressaltamos o nosso objetivo de buscar compreender o que se manifesta na realidade, neste caso se e como se expressa o “interesse pela comunidade” por meio das práticas das experiências cooperativistas agropecuárias em Roraima, especificamente considerando as duas experiências que foram acompanhadas no trabalho de campo, inclusive como produtos de uma experiência subjetiva e também intersubjetiva dos indivíduos, dos sujeitos envolvidos em / com tais experiências, e não como a realidade se manifesta de maneira objetiva (Morgan, 2005).

Cabe destacar, porém, à luz do posicionamento epistêmico-metodológico apresentado, que não se trata de um estudo exclusivamente interpretativista, pois, para além das percepções subjetivas dos diferentes atores envolvidos no / com o fenômeno sobre a realidade, com foco em compreender se e como o sétimo princípio tem se expressado nas práticas cooperativistas agropecuárias acompanhadas, bem como as consequências / os efeitos dessas práticas na promoção, ou não, de transformações nas / para as comunidades onde estão inseridas, considerando a lente pragmatista, o estudo também levou em conta outras fontes de evidências como, por exemplo, dados estatísticos, documentos, postagens, reportagens, entrevistas e observação sistemática.

²⁰ Abordaremos, posteriormente, no subitem que trata acerca da análise dos dados e da apresentação dos resultados.

Nesse sentido, a seguir exploramos mais detalhadamente a triangulação dessas técnicas de pesquisa, sobretudo atrelada à coleta de dados, descrevendo o percurso utilizado para a realização do estudo.

3.2.2. Percurso Metodológico: da pesquisa etnográfica aos procedimentos de coleta e análise dos dados

Num primeiro momento, o estudo proposto foi conduzido com o objetivo de proporcionar uma revisão conceitual, bibliográfica e sistemática da literatura, especialmente acerca do sétimo princípio cooperativista, possibilitando um aprofundamento teórico acerca do tema. Já o trabalho de campo possibilitou realizar a análise do fenômeno, buscando o alcance dos objetivos definidos, para além da sua descrição, considerando as perspectivas teóricas e analíticas adotadas, bem como a realização de uma análise crítica, com aprofundamento e reflexão acerca dos dados coletados, inclusive no sentido de contribuir para o avanço teórico acerca da temática. Com isso, foi possível desenvolver o panorama do cooperativismo agropecuário de Roraima e uma análise das experiências cooperativistas agropecuárias acompanhadas no estudo, buscando abordar, não só as características e as trajetórias, mas também os desafios, os avanços e os limites enfrentados nessas experiências.

A seguir são detalhadas as diferentes etapas do percurso metodológico adotado no estudo.

a) Apropriação do campo teórico e definição da problemática

Inicialmente, para o desenvolvimento deste estudo, foram realizadas leituras exploratórias, após uma revisão sistemática²¹ e bibliográfica acerca do tema. A revisão sistemática, que considerou os termos “preocupação com a comunidade”, “interesse pela comunidade” e o termo geral envolvendo os termos “cooperativismo”, “comunidade” e “sustentabilidade”, foi realizada entre 17 de junho e 20 de agosto de 2021, considerando as bases de dados *Scopus*, *Web of Science*, *SciELO* e Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD).

Os materiais encontrados na literatura, por meio da revisão sistemática realizada, apresentados no Apêndice C, foram lidos de forma a identificar os autores e as discussões

²¹ Detalhada nos apêndices A, B e C.

relacionadas, especificamente, ao sétimo princípio do cooperativismo, bem como temas relacionados. Ademais, destacamos que os dois primeiros termos utilizados na revisão sistemática foram definidos em função da nomenclatura do sétimo princípio do cooperativismo, especificamente das duas formas em que ele (princípio) mais é apresentado na literatura.

Dessa forma, na revisão, consideramos apenas os trabalhos disponíveis para leitura / abertos. Além disso, foram considerados os seguintes filtros: a) área de estudo (excluindo-se áreas, por exemplo, da saúde); e b) leitura do título, das palavras-chaves e do resumo para verificação da adequação com a temática desta tese, ainda quando proposta. Consideramos também um filtro relacionado ao ano, a depender do volume de retornos da base, conforme Apêndice A.

Durante este levantamento, encontramos apenas um estudo que tratou, de maneira específica, sobre o sétimo princípio do cooperativismo, que foi o estudo desenvolvido por Launio e Sotelo (2021), nas Filipinas, sendo, portanto, o principal artigo, resultado da revisão sistemática, analisado quando da elaboração da proposta que gerou essa tese, conforme comentado no item relacionado à definição da problemática.

Destacamos que, além da realização da revisão sistemática realizada nas bases de dados, conforme mencionado e levando em conta os termos e os filtros adotados, realizamos também uma busca no *Google Scholar*, entre 30 de agosto e 09 de setembro de 2021, na qual optamos por utilizar os mesmos termos de busca, bem como os termos “princípios do cooperativismo” e “princípios cooperativistas”. Essa busca gerou muitos resultados, sendo que alguns dos materiais encontrados eram repetidos e outros, por exemplo, tratavam sobre sustentabilidade, mas não estavam, efetivamente, relacionados ao cooperativismo. De qualquer forma, por meio dessa busca no *Google Scholar*, foi possível encontrar outros estudos que tratam, ou mencionam, especificamente, sobre o sétimo princípio do cooperativismo (Cançado *et al.*, 2008; Cançado *et al.*, 2014a; Silva *et al.*, 2021a), sendo estes também considerados no estudo, conforme também comentamos no item relacionado à definição da problemática.

Conforme detalhado na justificativa científica deste estudo, ratificamos que tanto na revisão sistemática quanto na busca realizada no *Google Scholar* foi possível encontrar estudos que abordam os princípios cooperativos de forma geral, porém não foi encontrado nenhum estudo que trata, especificamente, sobre dimensões relacionadas, por exemplo, à análise do sétimo princípio do cooperativismo, ainda que tenham sido localizados artigos que

analisam a aplicabilidade, não especificamente deste princípio, mas dos princípios cooperativistas, no qual, obviamente, o objeto / fenômeno deste estudo está incluído.

Ressaltamos que após a qualificação do projeto deste estudo, inclusive após a definição da problemática, com os devidos ajustes e, também, considerando elementos que foram surgindo quando da realização do trabalho de campo, buscamos, de forma paralela, acompanhar as publicações relacionadas à temática do cooperativismo, com um olhar voltado para o sétimo princípio do movimento, no sentido de identificar novos estudos que, porventura, abordassem o fenômeno desta tese. Portanto, ao longo desse processo, novos estudos foram identificados, mesmo àqueles que haviam sido realizados antes do processo de validação da proposta, mas que não foram contemplados quando das buscas realizadas anteriormente.

Assim, após a apropriação do quadro teórico acerca da temática, bem como considerando a definição da problemática do estudo, apresentamos a seguir os procedimentos relacionados ao processo de construção do panorama do cooperativismo agropecuário em Roraima, à luz das duas experiências que foram acompanhadas quando da realização do trabalho de campo.

b) Construção do panorama do cooperativismo agropecuário em Roraima e definição das experiências cooperativistas acompanhadas no estudo

Para a construção de um panorama acerca do cooperativismo agropecuário em Roraima, adotamos um levantamento bibliográfico, documental e midiático, bem como também consideramos o trabalho de campo, por meio das entrevistas realizadas e de observação sistemática. É importante destacar que essa observação, em cada experiência acompanhada no estudo, ora ocorreu de forma direta e ora de forma participante.

Na realização das entrevistas consideramos, além dos atores envolvidos diretamente com as experiências cooperativistas acompanhadas no estudo, pessoas que estão, ou estavam, vinculadas ao movimento cooperativo em Roraima, inclusive considerando a indicação dos próprios entrevistados. Essa indicação está relacionada à técnica denominada “bola de neve” (*snow ball*), por meio da qual os entrevistados iniciais do estudo vão, como o próprio nome sugere, indicando novos atores que podem também ser considerados na pesquisa e, portanto, devem ser entrevistados. Esse processo vai ocorrendo de maneira sucessiva até se chegar a um ponto em que os novos entrevistados indicados começam a repetir informações já repassadas

pelos entrevistados anteriores, ou seja, sem acrescentar novas informações (Albuquerque; Lucena; Alencar, 2010).

Dessa forma, o panorama em questão foi elaborado, conforme apresentado no capítulo 4, buscando apresentar as suas características, as trajetórias e os desafios relacionados ao fortalecimento e à consolidação do movimento cooperativista de Roraima, inclusive tentando fazer uma reconstrução / reconstituição histórica do cooperativismo agropecuário do estado, por meio das experiências vivenciadas pelos diferentes atores que fazem / fizeram parte desse movimento (Cefai, 2007; 2017a; 2017b; 2019; Cellard, 2008).

A partir desse panorama, e ao longo do processo de sua elaboração, definimos as experiências cooperativistas que foram acompanhadas no estudo, sendo uma cooperativa tradicional, formal, vinculada à OCB, denominada **Cooperativa Agropecuária dos Cinco Pólos** (Coopercinco), localizada na zona rural da capital do estado, Boa Vista, e um grupo **informal de produtores agropecuários indígenas**, localizado na Comunidade Indígena dos Três Corações, pertencente à Terra Indígena Araçá, no município de Amajari.

As experiências acompanhadas neste estudo foram definidas considerando a abertura e a disponibilidade destas para a realização do estudo. Nossa ideia inicial era acompanhar uma cooperativa tradicional e uma associação, porém não foi possível, no segundo caso, inclusive porque dentre as associações que foram contatadas para a realização do estudo, percebemos certo desinteresse, o que certamente nos levaria a não obter êxito no trabalho de campo. No que se refere à definição pela Coopercinco é importante mencionar que tal escolha também se deve ao fato da cooperativa ser considerada uma das maiores, do ramo agropecuário, em atuação no estado de Roraima, desde 2006.

Por outro lado, dadas as particularidades dos povos indígenas, originários, muito presentes no estado de Roraima, assim como a informalidade do grupo acompanhado durante o trabalho de campo sem, no entanto, comprometer os processos de produção deste e, especialmente, considerando a atual conjuntura do estado em função da crise humanitária com os yanomamis, que ainda persiste, embora não esteja sendo tão noticiada pela mídia como ocorreu em janeiro de 2023²², acreditamos que o acompanhamento do grupo de produtores indígenas colaborou para enriquecer esta tese, sobretudo à luz dos objetivos definidos e do

²² De acordo com o relatório intitulado “Nós ainda estamos sofrendo: um balanço dos primeiros meses da emergência Yanomami”, publicado pelo Conselho Indigenista Missionário (CIMI), elaborado por Senra *et al.* (2023), muitos acontecimentos e notícias chamaram a atenção para a crise humanitária Yanomami, de forma inédita, sobretudo nas primeiras semanas de 2023. Segundo os autores (2023, p. 4), “na semana de 22 a 28 de janeiro o *Google Trends* registra o pico do interesse pelo termo Yanomami”. Nesse processo, enquanto o Ministério da Saúde investigava os motivos que teriam levado três crianças ao óbito na região, foram circuladas nas redes sociais fotos de pessoas que apresentavam situação de desnutrição aguda grave, denunciando, portanto, a grande desassistência à saúde no território.

aporte teórico e analítico adotado, inclusive buscando estabelecer e realizar reflexões comparativas entre as experiências.

Ressaltamos que durante esse percurso, tivemos a oportunidade de conhecer novas experiências cooperativistas, especialmente informais, bem como diferentes atores que estão envolvidos com o movimento, não necessariamente no cooperativismo, mas na perspectiva de cooperação, por meio de várias reuniões e de eventos que foram realizados no estado de Roraima, especialmente na capital, Boa Vista, voltados para o setor agropecuário como, por exemplo, a participação em algumas reuniões e encontros da Rede de Economia Circular e Agroecologia de Boa Vista (RECA – BV), que foi constituída, de forma colaborativa, em 04 de agosto de 2022, e a Feira da Agricultura de Roraima, a AGROBV, que é um evento promovido pela prefeitura de Boa Vista e foi realizada entre os dias 28 e 30 de julho de 2023, no Centro de Difusão Tecnológica (CDT), na região do Bom Intento – apenas para citar algumas.

Para além desses eventos, considerando que uma das experiências acompanhadas nesta tese se trata de um grupo de produtores agropecuários indígenas, é oportuno mencionar que, devido à crise humanitária que assolou os povos indígenas, em especial os yanomamis, sobretudo no início do ano de 2023, conforme veiculado pela mídia, ocorreram no estado, em especial na capital, vários eventos direcionados às causas indígenas. Dentre esses eventos, mencionamos, por exemplo, a 52ª Assembleia Geral dos Povos Indígenas de Roraima²³, que contou, inclusive, com a presença do presidente da república, Luiz Inácio Lula da Silva (G1/RR, 2023b).

Na esteira desses eventos direcionados às causas indígenas, mencionamos, mais recentemente, o II Congresso do Ministério Público de Contas de Roraima (MPC/RR), que aconteceu nos dias 17 e 18 de agosto de 2023, tendo como tema “Povos Originários e Direitos Humanos”, contando com a palestra de abertura ministrada pela presidente da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI)²⁴, Joenia Wapichana²⁵, que tratou sobre “A dignidade e proteção dos povos tradicionais na constituição de 1988” (Imagens 2 e 3).

²³ A Assembleia Geral ocorreu entre os dias 11 e 14 de março de 2023, no Centro Regional Lago Caracaranã, na região da Raposa Serra do Sol, em Normandia, município que fica ao norte do estado de Roraima. O tema da assembleia foi “Proteção Territorial, Meio Ambiente e Sustentabilidade”, sendo organizada pelo Conselho Indígena de Roraima (CIR), que, atualmente, representa 261 comunidades, defendendo os direitos de mais de 70 mil indígenas de 10 povos, atuando em diferentes áreas como, por exemplo, saúde, segurança, educação, cultura, gestão ambiental e desenvolvimento sustentável (G1/RR, 2023b).

²⁴ Antes da nova gestão do presidente Lula, o órgão ainda era denominado de Fundação Nacional do Índio. Porém, por meio da Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023, especificamente em seu Art. 58, passou a ser chamado de Fundação Nacional dos Povos Indígenas (BRASIL, 2023).

Imagen 2. Divulgação de palestra de abertura do II MPC/RR.



Fonte: FUNAI (2023).

Imagen 3. Palestra de abertura do II MPC/RR – Joenia Wapichana.



Fonte: Acervo Pessoal (2023).

O extenso levantamento documental e a participação nos eventos e as entrevistas realizadas permitiram construir um panorama do cooperativismo em Roraima cujos resultados são apresentados no próximo capítulo.

c) Acompanhamento das experiências: o trabalho de campo

Com foco em compreender se e como o sétimo princípio do cooperativismo – interesse pela comunidade – tem se expressado nas duas experiências cooperativistas que foram acompanhadas na presente tese, bem como os desdobramentos dessas práticas nas / para as comunidades nas quais elas estão inseridas, à luz das abordagens teóricas e analíticas consideradas, adotamos uma postura etnográfica, considerando diferentes estratégias, dentre elas, a observação sistemática, que, como mencionado anteriormente, em cada experiência, hora ocorreu de forma direta e hora de forma participante.

De acordo com Flick (2009), as observações possibilitam ter acesso as práticas, as ações, de forma a revelar como algo de fato acontece. Ademais, o autor enfatiza que os dados obtidos por meio de observações em pesquisa qualitativa geralmente são coletados em situações naturais.

O trabalho de campo, em linhas gerais, ocorreu em dois momentos, sendo cada experiência acompanhada em um desses momentos. Primeiramente, de fevereiro a agosto de 2022, realizamos o trabalho de campo junto à Coopercinco, com duração total de aproximadamente 6 (seis) meses. Em seguida, de setembro de 2022 a fevereiro de 2023 (com

²⁵ Joenia Wapichana, que é advogada e ex-deputada federal, aceitou o convite do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e se tornou a primeira mulher indígena a assumir a presidência da FUNAI, inclusive em plena crise humanitária Yanomami (G1/RR, 2023a).

um intervalo de 20 dias, referentes à segunda quinzena de dezembro de 2022 e ao início de janeiro de 2023), ou seja, aproximadamente 4 (quatro) meses, foi a vez de realizarmos o trabalho de campo junto ao grupo de produtores agropecuários da Comunidade Indígena dos Três Corações, no município do Amajari, Roraima.

Cabe mencionar que a realização do trabalho de campo nestes dois momentos se fez necessário por duas razões. A primeira, o fato de que a definição pelo acompanhamento do grupo da comunidade indígena em questão demorou um pouco, sobretudo porque, como mencionado anteriormente, houve tentativas de acompanhar, inicialmente, além da Coopercinco, algumas associações do ramo agropecuário²⁶. A segunda, após a definição de que o grupo em questão seria acompanhado, pelo fato da distância entre as duas experiências e, também, pelo fato de que o período na Coopercinco já estava sendo finalizado frente ao acompanhamento que já vinha sendo realizado desde fevereiro de 2022.

Destacamos que tanto na Coopercinco, quanto no grupo de produtores na comunidade indígena, o acompanhamento não se deu, necessariamente, em todos os dias da semana, mas buscamos, durante os períodos mencionados, estar presente, pelo menos, três vezes por semana no espaço onde a cooperativa funcionava e na comunidade onde se localizava o grupo de produtores agropecuários. Pontuamos que tinha semanas em que esse número variava para mais ou para menos, a depender de algumas particularidades e demandas como, por exemplo, relacionadas à saúde. Porém, pelo menos uma vez por semana foi possível estarmos presente nas experiências acompanhadas, dentro dos períodos de trabalho de campo mencionados para cada um delas, com raras exceções.

Na Coopercinco, desenvolvemos algumas atividades, quando da observação participante como, por exemplo, a elaboração de documentos (atas de reuniões, ofícios, entre outros), a organização de documentos diversos, a participação em reuniões, idas em viagens de rotas de entregas de produtos dos programas dos quais a cooperativa participa, visita aos produtores cooperados, entre outras. Na observação direta foi possível acompanhar reuniões e

²⁶ Ressaltamos que além de percebermos a falta de interesse de algumas associações em participar do estudo, por meio dos contatos que foram realizados durante, não só para o processo de coleta de dados referentes ao panorama do cooperativismo agropecuário em Roraima, mas também para a definição das experiências que seriam acompanhadas neste estudo, alguns informantes e entrevistados mencionaram o fato de que as associações no estado não são organizadas e apresentam muitos problemas. Porém, ao longo do trabalho de campo, especialmente, tendo em vista o acompanhamento junto ao grupo de produtores agropecuários da comunidade indígena, acreditamos que tais comentários perpassam, possivelmente, pela falta de formalização de associações, no que se refere aos grupos informais que unem forças para atingir objetivos comuns, ou seja, pensam e atuam na perspectiva da solidariedade, por meio da qual se busca, sempre, o bem estar coletivo. Assim, ao que parece, para tais informantes e entrevistados – estes, no caso, vinculados de alguma forma ao movimento cooperativista tradicional - a constituição desses grupos informais por si só, que se fortalecem por meio de suas práticas e de suas experiências, não seria validada.

assembleias que foram realizadas ao longo do trabalho de campo. Aqui, por exemplo, foram observadas as interações entre os cooperados, entre estes e os cooperados diretores, entre estes e os funcionários da cooperativa, entre outras observações.

No caso do grupo de produtores, portanto, na comunidade indígena da qual o grupo faz parte, foi possível, quando da observação participante, auxiliar na elaboração de documentos, especialmente voltados para os registros das atividades e das demandas da comunidade, uma vez que eles não têm / tinham, de forma sistemática, essa prática. Além disso, foi possível participar de processos relacionados à preparação de áreas de plantio, assim como produção de farinha, entre outras atividades que surgiram ao longo do trabalho de campo.

Quando da observação direta na comunidade indígena, especificamente junto às pessoas que fazem parte do grupo de produtores, foi possível participar de algumas conversas, assim como de reuniões, no caso, envolvendo a comunidade. Observamos, também, o comportamento do grupo, na grande maioria das vezes em subgrupos, de acordo com a produção que cada um trabalhava mais diretamente. Essa observação teve por foco identificar e analisar as dinâmicas desses subgrupos.

Em ambos os casos, para complementar as observações mencionadas, realizamos a análise documental, especialmente no caso da cooperativa como, por exemplo, as atas de reuniões. Acerca desta análise, Calado e Ferreira (2004) ressaltam que os documentos se caracterizam como fontes de dados brutos para o pesquisador e a sua análise engloba um conjunto de transformações, operações e verificações que são realizadas a partir destes com o objetivo de lhes ser atribuído um significado importante em relação ao problema da pesquisa.

No que se refere à comunidade indígena, com foco no grupo de produtores agropecuários acompanhado, a falta de costume / prática em realizar, de maneira sistemática, os registros, por exemplo, das atividades dificultou um pouco esse processo. De qualquer forma, ele foi possível com base nos documentos que nos foram disponibilizados ao longo do trabalho de campo, inclusive os que eu pude auxiliar na elaboração. No caso da Coopercinco, os documentos (a exemplo de atas e estatuto) estavam mais facilmente à disposição, embora apresentassem uma organização complexa, justificada em função do pequeno número de pessoas envolvidas com esse processo e, especialmente, do elevado número de demandas que acabavam deixando essa atividade de organização em segundo plano. Dessa forma, em ambas foram consideradas, especialmente, as atas de reuniões e os documentos destinados, por exemplo, a diferentes órgãos do estado.

Além da observação e dos documentos, no caso da Coopercinco, também consideramos as redes sociais, especialmente o *instagram*. No caso de ambos, o *whatsApp* foi também considerado, inclusive porque era a principal forma com que nós conseguíamos ter contato com as pessoas que estavam envolvidas nas experiências do estudo, sendo esta rede, inclusive, utilizada para repasse de informações relacionadas as atividades, aos lembretes e, até mesmo, as solicitações de informações de minha parte acerca dos acompanhamentos realizados. Porém, é importante mencionar que a *internet*, no caso do grupo de produtores agropecuários, não funciona em toda a comunidade, o que dificultou um pouco a utilização da rede em questão.

Também utilizamos as entrevistas semiestruturadas, que foram realizadas seguindo roteiro (o APÊNDICE E traz o roteiro das entrevistas), porém, sempre que necessário, a depender do direcionamento das entrevistas, em especial dos atores participantes do estudo, outras perguntas foram realizadas. Gerhardt e Silveira (2009) pontuam que na entrevista semiestruturada o pesquisador prepara um roteiro de questões específicas para nortear a coleta dos dados, mas, também, permite e, até mesmo, estimula que o entrevistado fale livremente sobre assuntos que vão emergindo durante a realização da entrevista.

Nesse sentido, no que se refere às entrevistas, o roteiro tinha por objetivo nortear o diálogo frente aos objetivos propostos neste estudo, mas não limitar os entrevistados quando da apresentação de suas respostas para as perguntas realizadas ou, ainda, limitá-los quanto à possibilidade de falarem sobre outros assuntos relacionados ou que, porventura, emergissem ao longo do processo em função, por exemplo, de ter recordado algo devido ao diálogo que estava sendo realizado, por meio da mobilização de suas memórias²⁷.

Ao todo foram realizadas 56 (cinquenta e seis) entrevistas, sendo: 26 (vinte e seis) com pessoas vinculadas diretamente à Coopercinco (cooperados, funcionários e cooperados diretores); 15 (quinze) com pessoas vinculadas à Comunidade Indígena dos Três Corações, com foco no grupo de produtores que foi acompanhado no estudo (dos 52 que fazem parte do grupo, entrevistamos 11, ou seja, as outras 4 foram pessoas da comunidade, porém, embora ajudassem nas atividades da comunidade e do grupo de produtores acompanhado no estudo, não estavam, necessariamente, vinculadas ao grupo); e 15 (quinze) com pessoas vinculadas ao movimento cooperativista em Roraima, especialmente do ramo agropecuário (professores, técnicos e pessoas de órgãos públicos do estado, principalmente relacionadas aos programas governamentais como, por exemplo, o PAA e o PNAE). Neste último caso, simplesmente

²⁷ Sobre a memória, Candau (2011, p. 59-60) ressalta: “sem memória o sujeito se esvazia, vive unicamente o momento presente, perde suas capacidades conceituais e cognitivas. Sua identidade desaparece”.

com o objetivo de direcionar a denominação de “entrevistados” para os produtores agropecuários das experiências acompanhadas no estudo, consideramos estes atores como “entrevistados informantes”.

As entrevistas duraram, em média, 35 minutos²⁸. Ressaltamos que, em comum acordo com os entrevistados, as entrevistas foram gravadas, por meio de gravador de celular, com o objetivo exclusivo de possibilitar, posteriormente, a transcrição das entrevistas em sua integralidade e, dessa forma, não perder informações importantes que foram apresentadas pelos entrevistados ao longo de suas falas. As entrevistas foram todas realizadas presencialmente.

Ressaltamos que tanto para a Coopercinco quanto para o grupo de produtores, as entrevistas foram realizadas dentro do período de trabalho de campo realizado com cada experiência acompanhada. Porém, cabe mencionar que isso não significa que, necessariamente, a entrevista, por exemplo, com um cooperado tenha ocorrido no espaço da cooperativa²⁹ ou, no caso da entrevista com alguém que faz parte do grupo de produtores, esta tenha ocorrido, necessariamente, na comunidade. Ademais, destacamos que tanto os entrevistados quanto os “entrevistados informantes” não foram identificados no estudo, pois, no que se refere à identidade, Cefai (2010, p. 6) pontua que “o etnógrafo precisa respeitar o anonimato e a confidencialidade dos seus dados, logo, deve proteger suas fontes”. De qualquer forma, ressaltamos a utilização do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), que foi considerado, portanto, para a participação no estudo e, especificamente, para a realização das entrevistas (APÊNDICE F).

Também adotamos um diário de campo, que foi utilizado durante todo o trabalho de acompanhamento, especialmente para fazer anotações acerca das observações realizadas, assim como algumas análises sobre o que estava sendo observado. Em geral, na perspectiva do anonimato retratado por Cefai (2010), não utilizamos fotografias relacionadas à identificação dos entrevistados ou, até mesmo, dos espaços acompanhados no estudo. Em todo caso, quando da utilização de fotografias nesta tese, informamos que houve a devida autorização ou as fotografias foram concedidas e disponibilizadas pelos próprios participantes do estudo ou, ainda, foi algo utilizado na condição de domínio público.

²⁸ A variação de tempo de entrevistas realizadas foi de 27min (menor) e 1h32min (maior).

²⁹ Afinal, foi necessário e importante ir até a comunidade, não só para entrevistar alguns dos cooperados que vivem no local, no espaço, onde a cooperativa emergiu, mas também para experientar, em que pese as particularidades do “eu pesquisador”, algumas das realidades vivenciadas pelos produtores, especialmente porque a cooperativa acompanhada no estudo está presente, de acordo com os seus registros, em muitas regiões do estado.

d) Análise dos dados e apresentação dos resultados

Os dados obtidos no estudo, sobretudo atrelados à imersão no trabalho de campo em função do acompanhamento realizado junto às duas experiências cooperativistas agropecuárias definidas foram, em linhas gerais, analisados levando em consideração a triangulação destes que, conforme destacam Zappellini e Feuerschütte (2015), pode ser assim compreendida:

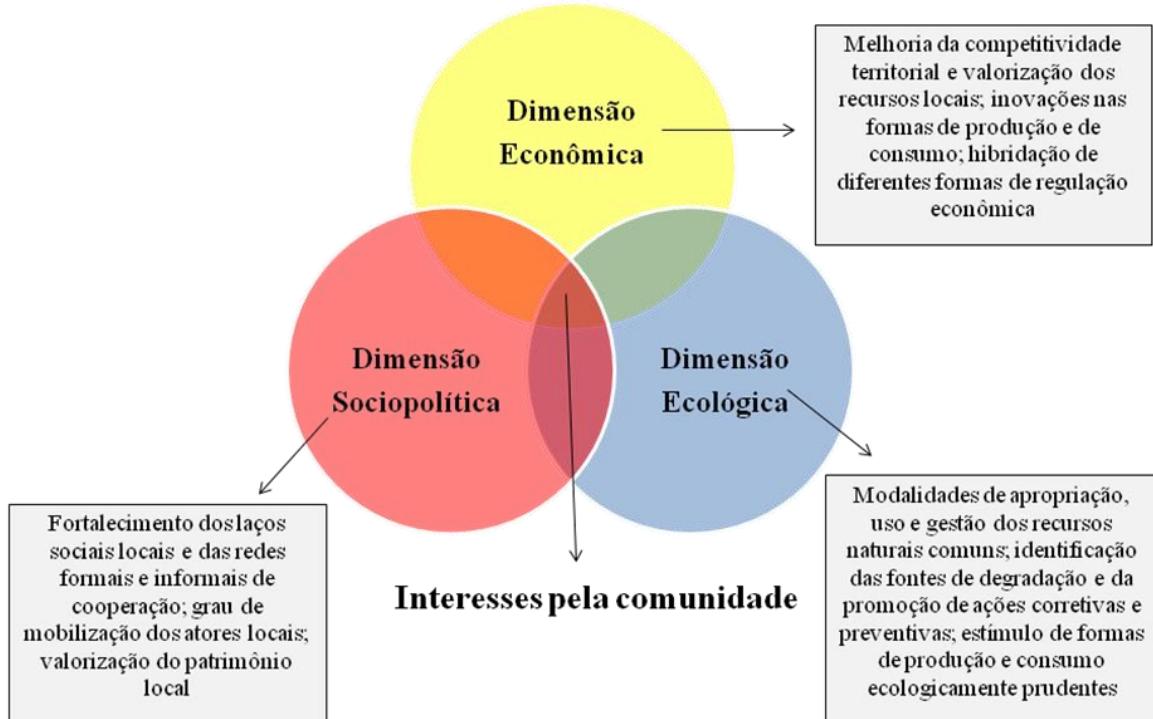
[...] procedimento que combina diferentes métodos de coleta e de análise de dados, diferentes populações/sujeitos (ou amostras/objetos), diferentes perspectivas teóricas e diferentes momentos no tempo, com o propósito de consolidar suas conclusões a respeito do fenômeno que está sendo investigado (Zappellini; Feuerschütte, 2015, p. 246-247).

Essa triangulação dos dados foi importante, especialmente tendo em vista que alguns autores (Flick, 2004; Angrosino, 2009; Zappellini; Feuerschütte, 2015) ressaltam que o método etnográfico, sobretudo na postura etnográfica que adotamos no campo, precisa ser acompanhado por outros métodos, com foco em validar os dados obtidos, no sentido não só de corroborar os registros realizados pelo pesquisador, mas também para conferir legitimidade aos resultados.

Destacamos que, para além da triangulação dos dados, construímos um *framework* – categorias analíticas que emergiram quando do trabalho de campo – para ajudar a operacionalizar a análise das práticas das duas experiências cooperativistas agropecuárias acompanhadas nesta tese frente ao sétimo princípio do cooperativismo e considerando os objetivos definidos.

Para tanto, consideramos o aporte teórico apresentado no capítulo 2 – especialmente a relação entre as abordagens da economia social e solidária e do desenvolvimento territorial sustentável em diálogo com a literatura sobre o 7º princípio cooperativista. De forma mais específica, nos baseamos nas dimensões e nas variáveis apresentadas por Andion, Serva e Lévesque (2006) para análise das dinâmicas de desenvolvimento territorial sustentável (DTS), à luz da economia plural, sintetizadas no Quadro 6 apresentado na página 76. Diante disso, apresentamos um *framework* ilustrado na figura 2, que representa uma síntese das dimensões e das variáveis apresentadas por Andion, Serva e Lévesque (2006) relacionadas ao 7º princípio do cooperativismo, conforme detalhado a seguir.

Figura 2. Síntese das dimensões de análise das práticas cooperativistas frente ao sétimo princípio do cooperativismo.



Fonte: Elaborado pelo autor com base em Andion, Serva e Lévesque (2006).

Na análise dos interesses pelas comunidades nos dois casos considerados neste estudo, levamos em conta as três dimensões apresentadas na Figura 2 e as suas interações. Ressaltamos que na dimensão econômica esses interesses, percebidos por meio das práticas cooperativistas, podem se expressar no fato de os empreendimentos, em um contexto de competitividade, levar em conta também elementos que não sejam, necessariamente, mercantis como, por exemplo, não só as interações sociais que se estabelecem, mas também as parcerias que podem ser desenvolvidas com universidades e outras instituições de ensino, de extensão e de inovação e pesquisa, por meio de processos de aprendizagem, de troca de informações e de saberes e, ainda, da própria infra-estrutura institucional. Focado nos casos acompanhados no estudo buscamos, portanto, compreender, por exemplo, se os empreendimentos contribuem para a melhoria de renda de seus membros e, também, em que medida estes valorizam os recursos naturais das comunidades.

Já na dimensão sociopolítica, a expressão dos interesses pelas comunidades pode perpassar pela concepção de política pública, sendo esta não mais em uma perspectiva unilateral, mas embasada numa noção de ação pública, na qual se considera todos os diferentes atores envolvidos nos processos de desenvolvimento. Contempla-se, portanto, a

valorização dos laços sociais e do patrimônio local. Dessa forma, nos casos acompanhados no estudo buscamos compreender os laços estabelecidos, as redes existentes, inclusive na perspectiva de contribuir para o fortalecimento dos empreendimentos.

Na dimensão ecológica, os interesses pelas comunidades podem se expressar por meio de uma preocupação institucionalizada, pensando nas práticas dos empreendimentos cooperativos, em produzir de forma ecologicamente prudente, uma vez que a variável ambiental passa a ser compreendida, não mais como um impedimento ao desenvolvimento, mas como uma oportunidade, sendo esta condicionada à disponibilidade e ao uso adequado dos recursos naturais, sobretudo considerando esse uso por meio de associações entre as pesquisas científicas e os saberes tradicionais das populações, no nosso caso com os povos originários como veremos mais adiante nos resultados deste estudo.

Por se tratar de um estudo pragmatista, prevalecendo, portanto, a lógica de raciocínio abdutivista, na qual o pesquisador constrói as suas análises por meio da imersão junto ao fenômeno, ressaltamos que, quando da análise dos dados, para além dessas dimensões e dessas variáveis, emergiram outras dimensões de análise (categorias analíticas) que, portanto, em conjunto, fizeram parte do nosso *framework*. Em outras palavras, essas dimensões podem ser consideradas como complementares as abordadas pelos autores.

Ademais, quando possível, realizamos as análises dos dados considerando as escalas macro, meso e micro, conforme Revel (1998), com foco em compreender a realidade social, partindo do micro para o macro, e também considerando o nível de análise meso, valorizando as experiências dos diferentes atores que estão envolvidos com as duas experiências cooperativistas acompanhadas nesta tese, examinando mais de perto as suas práticas, bem como os efeitos produzidos.

O quadro 9 apresenta uma síntese do percurso metodológico adotado nesta tese.

Quadro 9. Síntese do percurso metodológico.

Abordagem	Desenho da Pesquisa	Técnica de Coleta de Dados	Análise dos Dados
Qualitativa	Estudo de Caso múltiplo	Observação Sistemática Pesquisa Documental	Triangulação dos dados coletados, por meio de diferentes fontes Análise descritiva e interpretativa pragmatista
	Postura Etnográfica	Entrevistas semi-estruradas em profundidade	<i>Framework</i> analítico proposto, inspirado nas dimensões propostas por Andion, Serva e Lévesque (2006) e considerando o aporte teórico apresentado frente ao sétimo princípio do cooperativismo

Fonte: Elaborado pelo autor.

4. COOPERATIVISMO AGROPECUÁRIO NO ESTADO DE RORAIMA: CARACTERÍSTICAS, TRAJETÓRIAS E DESAFIOS

Neste capítulo focalizamos o primeiro objetivo específico desta tese de *caracterizar o cooperativismo agropecuário do estado de Roraima, compreendendo o lugar do cooperativismo popular ligado à agricultura familiar nesse universo.* Para tanto, visamos apresentar as características deste movimento e abordar a sua trajetória e os desafios que o perpassam (perpassaram) na tentativa de sua consolidação.

Nessa perspectiva, pretendemos apresentar possíveis respostas para alguns questionamentos, dentre tantos outros que podem ser realizados, como: Quais as características do movimento cooperativista agropecuário em Roraima? É possível afirmar que o cooperativismo agropecuário em Roraima está consolidado? Há desafios a serem superados na busca pela consolidação do cooperativismo agropecuário no estado? Se há, quais são esses desafios? Quais os atores envolvidos no cooperativismo agropecuário do estado? Qual o lugar do cooperativismo popular e do cooperativismo tradicional no estado? Como estes atores contribuem (contribuíram) para o fortalecimento do movimento no estado? De que forma e em que medida o movimento tem impactado a vida dos seus membros e nas comunidades?

Assim, na busca de elementos de resposta para tais indagações, e outras que surgiram ao longo do processo de construção dessa tese, adotamos um levantamento bibliográfico, documental e midiático, bem como também consideramos o trabalho de campo, por meio das entrevistas realizadas e de observação sistemática, tentando delinear o movimento cooperativista agropecuário no estado de Roraima.

4.1. CARACTERIZANDO O COOPERATIVISMO AGROPECUÁRIO NO ESTADO DE RORAIMA

Não é possível tratar do cooperativismo agropecuário em Roraima, sem considerar o próprio processo de formação e de constituição do estado e, nesse percurso, abordar alguns aspectos que se constituem como fundamentais para o desenvolvimento deste território que apresenta, enquanto unidade federativa, a menor densidade demográfica do país. Dessa forma, na tentativa de caracterização do movimento cooperativista agropecuário do estado iremos, também, perpassar por tais aspectos como, por exemplo, os fluxos migratórios e a questão do garimpo.

É importante ressaltar que esses processos são fundamentais para também se dialogar acerca do movimento cooperativista, atrelado ao desenvolvimento do estado de Roraima, sobretudo pelos diversos atravessamentos existentes entre estes e a própria conjuntura estadual – em termos políticos, econômicos e sociais –, ao longo dos anos, desde a sua federalização, quando se pensa no caso do garimpo, até o aumento significativo na população de Roraima, em especial na capital Boa Vista, após o *boom* da crise migratória venezuelana³⁰, ampliando, inclusive, em grande medida, o número de moradores de ruas da cidade.

4.1.1. Aspectos Gerais de um Estado em Desenvolvimento

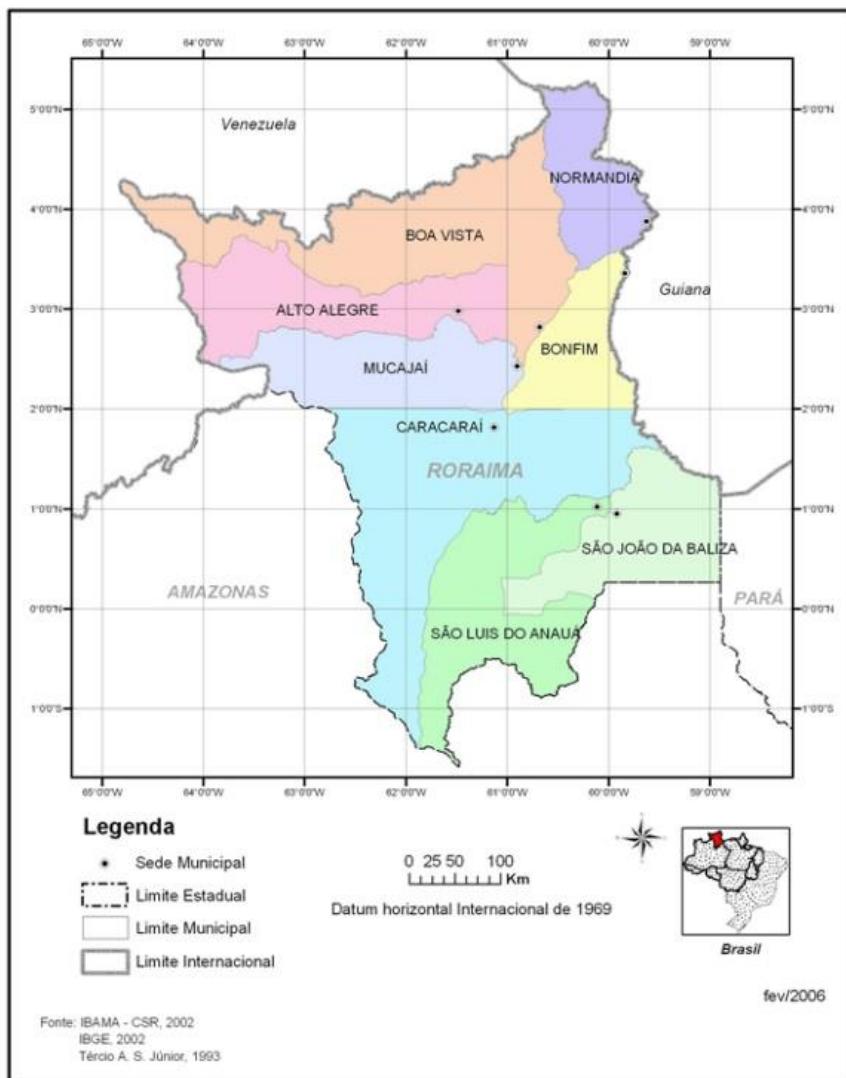
Roraima é um estado relativamente novo, uma vez que a sua federalização ocorreu apenas em 1988, especificamente em 05 de outubro, sendo elevado à categoria de unidade federativa por meio da Constituição Federal Brasileira. Anteriormente a esse processo de federalização, o Decreto Lei nº 5.812, de 13 de setembro de 1943 (Brasil, 1943), criou o Território Federal do Rio Branco, que foi formado a partir de municípios amazonenses. Posteriormente, esse nome foi alterado para Território Federal de Roraima, em 1962, por meio do Decreto Lei nº 4.182, de 13 de dezembro de 1962 (Brasil, 1962), sendo o território em questão governado por militares no período pós 1964.

Vale *et al.* (2016) ressaltam que no período entre o final dos anos de 1960 e início de 1970 marcou-se uma nova estratégia de ocupação demográfica do estado de Roraima, em função da implantação das rodovias federais: i) a BR 174, que liga a cidade de Manaus (capital amazonense) a Boa Vista (capital de Roraima); ii) a BR 210, ou seja, a perimetral norte, que corta o sul do estado de leste a oeste; e iii) a BR 410, que liga Boa Vista a cidade de Bonfim, cidade roraimense que faz fronteira com a Guiana Inglesa.

Antes de sua federalização, conforme a Imagem 4, apenas 8 (oito) municípios representavam o estado, ou seja, Boa Vista, Caracaraí, Alto Alegre, Mucajaí, Bonfim, Normandia, São Luiz do Anauá e São João da Baliza.

³⁰ Abordaremos acerca desse *boom* mais adiante.

Imagem 4. Municípios de Roraima antes de sua Federalização.

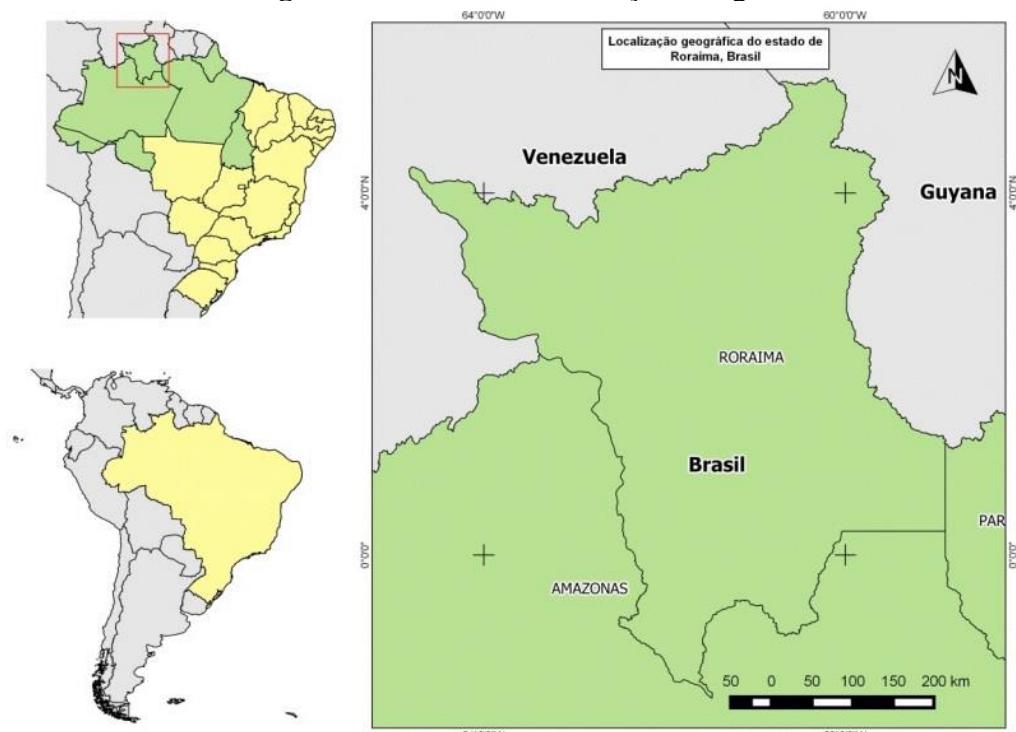


Fonte: Silva (2007) com base em IBAMA (2002); IBGE (2002) e Tércio A. S. Júnior (1993).

Atualmente, o estado possui 15 (quinze) municípios. Assim, além dos mencionados anteriormente, temos: Amajari, Cantá, Caroebe, Iracema, Pacaraima, Rorainópolis e Uiramutã.

Com relação aos aspectos geográficos, especificamente no que se refere aos limites fronteiriços do estado, Roraima, além de estar presente no extremo norte do território brasileiro, fazendo divisas com os estados do Pará (a sudeste) e do Amazonas (a noroeste), apresenta limites internacionais, que se estendem por 958 km, no norte, com a Venezuela e por 964 km, a nordeste, com a República Cooperativista da Guiana Inglesa, totalizando, portanto, 1.922 km de fronteiras (Imagem 5), tendo uma posição estratégica no que se refere às relações internacionais entre o Brasil e esses países (MDA, 2010).

Imagen 5. Roraima – Localização Geográfica.



Fonte: Galdino (2018) com base em MMA / FUNAI, 2015.

De acordo com Galdino (2018), Roraima estende-se em latitude $1^{\circ} 35' 11''$ S a $5^{\circ} 16' 20''$ N e longitude $58^{\circ} 54' 20''$ L a $64^{\circ} 49' 18''$ O, possuindo a peculiaridade de ter mais de 80% do seu território no hemisfério Norte, apresentando, ainda, o Monte Caburáí, que é o ponto extremo norte do Brasil.

Apesar de sua federalização ter ocorrido em 1988, é possível afirmar que, enquanto antigo território, o estado já possuía diversos movimentos relacionados aos processos de cooperação, sobretudo quando pensamos, por exemplo, nas comunidades indígenas que estão presentes no estado, distribuídas em diferentes etnias como, por exemplo, macuxi, wapixana, taurepang, ingarikó e yanomani, além de etnias venezuelanas (a exemplo da warao), que passaram a se instalar em Roraima em função do processo migratório do povo venezuelano para o Brasil.

Com uma área de 223.644,527 km², o estado de Roraima apresenta, segundo estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Ibge, 2021a), 652.713 habitantes. A Tabela 3 traz informações relacionadas à população dos municípios do estado, bem como a área territorial de cada município.

Tabela 3. População e Área Territorial dos Municípios de Roraima.

Municípios	População (2010)	População Estimada (2020)	População Estimada (2021)	Área da Unidade Territorial
Alto Alegre	16.448 pessoas	15.380 pessoas	15.249 pessoas	25.454,297 km ²
Amajari	9.327 pessoas	13.185 pessoas	13.561 pessoas	28.473,450 km ²
Boa Vista	284.313 pessoas	419.652 pessoas	436.591 pessoas	5.687,037 km ²
Bonfim	10.943 pessoas	12.557 pessoas	12.701 pessoas	8.079,914 km ²
Cantá	13.902 pessoas	18.799 pessoas	19.257 pessoas	7.664,831 km ²
Caracaraí	18.398 pessoas	22.283 pessoas	22.635 pessoas	47.379,903 km ²
Caroebe	8.114 pessoas	10.383 pessoas	10.595 pessoas	12.065,896 km ²
Iracema	8.696 pessoas	12.296 pessoas	12.637 pessoas	14.011,695 km ²
Mucajaí	14.792 pessoas	18.172 pessoas	18.482 pessoas	12.337,851 km ²
Normandia	8.940 pessoas	11.532 pessoas	11.772 pessoas	6.959,868 km ²
Pacaraima	10.433 pessoas	18.913 pessoas	20.108 pessoas	8.025,045 km ²
Rorainópolis	24.279 pessoas	30.782 pessoas	31.387 pessoas	33.579,739 km ²
São João da Baliza	6.769 pessoas	8.348 pessoas	8.492 pessoas	4.284,505 km ²
São Luiz	6.750 pessoas	8.110 pessoas	8.232 pessoas	1.526,898 km ²
Uiramutã	8.375 pessoas	10.789 pessoas	11.014 pessoas	8.113,598 km ²
Totais	450.479 pessoas	631.181 pessoas	652.713 pessoas	223.644,527 km²

Fonte: Elaborado com base em G1/RR (2020); IBGE (2021a).

De acordo com os dados apresentados na Tabela 3, a densidade demográfica em Roraima foi/é de 2,01 hab/km², 2,82 hab/km² e 2,92 hab/km², respectivamente, em 2010, 2020 e 2021. Segundo as estimativas do IBGE, a população do estado de Roraima cresceu 3,41% em relação a 2020, permanecendo com a menor população entre os estados brasileiros (Folha BV, 2021). Entre os municípios roraimenses, Pacaraima apresentou o maior percentual de crescimento populacional (6,32%). Apesar de o estado apresentar a menor população do país, as estimativas do IBGE (2021a) indicam que o estado tem o maior crescimento populacional do país, com aumento acima da média nacional de 0,7%, o que certamente está relacionado aos intensos fluxos migratórios de venezuelanos (Oliveira; Ramalho, 2021).

Silva *et al.* (2019) mencionam que Roraima é um estado que apresenta uma cobertura vegetal que é marcada pela diversidade, sendo que está totalmente inserido no bioma Amazônia, englobando, nas suas paisagens, um mosaico heterogêneo composto de unidades fitogeográficas, sendo estas constituídas por florestas, savanas e compinaranas. Os autores ainda ressaltam que essa heterogeneidade observada é um reflexo da interrelação que apresenta com o meio abiótico, ou seja, com o solo, o relevo, o clima e a drenagem. Assim, essas unidades fitogeográficas se desenvolvem e condicionam a cobertura vegetal do estado, inclusive considerando ainda a participação da ação atrópica na sucessão de seus diferentes modos de produção (Imagen 6).

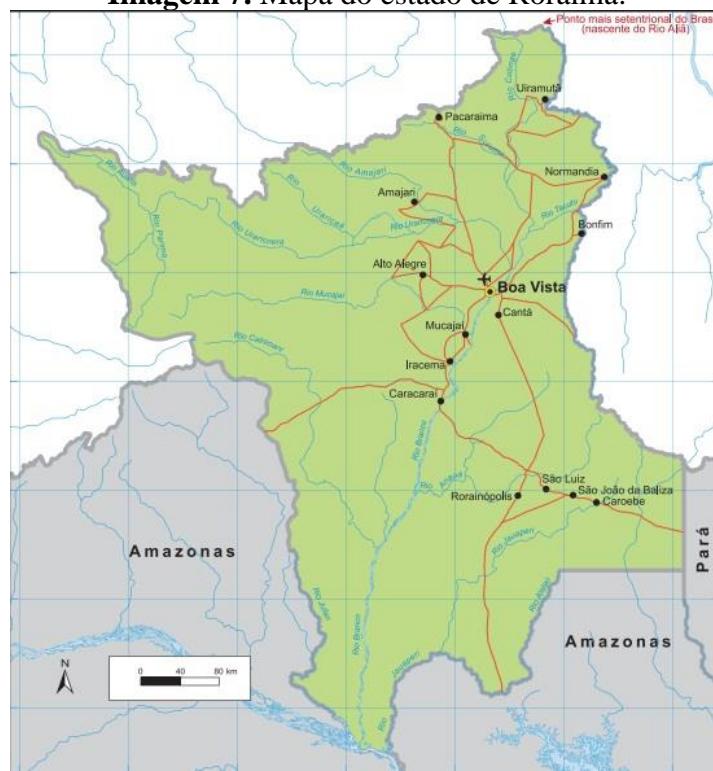
Imagen 6. Roraima – Vegetação.



Fonte: Arquivo Pessoal (Trabalho de Campo).

O estado de Roraima representa uma das nove unidades que integram a Amazônia Legal e está localizado no extremo norte do território brasileiro (Imagen 7). Essa posição geográfica lhe confere a particularidade de possuir a maior parte de suas terras no Hemisfério Norte (MDA, 2010).

Imagen 7. Mapa do estado de Roraima.



Fonte: IBGE (2021b).

Considerando o recorte desta tese, focado no ramo agropecuário, com relação à produção agrícola do estado de Roraima, segundo dados do IBGE (2020) relacionados à produção de 2019, foram produzidos abacaxi, arroz, batata-doce, cana-de-açúcar, feijão, mandioca, melancia, melão, milho, soja e tomate. Destes produtos, a soja merece destaque, uma vez que apresentou uma área plantada/colhida de 31.730 hectares, representando 50% do total de área plantada/colhida com as culturas mencionadas. A área plantada de soja gerou 88.394 toneladas de grãos com um rendimento médio de 2.786 Kg/ha.

No que se refere à população indígena, de acordo com Coelho (2022), Roraima possui uma população de, aproximadamente, 120 (cento e vinte) mil indígenas, sendo que destes 80 (oitenta) mil vivem em comunidades. O estado apresenta 33 (trinta e três) terras indígenas, apresentando nessas terras 719 (setecentas e dezenove) comunidades (Coelho, 2022).

Esses números, que tentam trazer uma dimensão mais real da população indígena no Brasil, denotam a importância desses povos originários para a construção e o desenvolvimento do país, especialmente diante de tantos desafios que, ao longo da história, estes têm enfrentado para manter viva, não só as suas tradições, mas também os seus costumes e, sobretudo, garantir os seus territórios, especialmente com foco na permanência nestes, uma vez que eles sempre são alvos de pessoas interessadas em, dentre outras possibilidades, acumular riquezas, independentemente das consequências que esse acúmulo possa trazer para esses povos, para o país e para o mundo. Nessa perspectiva, Rocha (2009) ressalta que os territórios tradicionais das populações indígenas sempre sofreram diversos processos de colonização, de ocupação e de invasão que promoveram várias modificações nas relações estabelecidas entre os indígenas e os não indígenas.

É relevante mencionar que quando pensamos nas comunidades indígenas atreladas aos processos de cooperação, é como se tais processos já estivessem arraigados nessas comunidades, uma vez que as suas práticas, que, não raramente, perpassam pela solidariedade, pela reciprocidade e pela ajuda mútua, se configuram em premissas que tais povos já estão amplamente acostumados a promover, a realizar, desde suas origens. Dessa forma, é possível perceber que tais características promovem uma aproximação desses povos, por meio de suas práticas, com o cooperativismo popular.

4.1.2. Cooperativismo Agropecuário em Roraima: características, trajetórias e desafios

O cooperativismo em Roraima está presente, porém podemos considerar, especialmente por se tratar de um estado relativamente novo, que este ainda está se estruturando, sobretudo no que se refere, por exemplo, à documentação e aos registros desse movimento, inclusive para além dos dados oficiais apresentados / divulgados pela OCB/RR, mas, principalmente, pela OCB nacional. Quando mencionamos acerca de documentação e de registros, nos referimos também aos registros acadêmicos – artigos, dissertações e teses – que, de alguma forma, buscam sistematizar a trajetória desse movimento, nos seus diferentes ramos de atuação, buscando resgatar e construir, juntamente com aqueles que fizeram e fazem parte do movimento, esse percurso histórico.

Nesse sentido, foi possível identificar alguns estudos que foram desenvolvidos junto às cooperativas estabelecidas em Roraima, e também junto a comunidades que trabalham na perspectiva da cooperação, ainda que esse processo não seja formal, oficializado, especialmente englobando diferentes regiões do Estado (Rocha, 2015; Santos; Senhoras, 2016; Freitag, 2017; Carvalho, 2018).

Corroborando com essa percepção acerca do movimento cooperativista ainda estar se estruturando, Santos e Senhoras (2016) ressaltam que embora seja evidente a importância do cooperativismo na economia de alguns municípios, apresentando, por exemplo, dinamismo agrícola, o movimento, na Amazônia, ainda é pouco dinâmico e, nesse sentido, pode ser considerado como incipiente em muitos estados da região norte do país, especialmente quando comparado com outros estados brasileiros.

Destacamos que para se falar do setor agropecuário do estado de Roraima, atrelado, inclusive, ao movimento cooperativista, faz-se necessário mencionar acerca da criação do Projeto de Assentamento Nova Amazônia (PANA), assim como o PANA I, sendo estes constituídos pelo Governo Federal, por meio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), tendo suas institucionalizações realizadas, respectivamente, nos anos de 2001 e de 2006 (Pereira *et al.*, 2020).

Essas institucionalizações ocorreram nas terras do complexo agropecuário denominado Bamerindus, uma vez que, à época, o proprietário da fazenda, ou seja, o Banco Bamerindus, em função de uma operação de crédito (empréstimo) junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), passou a ser devedor do governo federal e, por isso, o complexo Bamerindus (Fazendo Bamerindus), com todas as suas benfeitorias,

incluindo, por exemplo, imóveis, móveis, máquinas e gado, foi incorporado ao patrimônio da União, por meio de vias judiciais (Pereira *et al.*, 2020).

Destacamos que, conforme ressaltam Pereira *et al.* (2020), o processo de transferência das terras e do patrimônio acumulado do Complexo / da Fazenda Bamerindus para a Superintendência do Patrimônio da União (SPU) até o processo de constituição do PANA e do PANA I levou um período de aproximadamente 2 (dois) anos.

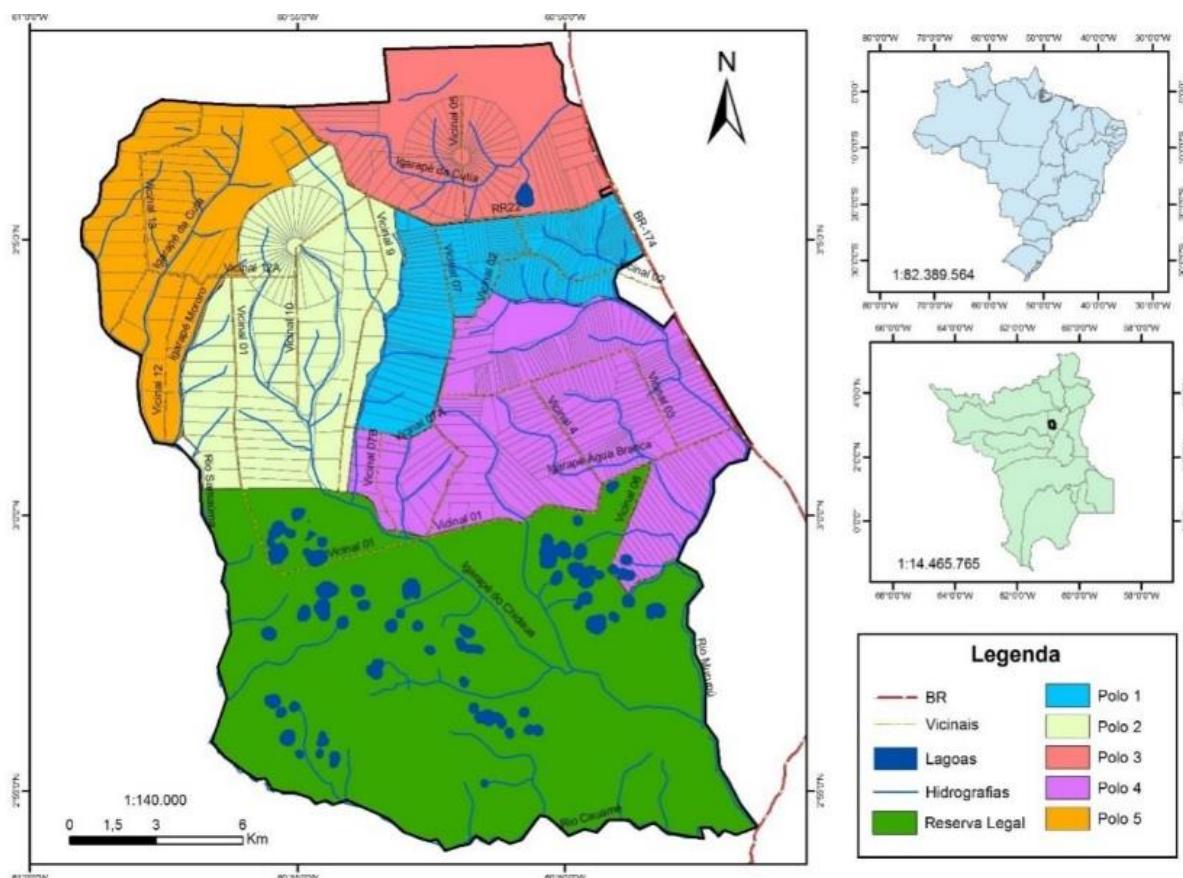
Acerca desse processo, especificamente da divisão das terras do complexo agropecuário Bamerindus, uma cooperada produtora vinculada à Coopercinco (cooperativa agropecuária que foi acompanhada nesta tese), fez o seguinte comentário, inclusive contextualizando um pouco sobre a sua chegada no estado de Roraima:

Então nós chegamos em Roraima em fevereiro de 2002, já com a intenção de arrumar uma terra porque a gente queria uma terra e como a gente sabia da reforma agrária a gente já ficou ligado, ai começamos a andar, fomos até o Trairão, o Trairão é 200 Km daqui é bacana demais lá é área de mata, muito bacana lá. Mas não ficamos lá, não conseguimos por lá e voltamos pra Boa Vista e ai depois surgiu os comentários da fazenda Bamerindus que ia ser cortada né, separada pra reforma agrária e ai já ficamos de olho e em 2003 quando surgiu mesmo o movimento e o povo foi pra beira da BR na entrada da fazenda o pessoal já se instalou ali, fizeram muitos barracos e se instalaram mesmo (Trecho de entrevista concedida por produtora cooperada vinculada à Coopercinco).

Pereira *et al.* (2020) ainda destacam que, de acordo com os relatos de técnicos do INCRA, antes da destinação do complexo Bamerindus para o INCRA, a SPU consultou alternativas para a destinação do complexo. Dentre essas alternativas estavam à Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), o Governo do Estado de Roraima, a Prefeitura Municipal de Boa Vista e, ainda, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). Todas elas, no entanto, não aceitaram receber o complexo. Destaca-se que o argumento central que foi utilizado para as negativas apresentadas ao não aceite em receber o complexo estava relacionado ao alto custo para a sua manutenção. Dessa forma, o complexo agropecuário foi destinado ao INCRA, também em função deste órgão ser o responsável por gerenciar a política nacional de reforma agrária (Pereira *et al.*, 2020).

A Imagem 8 retrata a cartografia do Projeto de Assentamento Nova Amazônia (PANA).

Imagen 8. Cartografia do Projeto de Assentamento Nova Amazônia (PANA).



Fonte: Pereira (2017).

Assim, a partir do processo de reforma agrária e a formação dos assentamentos se fortalecem movimentos cooperativos relacionados à agricultura familiar. Tal fortalecimento ocorre pela organização dessas pessoas que lutavam por um espaço para construírem as suas vidas, suas trajetórias, tendo, por exemplo, uma área na qual pudessem não só viver com as suas famílias, mas também, com o passar do tempo, ter condições de produzir, não só para o consumo da própria família, mas também visando a geração de renda, por meio da venda daquilo que conseguiam produzir como excedente.

Aos poucos essas pessoas foram, ainda que informalmente, se articulando, especialmente contando com a experiência de migrantes vindos de outras regiões do país como, por exemplo, do Rio Grande do Sul, o que acabou culminando na mobilização para formalização, junto à OCB, das primeiras cooperativas agropecuárias do estado de Roraima. Esses processos, em certa medida, serão aprofundados a seguir.

a) Processos de Cooperação Agropecuária em Roraima: formalidade e informalidade em consolidação

O cooperativismo, sobretudo com foco nos aspectos relacionados ao processo de cooperação, sempre esteve presente no estado de Roraima, antes mesmo de sua federalização, ou seja, ainda como antigo território. Essa afirmação se constata, quando levamos em conta 3 (três) pontos principais:

- i) a presença dos povos originários (indígenas) no estado, que possuem o elemento da cooperação muito forte e muito presente em suas práticas, inclusive considerando as suas tradições e os seus costumes;
- ii) os relatos de produtores que vivenciaram, por exemplo, a própria mudança de território para estado, pois estes mencionam que já existiam alguns movimentos de organização, ainda que esses movimentos fossem considerados informais e envolvessem, inicialmente, um número pequeno de pessoas; e
- iii) o fato de que, ainda que não se tivesse conhecimento teórico acerca do movimento cooperativista, a população que vivia no estado tinha forte influência de migrantes vindos de outras regiões do país, a exemplo do Sul, especialmente os gaúchos, tendo estes, portanto, um cooperativismo mais bem estruturado. Assim, estes migrantes trouxeram de seus estados de origem essa perspectiva de cooperação e, dessa maneira, buscaram, até como forma de se consolidarem no estado, implementá-la no norte do país.

Dessa forma, o cooperativismo, especialmente o agropecuário, foi dando os seus primeiros passos, especialmente no que se refere ao seu aspecto formal, uma vez que informalmente, como já mencionado, era possível perceber características desse movimento em Roraima.

Acerca dessas percepções, um cooperado produtor vinculado à Coopercinco comentou, durante a entrevista, que:

Quando eu cheguei em Roraima, aqui não tinha praticamente nada, não tinha prédio, construção, era muito mato. Mas, já tinha um pessoal que tentava produzir junto, porque quando juntava ficava mais fácil, principalmente naquela época que era mais complicado para conseguir produzir. Hoje, mesmo com toda dificuldade que existe, tá bem melhor (Trecho de entrevista concedida por produtor cooperado vinculado à Coopercinco).

Quanto ao cooperativismo considerado formal, sobretudo vinculado à OCB, é importante ratificar que os sulistas, especialmente os gaúchos³¹, são considerados como pioneiros do movimento no estado. Portanto, é comum creditar a eles a formalização do cooperativismo em Roraima – pelo menos o início da tentativa desse processo –, no sentido de terem promovido ações direcionadas para a organização das primeiras cooperativas que surgiram no estado.

Na perspectiva de traçar um panorama acerca do cooperativismo no estado de Roraima, com foco no ramo agropecuário, destacamos que, com base nos dados divulgados no Anuário do Cooperativismo Brasileiro, publicado em 2023, pela OCB, do total de 572 cooperativas registradas na região norte, Roraima representa 8,7%, com 50 cooperativas, distribuídas nos ramos conforme tabela 4.

Tabela 4. Número de Cooperativas, Cooperados e Empregados em Roraima por Ramo.

Ramos/Itens	Cooperativas	Cooperados	Empregados
Agropecuário	17	2.049	62
Consumo	0	0	0
Crédito	1	1.264	18
Infraestrutura	1	0	0
Saúde	2	21	4
Trabalho, produção de bens e serviços	9	826	6
Transporte	20	687	22
Totais	50	4.847	112

Fonte: OCB (2023).

Com base nos dados apresentados na Tabela 4, observamos que, em comparação aos dados do anuário divulgados em 2021, a região norte apresentava 587 cooperativas registradas junto à OCB, das quais Roraima representava 8,3%, com 49 cooperativas. Já segundo o anuário 2023, apesar de Roraima ter apresentado o aumento de uma cooperativa, observamos uma redução do número de cooperativas da região Norte, já que passou de 587 para 572, ou seja, uma redução de 2,6% (OCB, 2023). Como os dados em questão se referem ao registro formal das cooperativas junto à OCB, acreditamos que essa redução possa ter ocorrido pelo fato de algumas cooperativas, do Norte do país, terem apresentado dificuldades para realizar essa formalização junto à organização que gerencia esse processo em nível nacional.

Essas dificuldades podem ser de diferentes naturezas como, por exemplo, a constituição de um grupo que represente a cooperativa, fazendo parte, portanto, de sua

³¹ Cabe mencionar que, com relação à migração de gaúchos para o estado de Roraima, esses estados, além de serem extremamente opostos em termos geográficos, apresentam, conforme ressalta Staevie (2017, p. 26), “características socioeconômicas e culturais bastante diferentes”.

administração. Nesse sentido, durante a realização da entrevista com um dos diretores da cooperativa acompanhada nesta tese obtivemos o seguinte comentário:

Pra gerenciar uma cooperativa, mesmo ela sendo pequena, não é fácil. Trabalhar com gente, na verdade, é sempre um desafio. Às vezes o povo reclama direto, mas ninguém quer assumir o compromisso de ser da gestão da cooperativa, porque sabe que é muito trabalho, muito pepino pra resolver. No final das contas, ou alguém acaba tomando a frente ou a cooperativa se acaba. (Trecho de entrevista concedida por um dos diretores da Coopercinco).

Esse relato, embora seja uma particularidade da Coopercinco, por meio dos dados obtidos em entrevista realizada, pode ser um gargalo também enfrentado em outras cooperativas do estado e da própria região norte, sobretudo no que se refere à formalização destas junto à OCB.

No *ranking* nacional, de acordo com os dados do anuário 2023, Roraima fica na 21^a colocação em número de cooperativas agropecuárias vinculadas à OCB, empatando com o número de cooperativas agropecuárias do Rio Grande do Norte – embora Roraima apresente maior número de cooperados e maior número de empregados vinculados às cooperativas –, estando à frente apenas do Distrito Federal, do Rio de Janeiro, de Sergipe, do Maranhão e do Tocantins (OCB, 2023).

Apesar do ramo transporte apresentar o maior número de cooperativas (20), observamos que, no que se refere ao número de cooperados e ao número de empregados vinculados às cooperativas, o ramo agropecuário merece destaque, apresentando, respectivamente, 2.049 e 62, o que representa, em relação ao total de cooperativas do estado, 42,3% e 55,4% (OCB, 2023).

Pontuamos que, de acordo com os dados divulgados no anuário 2023, Roraima possui 17 (dezessete) cooperativas agropecuárias. Ressaltamos que os dados em questão são divulgados de forma geral, pois não é possível identificar, por meio deles, quais são as cooperativas agropecuárias que representam, especificamente, esse quantitativo. Em todo caso, compreendendo que o repasse de informações para a elaboração do anuário é realizado pela OCB/RR, fizemos uma pesquisa no *site* da organização justamente com o objetivo de identificar, não só o quantitativo apresentado, mas também o nome dessas cooperativas agropecuárias. Porém, quando da realização da pesquisa mencionada, identificamos que, de acordo com os dados divulgados no *site* da OCB/RR, Roraima possui 5 (cinco) cooperativas agropecuárias (Quadro 10), sendo este, portanto, o número que consideramos no estudo quando da preparação para o trabalho de campo que foi desenvolvido.

Quadro 10. Cooperativas agropecuárias vinculadas à OCB/RR.

Cooperativas agropecuárias	Sigla	Constituição	Sócios
1. Cooperativa Agropecuária Nova Amazônia	COOPANA	12/06/2015	127
2. Cooperativa dos Hortifrutigranjeiros de Boa Vista	COOPHORTA	24/03/2003	442
3. Cooperativa Agropecuária de Roraima	COOPERCARNE	27/02/2001	120
4. Cooperativa Agropecuária Indígena de Pacaraima	COOP'AGI	01/10/2013	45
5. Cooperativa Agropecuária dos Cinco Polos	COOPERCINCO	14/03/2006	681

Fonte: OCB/RR (2023).

Percebemos, ao compararmos os dados apresentados na tabela 4 e no quadro 10 – que apresenta os dados mais atualizados, conforme pesquisa realizada no *site* da OBC/RR³² –, com foco no ramo agropecuário, que há divergências relacionadas ao número de cooperativas que estão vinculadas à OCB. Essas divergências podem estar atreladas ao próprio controle da organização acerca do acompanhamento do registro das cooperativas que estão a ela vinculadas ou, ainda, podem estar relacionadas à própria falta de alimentação / atualização do *site* da organização, refletindo, dessa forma, em incoerências em relação aos dados oficiais. Se for esse último caso, possivelmente, como foi observado no *site* quando da realização da pesquisa, existem cooperativas que foram informadas para a OCB nacional, porém ainda não constam no *site* da organização. Porém, apesar dessa possibilidade de haver inconsistências em função da falta de atualização das informações no *site*, pontuamos que os dados identificados neste se aproxima mais da realidade percebida quando da realização do trabalho de campo.

Segundo dados da Junta Comercial de Roraima (JUCERR), em 2017, foram canceladas 46 cooperativas (JUCERR, 2017). Porém, ao verificar o detalhamento das cooperativas canceladas por município, esse número é de 47, com destaque para o município de Boa Vista, com 34 cooperativas canceladas. Ainda com base nos dados da JUCERR, em 2018, 118 cooperativas estavam ativas no estado de Roraima, também com destaque para Boa Vista, com 56,8% do total de cooperativas (JUCERR, 2018). Em 2019, o número de cooperativas ativas era de 124 (JUCERR, 2019), porém ao verificar o detalhamento das cooperativas ativas por município, esse número é de 123, com destaque para Boa Vista, com 56,1% do total. Além disso, dos 15 municípios do Estado, apenas Uiramutã não possuía nenhuma cooperativa ativa, nem em 2018 e nem em 2019 (JUCERR, 2018; 2019).

³² Cabe ressaltar que quando da realização da pesquisa no *site* da OCB/RR, apareceu apenas a relação das 5 (cinco) cooperativas agropecuárias apresentadas no quadro 10, ou seja, não há registro de outras cooperativas agropecuárias, tendo em vista o número de cooperativas desse ramo divulgadas no anuário 2023, nem de outras cooperativas relacionadas aos outros ramos de atuação, conforme consta na tabela 4.

Após esse panorama geral acerca dos números relacionados ao cooperativismo tradicional, por meio das cooperativas vinculadas à OCB/RR, passamos a abordar sobre as características do movimento em Roraima. Porém, antes de abordarmos, especificamente, acerca das características levantadas frente ao aporte metodológico adotado no estudo, pontuamos que um elemento do cooperativismo agropecuário no estado, especialmente o dito formal, tradicional, que se apresenta em constante processo de consolidação, que emergiu quando da realização do trabalho de campo – inclusive, pensamos, inicialmente, em considerá-lo como uma das características do movimento no estado, é o que foi denominado, por 11 (onze) entrevistados (6 produtores/as rurais cooperados/as e 5 entrevistados/as informantes), de “pulverização” das cooperativas.

No que se refere a este elemento denominado de “pulverização” das cooperativas, pontuamos que, na percepção dos entrevistados, ele acaba por gerar um processo contrário ao de fortalecimento pretendido no/do movimento, promovendo a fragilização deste, uma vez que a tendência é passar a existir outras cooperativas, diluindo, dessa forma, o número de cooperados entre as cooperativas existentes.

Sobre essas percepções destacamos que, sem a intenção de generalizar, resolvemos trazer esse elemento à tona, uma vez que ele emergiu, ainda que em um pequeno grupo de entrevistados, considerando o total de entrevistas realizadas, como sendo, pelo que percebemos, um gargalo para o fortalecimento do cooperativismo agropecuário em Roraima. Mas, pelos relatos destes entrevistados, acreditamos que o que eles denominam de “pulverização”, se configuraria, na verdade, como um elemento que perpassa pelas dificuldades nas relações internas das cooperativas, em especial a que foi acompanhada no estudo.

Acerca desse elemento denominado “pulverização”, quando da realização das entrevistas com os/as produtores/as que o mencionaram, obtivemos os seguintes comentários:

Infelizmente no movimento tem muita discussão interna muita das vezes por não concordar com as opiniões e também pelo poder, porque querem está nas cabeças, na diretoria, tomado as decisões que nem sempre é de acordo com todo mundo. Ai acontece de ter separação porque um decide sair da cooperativa, aí vai levando outro e mais um, até ir lá e criar uma nova cooperativa com todo mundo que saiu. (Trecho de entrevista concedida por produtor cooperado vinculado à Coopercinco).

Eu já vi muita briga na cooperativa, na verdade muito bate boca, principalmente porque tem vários grupinhos que querem ganhar mais, querem que o seu produto seja adquirido pela cooperativa, sem dar chances para outros produtores que também possuem o mesmo produto. Isso acaba virando uma bola de neve, porque ninguém quer sair perdendo. Aí você pergunta onde é que fica a cooperação? (Trecho de entrevista concedida por produtora cooperada vinculada à Coopercinco).

Esse negócio de opinião diferente, que sempre tem, acaba pulverizando a cooperativa, porque sai fulano, depois sai outro, porque não concordaram com alguma coisa que foi decidida e quem saiu acaba tentando se articular para criar outra cooperativa. (Trecho de entrevista concedida por produtor cooperado vinculado à Coopercinco).

Cabe ressaltar, também, que ao sair da cooperativa determinado cooperado pode, ainda, levar consigo outros cooperados, que acabam “comprando a briga” daquele que entrou, por exemplo, em atrito com a diretoria. Pontuamos que além dessa situação ter sido mencionada por 3 (três) dos produtores/as rurais cooperados/as entrevistados/as, observamos, durante o trabalho de campo, que um desses três produtores fazia parte de outra cooperativa antes de passar a fazer parte da Coopercinco. Em seu relato o produtor menciona:

Na outra cooperativa que eu fazia parte, passei a não me sentir bem porque percebia que sempre tinham alguns grupos que eram privilegiados, que tinham preferência na hora de entregar os produtos. Com o tempo, isso foi ficando muito chato até que um dia resolvi sair e vir para cá (Trecho de entrevista concedida por produtor cooperado vinculado à Coopercinco).

Destacamos que, diante dos comentários apresentados e da menção de alguns/mas entrevistados/as acerca de uma possível “pulverização”, apesar de este elemento poder se configurar em um fator que pode contribuir para que outra cooperativa seja criada – o que é bom para o movimento cooperativista, sobretudo com foco em evitar a concentração ou monopólio de uma única cooperativa na região –, entendemos que ele não se configura necessariamente em uma “pulverização”, pois isso significaria a existência de muitas cooperativas, o que não é o caso, nem com base nos dados levantados no site da OCB/RR e nem nos dados oficiais, a nível nacional, divulgados no anuário 2023.

Tal pulverização é mais presente no associativismo que também foi observado nesta tese. No que se refere às associações, de acordo com um levantamento realizado no início de 2022, obtido junto à Divisão de Associativismo e Bem Estar Social, da Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SEAPA/RR), Roraima tinha, contando com todos os municípios, 307 (trezentas e sete) associações (o APÊNDICE H traz a relação das associações, ativas e inativas, desse levantamento). Porém, de acordo com o levantamento realizado, dessas 307 associações, 121 estão ativas, enquanto 186 estão inativas (Tabela 5).

Tabela 5. Associações agropecuárias em Roraima.

Municípios	Nº de Associações		Totais
	Ativas	Inativas	
Alto Alegre	5	13	18
Amajari	7	7	14

Boa Vista	24	23	47
Bonfim	11	14	25
Cantá	22	38	60
Caracaraí	12	21	33
Caroebe	2	5	7
Iracema	5	9	14
Mucajáí	12	19	31
Normandia	1	2	3
Pacaraima	1	0	1
Rorainópolis	9	25	34
São João da Baliza	2	7	9
São Luís do Anauá	6	3	9
Uiramutã	2	0	2
Totais	121	186	307

Fonte: Divisão de Associativismo e Bem Estar Social da Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SEAPA/RR).

De acordo com os dados da Tabela 5, dos 15 municípios roraimenses, apenas em 5 (Amajari, Boa Vista, Pacaraima, São Luís do Anauá e Uiramutã) o número de associações ativas supera ou iguala o de inativas. Além disso, também chama atenção os números de associações do município de Cantá, superando, inclusive, a capital do estado, Boa Vista.

As associações são constituídas por grupos de produtores da agricultura familiar que buscam, por meio da associação, fortalecer o trabalho que eles desenvolvem nas comunidades onde estão inseridos. Essa associação ocorre na tentativa, inclusive, de conseguir, por meio de programas governamentais, recursos para garantir as suas produções, seja a manutenção dessas ou, até mesmo, em certa medida, a sua ampliação.

Ainda assim, existem muitas dificuldades para que as associações tenham acesso a esses recursos. No caso do PMDA mencionado anteriormente, por exemplo, os produtores que estão em associação não podem concorrer aos recursos disponibilizados pelo programa. Para que eles possam participar do processo, a associação da qual fazem parte deve estar vinculada a alguma cooperativa.

Os dados da tabela 5 também chamam atenção pelo elevado número de associações que estão inativas. Esse número expressivo de associações inativas pode estar relacionado ao fato de essas organizações não conseguirem se manter em função, dentre outros fatores, das dificuldades dos produtores em continuarem as suas produções, tendo muitas vezes até a necessidade de deixarem suas áreas, abrindo mão, em alguns casos, de seus lotes e, portanto, se rendendo às ofertas de compras que lhes são feitas.

Apesar desse número de inatividade, não quer dizer, necessariamente, que estes grupos não se constituam em suas comunidades, em seus territórios, ainda que na informalidade, e

busquem, por meio da união do grupo e de princípios como a democracia, a solidariedade, a reciprocidade e a ajuda mútua, fortalecer a produção, promovendo um incentivo aos envolvidos no processo, contribuindo, ainda que em pequena escala, para a geração de renda em seus espaços, tentando, ainda que sem muitos recursos, preservar a coletividade e estimular o trabalho em equipe.

A partir da apresentação dessas características que fazem parte, constituem, o atual cooperativismo agropecuário no estado de Roraima, é possível perceber alguns dos possíveis desafios que o movimento possui, não só no sentido de buscar reverter muitos dos problemas identificados nesse processo de caracterização, mas também visando a sua consolidação no estado. Tais desafios serão abordados nas considerações finais do capítulo apresentados a seguir.

4.1.3. Considerações finais: desafios comuns do cooperativismo agropecuário em Roraima

Por meio do trabalho de campo, com observação sistemática e participante, as entrevistas e a análise documental e midiática, outros elementos foram identificados que podem se configurar como características do cooperativismo agropecuário em Roraima, a saber:

- i) A necessidade de se vincular a alguma cooperativa para conseguir ter acesso aos recursos disponibilizados por programas governamentais;
- ii) A falta de profissionais especialistas voltados para atender cooperativas, especialmente na área de contabilidade;
- iii) A falta de fiscalização, promovendo a clandestinidade, sobretudo com relação à produção animal;
- iv) A dificuldade de escoamento / comercialização da produção agrícola; e
- v) Os mercados institucionais são os principais destinatários da produção, podendo-se considerar, até mesmo, como exclusivos.

Em relação ao primeiro elemento – vinculação a alguma cooperativa – ressaltamos que o interesse em se tornar cooperado no estado tem sido uma tendência do cooperativismo agropecuário. Esse interesse ocorre tanto por parte de roraimenses ou de pessoas que já moram no estado há algum tempo, sendo estes chamados de roraimados, quanto por parte de pessoas de outros estados brasileiros que chegam a Roraima e acabam comprando ou

arrendando os lotes dos pequenos produtores que não possuem, ou não conseguem, recursos para desenvolver a sua produção, ou seja, acabam considerando a venda ou o arrendamento de sua área como a única alternativa.

No primeiro caso, é comum o interesse de produtores, especialmente pequenos, em se tornar cooperado, em função, por exemplo, da necessidade de se estar vinculado a alguma cooperativa para conseguir se inscrever nos programas de fomento à produção agrícola. É o caso, por exemplo, do Plano Municipal de Desenvolvimento do Agronegócio (PMDA), que é um programa realizado pela Prefeitura Municipal de Boa Vista (PMBV), tendo como gestora a Secretaria Municipal de Agricultura e Assuntos Indígenas (SMAAI), apresentando como finalidade atender e fomentar a agricultura familiar.

Assim, com o objetivo de, pelo menos em um primeiro momento, receber os recursos do programa governamental e, com isso, garantir o escoamento de sua produção, esses produtores acabam se vinculando às cooperativas, uma vez que, recebendo tais recursos, terão condições, inclusive, de se manter em seus lotes, não sendo necessário, dessa forma, vender ou arrendar as suas áreas, mesmo com as investidas de pessoas interessadas, especialmente grandes produtores que têm, dentre os seus objetivos, o foco em ampliar as suas áreas de produção, sobretudo com *commodities*, a exemplo da soja.

Acerca desta questão, durante a realização das entrevistas, foi possível identificar a soja como sendo uma das culturas de maior possibilidade de expansão no estado, sobretudo nos comentários realizados por alguns produtores entrevistados como, por exemplo:

Meu lote aqui é cobiçado, porque já recebi mais de três propostas de gente querendo comprar meu lote, dizendo que vai plantar culturas grandes como a soja. É um povo que tem muito dinheiro e que só quer aumentar a sua produção mesmo, eles não têm um amor por isso aqui como eu tenho. (Trecho de entrevista concedida por produtora cooperada vinculada à Coopercinco).

A soja tem sido muito falada aqui no PA, mas é o povo de fora que tá vindo plantar aqui. Eles tão vindo pra comprar os lotes aqui porque eles conhecem e sabem que dá pra plantar. Pensam só em ganhar e ganhar. (Trecho de entrevista concedida por produtor cooperado vinculado à Coopercinco).

Ainda sobre essa possibilidade de expansão da soja no estado cabe mencionar que, anualmente, é realizado em Boa Vista um dos maiores eventos agropecuários do estado, denominado de AgroBV (Imagem 9), promovido pela prefeitura. Neste evento, a cada ano tem-se aumentado a área demonstrativa de soja, o que também pode ser um reflexo do aumento dessa *commodity* no estado.

Imagen 9. Divulgação da AgroBV.



Fonte: Prefeitura de Boa Vista (2023).

Quanto ao segundo aspecto, relacionado à necessidade de vinculação a alguma cooperativa, as razões das pessoas que vem de outros estados brasileiros para Roraima são as mais diversas, desde pessoas que querem iniciar uma nova etapa da vida e vêm em Roraima uma oportunidade de desenvolvimento, inclusive pelo estado ser relativamente novo, até pessoas que querem expandir seus negócios e vêm Roraima como um estado promissor para ampliar, por exemplo, as suas áreas de produção de monoculturas como, por exemplo, a soja, como já mencionamos anteriormente.

Assim, como essas pessoas possuem recursos financeiros, acabam por comprar ou arrendar os lotes de pequenos produtores que, mesmo tendo enfrentado momentos difíceis para adquirir tais lotes, acabam abrindo mão desses espaços, pois não conseguem enxergar outras alternativas, e são “obrigados” a deixar esses territórios que não só foram por eles conquistados, mas que também apresentam um valor simbólico muito grande.

É importante destacar que relacionado a essa possibilidade de perder o lote, área de moradia e de produção, em função da necessidade de vendê-lo ou de arrendá-lo para grandes produtores, com foco em obter recursos financeiros para conseguir, até mesmo, se manter, há um argumento que é apresentado pelos produtores do assentamento que perpassa pela questão simbólica, não só das lutas que foram travadas para conseguir obter o pedaço de terra no qual

habitam, mas também por essas áreas representarem tanto o ambiente onde eles vivem quanto o local de onde eles tiraram – ou gostariam de retirar – o seu alimento diário.

Nessa perspectiva, uma cooperada produtora vinculada à Coopercinco fez o seguinte relato:

Não foi só uma vez que já vieram aqui para comprar meu lote. Eu já até pensei em vender, mas já me apeguei. Toda vez que vem alguém querendo comprar eu já digo logo que não tá a venda. Faz tempo que moro aqui, criei meus filhos e por mim é aqui mesmo que vou morrer (Trecho de entrevista concedida por produtora cooperada vinculada à Coopercinco).

Outra característica que pode também ser considerada no cooperativismo agropecuário em Roraima diz respeito à falta de profissionais na área de contabilidade. Dos produtores entrevistados na pesquisa, vinculados à Coopercinco, 12 (doze) fizeram referência a essa problemática. Ressaltamos, ainda, que 04 (quatro) outros entrevistados participantes do estudo também mencionaram esse gargalo. Entre os relatos, não raro mencionou-se o fato de que os poucos profissionais da área que existem no estado, ainda que não sejam especializados em cooperativismo, acabam se responsabilizando pela contabilidade de mais de uma cooperativa simultaneamente.

Essa concomitância na realização das atividades de mais de uma cooperativa acaba por comprometer o trabalho que é desenvolvido e, dessa forma, pode prejudicar as cooperativas, uma vez que estas tendem a ficar desassistidas nessa área tão importante para a execução das suas atividades. Tal situação se agrava, ainda mais, quando da necessidade de prestação de contas, uma vez que há um acúmulo de informações para ser analisada e processada – isso quando há registros de todas as operações que foram realizadas pelas cooperativas e, até mesmo, se tais registros, quando existem, estão devidamente corretos.

Sobre essa situação, alguns comentários dos entrevistados foram:

Eu sou cooperado, mas não lembro de ter conhecido o nosso contador. Na verdade, acho que vi ele uma vez, em alguma dessas reuniões que tem vez ou outra pra prestação de contas. (Trecho de entrevista concedida por produtor cooperado vinculado à Coopercinco).

Até onde eu percebo, ele vem poucas vezes aqui na cooperativa. É sempre uma correria quando ele vem, porque é bem no período que a cooperativa precisa prestar conta, daí as vezes fica faltando documento e tem que providenciar alguma forma de resolver a situação. (Trecho de entrevista concedida por produtora cooperada vinculada à Coopercinco).

A clandestinidade da produção, especialmente no que se refere ao processo de comercialização ou escoamento desta, é favorecida pela falta de fiscalização, comprometendo as atividades das cooperativas, inclusive pelo fato de que estas não conseguem atender ao mercado, tendo por base os preços que são praticados pelos produtores clandestinos.

Assim, identificamos por meio do aporte metodológico considerado no estudo, que este aspecto também tem se configurado como uma característica no cooperativismo agropecuário em Roraima. Essa situação é ainda mais presente a depender do tipo de produto considerado como, por exemplo, na produção de suínos. Dessa forma, a falta de fiscalização voltada para a produção agropecuária, especificamente no caso da carne suína, acaba por favorecer e fortalecer a clandestinidade.

Vale destacar que a situação em questão é ainda mais complexa, quando se observa que a fiscalização, quando existe, acaba sendo direcionada para os produtores que possuem autorização para produzir, ou seja, quem acaba sendo fiscalizado são os produtores que buscam produzir de forma correta, seguindo todas as exigências e as recomendações definidas, especialmente realizando o manejo adequado, inclusive promovendo o abate correto dos animais, possuindo, portanto, o selo de qualidade da carne.

Porém, por não haver fiscalização, ou ela ocorrer de forma pontual e esporadicamente, os produtores clandestinos acabam por abater os animais de qualquer forma e como, de alguma maneira, conseguem escoar o produto, dificultam o escoamento da produção daqueles produtores que possuem o selo de qualidade da carne, pois estes, em função do manejo realizado durante a produção, acabam tendo que deixar o produto um pouco mais caro, não conseguindo, dessa maneira, competir com a carne clandestina.

Assim, tem-se como um desdobramento comum dessa situação o fato de que fica inviável para os cooperados produzirem a carne suína, uma vez que o resultado financeiro da produção acaba nem conseguindo cobrir os custos que são gerados no processo. Além disso, não existe abertura para que a carne suína seja aceita / entregue, por exemplo, no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e, consequentemente, os valores recebidos pelo programa sejam repassados para a cooperativa e, especificamente, para os produtores que trabalham com esse tipo de produção.

Adicionalmente, pensando na perspectiva de direcionar a produção de carne suína, pelo menos, para os supermercados da capital, Boa Vista, estes se vêem, em diversas situações, obrigados a importarem a carne suína de outras regiões do país, que apresentam preços mais competitivos / atrativos, o que acaba promovendo o enfraquecimento da cadeia

produtiva da carne suína no estado e, focado no cooperativismo agropecuário, desestimula a produção dos cooperados que fazem parte (ou tentam fazer) dessa cadeia.

Em relação a essa questão da clandestinidade, especialmente relacionada à produção de carne suína, dois produtores fizeram os seguintes comentários:

Eu não só gosto de trabalhar com suíno como também tenho uma certa experiência, mas tem dado muito trabalho e muito mais custo do que retorno, porque é muita burocracia e tem muita gente vendendo carne de qualquer jeito, sem nenhuma fiscalização. (Trecho de entrevista concedida por produtor cooperado vinculado à Coopercinco).

É uma cadeia produtiva muito boa a de suíno, mas aqui não tem sido muito bacana trabalhar nela, não. O preço que a gente tem cobrado não é muito aceito, mas também não tem como baixar o preço porque a gente vai tá pagando pra produzir, mas sem retorno, porque o que querem pagar não paga nem os custos da produção. (Trecho de entrevista concedida por produtor cooperado vinculado à Coopercinco).

Destacamos que apesar de tratarmos da situação da clandestinidade especificamente considerando o caso da carne suína, sobretudo para exemplificar a questão da falta de fiscalização no que diz respeito à vigilância sanitária, podemos considerar que essa situação apresenta características similares quando se pensa em outros produtos como, por exemplo, com o mel e com as polpas de frutas – estes produtos, pelo menos, ainda constam na lista de alguns dos programas / mercados institucionais dos quais a cooperativa tradicional acompanhada nesta tese, durante a realização do trabalho de campo, faz parte.

Outra característica do / no cooperativismo agropecuário em Roraima diz respeito aos problemas relacionados às dificuldades de escoamento da produção agropecuária, que são recorrentes no estado, especialmente em função das más condições das estradas e dos acessos a determinadas regiões / territórios – aqui denominadas, inclusive, de vicinais, por exemplo. Essas dificuldades prejudicam a comercialização dos produtos agropecuários e, consequentemente, geram perdas para os produtores, principalmente quando se trabalha com culturas que se depreciam rapidamente, como é o caso das hortaliças.

Percebemos, inclusive, essas más condições quando da realização do trabalho de campo, sobretudo em função das dificuldades encontradas para acessar alguns pontos, não só do PA Nova Amazônia (local onde se encontra grande parte dos produtores que estão / são vinculados à Coopercinco), mas também de acesso a Comunidade Indígena dos Três Corações pelas más condições da estrada que liga a capital, Boa Vista, ao município de Amajari. Ressaltamos que essas más condições se intensificam no período das chuvas, tornando alguns trechos, inclusive, intrafegáveis. As imagens 10 e 11 retratam um pouco do percurso que foi utilizado nesse processo do trabalho de campo.

Imagen 10. Acesso à Vicinal do Polo II – PA Nova Amazônia.



Fonte: Arquivo Pessoal (Trabalho de Campo).

Imagen 11. Estrada que liga Boa Vista ao município de Amajari.



Fonte: Arquivo Pessoal (Trabalho de Campo).

Acerca desta problemática relacionada ao escoamento da produção agropecuária, considerando ela em nível de Brasil, Silva (2021) ressalta um estudo desenvolvido pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), denominado de “Estradas Vicinais

X Escoamento da Produção Agrícola do Brasil”, apresentando que aproximadamente 700 mil quilômetros de estradas vicinais do Brasil precisam de manutenção e que cerca de 80 mil quilômetros necessitam ser ampliadas para promover o escoamento da produção agropecuária, além de possibilitar a chegada de insumos às áreas de produção, assim como garantir para a população rural não só a sua mobilidade, mas também o acesso aos serviços básicos como, por exemplo, a saúde, a educação e o consumo.

Ainda levando em conta os dados do referido estudo, Silva (2021) pontua que 68,1% do total da malha viária no Brasil correspondem a vicinais, que também são conhecidas como agrovilas ou estradas municipais. Na região norte do país essas vicinais atingem média de 83,3%. Sobre essa problemática referente às más condições das estradas do estado, obtivemos os seguintes comentários:

Tem vez que não é possível sair daqui, mas é mais quando chove, porque a vicinal ainda não tem asfalto e quando a chuva vem fica uma buraqueira só. (Trecho de entrevista concedida por produtor cooperado vinculado à Coopercinco).

Eu quase já perdi produtos aqui no meu lote, porque essas minhas folhagens aí elas se depreciam muito rápido, porque são hortaliças, né? Então, se demorar muito pra vender ou pra consumir ela acaba estragando. (Trecho de entrevista concedida por produtora cooperada vinculada à Coopercinco).

É muito complicado quando chove aqui. Tudo alaga, não tem como sair e também a depender do que a gente planta, é capaz de perder, porque fica tudo alagado. (Trecho de entrevista concedida por produtor cooperado vinculado à Coopercinco).

A destinação da produção dos cooperados e, portanto, das cooperativas quase que exclusivamente para os mercados institucionais, sendo estes, portanto, os principais destinatários a receber essa produção, também pode ser considerada uma característica do cooperativismo agropecuário em Roraima. Destacamos que ainda que os cooperados utilizem alternativas diversas³³ (Imagem 12) para promover o escoamento das suas produções, a maior parte é direcionada para atender as demandas desses mercados institucionais, especialmente o PAA e o PNAE.

³³ No sentido não, necessariamente, de diferentes alternativas, mas de adotar uma alternativa específica várias vezes como, por exemplo, a participação em feiras ao longo da semana.

Imagen 12. Produtos ofertados por um dos produtores em feira livre na capital.



Fonte: Arquivo Pessoal (Trabalho de Campo).

Voltando ao contexto dos mercados institucionais, percebemos que essa destinação dos produtos para as cooperativas ocorre, especialmente, quando o preço que é pago por determinado produto demandado por um dos programas governamentais supera os valores que o produtor cooperado conseguiria obter no mercado local, por meio das feiras, por exemplo. Ou seja, o cooperado, ao analisar o valor do mercado local e o valor que está sendo repassado por determinado programa, toma a sua decisão acerca de destinar o produto que possui para o mercado local ou para a cooperativa da qual faz parte, de forma que esta possa repassar o produto em questão para o programa que demandou.

Com essa situação as cooperativas ficam, quase sempre, à mercê dos seus cooperados, pois a depender dessa comparação de preços, eles (cooperados) podem decidir por não fazer a entrega dos produtos na cooperativa, alegando, inclusive, que não os possui. Por outro lado, como as cooperativas precisam cumprir com o seu compromisso junto aos programas governamentais dos quais fazem parte, elas acabam sendo obrigadas a fazer a aquisição dos produtos que faltam, uma vez que não foram entregues na cooperativa, ou seja, acabam tendo mais custos em função dessa aquisição e, em alguns casos, ainda acabam adquirindo os produtos no mercado local dos próprios cooperados que preferiram / decidiram por não fazer a entrega destes na cooperativa.

Acreditamos que a dinâmica apresentada pelos produtores, além de seguir uma lógica comum de mercado, perpassa pela dinâmica pessoal enquanto produtores, de se obter o melhor valor para os seus produtos. Por outro lado, durante o trabalho de campo,

acompanhando a Coopercinco, observamos que os diretores já têm conhecimento acerca dos produtores que costumam realizar essa prática, assim como foi possível perceber e identificar, inclusive, que há uma espécie de grupo de produtores que, a depender do produto demandado pelos programas governamentais, sempre é açãoado, pois, pelo que observamos, com esse grupo os diretores podem sempre contar.

Sobre a dinâmica relacionada a tomar a decisão de vender o seu produto na feira livre, um cooperado produtor vinculado à Coopercinco apresentou o seguinte comentário:

Tem dias que eu digo que não tenho o produto que a cooperativa quer porque eu ganho bem mais levando na feira e vendendo o meu produto lá. Além de pagar menos, a cooperativa ainda demora para repassar o dinheiro, tem muita burocracia até o dinheiro chegar na minha mão. Digo que não tenho o produto e vou embora para feira porque se não for o produto estraga e o prejuízo é meu (Trecho de entrevista concedida por produtor cooperado vinculado à Coopercinco).

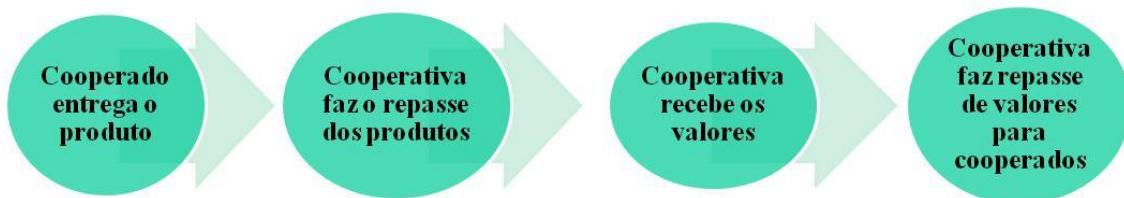
Acerca do grupo que sempre é açãoado pelos diretores da Coopercinco, um dos cooperados diretores ressaltou que:

A gente sabe e entende que tem produtor que prefere levar o seu produto para a feira ao invés de trazer para a cooperativa. Faz parte do processo, inclusive. Mas, também temos os cooperados fieis que a gente sabe que pode sempre contar. Então, a depender do produto que estamos precisando para atender as demandas, já fazemos os contatos com esses produtores (Trecho de entrevista concedida por produtor cooperado diretor vinculado à Coopercinco).

No processo de decisão entre entregar ou não os produtos que são demandados pelas cooperativas, por meio dos programas institucionais, cabe destacar um elemento importante acerca do recebimento dos valores quando os cooperados decidem, por exemplo, fazer a entrega nas cooperativas – elemento este relacionado à burocracia mencionada no comentário do produtor cooperado. Ou seja, nesse caso de entrega dos produtos na cooperativa, os produtores só receberão os valores, posteriormente, quando houver o repasse do valor dos programas para as cooperativas. Assim, quando da entrega do produto na cooperativa, é repassado ao cooperado um documento, uma espécie de duplicata a receber, que fica com ele – e uma cópia com a cooperativa – para cobrança, posterior, dos valores a que tem direito, conforme a entrega realizada.

Em resumo, esse processo segue o fluxo apresentado na Figura 3.

Figura 3. Fluxograma das entregas realizadas pelos cooperados.



Fonte: Elaborado pelo autor.

Assim, os produtores cooperados entregam os produtos na cooperativa e recebem a comprovação da entrega, por meio de recibos, inclusive com a quantidade entregue e os valores que têm para receber em função da entrega realizada. A partir daí, a cooperativa, seguindo as suas atividades e planejamentos, faz a entrega dos produtos, por exemplo, nas escolas que são atendidas por determinado programa. O próximo passo é a cooperativa aguardar o recebimento, dos órgãos que fazem o gerenciamento desses programas, os valores devidos a ela para, em seguida, finalizando o fluxo, fazer o repasse dos valores devidos para os cooperados, de acordo com a quantidade de produtos que foi entregue por cada um dos cooperados.

Destacamos que essa situação de o cooperado simplesmente chegar à cooperativa para fazer a entrega dos seus produtos pode se configurar, para alguns, pelo que observamos nas entrevistas realizadas, como uma espécie de “balcão de negócios”. Assim, o papel da cooperativa acaba se restringindo, para estes, apenas como o local onde devo entregar, quando sou demandado e, também, quando decido fazer isso – em função da análise comparativa entre o preço pago pelo programa governamental e os preços praticados no mercado local –, os meus produtos para, posteriormente, receber os valores que me são devidos.

Essa percepção foi mencionada, por exemplo, por um produtor cooperado entrevistado no estudo quando ele diz:

Quando eu entrei na cooperativa, meu objetivo era fortalecer o grupo de agricultores familiares, realizar eventos de formação, mas também isso já faz um tempo. Hoje o que vejo é as cooperativas funcionando como balcão de negócios. Vou lá deixo meus produtos e depois recebo por eles. Hoje é basicamente assim que funciona (Trecho de entrevista concedida por produtor cooperado vinculado à Coopercinco).

A percepção apresentada, que se repetiu em outras falas (além do comentário do produtor, mais 04 – quatro – produtores fizeram referência a essa situação), nos leva a refletir, como pergunta já apresentada no início dessa seção, sobre em que medida os produtores que

estão vinculados às cooperativas agropecuárias no estado têm sido impactados por estas? Impactados aqui no sentido de essas organizações estarem contribuindo, efetivamente, para fortalecer esses produtores enquanto grupo que, para além de desenvolver as suas atividades voltadas para a produção, almejam por melhores condições de vida atreladas ao trabalho que desenvolvem e, nesse sentido, conseguem perceber nos seus territórios a atuação das cooperativas, promovendo o desenvolvimento, não só desses espaços, mas também desses grupos e dos próprios atores envolvidos.

Podemos concluir afirmando que o cooperativismo agropecuário no estado de Roraima encontra-se em processo de consolidação, tendo o cooperativismo popular como principal força dentro desse ramo, seja na formalidade (cooperativas vinculadas a OCB) ou na informalidade, por meio de associações e de grupos informais relacionados a diversas áreas de produção agropecuária, que se constituem e se fortalecem partindo de princípios como a solidariedade, a democracia e a inserção comunitária. Ademais, diante dos achados do estudo, observamos, portanto, que todo o cooperativismo agropecuário em Roraima é popular, se expressando de maneira formal e ou informal.

Observamos, por meio dos dados secundários coletados, que há muitos produtores que buscam se agrupar em associações, o que denota a importância de se debruçar sobre os grupos informais, pois estes têm, ao que parece, bastante representatividade no estado – aqui, inclusive, pontuamos a relevância do olhar deste estudo para um grupo de produtores de uma comunidade indígena, que foi acompanhado durante parte do trabalho de campo que foi desenvolvido.

O estudo permitiu também evidenciar desafios comuns relacionados não apenas a composição do setor, mas ao seu funcionamento, relacionado às dificuldades em termos de gestão e também à produção e a comercialização. Destacamos aqui que tais desafios demonstram a importância de políticas e programas que possam apoiar o desenvolvimento institucional das cooperativas e também as suas atividades, de modo a reforçar os seus sistemas produtivos e o escoamento de sua produção. Todos esses elementos não se separam do “interesse pela comunidade” que deve ser considerado tendo em vista esses desafios, como será explorado no próximo capítulo no qual tratamos mais especificamente da prática do 7º princípio e seus desafios nas cooperativas populares estudadas.

5. COOPERATIVISMO POPULAR NO ESTADO DE RORAIMA À LUZ DAS EXPERIÊNCIAS ACOMPANHADAS NO ESTUDO

Buscamos, por meio deste capítulo, apresentar, de forma mais específica, como o cooperativismo agropecuário em Roraima se projeta, tendo como referência as duas experiências acompanhadas nesta pesquisa, apresentando suas características e suas particularidades, em diálogo com o sétimo princípio do cooperativismo, considerando, também, o aporte teórico e analítico proposto anteriormente. Trata-se de responder os objetivos dois e três dessa tese, construindo os dois casos para, em seguida, analisar as três dimensões do princípio do interesse pelas comunidades, envolvendo aspectos econômicos, sociais e ecológico-ambientais.

5.1. COOPERATIVA AGROPECUÁRIA DOS CINCO PÓLOS (COOPERCINCO)

A seguir apresentamos a construção do caso da COOPERCINCO, buscando discutir sua origem e constituição, como ela se organiza e funciona para, posteriormente, explorar como ocorre a prática do interesse pela comunidade, a partir da análise de cada uma de suas dimensões.

5.1.1. Origem, Funcionamento e Trajetória da Coopercinco

A Cooperativa Agropecuária dos Cinco Pólos (Coopercinco) foi criada em 28 de janeiro de 2006, dia em que ocorreu, portanto, a sua assembleia geral de constituição, no barracão provisório localizado no PANA (Projeto de Assentamento Nova Amazônia, conforme considerações apresentadas no capítulo anterior), na vicinal 13, lote 48, Pólo Cinco – Zona Rural.

Por ocasião de sua constituição, a cooperativa contava com 21 (vinte e um) cooperados, sendo que apenas 07 (sete) eram naturais do estado de Roraima. Um era natural do estado de Santa Catarina e os 13 (treze) restantes naturais do estado do Rio Grande do Sul. Ademais, a faixa etária dos cooperados em questão variava entre 19 e 57 anos, sendo que 10 (dez) apresentam idade até 30 anos. Aqui destacamos que a criação de uma das maiores e mais consolidadas cooperativas do estado ocorre por meio de imigrantes provenientes do Sul.

Na oportunidade, cada cooperado entrava com 100 (cem) cotas partes no valor de R\$ 1,00 (um) real cada uma, totalizando o valor de R\$ 100,00 (cem) reais. Os trabalhos de

constituição da Coopercinco foram coordenados por um técnico da OCB, sendo que a assembleia teve também como pauta a aprovação do estatuto e a eleição dos membros dos órgãos sociais (à época, o conselho de administração: presidente do conselho e da cooperativa, coordenador financeiro e coordenador administrativo; e o conselho fiscal: titulares e suplentes). Assim, o primeiro presidente da Coopercinco foi o senhor Nei Marcos Marangon.

O quadro 11 apresenta os objetivos definidos pela Coopercinco, por meio dos seus membros cooperados, quando de sua constituição.

Quadro 11. Objetivos da Coopercinco.

Objetivos definidos pelos membros cooperados da Coopercinco quando do seu processo de constituição:

1. Receber, transportar, classificar, padronizar, armazenar, beneficiar, industrializar e comercializar a produção agropecuária de seus cooperantes e de terceiros, registrando suas marcas quando for o caso;
2. Adquirir e repassar aos cooperantes e terceiros que com ela operem bens de produção e insumos necessários ao desenvolvimento de suas atividades;
3. Obter recursos financeiros de custeio e investimentos destinados às atividades agropecuárias dos cooperantes;
4. Prestar serviços de assessoria técnica e orientação, independente de vinculação com crédito rural para o cooperante ou terceiros, bem como realizar ações que tenham como objetivo o aprimoramento tecnológico das atividades agropecuárias, melhorias na saúde, educação e bem estar geral dos cooperantes;
5. Promover a implantação de projetos de preservação e recuperação do meio ambiente, em convênio ou parceria com entidades públicas ou privadas;
6. Promover, com recursos próprios ou convênios, a capacitação cooperativista e profissional do quadro social, funcional, técnico, executivo e diretivo da cooperativa;
7. Viabilizar o acesso e/ou comercializar bens de consumo e permanentes necessários aos cooperantes e/ou suas famílias e, no limite da lei, aos não integrantes do quadro social da cooperativa;
8. Criar e manter um informativo técnico comunitário ou outras formas de comunicação para seus associados.

Fonte: Ata da Assembleia Geral de Constituição da Cooperativa Agropecuária dos Cinco Pólos (Coopercinco), 2006.

Em 2023, a cooperativa completou os seus 17 anos de atuação no estado de Roraima e o seu atual presidente é o senhor Sérgio Fernandes Medeiros, que tem, juntamente com os demais membros cooperados da diretoria, o mandato até 2025. Os princípios fundamentais da cooperativa são a liberdade, a democracia, a cooperação e a ajuda mútua.

Segundo dados do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), por meio da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD), a

Coopercinco conta com 443 (quatrocentos e quarenta e três) cooperados – 274 com DAP e 169 sem DAP –, sendo estes produtores da agricultura familiar.

Levando em conta os 274 cooperados que apresentam a Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP), no que se refere à categorização, 137 são assentados pelo Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA), 101 estão registrados como demais agricultores familiares, 17 como aquicultores, 9 como extrativistas, 8 como indígenas e 2 como pescadores (MDA, 2023). Percebemos aqui uma diferença e mudança na composição dos cooperados em relação aos fundadores.

De acordo com o Art. 7º do Estatuto Social da Coopercinco (p. 3), reformulado por meio de Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 15 de fevereiro de 2015, os direitos dos cooperados são:

- a) Participar das Assembleias Gerais, discutindo e votando os assuntos que nela forem tratados;
- b) Propor a Diretoria, ao Conselho Fiscal e a Assembleia Geral medidas de interesse da **COOPERCINCO**;
- c) Demitir-se da **COOPERCINCO** quando lhe convier;
- d) Informar-se sobre os seus débitos e créditos;
- e) Solicitar informações sobre atividades da **COOPERCINCO** e, a partir da data de publicação do Edital de Convocação, da Assembleia Geral, que devem estar à sua disposição.

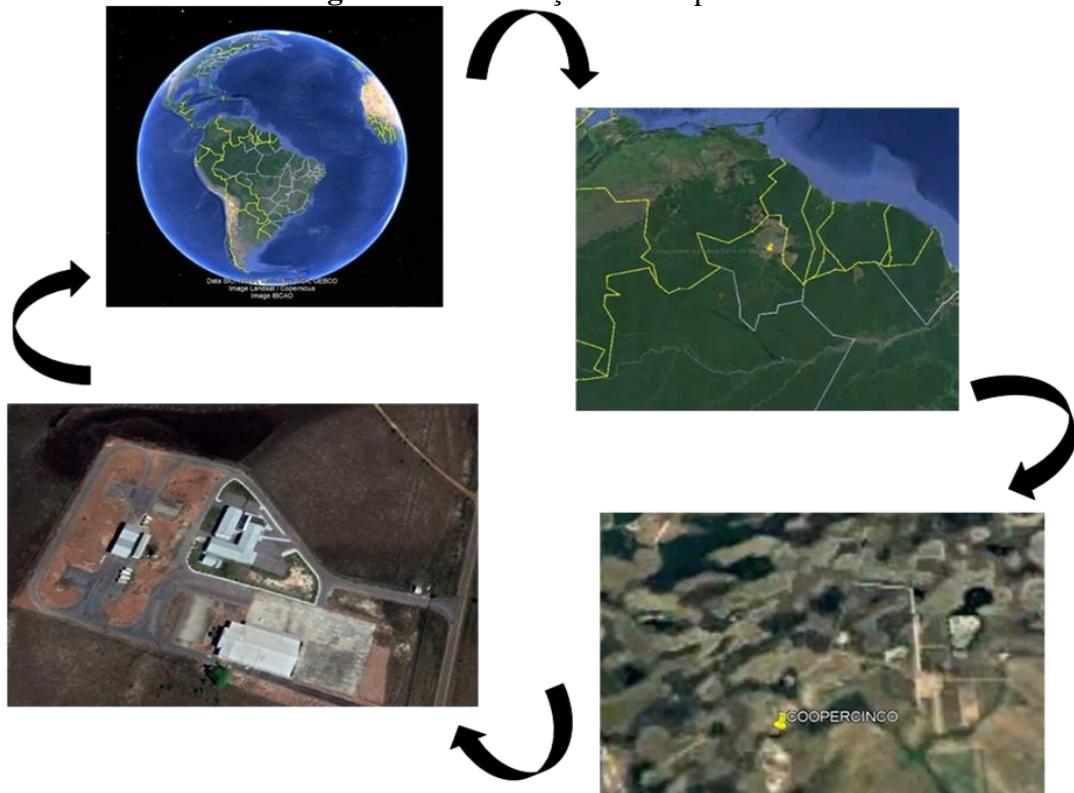
Por outro lado, os deveres dos cooperados da Coopercinco (p. 3), também apresentados no seu Estatuto Social, especificamente no Art. 8º, são:

- a) Subscrever e integralizar quotas partes do capital social da **COOPERCINCO**;
- b) Contribuir com as taxas, serviços e encargos operacionais que venham a ser estabelecidos;
- c) Cumprir as disposições da Lei e deste Estatuto;
- d) Respeitar as resoluções tomadas pela Diretoria;
- e) Acatar as deliberações da Assembleia Geral;
- f) Cumprir pontualmente os seus compromissos para com a **COOPERCINCO**;
- g) Realizar em conjunto com a **COOPERCINCO** as operações que constituem suas finalidades;
- h) Prestar à **COOPERCINCO** os esclarecimentos necessários a cerca das atividades relacionadas com os serviços prestados em seu nome;
- i) Cobrir proporcionalmente ao seu capital subscrito, as perdas do exercício quando houver caso o Fundo de Reserva não seja suficiente para tal, de acordo com o Art. 9º deste Estatuto;
- j) Levar ao conhecimento da Diretoria, do Conselho Fiscal e/ou da Assembleia Geral a existência de qualquer irregularidade que atente contra a lei e o presente Estatuto;
- k) Zelar pelo patrimônio material e moral da **COOPERCINCO**.

Ela (Coopercinco) é considerada uma das maiores cooperativas agropecuárias do estado, estando localizada, oficialmente, no endereço PA Nova Amazônia, BR 174, RR 342,

Km zero, Estrada do Taiano, Zona Rural de Boa Vista, Roraima. Porém, cabe ressaltar que, atualmente, a Coopercinco tem desenvolvido suas atividades na Central de Abastecimento de Boa Vista (CEASA/BV), sendo este prédio (Imagem 13), oficialmente, cedido pela Prefeitura de Boa Vista para outra cooperativa agropecuária do estado.

Imagen 13. Localização da Coopercinco.



Fonte: Elaborado pelo autor, com capturas no *Google Earth* realizadas por Cleiton Peres (2023).

Esta cooperativa que possui, oficialmente, desde 2020, a cessão do espaço, esteve no prédio apenas durante uns 6 (seis) meses, passando a funcionar, posteriormente, de forma simultânea, no espaço cedido pela prefeitura e em outro espaço, já próprio da cooperativa, em Boa Vista. Porém, em determinado momento, devido às questões logísticas da cooperativa e, consequentemente, aos elevados custos, ela resolveu concentrar as suas atividades apenas no prédio da cidade. Foi nesse momento que o espaço cedido pela prefeitura para a cooperativa em questão passou a ser utilizado, oficialmente, desde 2021, pela Coopercinco.

A Coopercinco possui, atualmente, 21 (vinte e um) funcionários celetistas. Destes, 3 (três) trabalham diretamente com as questões administrativas, sendo 1 (uma) especificamente direcionada para as demandas financeiras. Os outros 2 (dois) realizam, dentre outras atividades, o gerenciamento dos programas governamentais dos quais a cooperativa faz parte.

Esse gerenciamento envolve, por exemplo, o controle do recebimento dos produtos entregues pelos produtores cooperados e o planejamento das rotas para a realização das entregas desses produtos nos seus respectivos locais, sobretudo nas escolas, de acordo com as especificidades de cada programa.

Ademais, 1 (um) funcionário trabalha como vigilante e 2 (duas) funcionárias desenvolvem as atividades de cozinheira e de serviços gerais. A cooperativa ainda possui 1 (um) agrônomo e 1 (um) técnico agrícola em seu corpo de funcionários, sendo estes os responsáveis por realizar o acompanhamento, as visitas técnicas, junto aos produtores, especialmente quando da apresentação de demandas por parte destes (o APÊNDICE I traz um formulário que foi criado para o levantamento das demandas dos/as produtores/as cooperados/as).

Os demais funcionários trabalham diretamente no recebimento dos produtos entregues pelos cooperados, assim como nas rotas, não só nas de entrega dos produtos, mas também as rotas de recebimento destes, uma vez que, dada as dificuldades de alguns produtores com relação ao transporte de seus produtos, a cooperativa definiu rotas para buscar os produtos em local acordado com os cooperados (Imagen 14).

Imagen 14. Um dos pontos para o recebimento dos produtos dos cooperados.



Fonte: Arquivo Pessoal (Trabalho de Campo).

Acerca dos funcionários que trabalham como motoristas, estes possuem, também, a responsabilidade no que se refere aos locais até onde os caminhões da cooperativa conseguem entrar para pegar / receber os produtos dos produtores cooperados. Assim, tenta-se definir uma adequada logística, por meio de pontos específicos de entrega dos produtos, inclusive repassando tais pontos para os cooperados, assim como busca-se estabelecer uma padronização das informações que são repassadas pelos diretores para os funcionários, de forma a evitar o repasse de informações contraditórias, que comprometam a execução das atividades e, consequentemente, acabem gerando prejuízos ou, até mesmo, transtornos envolvendo os funcionários e os cooperados.

Ainda sobre a questão do recebimento dos produtos, destacamos a importância da definição da quantidade de produtos a ser buscada em cada ponto / região estabelecida, inclusive com base em cada produtor, considerando, dessa forma, o total / quantidade demandada por cada programa do qual a cooperativa faz parte. Dessa forma, acerca do recebimento dos produtos dos cooperados por parte dos funcionários, destacamos a responsabilização destes, no sentido de receber os produtos, inclusive sugerindo aos produtores a realização de uma triagem para favorecer a qualidade dos produtos que são recebidos. Assim, a depender da triagem realizada, os funcionários têm a liberdade de, se for necessário, por meio da responsabilidade que lhes é repassada, rejeitar a produção do cooperado, em sua totalidade ou parte dela.

Percebemos, durante o período de acompanhamento da / na cooperativa, a existência de rotatividade dos funcionários. Apesar disso, percebemos, também, uma boa relação dos funcionários para com os cooperados diretores, assim como o desejo, por parte dos diretores, em desenvolver estratégias que contribuam (ou busquem garantir) a continuidade dos funcionários na cooperativa, com foco em reduzir, ou eliminar, a rotatividade destes.

Dentre essas alternativas, pensadas quando da realização de reunião entre os cooperados diretores, está a discussão e a definição de possibilidades de bonificações aos funcionários, em função, por exemplo, do tempo de serviços prestados à cooperativa e, também, considerando a eficiência destes nas atividades desenvolvidas. Para tanto, seriam pensadas, posteriormente, dimensões que devem ser consideradas para, de alguma forma, mensurar a eficiência desejada. Até a conclusão do período de realização do trabalho de campo desenvolvido essas tratativas não avançaram.

Ressaltamos também que, apesar desse desejo, observamos que um funcionário se desligou da cooperativa durante a realização do trabalho de campo, especificamente, um ajudante de rotas, responsável por carregar e descarregar o caminhão com os produtos. De

acordo com informações repassadas por um dos diretores da cooperativa, o funcionário em questão foi desligado por que não se adaptou as demandas do trabalho.

Ademais, percebemos que, sempre que há necessidade, seja por parte da diretoria da cooperativa ou por parte dos próprios funcionários, os cooperados diretores buscam promover espaços de diálogo com os funcionários, na tentativa de refletir sobre ajustes que precisam ser realizados, visando à adequada operacionalização das atividades. De acordo com um dos diretores, a realização desses espaços de diálogos tem por objetivo “tentar minimizar / reduzir os problemas, de maneira que esses se tornem pontuais e, principalmente, dentro do possível, não acabem gerando prejuízos para a cooperativa”.

Nessa perspectiva, inclusive, os diretores da cooperativa sempre ressaltam a importância dos funcionários realizarem o registro de todas as informações relacionadas às suas atividades, não só para que a diretoria tenha conhecimento acerca das ocorrências e das demandas, mas também para que sejam tomadas as devidas providências como, por exemplo, relacionadas às avarias dos produtos. Neste caso, inclusive, fazendo referência ao fato de que existiram algumas reclamações de produtores relacionadas ao não recebimento de produtos por um dos motoristas, ou seja, por meio da triagem mencionada anteriormente, um dos motoristas recusou parte dos produtos de alguns produtores, pois considerou que não estavam adequados dentro da demanda que foi solicitada.

Os diretores da cooperativa destacam, ainda, a necessidade de tais registros, pois se eles não têm acesso a essas informações, especialmente por quem está na ponta, operacionalizando as atividades e, portanto, tendo um contato direto com os cooperados no dia a dia, para eles é como se, no caso das avarias, elas não existissem, uma vez que não estão sendo registradas.

Apesar da existência desses espaços de diálogo, que funcionam, inclusive, como um espaço em que os diretores, para além de repassar as demandas e as informações gerais, escutam as considerações apresentadas pelos funcionários, que estão na ponta executando as atividades, não só junto aos cooperados produtores, mas também junto às escolas e às demais instituições que fazem parte dos programas institucionais dos quais a cooperativa faz parte, percebemos que há uma sensação de insatisfação por parte dos funcionários no que diz respeito à falta de valorização por parte dos diretores acerca do que é falado / proposto pelos funcionários. Nesse sentido, um funcionário relatou: “às vezes temos a sensação de que não somos escutados. O pessoal de fora vem e diz a mesma coisa que eu disse e o que ele falou é considerado importante, sendo que eu disse a mesma coisa e tive a sensação de que não fui valorizado”.

Em termos de patrimônio, a cooperativa possui, por exemplo: um abatedouro de frangos, que tem a capacidade de abater até 600 (seiscentas) aves por dia, inclusive com o Selo de Inspeção Estadual (SIE); uma máquina de debulhar uma tonelada de feijão por dia; 5 (cinco) caminhões baús e 1 (uma) fiorino, sendo que 3 (três) caminhões são próprios e 2 (dois) foram adquiridos por meio de concessão de uso pelo Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural de Roraima (IATER). A Imagem 15 mostra um dos patrimônios que a Coopercinco possui.

Imagen 15. Abatedouro de Frangos da Coopercinco.



Fonte: Redes Sociais da Coopercinco.

A Coopercinco, assim como as demais cooperativas agropecuárias do estado, especialmente as formais, vinculadas à OCB, assim como algumas associações, desenvolve as suas atividades direcionadas, em grande medida, para atender os mercados institucionais. Nesse sentido, atualmente, a cooperativa atende / faz parte dos seguintes programas: i) Programa Estadual de Aquisição de Alimentos (PAA/RR, também chamado de PAA Estado); ii) Programa Nacional de Alimentação Escolar, tanto por meio da Secretaria de Estado da Educação e Desportos de Roraima (SEED/RR), ou seja, o PNAE Estado, quanto por meio da Secretaria Municipal de Educação e Cultura (SMEC), de Boa Vista, ou seja, o PNAE Município; iii) Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), na modalidade compra

institucional, por meio do 7º Batalhão de Infantaria de Selva, 1ª Brigada de Infantaria de Selva e 6º Batalhão de Engenharia e Construção (BEC), ou seja, o PAA Exército; iv) Caritas; v) IFRR / CBVZO; vi) IFRR / CAM; vii) IFRR / CBV; e viii) IFRR / CNP.

Ademais, ressaltamos que no período de 21 de novembro de 2017 a 15 de abril de 2018, a cooperativa participou do Projeto do Alto-comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR/ONU), que tinha por objetivo atender 200 (duzentos) refugiados venezuelanos, crianças e adultos, que permaneciam em abrigos no município de Pacaraima, município de Roraima que faz fronteira com a Venezuela, com o fornecimento de gêneros alimentícios da agricultura familiar.

Segundo Alvim (2018), em 2017, na cidade de Pacaraima, foi inaugurado o primeiro abrigo para receber os refugiados venezuelanos, em função da crise migratória que foi intensificada a partir de 2016 quando, na Venezuela, muitos protestos pediam pela saída de Nicolás Maduro da presidência do país. O abrigo em questão era mantido pela Prefeitura da Pacaraima, com o apoio de Organizações Não Governamentais (ONGs).

Ressaltamos que cada programa governamental da qual a cooperativa faz parte tem as suas particularidades, inclusive no que se refere aos produtos que são demandados, assim como aos preços de saída de cada produto, ou seja, o preço que é repassado, posteriormente, para os produtores cooperados quando da entrega dos produtos na cooperativa (o APÊNDICE J traz os preços de saída, praticados em 2023, dos programas dos quais a Coopercinco faz parte).

Com relação às demandas de produtos, por exemplo, temos o abacaxi que é demandando em praticamente todos os programas, com exceção da Caritas. Por outro lado, apenas o Exército demanda o mel de abelha, em embalagens contendo 300 g, e apenas o PNAE Município demanda o feijão verde e a goma de tapioca, ambos em embalagens contendo 500 g.

Ainda sobre essa questão relacionada à demanda por determinados produtos, especificamente com relação às unidades de medidas utilizadas e, portanto, aos quilogramas que são solicitados de determinado produto, os funcionários da cooperativa buscam junto aos diretores que eles dialoguem com os órgãos competentes ligados aos programas dos quais a cooperativa participa, acerca da necessidade do ajustamento desses valores, por meio, por exemplo, do arredondamento, de forma a evitar perdas para a cooperativa.

Um exemplo dessa situação é a demanda por 2 Kg de melancia, porém a cooperativa tem disponível 8 Kg, ou seja, é o peso de uma melancia inteira, por exemplo, sendo que nessa situação, a cooperativa acaba perdendo, pois ela faz a entrega dos 2 Kg solicitados e perde os

6 Kg restantes, uma vez que não pode fazer a entrega da melancia partida, de forma a entregar, especificamente, os 2 Kg demandados pelo programa.

No que se refere às rotas, também há especificidades, inclusive considerando a necessidade de fazer alguns ajustes, em função da logística a ser planejada pela cooperativa para realizar, por exemplo, as entregas dos produtos nas escolas que estão vinculadas a determinado programa. No caso do PNAE Município, por exemplo, há, pelo menos, 4 (quatro) rotas para atender as diferentes modalidades que fazem parte do programa (Tabela 6).

Tabela 6. Rota por Modalidade, Número de Escolas e de Alunos atendidos.

Rotas / Modalidades	Nº de Escolas	Nº de Alunos
Creche	13	1.141
Rural e Indígenas	18	2.555
Fundamental e EJA I	17	13.609
Fundamental e EJA II	16	12.762
Totais	64	30.067

Fonte: Dados da Pesquisa com base em informações repassadas pela Coopercinco.

Com base na tabela 6, se considerarmos a rota da modalidade “Rural e Indígenas”, por exemplo, que atende 18 (dezoito) escolas e 2.555 (dois mil, quinhentos e cinquenta e cinco) alunos, precisamos levar em conta alguns detalhes. Nessa rota, o total de Km considerando, especificamente, a Km de distância de cada escola é de 770 (setecentos e setenta). Porém, destacamos que na rota em questão são utilizados 2 (dois) transportes, sendo um com capacidade menor, que faz a rota Coopercinco – Entrada do Passarão – Escola do PA – Indígena Truaru da Cabeceira – Escola do PA Truaru (conforme apresentado no APÊNDICE K, que também traz a relação das escolas indígenas / rurais que são atendidas pelo PNAE Município), e um com capacidade maior que faz a rota referente às demais escolas.

No caso do transporte com maior capacidade, são realizados alguns ajustes de rotas, em função da necessidade de retornar, por exemplo, para a comunidade Campo Alegre para dar continuidade às entregas, uma vez que não existe estrada que ligue diretamente as comunidades atendidas. Ademais, ambos os transportes fazem o retorno para a Coopercinco. Assim, a Km total ultrapassa o valor apresentado de 770 (setecentos e setenta).

Destacamos que das 18 (dezoito) escolas incluídas no PNAE município, nessa rota de escolas indígenas / rurais, 2 (duas) não constam no mapeamento (conforme apresentado no APÊNDICE K), pois em termos logísticos é mais viável incluí-las em rotas da área urbana, onde estas se localizam, são elas: Escola Municipal Balduíno Wotrich e Escola Municipal Jardim das Copáias.

A Coopercinco na tentativa de sempre se fazer presente nas seleções de programas que disponibilizam recursos para a compra de produtos da agricultura familiar, buscando, dessa forma, sempre conseguir fatias significativas dos mercados institucionais existentes, busca atender as demandas previstas nos editais divulgados. É o caso, por exemplo, dos editais direcionados especificamente para os produtos “miniprocessados”.

Porém, na atual conjuntura da cooperativa, funcionando em um prédio cedido e sem os recursos materiais necessários para cumprir, adequadamente, as exigências para produzir e comercializar os produtos “miniprocessados”, os cooperados que possuem alguns desses produtos utilizam-se de estratégias para dar continuidade às suas produções, repassando, para a cooperativa, os produtos que, ainda que não sejam solicitados especificamente por meio de um edital direcionado aos “miniprocessados”, pelo menos, são solicitados por meio de outros editais / programas, garantindo, portanto, para esses cooperados, a continuidade de suas produções.

Quanto ao atendimento das exigências relacionadas à produção dos “miniprocessados”, especificamente relacionado a editais específicos, para além da questão da sede da cooperativa não ser própria e também pesar desfavoravelmente a questão da infraestrutura mínima, menciona-se sobre os possíveis problemas de logística e, consequentemente, de custos, em função de se ter o processamento de tais produtos em diferentes partes, diferentes locais, de acordo com os produtos que são produzidos pelos cooperados.

Assim, apesar de se considerar o local / o prédio, onde atualmente a Coopercinco funciona, muito bom, na visão de parte dos cooperados diretores da cooperativa, ali nunca será a Coopercinco, sendo necessário e importante, portanto, adquirir um local específico da cooperativa, inclusive englobando os diferentes setores que ela necessita para garantir o processamento dos produtos direcionados para atender a demanda específica dos “miniprocessados”. Ressaltamos que durante o trabalho de campo a Coopercinco já estava em tratativas para tentar conseguir um prédio localizado na área urbana de Boa Vista, que é conhecida como “cidade” – comumente falado assim por quem vive na área rural da capital.

Destacamos que muitos cooperados da Coopercinco, atualmente, buscam fazer parte do Plano Municipal de Desenvolvimento do Agronegócio (PMDA), inclusive desde sua primeira edição realizada em 2018. Trata-se de um programa realizado pela Prefeitura Municipal de Boa Vista (PMBV), que tem por objetivo atender e fomentar a agricultura familiar, sendo gerido pela Secretaria Municipal de Agricultura e Assuntos Indígenas

(SMAAI), atendendo os produtores por meio do fornecimento de insumos como, por exemplo, sementes, calcário, fósforo, NPK, uréia e cloreto.

Quando o produtor tem a sua inscrição aprovada no PMDA, este, no ato da assinatura do contrato, recebe um documento de arrecadação correspondente ao valor dos insumos que a ele foram fornecidos (denominado de custeio), sendo que este documento apresenta as datas dos vencimentos que devem ser cumpridas pelo produtor. Assim, se o produtor pagar a sua dívida até a data do vencimento ele terá o direito a um desconto de 50% sobre o valor do documento. Porém, após a data do vencimento, ele não só perde o direito ao desconto como ainda incide sobre o valor do documento, a multa e também as correções, conforme lei municipal.

Por meio do PMDA, 30% do valor que é recebido pelo cooperado retornam para a cooperativa, sendo, portanto, reinvestidos exclusivamente na aquisição de máquinas e de implementos agrícolas. Assim, de acordo com o plano de gestão da patrulha mecanizada realizada pelos técnicos da Coopercinco, com base nos valores recebidos, já foram solicitados as seguintes máquinas e implementos: trator, plantadeira, grade aradora, grade niveladora, carroça, encanteradeira, vicon, calcareadeira e pulverizador, com foco em atender as demandas dos próprios cooperados.

De acordo com esse plano de gestão da patrulha mecanizada, o objetivo da aquisição de tais máquinas e implementos agrícolas é o de “aumentar a área de plantio de milho, feijão, soja, macaxeira, mandioca, hortaliças, frutas, olerícolas, pastagens, aberturas de novas áreas para cultivo e para apoio às atividades agrícolas, promovendo a garantia da segurança alimentar e a geração de renda dos agricultores familiares da Coopercinco”.

Ressaltamos que o PMDA possibilita que a cooperativa cobre dos produtores cooperados valores, por hora trabalhada do trator, referentes aos custos do preparo, do plantio, assim como outras operações nas áreas de produção. Tais valores são relacionados, especificamente, ao uso de diesel, às horas de trabalho do operador e às taxas de manutenção da máquina como, por exemplo, de troca de óleo, de filtros, de peças e de consertos em geral.

Destacamos que com o PMDA foi possível, inclusive, perceber um aumento no número de adesão de cooperados, especialmente em função da obrigatoriedade dos produtores, para estarem aptos para participar do programa, estar vinculado a uma cooperativa de maneira individual ou, se fizer parte de uma associação, essa deve estar vinculada a uma cooperativa. Isso nos remete as considerações apresentadas no capítulo 4, quando mencionamos a respeito da necessidade de o produtor se vincular a alguma cooperativa para conseguir ter acesso aos recursos disponibilizados por programas governamentais.

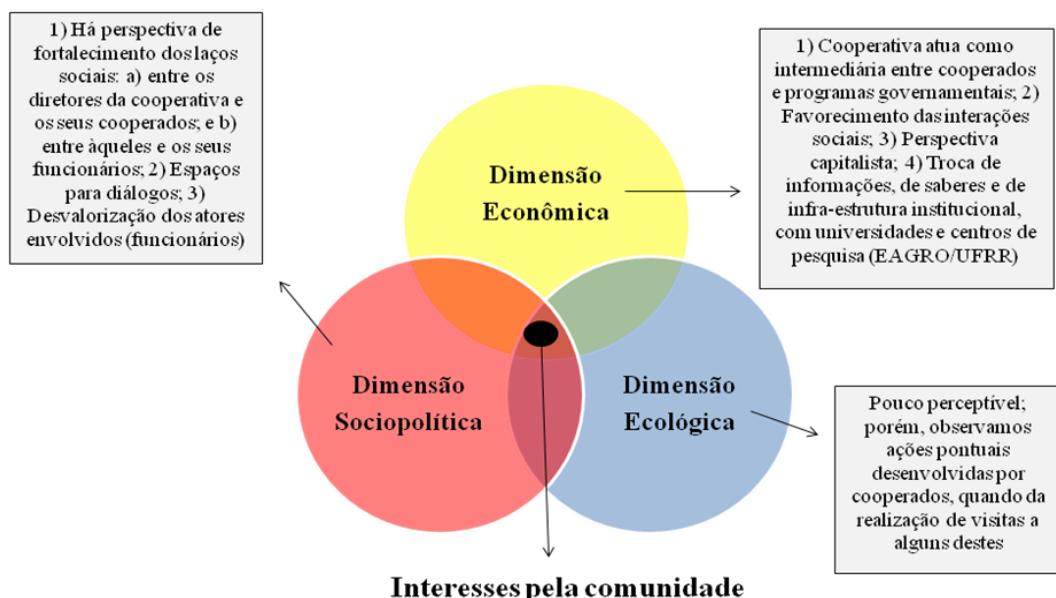
Em 2023, o PMDA, assim como tem feito em edições anteriores do programa, por meio de edital de chamamento público, disponibiliza, via a Secretaria Municipal de Agricultura e Assuntos Indígenas do Município de Boa Vista-RR (SMAAI), o custeio de produção para a agricultura familiar. Tal custeio tem por finalidade promover o desenvolvimento da produção agropecuária no município de Boa Vista, sendo direcionado aos agricultores cadastrados e habilitados para o programa. Cabe destacar que o programa também é estendido para as comunidades indígenas, porém, nesse caso, não há custo algum para os produtores – é desenvolvido em forma de doação, sobretudo para estimular a produção nessas comunidades.

5.1.2. Os Interesses pelas Comunidades na Coopercinco

Quando nos debruçamos sobre as dimensões (econômica, sociopolítica e ecológica) para evidenciar os interesses pelas comunidades percebemos que a dimensão econômica foi a que mais foi evidenciada nas práticas observadas, sobretudo atrelado ao fato de que a cooperativa atua, basicamente, como uma intermediária entre os cooperados produtores e os mercados institucionais / programas governamentais dos quais a cooperativa faz parte.

A Figura 4 apresenta uma síntese das dimensões econômica, sociopolítica e ecológica presentes nas práticas cooperativistas desenvolvidas pela Coopercinco.

Figura 4. Síntese das dimensões de análise das práticas cooperativistas na Coopercinco.



Fonte: Elaborado pelo autor.

Na **dimensão econômica** percebemos que a cooperativa atua como uma intermediária entre os produtores e os mercados institucionais, o que garante o escoamento da produção dos seus cooperados. Sem dúvida, isso tem um peso socioeconômico importante na região tendo em vista que a cooperativa congrega 443 (quatrocentos e quarenta e três) cooperados e atende 04 (quatro) programas institucionais, por meio de diferentes editais, envolvendo dezenas de instituições nesse trabalho, incluindo 64 escolas e 30.067 alunos como visto acima. Além disso, a cooperativa produz, em certa medida, um impacto na renda dos seus cooperados, os quais conseguem, ainda que com dificuldades, não só garantir o sustento das suas famílias, mas manter-se na produção das culturas com as quais trabalha e, dentro do possível, melhorar as suas condições de vida.

Entretanto, percebemos que não há um maior vínculo com os associados, de modo a propiciar o seu envolvimento enquanto “sócios” da cooperativa. Fica claro que há uma distância entre diretores e cooperados e que as interações entre eles são esporádicas e ocorrem por meio de práticas muito pontuais como, por exemplo, por meio da realização do aniversário da cooperativa. Assim, geralmente, é feito um evento em alusão a esse dia e os diretores, quando possível, tentam aproveitar esse momento de encontro de boa parte dos cooperados para proceder com a tomada de algumas decisões, para as quais precisam da participação de todos.

Essa falta de interação e engajamento é sentida pelos próprios cooperados que se percebem distantes da cooperativa, como podemos notar por este comentário de um dos cooperados:

Faz tempo que espero uma visita dos técnicos da cooperativa para olhar minha plantação pra resolver os problemas que tem vez ou outra com alguma praga, que sempre tá aparecendo. Quando aparecerem vão me ajudar, mas enquanto isso não acontece, eu vou produzindo aqui o que dá e esperando me chamarem para deixar algum produto lá. As vezes eu vendo os produtos, as hortaliças por aqui mesmo no PA, porque não é muita coisa. (Trecho de entrevista concedida por produtor cooperado vinculado à Coopercinco).

Percebemos um distanciamento entre a cooperativa – representada pelos seus diretores – e os seus cooperados, uma vez que quando a organização precisa, por exemplo, de um determinado produto para atender a algum dos programas governamentais já existe, digamos, os “preferidos”³⁴ que são, prontamente, acionados para fazer a entrega dos produtos, em

³⁴ Nesse caso, nos referimos, conforme foi observado, ao fato de que alguns produtores são considerados como uma espécie de “socorro” para a cooperativa, pois embora possam direcionar os seus produtos de forma contínua para a cooperativa, sobretudo quando das solicitações realizadas para fins de atender aos programas

detrimento de outros produtores que, enraizados no território, não são acionados porque aquilo que ele produz, especialmente em termos que quantidade, não atende a demanda solicitada.

Pontuamos também que a questão da aprendizagem foi um aspecto da dimensão econômica que não foi observado nas práticas desenvolvidas pela cooperativa, durante o período de realização do trabalho de campo. Não parece ser, portanto, uma prática da cooperativa oportunizar, por exemplo, cursos para promover a capacitação dos seus cooperados. Porém, percebemos que existem, pelo menos, alguns diálogos estabelecidos com instituições como, por exemplo, a Universidade Federal de Roraima, especificamente por meio da Escola Agrotécnica (EAGRO), sobretudo no sentido de desenvolver atividades práticas, por meio das quais os alunos poderão ver, na prática, àquilo que assimilaram nas aulas teóricas.

Já a **dimensão sociopolítica**, em um primeiro momento, parece aparecer bem pouco nas práticas da cooperativa acompanhada. Porém, observamos alguns esforços por parte da cooperativa de fortalecer os laços sociais existentes, não só entre ela e a comunidade, de onde a cooperativa emergiu, mas, principalmente, no próprio espaço físico onde a cooperativa funciona, ou seja, entre a diretoria e os cooperados, assim como entre aquela e os seus funcionários.

No primeiro caso (comunidade), observamos que existem redes informais que se estabelecem entre a cooperativa e os produtores, especialmente redes que englobam àqueles que trabalham, por exemplo, com os mesmos produtos. Mas, observamos que essas redes informais se constituem muito mais entre os próprios cooperados, do que efetivamente com a interferência ou mediação alguma por parte da gestão da cooperativa. Em todo caso, o que nos faz considerar que há um esforço nesse sentido pela diretoria é que ela, pelo que observamos, busca estimular o fortalecimento do grupo que está focado na produção de determinado produto como, por exemplo, a goma de mandioca, que é amplamente utilizada para a produção de tapioca.

No segundo caso (dentro do próprio espaço físico da cooperativa), o fortalecimento desses laços sociais foi mais perceptível na relação com os funcionários do que na relação com os cooperados, especialmente porque quando o cooperado chegava à cooperativa para deixar os seus produtos na grande maioria das vezes o contato do produtor não era, necessariamente, com um dos diretores, mas com um dos funcionários responsáveis por

governamentais, estes produtores sempre são acionados quando a cooperativa precisa atender a uma demanda e não possui os produtos em seu estoque.

realizar a descarga do material que o produtor foi deixar na cooperativa para ser direcionado para um dos programas governamentais dos quais a cooperativa participa.

Podemos mencionar, ainda, os espaços de diálogo que a cooperativa busca oportunizar, na perspectiva de ouvir as opiniões, por exemplo, dos funcionários, relacionados especificamente ao desenvolvimento das atividades, por meio da execução das rotas planejadas, por exemplo. Nesses espaços ficou evidente, pelo menos na teoria, tendo em vista algumas situações particulares, conforme relatado anteriormente por um dos funcionários, a preocupação dos diretores em deixar os seus funcionários sempre atualizados acerca das informações necessárias para o desenvolvimento adequado das atividades.

Evidenciamos, ainda, que quando da realização desses diálogos – tivemos a oportunidade de participar de dois deles –, foi possível sentir que os diretores os deixam à vontade para que possam expressar as suas opiniões, as suas angústias e as suas sugestões acerca de como as atividades podem ser melhoradas, visando não só otimizar o trabalho deles, mas também melhorar o desempenho da cooperativa – o que nos remete também, se pensarmos especificamente no desempenho mencionado, à dimensão econômica mencionada anteriormente.

Voltando ao elo estabelecido entre os diretores da cooperativa e os seus cooperados no ambiente onde esta funciona, mencionamos que de forma antecipada ao processo citado (o produtor deixar os seus produtos para ser direcionado a algum dos programas governamentais), o contato da cooperativa, por meio dos seus diretores, se resume a uma mensagem de texto, *via WhatsApp*, ou talvez uma ligação, com um objetivo muito claro: questionar se o cooperado tem determinado produto que, naquela semana específica, estava sendo demandada, por exemplo, pelas escolas que recebem os produtos da cooperativa.

Por outro lado, ainda nessa dimensão sociopolítica, percebemos também ações que, ao invés de contribuírem para fortalecer os laços sociais, estavam direcionadas para a desvalorização dos atores envolvidos com a cooperativa. Um dos funcionários nos mencionou sobre ele falar algo e não se levado em consideração, porém quando alguém de fora da cooperativa apresentou a mesma fala, ela foi levada em conta. Diante dessa situação, é possível se questionar se os próprios espaços diálogos que a cooperativa tenta oportunizar estão cumprindo com o objetivo de, por exemplo, fortalecer os laços sociais existentes, bem como desenvolver uma atmosfera de união, de integração e de solidariedade.

No que se refere à **dimensão ecológica**, percebemos que ela parece não fazer parte das preocupações da cooperativa, pelo menos não no tempo em que estivemos acompanhando-a no trabalho de campo. Porém, percebemos que alguns cooperados buscam desenvolver

práticas que estão relacionadas com essa dimensão, sobretudo buscando adotar formas de produção que contribuam para preservar o meio ambiente, ou seja, com foco em manter ou melhorar a qualidade ambiental do território no qual estão inseridos. Quanto a este aspecto uma das cooperadas nos afirmou:

Aqui a gente planta essas hortaliças e tenta botar muito amor nelas, porque a terra, a planta gosta disso, né? Se não tiver amor pelo que a gente tá fazendo, não adianta de nada. Não usamos químicos aqui, porque nós queremos produzir produtos saudáveis. (Trecho de entrevista concedida por produtora cooperada vinculada à Coopercinco).

Porém, cabe destacar que, por meio do trabalho de campo realizado, não foi observado nada de concreto em termos de práticas da cooperativa nesse sentido. Ademais, destacamos que nossa pretensão não é generalizar e, dessa forma, pontuar que todos os cooperados realizam tais práticas, mas trazer à luz que existem cooperados que possuem essa preocupação que dialoga com a dimensão em foco.

5.2. GRUPO DE PRODUTORES AGROPECUÁRIOS INDÍGENAS NA COMUNIDADE INDÍGENA DOS TRÊS CORAÇÕES

A seguir apresentamos o estudo de caso e a análise do 7º princípio no grupo de produtores da comunidade indígena acompanhado nesta tese.

5.2.1. Origem, Funcionamento e Trajetória da Comunidade Indígena dos Três Corações

A Comunidade Indígena dos Três Corações fica localizada a 100 Km da capital do estado de Roraima, Boa Vista. É a comunidade indígena que se localiza na entrada para a cidade de Amajari (Imagem 16), fazendo, portanto, juntamente com outras comunidades indígenas (Mangueira, Mutamba, Araçá e Guariba), parte do município e, mais especificamente, parte da Terra Indígena Araçá (Imagem 17). Da entrada da comunidade até a sede do município de Amajari (chamada de Vila Brasil) são, aproximadamente, 55 Km.

Imagen 16. Placa indicando a fronteira entre Boa Vista e Amajari (entrada no município).



Fonte: Arquivo Pessoal (Trabalho de Campo).

Imagen 17. Terras Indígenas em Roraima e Terra Indígena Araçá.



Fonte: Rocha (2009).

Segundo Lopes (2018), na comunidade indígena dos Três Corações vivem, aproximadamente, 1.018 (mil e dezoito) pessoas, distribuídas em 212 (duzentas e doze) famílias. Porém, embora não exista, especificamente, um censo direcionado para a população que vive, atualmente, na comunidade em questão, os moradores relatam que houve um aumento significativo na população da comunidade, especialmente de não indígenas.

Esse aumento se deve, sobretudo, aos venezuelanos em função do *boom* migratório destes para o Brasil, potencializado pelo fato da cidade de Amajari está próxima a cidade de Pacaraima, que é a cidade brasileira que faz fronteira com a Venezuela, ou seja, a comunidade em questão está na rota dos venezuelanos que entraram no Brasil, sendo que muitos, inclusive, vieram a pé, uma vez que não há controle, e nem havia quando do *boom* migratório, acerca da entrada no país.

Sobre essa questão populacional na comunidade, uma moradora fez o seguinte comentário:

Antes era muito complicado um não indígena morar aqui na comunidade. Tinha que solicitar, dizer que queria morar aqui, depois a gente fazia reunião para votar se queria ou não que ele morasse na comunidade. Hoje, quase não tem mais reunião. Pra nada, nem pra entrada de não índio na comunidade. Tá ficando tudo misturado. (Trecho de entrevista concedida por moradora da comunidade indígena).

A imagem 18 mostra o indicativo da entrada para o município de Amajari, bem como o direcionamento para o município de Pacaraima, que faz fronteira com a Venezuela.

Imagen 18. Placa indicando a entrada do município de Amajari.



Fonte: Arquivo Pessoal (Trabalho de Campo).

Na comunidade em questão encontramos muitas casas e alguns estabelecimentos comerciais feitos de alvenaria. Essa realidade, que tem aumentado com o passar dos anos, pode ser um reflexo do aumento de não indígenas na comunidade, bem como pelo fato da comunidade está muito próxima da área urbana, uma vez que, por exemplo, possui um

elevado fluxo de transportes não só perto da comunidade, mas dentro dela, já que para ir para o município de Amajari, por exemplo, faz-se necessário passar por dentro da comunidade indígena.

Acerca dessa possível influência dos não indígenas na alteração do território da comunidade, em função do aumento, ao longo dos anos, de casas de alvenaria, um morador fez o seguinte relato:

Ainda lembro quando a comunidade praticamente não tinha muita casa, ainda mais assim de tijolo. A gente tinha até mais espaço para plantar próximo da maloca mesmo. Hoje a gente ainda tem espaço, mas agora tá mais difícil. Entrou muita gente aqui. Tem muita gente morando aqui, mas nem é indígena. Tem uns até que nem defende os nossos direitos de indígenas. Tem muito venezuelano, entrou muito veneca aqui na comunidade e por aqui ficou. (Trecho de entrevista concedida por morador da comunidade indígena).

Apesar desse aumento da construção de casas e de outros espaços essencialmente de alvenaria, ressaltamos que ainda é possível encontrar casas e outros espaços na comunidade indígena que foram construídas adotando-se as antigas tradições, especialmente por meio da utilização, para a cobertura, das palhas de buriti, por exemplo (Imagens 19 e 20).

Imagen 19. Maloca construída com cobertura de palha de buriti.



Fonte: Arquivo Pessoal (Trabalho de Campo).

Imagen 20. Maloca da comunidade construída com cobertura de palha de buriti.



Fonte: Arquivo Pessoal (Trabalho de Campo).

A comunidade possui escola estadual e municipal, o que possibilita que o processo de formação das crianças e dos jovens e adultos ocorra na própria comunidade (Imagens 21 e 22).

Imagen 21. Lateral da Escola Estadual Indígena Santa Luzia.



Fonte: Arquivo Pessoal (Trabalho de Campo).

Imagen 22. Frente da Escola Municipal Indígena Princesa Isabel.



Fonte: Arquivo Pessoal (Trabalho de Campo).

Além disso, a comunidade, assim como outras da região e do estado, apresenta parceria com outras instituições de ensino como, por exemplo, o IFRR – o município de Amajari possui um campus – por meio do qual os jovens indígenas podem cursar o ensino técnico, sobretudo voltado para as atividades que comumente desenvolvem na própria comunidade, ou seja, trabalhar com agricultura e pecuária.

Existe uma Unidade Básica de Saúde (UBS) na comunidade, mas ela é muito precária, não só em relação à estrutura que (não) apresenta, mas também pela falta constante de remédios e demais insumos necessários para a realização de atendimentos relativamente simples. Nesse sentido, talvez para suprir essa carência, não raramente acontece na comunidade ações de saúde voltadas para atender públicos específicos (campanhas voltadas para as mulheres indígenas ou campanhas direcionadas para atender as crianças indígenas) ou de alguma especialidade como, por exemplo, serviços de odontologia.

Na comunidade ainda que possamos considerar que há saneamento básico, ressaltamos que ele é muito deficiente, existindo, principalmente, nas instituições que, de alguma forma, recebem apoio e verbas destinadas para este fim como, por exemplo, as escolas (estadual e municipal), porém esse serviço não se faz presente na comunidade como um todo. Assim, são poucas as casas, por exemplo, que possuem banheiro com chuveiro e vaso sanitário, com uma adequada rede de esgoto para direcionar, corretamente, os dejetos e rejeitos produzidos, sendo

mais fácil encontrar isso em casas de não indígenas. Por outro lado, é comum nas casas, sobretudo no fundo delas, encontrar uma espécie de “casinha”, onde eles fazem as suas necessidades fisiológicas em um buraco que, posteriormente, é tampado.

Destacamos que embora essa prática possa parecer, em um primeiro momento, estranha, para eles que vivem na comunidade é algo comum, inclusive representando os costumes deles até mesmo atrelado as suas relações com a natureza, passando de geração em geração. Nesse sentido, pontuamos que Carvalho (2020) ressalta que as comunidades indígenas, ao longo dos tempos, foram desenvolvendo sistemas de conhecimentos – chamados de etnoconhecimentos –, apresentando não só um caráter geográfico, perpassando pelo território, mas também representando de forma significativa a relação desses povos tradicionais com a sociedade e a natureza.

A questão da água na comunidade também se apresenta como um dilema, embora nos arredores dela existam pequenas fontes de água (rios e iguarapés), sobretudo quando está na época das chuvas. Porém, quando está na época da seca esse dilema torna-se significativo, pois chega a faltar água para que possam fazer atividades básicas como, por exemplo, tomar banho ou cozinhar.

Em todo caso, vale ressaltar que, com o passar dos tempos, os moradores da comunidade, indígenas e não indígenas, passaram a adotar a utilização de reservatórios, possibilitando o acúmulo de água, especialmente para que possam, ainda que por um tempo relativamente limitado, utilizá-la no período de estiagem. Nesse caso, como o uso da água acaba ficando mais limitado, é exigido destes estabelecer as prioridades que serão consideradas quando do uso desse recurso.

Ressaltamos, ainda, atrelado a essa questão do problema da água, o dilema das queimadas, que não raramente também assola o estado de Roraima. Como vimos anteriormente, trata-se de um estado que apresenta uma extensão territorial muito grande e com muita área inhabitável. Pontuamos essa problemática porque a comunidade acompanhada neste estudo já passou por problemas decorrentes das queimadas, sobretudo porque, juntamente com as outras comunidades que compõem a terra indígena do araçá, ela possui muitas áreas que, em período de seca extrema, tendem a facilitar a propagação do fogo pelas comunidades.

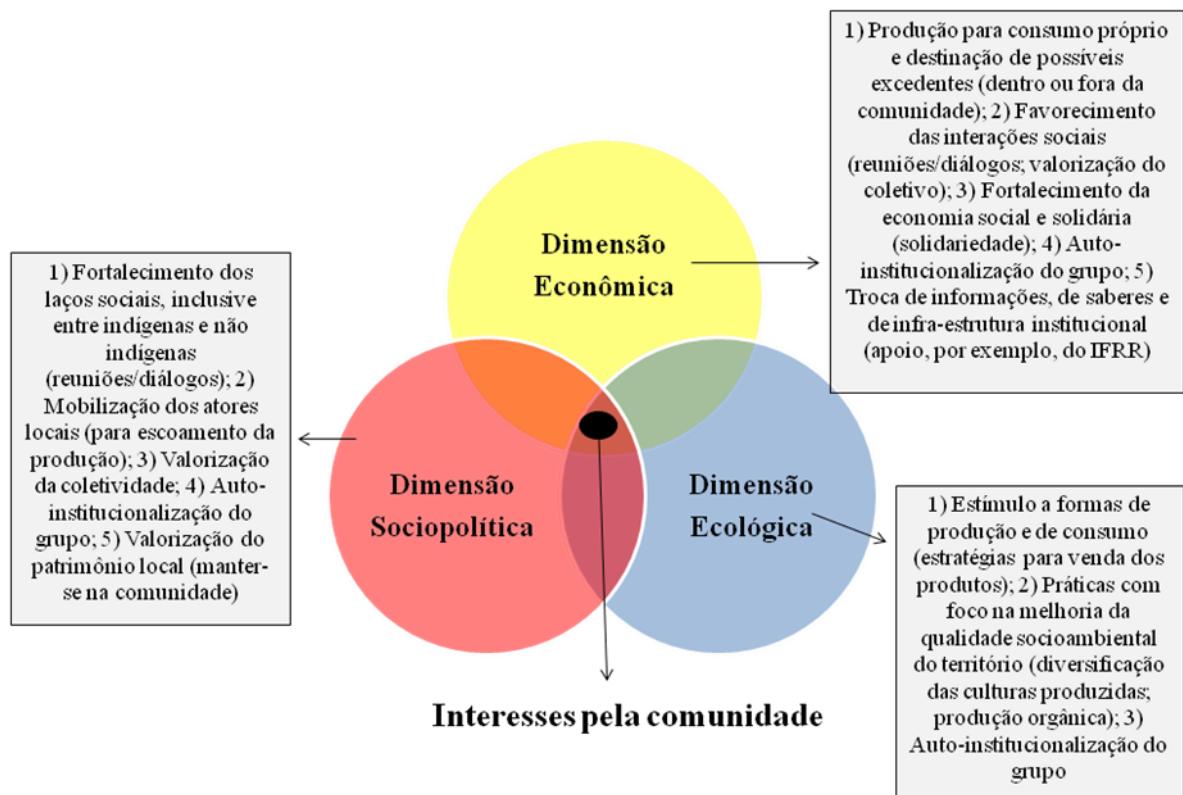
Outro dilema enfrentado na comunidade, ainda que atualmente com menor proporção, diz respeito à questão da energia elétrica. Porém, cabe ressaltar que esse problema energético não é uma exclusividade da comunidade indígena dos três corações, pois além de outras

comunidades, indígenas e não indígenas, enfrentarem o mesmo dilema, esse problema assola o município de Amajari e, inclusive, o próprio estado de Roraima.

5.2.2. Os Interesses pelas comunidades na Comunidade Indígena dos Três Corações

A Figura 5 apresenta uma síntese das dimensões econômica, sociopolítica e ecológica presentes nas práticas cooperativistas desenvolvidas pela comunidade indígena, com foco no grupo de produtores.

Figura 5. Síntese das dimensões de análise das práticas cooperativistas na comunidade indígena, com foco no grupo de produtores.



Fonte: Elaborado pelo autor.

Partindo dessa síntese, é oportuno mencionar que as dimensões em questão, por meio de seus elementos e suas variáveis, em algumas situações se expressam de forma isolada, porém observamos, como mencionaremos a seguir, que determinadas práticas oportunizaram a expressão de mais de uma dimensão simultaneamente.

Na **dimensão econômica** pontuamos que muitos moradores da comunidade indígena possuem trabalho fixo, inclusive na própria comunidade, mas ainda percebemos que muitas

famílias vivem da agricultura familiar, obtendo seu sustento, em grande parte, daquilo que conseguem produzir – ainda que estas tenham, por exemplo, um suporte financeiro de algum parente que mora na capital, especialmente filhos que foram estudar em Boa Vista.

Ressaltamos que, para além da produção para o próprio sustento, há também, em menor escala, uma destinação daquilo que é produzido como excedente, por meio do escoamento dessa produção na própria comunidade ou levando, por exemplo, para feiras em pontos específicos, inclusive na capital (Imagen 23).

Imagen 23. Produtos levados para serem comercializados em Boa Vista/RR.



Fonte: Arquivo Pessoal (Trabalho de Campo).

Porém, apesar dessa possibilidade de escoamento da produção, percebemos que esse deslocamento para a capital praticamente não existe, uma vez que na comunidade, atualmente, é possível encontrar de tudo – o que também pode ser reflexo do aumento da população, especialmente não indígena, na comunidade. Mas, embora possamos considerar que há uma tendência a uma circulação interna do que é produzido na comunidade, pontuamos que não é raro encontrar estabelecimentos da comunidade fechados em pleno horário comercial (Imagen 24).

Imagen 24. Estabelecimento da comunidade em pleno horário comercial.



Fonte: Arquivo Pessoal (Trabalho de Campo).

Percebemos, por meio da imagem 24, sobretudo nas divulgações estampadas na fachada, que a comunidade ao que parece tem recebido uma grande influência de pessoas não indígenas, como é o caso do dono do estabelecimento em questão, que se encontrava fechado em um dia da semana, no horário comercial.

Destacamos que apesar de o estabelecimento estar fechado, observamos que isso não impedia de ocorrer relações de troca entre o dono e os moradores da comunidade, pois, quando havia necessidade, estes se direcionavam para a casa do dono do estabelecimento, buscando os produtos que demandavam ou, ainda, atrás de informações relacionadas aos serviços divulgados. Percebemos, portanto, não só a expressão da dimensão econômica, inclusive por meio de aspectos atrelados ao fortalecimento da economia social e solidária, mas também a expressão da dimensão sociopolítica, com foco no fortalecimento das relações sociais locais estabelecidas, inclusive de indígenas com não indígenas.

Assim, podemos dizer que o processo de comercialização do que é produzido, ocorre, por exemplo, por meio do escoamento da produção para feiras livres na cidade de Boa Vista – atualmente, de forma esporádica –, assim como por meio da vendas diretas, na própria comunidade, daqueles que produz para aqueles que consomem e, ainda, por meio da venda em pontos específicos organizados, inclusive, pelos próprios moradores da comunidade, aproveitando, até mesmo, a localização privilegiada, uma vez que antes da entrada para o município de Amajari, por meio da RR 203, tem a BR 174 que, a depender da direção tomada,

leva tanto para a cidade de Pacaraima, que faz fronteira com a Venezuela, quanto para a capital do estado, Boa Vista.

Pontuamos que esse aproveitamento em função da localização privilegiada da comunidade pode representar uma expressão da dimensão ecológica, especificamente relacionada ao estímulo a novas formas de produção e de consumo, sobretudo devido à mobilização dos atores envolvidos no processo, no sentido de viabilizar e de organizar esses pontos específicos, o que também denota uma expressão da dimensão sociopolítica e também da dimensão econômica.

Ratificamos que na comunidade, atualmente, existem vários espaços que foram criados, pelos próprios moradores – alguns não indígenas –, para vender os produtos que são considerados excedentes. Há, também, uma feira livre que é organizada, semanalmente, em um dos malocões da comunidade, porém, não há, efetivamente, uma organização dessa prática, ficando muito a cargo de alguns poucos moradores que, por terem produtos para escoar, aparecem no local específico para tentar vender aquilo que conseguiram produzir e que, portanto, é considerado como excedente.

É importante destacar que essa feira livre, que deveria ocorrer semanalmente, pelo planejamento inicial quando da sua constituição / definição, é aberta para que outros moradores das comunidades indígenas próximas também possam trazer e vender os seus produtos. Essa prática reflete a expressão das três dimensões consideradas nesse estudo: econômica (por meio, por exemplo, do reforço aos sistemas produtivos locais), sociopolítica (não só no que se refere ao fortalecimento das relações sociais, mas também por meio do estabelecimento de redes informais de cooperação) e ecológica (voltado para o estímulo a formas de consumo).

De forma geral, a estrutura organizacional dos povos indígenas em Roraima, pensando em nível micro, no caso, nas comunidades, apresenta a figura do Tuxauá, sendo este o líder, o representante da comunidade. Além desse líder, é comum também, conforme ressaltam Oliveira e Falcão (2020), a figura do segundo tuxauá, que acaba representando o primeiro quando necessário, inclusive atuando na realização das atividades comunitárias como, por exemplo, nas reuniões, nas resoluções de problemas e conflitos e nos trabalhos coletivos. Segundo as autoras (2020, p. 163), “os tuxauas contam ainda com os capatazes que auxiliam nos trabalhos na comunidade”.

Na comunidade indígena dos Três Corações o Tuxauá é o senhor Carlos Augusto Marques, que inclusive já assume essa função há mais de 10 (anos) na comunidade³⁵. Conforme nos foi repassado, de forma geral, a comunidade busca se reunir todo dia 15 (quinze) de cada mês para dialogar acerca das demandas que possui, assim como para resolver problemas que possam surgir e repassar informações pertinentes ao desenvolvimento e ao fortalecimento da comunidade. Porém, na prática, isso não acontece da forma como planejado, sobretudo porque surgem outras demandas que acabam inviabilizando a realização dessas reuniões conforme previsto.

Essa prática, por meio do fluxo inicialmente estabelecido, embora não tenha se materializado com a frequência planejada, reflete a expressão da dimensão sociopolítica, especialmente no que refere ao fortalecimento dos laços sociais locais, bem como da criação de redes formais e informais de cooperação, não só entre os membros da comunidade, mas também entre os atores das diferentes esferas que possam, de alguma forma, promover articulações com a comunidade.

Destacamos que durante a realização do trabalho de campo, participamos apenas de 1 (uma) reunião com a comunidade, na qual foram repassados, quase que exclusivamente, alguns informes relacionados à eventos e a manifestações que seriam realizadas com foco, por exemplo, em protestar contra a aprovação do marco temporal. Percebemos, durante a reunião, pouco engajamento da comunidade, no sentido de quantidade de pessoas, como também um caráter informal, no sentido da falta de registros do que foi apresentado na reunião – não houve, praticamente, discussão sobre o que foi repassado.

No que se refere ao grupo de produtores agropecuários indígenas da comunidade, que foi acompanhado nesta tese, embora algumas práticas relacionadas à comunidade, mas à luz do que foi observado junto a este grupo, já tenham sido mencionadas, conforme a síntese apresentada anteriormente, este é formado por 52 (cinquenta e dois) indígenas. Porém, com relação a este número, cabe mencionar que eles sempre ressaltam que toda a comunidade, geralmente, participa das atividades de produção, ajudando no manejo dos animais ou nas lavouras, especialmente quando se considera, por exemplo, a questão de grupos familiares, pois todos da família acabam colaborando com os trabalhos que precisam ser realizados, sobretudo pelo caráter de subsistência que perpassa pelas produções em questão.

Essa dinâmica ressalta o aspecto do fortalecimento das relações sociais estabelecidas não só entre os produtores do grupo, mas também entre estes e os seus familiares e entre estes

³⁵ Ressaltamos que durante o trabalho de campo, havia especulações que ele deixaria a função, por problemas pessoais; assim, assumiria a liderança da comunidade, pela primeira vez, uma indígena.

e os moradores da comunidade, o que pode denotar, dessa forma, a expressão da dimensão sociopolítica, assim como da dimensão econômica, sendo esta, sobretudo, atrelada ao reforço dos sistemas produtivos locais e ao fortalecimento da economia social e solidária, com foco na ajuda mútua e na solidariedade. Ademais, é possível perceber a expressão da dimensão ecológica relacionada à possibilidade de promoção da melhoria da qualidade socioambiental do território, por meio das práticas de produção adotadas pelos produtores do grupo acompanhado o que, pelo que observamos, são práticas que reverberam na comunidade de forma geral.

Assim, esse grupo é composto por representantes de diferentes famílias da comunidade e todos, dentro de suas possibilidades, ajudam na produção, visando colaborar com o desenvolvimento da comunidade, considerando, inclusive, as especificidades do que é produzido. Apesar de a comunidade trabalhar com uma diversidade de produtos, alguns são em escala menores, servindo basicamente para a alimentação da família, subsistência. Levando-se em conta o grupo acompanhado no estudo, são trabalhadas diferentes culturas como, por exemplo, pimenta, banana, melancia, mandioca e grãos, especialmente milho e feijão, além da produção de suínos e de peixe (Figura 6).

Figura 6. Segmentação do grupo de produtores agropecuários de acordo com os produtos.



Fonte: Dados da Pesquisa com base no trabalho de campo.

É importante mencionar que, além das culturas apresentadas na figura 6, percebemos que a comunidade também possui o cultivo de outras espécies como, por exemplo, hortaliças diversas, cultivadas, em grande medida, para o consumo próprio das famílias, sobretudo em função da quantidade que é produzida. Essa diversidade de produtos corresponde a uma característica da agricultura familiar, assim como tende a contribuir para uma melhor / maior

geração de renda para os produtores envolvidos na produção, uma vez que, conforme ressaltam Dias *et al.* (2013, p. 109) “quanto maior a diversificação dos sistemas, menores os riscos a que os produtores se expõem”. Aqui, inclusive, percebemos a manifestação da dimensão ecológica, pois essa diversificação de culturas produzidas na comunidade, não só contribui para a melhoria da qualidade socioambiental do território, como também está relacionado ao estímulo de novas formas de produção, preocupadas com o bem-estar ambiental.

Cabe destacar que a produção de cada uma dessas culturas é realizada também considerando o período do ano, em função, por exemplo, não só de suas exigências nutricionais, mas também das condições edafoclimáticas, percebidas, na comunidade, especialmente pela experiência adquirida pelos produtores indígenas ao longo do tempo, inclusive sendo essa passada de geração a geração.

Apesar de haver uma espécie de segmentação da produção na comunidade, no sentido de ter pessoas envolvidas mais com determinados produtos do que com outros, percebemos que prevalece uma diversificação no que se refere não só à produção das culturas trabalhadas, mas também no que diz respeito à colaboração mútua entre eles, o que promove o fortalecimento da coletividade – expressão das dimensões econômica e sociopolítica, por meio da manutenção dos laços sociais, da criação de redes formais e informais de cooperação e também relacionado ao fortalecimento da economia social e solidária.

Pontuamos que prevalece, portanto, uma solidariedade, por meio da qual percebemos um ideal coletivo, onde o todo é privilegiado, ainda que exista uma responsabilização e um interesse, individual, em obter o máximo de produção possível, dentro das condições e dos recursos que eles possuem. Em outras palavras, ainda que se pense, também, em produzir na sua área, no seu espaço, há uma preocupação em ajudar o outro, em colaborar para que o outro também consiga obter êxito em sua produção, em uma perspectiva de contribuir para o fortalecimento da comunidade, do território do qual eles fazem parte.

Percebemos que no grupo de produtores agropecuários indígenas na Comunidade dos Três Corações há, se segmentarmos a produção por tipo de produtos / culturas, a formação de subgrupos que se ajudam mutuamente na realização das atividades frente às demandas de produção, além de contarem com o apoio e a ajuda também de outras pessoas da comunidade, especialmente se considerarmos o grupo familiar, sobretudo levando-se em conta também o caráter de subsistência da maioria das produções realizadas.

Ademais, apesar de não se ter uma oficialização / uma formalização desse grupo, no sentido de institucionalização, percebemos que as relações estabelecidas, por meio das

práticas realizadas durante os processos de produção, são fortalecidas pelo senso de responsabilidade frente às demandas e às obrigações que cada um possui, não só com a sua produção, mas também com a produção do outro, prevalecendo, dessa forma, a concepção de grupo, de coletividade. Em outras palavras, o próprio grupo é responsável por definir as atividades que devem ser realizadas, assim como por estabelecer os acordos e as responsabilidades acerca das atividades que foram definidas, ou seja, o próprio grupo, por meio de suas práticas, se institucionaliza.

Acerca desse processo, um produtor do grupo apresentou o seguinte relato:

Cada um sabe o que tem que fazer aqui na lavoura, porque já ficou definido entre nós mesmos o que cada um deve realizar, mesmo sem papel, que acaba até se perdendo com o tempo. Nunca deu problema aqui para gente fazer nada. A gente conversa e vamo resolvendo tudo que precisa pra gente conseguir produzir e colher o que a terra nos dá. (Trecho de entrevista concedida por produtor da comunidade indígena).

Percebemos que essa dinâmica de “auto-institucionalização” carrega elementos que perpassam pelas três dimensões consideradas neste estudo, pois além dela contribuir para o fortalecimento das relações pessoais (o que dialoga com as dimensões econômica e sociopolítica), ela contribui para a criação de redes informais de cooperação e perpassa pela mobilização articulada dos atores envolvidos no processo (dimensão sociopolítica), bem como traz elementos que denotam práticas de produção que respeitam o ambiente (dimensão ecológica).

Ressaltamos, inclusive, que o próprio povo indígena tem uma dinâmica, não só de trabalho, mas especialmente de vida, atrelada aos seus costumes e as suas tradições. Em função dessa dinâmica, muitas pessoas acabam “tachando” os indígenas, por exemplo, como pessoas preguiçosas, pelo fato destes não seguirem o ritmo que é observado na cidade, onde, em geral, tudo é muito corrido e se busca, a todo custo, produzir cada vez mais, sem se preocupar com os prejuízos que a produção excessiva dos recursos, sobretudo da terra, pode trazer para o planeta, especialmente em uma perspectiva de sustentabilidade. Nesse sentido, uma produtora do grupo em questão mencionou:

A gente produz pra se alimentar. Quando sobra alguma coisa a gente vende aqui mesmo na comunidade ou doa para algum parente. A gente não tá querendo produzir tanto e deixar a terra pobre, sem dar nada, fraca. Melhor ela tá produzindo sempre do que não produzir nada, né?. (Trecho de entrevista concedida por produtora da comunidade indígena).

Quanto ao elemento da sustentabilidade, que é algo muito presente nas falas dos indígenas que fazem parte do grupo em questão, mas também marcado nos discursos dos próprios moradores da comunidade, percebemos uma forte adesão ao uso de produções orgânicas por meio da utilização de espaços nos quais são realizadas compostagens, visando preparar adubo orgânico a ser, posteriormente, utilizado nas produções existentes na comunidade. Essas compostagens, inclusive, possibilitam que nada na comunidade seja desperdiçado, pois se aproveita todo o material que seja possível colocar na produção do composto.

Ademais, é oportuno mencionar que esse processo de compostagem é uma técnica que os alunos que fazem o curso técnico em agropecuária no IFRR/CAM aprendem a fazer. Assim, eles podem trazer essa técnica para a comunidade e serem multiplicadores dela, favorecendo a sua propagação como uma prática sustentável. Podemos considerar que essa multiplicação pode ser constatada no relato de produtores que mencionaram:

Minha menina estudou lá na escola da sede. Foi muito bom ela ter estudado lá. Ela aprendeu muita coisa e trouxe aqui pra comunidade. Essa compostagem ela que trouxe, com um professor que veio aqui ensinar pra comunidade. (Trecho de entrevista concedida por produtora da comunidade indígena).

Eu já tinha visto esse negócio de compostagem, mas fazia tempo. Eu vi lá em Boa Vista mesmo, na feira da prefeitura lá que eu fui. Aqui na comunidade já teve também e tem muito menino que aprendeu lá no IF. (Trecho de entrevista concedida por produtor da comunidade indígena).

Esses relatos denotam a expressão da dimensão econômica relacionada à dimensão ecológica, na perspectiva das parcerias estabelecidas, promovendo a troca de informações, de aprendizagem e de saberes. Retrata a dimensão ecológica, uma vez que representa uma técnica sustentável de produção que pode contribuir para a melhoria da qualidade ambiental do território.

Dada a segmentação apresentada na Figura 6, cabe mencionar que, no que se refere, por exemplo, à produção de grãos e de pimentas (e eventualmente de outras culturas produzidas na comunidade), embora não exista uma formalização do subgrupo que trabalha diretamente com tais culturas, podemos considerar que há uma espécie de formalização no que diz respeito à relação estabelecida entre os produtores indígenas e o governo do Estado que disponibiliza, por exemplo, por meio do Programa Agroindígena, os insumos para que a produção ocorra, sendo a operacionalização realizada pelos moradores da comunidade indígena.

Nesse sentido, Coelho (2022) ressalta que, com foco em fomentar a agricultura familiar, inclusive em terras indígenas, o Agroindígena faz parte do Programa Agro em Campo, que é desenvolvido pelo Governo de Roraima desde 2019, englobando todos os municípios do estado, sendo iniciado em 2020 nas comunidades indígenas, sob a coordenação da Secretaria Estadual do Índio (SEI), contando também com a parceria de outros órgãos estaduais.

Assim, por meio dessa “relação formal”, estabelecida entre os produtores indígenas e o governo, em função da disponibilização dos insumos para promover a produção das culturas mencionadas, percebemos que há, em certa medida, uma certa dependência destes em relação ao governo, sobretudo porque, para que a produção seja realizada, os produtores acabam tendo que aguardar a liberação dos insumos por parte do governo.

Apesar disso, pela dinâmica dos povos indígenas, mencionada anteriormente, percebemos que não há uma geração de ansiedade, de angústia ou, até mesmo, de preocupação pela demora na liberação dos insumos. Porém, a demora em questão desperta nos produtores, pelo que percebemos, uma insatisfação que perpassa pela descredibilidade, de forma que sempre que se menciona acerca desse incentivo à produção nas terras indígenas, percebemos certo ar de ironia e de descrédito, o que pode estar atrelado à esses problemas na gestão, por parte do governo, dos encaminhamentos propostos, ou seja, referentes ao repasse dos insumos para promover a produção em áreas indígenas.

Nesse sentido, visando uma otimização do trabalho que é realizado pelos produtores, especificamente com relação ao tempo investido quando da realização das atividades de produção dessas culturas, tem-se por prática iniciar tais atividades, sobretudo no que se refere à produção de grãos, com foco no milho, quando da liberação dos insumos por parte do governo, por meio da assinatura de termo específico oficializando tal liberação. Ainda assim, os produtores ficam aguardando a entrega desses insumos para iniciar, efetivamente, os trabalhos.

Destacamos que no caso da produção de grãos, por meio desse suporte do governo, em determinados períodos, este disponibiliza, dentre os insumos, os implementos agrícolas, assim como pessoal técnico para a realização do preparo das áreas na comunidade que é direcionada para essa produção. Aqui também os produtores devem aguardar, mesmo quando da liberação de tais recursos, pois, mesmo existindo essa possibilidade, assim como uma programação para que esse processo ocorra, têm vezes em que ele não dá certo ou ocorrem atrasos em função da demanda, uma vez que, além de atender outras áreas de comunidades indígenas, atende a todo o estado.

A utilização de implementos agrícolas para a preparação do solo é, inclusive, de acordo com alguns indígenas da comunidade, uma prática não adequada, pois se distancia do que eles pensam acerca do uso do solo, considerando que esse processo tende a acarretar prejuízos ao solo, à terra e, consequentemente, pode prejudicar o potencial da terra, sobretudo quando se vincula o plantio de qualquer cultura essencialmente dentro de uma perspectiva exclusivamente orgânica. Dessa forma, tudo que fuja dessa perspectiva é por eles considerado inapropriado como, por exemplo, também é o caso da utilização de produtos químicos nas plantações. Assim, na linha dessa percepção, um produtor da comunidade fez o seguinte comentário:

A nossa produção aqui, o que a gente planta é tudo orgânico, porque só usamos mesmo semente, água e adubo orgânico, que a gente faz aqui mesmo na comunidade. Hoje já tem aqui na comunidade quem usa química, mas a gente não quer saber disso não. (Trecho de entrevista concedida por produtor da comunidade indígena).

Percebemos que esse posicionamento, embora não seja unânime, é bastante presente na comunidade, sobretudo quando se pensa na produção que ocorre, digamos, nas áreas particulares. Em outras palavras, quando uma determinada família decide trabalhar com determinadas culturas, ela opta por adotar apenas a produção orgânica, se posicionando contra o uso de produtos químicos nas plantações e, até mesmo, a utilização de máquinas agrícolas para, por exemplo, preparar o solo, por meio do seu revolvimento.

Destacamos que esse pensamento contrário é “minimizado” quando se realiza a produção em áreas específicas que são consideradas da comunidade. Porém, isso não significa dizer que, necessariamente, aquele produtor que era contra a adoção dessas práticas mencionadas anteriormente tenha mudado de ideia, mas ele foi voto vencido ou, o que é mais comum, ele acabou, pelas mais diversas razões, não se apropriando dos encaminhamentos acerca do que – e como – seria feito em determinadas áreas.

Há, portanto, uma valorização muito forte da produção orgânica, especialmente porque essa forma de se produzir, pelas falas apresentadas, perpassa, inclusive, pela questão da segurança alimentar e, especificamente, por um autocuidado, uma vez que as produções em sua maioria são voltadas para a subsistência das famílias, mas também um autocuidado de todos que produzem para com a comunidade, já que todos que produzem também o fazem, em certa medida, para o fortalecimento desta – já que o que porventura é considerado como excedente, na maioria das vezes, fica dentro da própria comunidade, seja por meio de doação, de vendas diretas ou de vendas realizadas na feira livre que acontece na comunidade.

Ressaltamos, ainda, que essa prática reflete a dimensão ecológica considerada no estudo, pois se considera aqui uma preocupação em se produzir de forma prudente, visando à manutenção e a melhoria da qualidade ambiental do território.

Voltando para a questão da produção de grãos, com o incentivo do governo estadual, cabe mencionar que as áreas que são destinadas para essa produção não são consideradas de uma pessoa, ou de um grupo de pessoas, mas da comunidade em geral, ainda que existam produtores especificamente envolvidos com a produção em função do suporte que é recebido do governo, o que lhes confere uma espécie de vinculação, formalização.

Assim, todos àqueles que tiverem interesse podem colaborar com o processo de produção. Para tanto, ainda que não se tenha uma sistematização, por meio de registros, eles se organizam por meio de fileiras de plantio na área, onde cada família, por exemplo, fica responsável por cuidar de determinada fileira ou, ainda, por uma parte da área de produção, dependendo da área que está sendo cultivada, assim como das pessoas que apresentam interesse em ajudar. Quem fica responsável por esse processo, geralmente, é o tuxauá da comunidade, no sentido de manter a organização.

Dessa forma, no caso da produção de grãos, por exemplo, há na comunidade pessoas que estão envolvidas em projetos que recebem apoio do governo, por meio do fornecimento de insumos (como sementes) e também implementos e máquinas agrícolas para a preparação das áreas, sobretudo consideradas coletivas, mas também há pessoas que não estão vinculadas a esses projetos, inclusive por trabalharem, diretamente, com outras culturas, a exemplo das hortaliças, que é muito comum, também com o foco na subsistência e dada à rapidez dos ciclos de produção dessas culturas. Porém, mesmo as pessoas que não estão vinculadas aos projetos apoiados pelo governo, podem colaborar, e acabam colaborando, na execução das atividades que são definidas, principalmente quando consideramos pessoas que fazem parte do mesmo grupo familiar.

Destacamos que apesar de existir na comunidade um foco na coletividade e na ajuda mútua, por meio inclusive da solidariedade, percebemos que há, em função dos acordos de responsabilização firmados entre eles, inclusive quando das reuniões da comunidade, especialmente dos diálogos de grupos específicos, que os resultados daquilo que é produzido é destinado / distribuído, em sua grande maioria, para àqueles que efetivamente colaboram e ajudam nas atividades.

Nessa perspectiva do apoio governamental em Roraima para a promoção da agricultura familiar nas áreas indígenas, Oliveira (2022, s/n) ressalta que “as ações de fortalecimento da agricultura familiar em áreas indígenas executadas pelo Governo de

Roraima, por meio da Secretaria do índio, têm contribuído para o alcance da sustentabilidade, geração de emprego e renda em mais de 105 comunidades [...]".

Oliveira (2022) ainda apresenta um trecho de um pronunciamento do governador do estado, Antônio Denarium, acerca do tema:

Com a produção de milho e feijão caupi queremos garantir a segurança alimentar, sustentabilidade de desenvolvimento para Roraima, envolvendo áreas indígenas e não indígenas. O foco é possibilitar autonomia para que as comunidades possam produzir o alimento e com isso ter segurança alimentar e ainda ter geração de emprego e renda nestas áreas com a venda do excedente.

Ainda contando com o apoio governamental, existe, também, uma área da comunidade destinada à produção de pimentas. Nessa área existe em torno de 20 (vinte) plantas de pimenta que são cultivadas, especificamente, por um subgrupo formado por 5 (cinco) mulheres. Nesse caso, o governo disponibiliza as mudas de pimenta e os demais insumos necessários para a produção como, por exemplo, relacionados à adubação, sendo a mão de obra das produtoras que, portanto, são responsáveis pelas demais atividades de manejo da cultura como a realização dos tratos culturais (capina, irrigação, entre outros).

Acerca da produção de pimentas uma das produtoras apresentou o seguinte relato:

Eu gosto de trabalhar com pimenta, desde criança quando minha mãe me ensinou a mexer com a terra. Eu não sei se o senhor lembra, mas lá no IF eu cheguei a fazer um curso de horta com o senhor e outros professores. De lá eu não parei mais de mexer com horta, até porque sempre a gente precisa de alface, pimenta, rúcula, cebola, essas coisas, né? (Trecho de entrevista concedida por produtora da comunidade indígena).

Esse relato nos fez relembrar que muitos (as) jovens indígenas daquela comunidade foram meus (minhas) alunos (as) na época em que atuei como professor do IFRR, *Campus Amajari*, sendo a ênfase desta unidade do IFRR, inclusive, voltada para cursos da área agrária. Aproveitando o relato, relembro um pouco dessa trajetória vivenciada por alguns dos (as) jovens que, até hoje, estão presentes na comunidade, especialmente porque um dos focos da realização do curso, à época, era formar estes (as) jovens para que eles (as) pudessem atuar na comunidade. Antes, porém, de relembrar um pouco dessa trajetória como um atravessamento desse processo de elaboração da tese, destacamos que aqui percebemos a expressão da dimensão econômica, no que se refere às relações com instituições parceiras, por meio das interações sociais, mas também por meio de trocas de informações, de saberes, de aprendizados e, inclusive, de infra-estruturas.

Assim, com foco em promover a formação dos (as) jovens das comunidades indígenas e considerando a predisposição destes para a agricultura e a pecuária, em função de uma questão cultural, o *Campus* Amajari, portanto, passou a ofertar, em 2011, um curso na modalidade concomitante, onde os (as) alunos (as) das comunidades indígenas da Terra Indígena Araçá, incluindo a dos Três Corações, que tinha o maior número, faziam, de segunda a quinta-feira, o ensino médio em suas respectivas comunidades indígenas, e na sexta-feira e no sábado, pela manhã, realizavam o ensino técnico em agricultura no referido *Campus*.

Apesar de nas quintas-feiras, pelo formato do curso ofertado, os (as) alunos (as) estarem nas suas respectivas comunidades, a depender do planejamento realizado com a coordenação do curso técnico em agricultura, em diálogo com os gestores das escolas indígenas das comunidades representadas na turma em questão, em algumas quintas-feiras, os (as) alunos (as) recebiam, nas próprias comunidades, a visita dos (as) professores (as) para desenvolver o que era chamado de “tempo comunidade”, onde eram realizadas práticas relacionadas não só a teoria repassada em sala de aula, mas também às atividades que eram enviadas para que os (as) alunos (as) desenvolvessem nas comunidades. Ressaltamos que a visita dos professores que atuavam no curso era realizada por meio de rodízio, de forma que todos pudessem realizar as práticas relacionadas aos componentes curriculares que estavam trabalhando junto à turma.

Com relação à logística realizada para garantir que esses (as) alunos (as) estivessem presentes na escola, no período chamado do “tempo escola”, o IFRR, por meio do *Campus* Amajari, que oferecia o curso, disponibilizava um ônibus que realizava uma rota, passando pelas comunidades que tinham alunos (as) matriculados (as). Assim, na sexta-feira, logo cedo, o ônibus saía do *Campus* em direção às comunidades indígenas para buscar os alunos (as), que passavam o dia na escola, regressando às comunidades para deixá-los após o período das aulas. A mesma rota era realizada também aos sábados.

Destacamos que a apresentação dessa breve memória acerca da trajetória acadêmica de alguns (mas) dos (as) jovens da comunidade se fez necessária e relevante, sobretudo porque hoje, regressando à comunidade para a realização de parte do trabalho de campo desta tese, acompanhando um grupo de produtores, pude perceber o quanto essa formação foi importante para àqueles (as) alunos (as) – alguns (mas) dos (as) quais, inclusive, encontrei durante a realização do trabalho.

Foi importante não só pela oportunidade que eles (as) tiveram de ter aquela formação, mas também como um movimento necessário para que eles (as), de alguma maneira, descobrissem e, principalmente, manifestassem o interesse em permanecer em suas

comunidades, contribuindo para o desenvolvimento de seus territórios. Essa descoberta tem estreita relação com a dimensão sociopolítica, sobretudo atrelada à valorização do patrimônio local, perpassando pela identidade, pela cultura e pelo saber local.

No que se refere às práticas cooperativas do grupo de produtores agropecuários acompanhado no estudo, podemos afirmar que, à luz do grupo acompanhado, as práticas desenvolvidas pelos povos indígenas por si só tendem a apresentar conexão com o sétimo princípio do cooperativismo, ou seja, o interesse da comunidade. Afinal, é comum observarmos e percebermos nas comunidades indígenas o foco na solidariedade, na ajuda mútua, na democracia, na coletividade, pois todos contribuem não só para o fortalecimento da comunidade, de forma específica, mas também do povo indígena que, desde sempre, busca viver em harmonia com a natureza e tem precisado, continuamente, lutar pela manutenção de seus territórios, que são ameaçados das mais diferentes formas, sobretudo em função dos graves e frequentes problemas ambientais que assolam o planeta.

Nesse sentido, acerca da preocupação com as questões ambientais, Ireland e Melo (2021) pontuam que ela tem aumentado no século XXI e, consequentemente, está sendo colocada nas mesas de debates, inclusive de agendas internacionais, estando presente em reuniões de diversos países, tendo como desdobramento, por exemplo, a elaboração da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, por meio do estabelecimento de 17 (dezessete) objetivos. No caso de Roraima, por exemplo, uma ameaça constante que ainda nos dias de hoje é sentida, diz respeito ao garimpo ilegal. Diante disso, o caso da comunidade indígena dos três corações nos faz perceber que mesmo sem formalização e sem, necessariamente, se reconhecer enquanto cooperativa, esse grupo e suas práticas, enquanto uma expressão viva do cooperativismo popular de Roraima, expressa de forma límpida o 7º princípio cooperativista.

6. SÉTIMO PRINCÍPIO DO COOPERATIVISMO NO ESTADO DE RORAIMA: POSSIBILIDADES E DESAFIOS DE SUA PRÁTICA NO RAMO AGROPECUÁRIO

Pretendemos, por meio deste capítulo, apresentar uma síntese com foco em atender ao quarto objetivo específico desta tese, traçando algumas reflexões no que diz respeito à prática do sétimo princípio do cooperativismo nas experiências agropecuárias acompanhadas ao longo do estudo, buscando, também, dialogar acerca dos alcances, dos desafios e dos limites de tais práticas, perpassando por considerações comparativas que denotem as semelhanças e as diferenças percebidas entre essas experiências.

6.1. POSSIBILIDADES E DESAFIOS DA PRÁTICA DO SÉTIMO PRINCÍPIO DO COOPERATIVISMO NO ESTADO DE RORAIMA À LUZ DE DUAS EXPERIÊNCIAS ACOMPANHADAS

Frente às dificuldades para se produzir no estado, dificultando o processo de consolidação das cooperativas agropecuárias, assim como o fortalecimento de associações, de grupos informais e de empreendimentos agropecuários de forma geral, alguns pontos emergem como sendo essenciais para que sejam colocados em pauta, por meio de debates junto aos órgãos competentes, no sentido de promover o desenvolvimento de práticas direcionadas à agricultura familiar, inclusive buscando a sua valorização, ratificando a sua importância para o desenvolvimento rural não só da região amazônica, especificamente, Roraima, mas também do país.

Nesse sentido, acerca do reconhecimento da agricultura familiar, Rocha e Anjos (2016, p. 114) ressaltam:

Até os anos 70, o desenvolvimento rural se baseava na aplicação de políticas e programas top-down destinados a integrar as regiões mais pobres e atrasadas do Brasil. No caso da região amazônica, que inclui Roraima como um de seus sete estados, este tipo de políticas vem se refletindo nos grandes programas de colonização promovidos pelo governo federal como estratégias verticais e descendentes que, na maioria dos casos, não têm alcançado os resultados esperados.

É possível, por meio do estudo realizado, considerar que alguns avanços no cooperativismo agropecuário em Roraima foram possíveis. Avanços esses que foram alcançados graças, inicialmente, aos pioneiros que deram o ponta-pé inicial para que o

movimento cooperativista se estruturasse no estado, com forte influência de migrantes advindos, principalmente, do Rio Grande do Sul.

Ressaltamos que essa influência se deu, pelo que foi observado no trabalho de campo, em diálogo com os produtores, mais no sentido de sistematização e de formalização do processo de cooperação, do que acerca da cooperação propriamente dita, uma vez que essa prática de cooperar já era algo que era realizado no estado, embora não se tinha conhecimento teórico acerca do movimento. Esse processo de cooperação, inclusive, parece ser algo arraigado nas comunidades indígenas, como vimos no caso da comunidade indígena dos Três Corações, pois elas têm como prática natural, pelo que foi observado, fortalecer os laços sociais, por meio da ajuda mútua, do respeito e da solidariedade, perpassando, dessa forma, pelos elementos que integram a economia social e solidária e pelos princípios cooperativistas.

Podemos considerar também como avanços alcançados no movimento cooperativista no estado, sobretudo com foco na consolidação da agricultura familiar, seja por meio de grupos formais e / ou informais, o apoio governamental que vem se concretizando para o fortalecimento da agropecuária no estado, por meio de programas governamentais, como as compras institucionais, inclusive ampliando esse suporte para as comunidades indígenas.

Porém, apesar desses avanços, desses alcances, os desafios e os limites que perpassam o movimento cooperativista no estado ainda são expressivos e podem, inclusive, ser também reflexo de um estado novo que está em processo de consolidação. Nesse sentido, olhando para as duas experiências acompanhadas no estudo, inclusive considerando o trabalho de campo realizado, pontuamos alguns elementos que se configuraram como desafios e limites para a consolidação do cooperativismo agropecuário no estado, à luz das particularidades e também das semelhanças entre as experiências.

No caso da cooperativa Coopercinco, vinculada à OCB, em que pese às especificidades observadas nas falas de alguns produtores cooperados, que perpassavam mais por um interesse pessoal do que efetivamente por algo focado no coletivo, direcionado, portanto, para o fortalecimento do movimento cooperativista, percebemos como primeiro desafio a necessidade de promover uma maior integração da cooperativa com os seus cooperados, especialmente considerando que ela já não atua apenas na capital, Boa Vista, possuindo, inclusive, cooperados que são de outros municípios do estado.

Essa situação nos parece de extrema importância porque ela tem se configurado em um limite da atuação da cooperativa, sobretudo porque o processo decisório e a gestão tem ficado nas mãos de poucos produtores, quando se pensa na necessidade de atender as demandas dos programas governamentais. Isso foi perceptível durante o trabalho de campo,

pois, considerando o total de cooperados que a cooperativa possui, observamos que, em média, 21% dos cooperados, aqui se incluem os cooperados diretores, é que fazem atualmente a entrega de produtos para serem destinados aos programas dos quais a cooperativa faz parte, denotando uma concentração da produção e dos ganhos da cooperativa em apenas alguns cooperados. Quase 80% dos cooperados, portanto, pelo que foi observado, apesar de estarem vinculados à cooperativa (portanto, são membros cooperados), não atuam ativamente por meio, por exemplo, da entrega de seus produtos na cooperativa.

Percebemos que a cooperativa tem atuado como intermediária entre os seus cooperados e os mercados governamentais (PAA e PNAE, principalmente), mas não conseguimos visualizar, por parte da cooperativa, práticas que denotassem, até mesmo, reconhecer quem são os seus próprios membros, especialmente em função do elevado número de membros, espalhados pelo estado, ainda que a maior concentração seja em Boa Vista e no seu entorno.

Nessa mesma perspectiva, é oportuno mencionar como desafio e/ou limite, a atuação da cooperativa junto aos seus cooperados no sentido de dar o suporte técnico necessário para que os produtores consigam garantir e/ou ampliar a sua produção. Percebemos que esse suporte técnico, embora disponibilizado, tem sido bastante limitado, seja pela existência de apenas dois funcionários da área técnica para dar esse suporte aos produtores – destes, inclusive, um também é cooperado da Coopercinco –, seja pela falta de um adequado planejamento que oportunize não só identificar as demandas dos cooperados produtores, mas, a partir daí, saná-las ou, ainda, seja pela falta de recursos que sejam direcionados, por exemplo, para a realização de visitas aos produtores em questão, com foco em dar-lhes o suporte que almejam.

O direcionamento da produção quase que exclusivamente para os mercados governamentais também pode ser considerado um desafio e um limite para a cooperativa, especialmente porque deixa a cooperativa “presa” a esse tipo de mercado, ficando nas mãos das instituições governamentais correspondentes para, inclusive, gerenciar a dinâmica junto aos cooperados. Afinal, em um primeiro momento, o produtor cooperado quer entregar o seu produto e, na mesma hora, receber pela entrega realizada. Porém, infelizmente, não é assim que acontece e isso tem, não raramente, pelo que observamos, gerado um mal estar entre os cooperados e os membros da diretoria.

Acerca desses mercados governamentais, vale ressaltar que, ao longo do trabalho de campo, vários pormenores foram apresentados como elementos que merecem ser discutidos, nas instâncias institucionais para iniciar e aprofundar tais diálogos, no sentido de melhorar as

condições desses programas (como, por exemplo, a possibilidade de melhoria dos preços praticados e a possibilidade de incluir novos produtos nas demandas apresentadas pelos programas).

Outro ponto que merece destaque enquanto desafio para a cooperativa, que tem limitado a sua atuação, diz respeito ao processo de escoamento da produção, não só referente aos recursos da própria cooperativa o que, pelo que foi observado, não é um problema, mas devido às más condições das estradas e das vicinais do estado, o que tem acarretado em perda de produtos, especialmente quando se trabalha com hortaliças que apresentam um curto ciclo e, portanto, se depreciam rapidamente.

A necessidade de construir e de fortalecer cadeias produtivas voltadas para a produção animal (como, por exemplo, aves, suínos e peixes), pelo que observamos, também se configura como um desafio para a cooperativa, inclusive no sentido de valorizar os cooperados que produzem essas culturas. Atualmente, pela inexistência dessas cadeias, os cooperados têm encontrado muitas dificuldades para continuar na produção, inclusive porque estes produtos, em geral, a depender do formato dos programas dos quais a cooperativa faz parte, não são considerados nos programas governamentais.

Outro desafio que se apresenta, emergindo quando da realização do trabalho de campo, está relacionado à importância de se aproveitar as riquezas naturais do estado, especificamente a energia solar. Assim, o desafio, conforme observamos, perpassa pela necessidade de criar e de desenvolver um programa de produção agrícola com o uso de energia solar, voltado para a agricultura familiar.

No que se refere à comunidade indígena, especificamente, o grupo de produtores agropecuários acompanhado, percebemos que alguns dos desafios e dos limites apontados anteriormente em relação à Coopercinco, em que pese às especificidades, também podem aqui ser considerados como, por exemplo, o desafio relacionado à etapa de escoamento da produção, devido às más condições das estradas que o estado apresenta. Obviamente, no caso do grupo de produtores da comunidade, essa demanda não é tão premente como para a Coopercinco, que tem que escoar os produtos não só em Boa Vista, mas também em outros municípios que fazem parte das rotas que a cooperativa precisa atender, a exemplo do município de Normandia.

Ademais, podemos pontuar como desafio e limite, as próprias condições da comunidade indígena, com todos os seus dilemas. Embora seja possível plantar as suas culturas e cultivar os seus animais, dentro das concepções adotadas pelos povos tradicionais, perpassando pela economia social e solidária, percebemos que os dilemas com a falta de água

e, em alguns momentos, de energia, acabam por comprometer, em maior ou menor grau, a produção dos produtos que são trabalhados pelo grupo.

Em todo caso, pontuamos que, embora tenhamos observado e identificado que as condições na comunidade indígena se configurem em um desafio quando da realização do trabalho de campo, percebemos que para eles, que estão inseridos naquela comunidade, naquele território, é como se a própria natureza, o solo, lhes dessem os recursos necessários para se produzir. Assim, tudo que vai além desses recursos naturais se configuraria como influência externa, especialmente de alguém que desconhece os costumes e as tradições dos povos originários.

Eles estão, portanto, acostumados a produzir com os recursos naturais de que dispõe na própria comunidade. Porém, com o passar do tempo, a influência de não indígenas tem se intensificado na comunidade, inclusive, não raramente, perpassando por questões políticas. Essa influência tem gerado uma espécie de dependência dos indígenas, no sentido de darem continuidade as suas práticas e costumes sem, necessariamente, esperar pelo apoio externo, ou seja, de certa forma, tem provocado também um distanciamento das práticas tradicionais.

Em resumo, se antes os indígenas utilizavam-se de estratégias próprias para garantir as suas produções, utilizando-se quase que exclusivamente dos recursos naturais presentes na comunidade, agora eles estão, com a influência externa, ainda que se utilizando de tais recursos, “presos” a promessas de não indígenas que, muitas vezes por razões políticas, prometem doar algo para impulsionar a produção.

Nesse sentido, outro desafio que pode ser pontuado refere-se à dependência que tem se estabelecido entre o governo e a comunidade indígena. Assim, embora a comunidade tenha as suas dinâmicas, foi possível perceber um elo que perpassa pela dependência, no sentido de só conseguir produzir se houver o apoio do governo ou da prefeitura, por exemplo, sobretudo no que se refere ao fornecimento de insumos e de implementos que possibilitem tão produção. Porém, destacamos que essa prática de apoio governamental é algo relativamente recente e, em geral, percebemos que tem uma conotação muito voltada para questões políticas e não, necessariamente, faz parte de uma política de governo. De qualquer forma, percebemos que há essa dependência, especialmente em função da expectativa que foi sendo criada acerca desse apoio.

A questão do programa de produção agrícola com o uso / o aproveitamento de energia solar, mencionado anteriormente, também se configura como um desafio para a comunidade, sobretudo porque há muitas áreas nas quais, a depender do projeto a ser realizado, poderiam

ser implementados os equipamentos necessários com vistas à geração de energia, atendendo não só a demanda da comunidade, mas também a demanda do município.

Apresentada uma síntese dos alcances, dos desafios e dos limites das práticas cooperativistas à luz das duas experiências acompanhadas nesta tese passamos, a seguir, a discorrer e refletir, comparativamente, acerca de semelhanças e de diferenças percebidas entre essas experiências.

6.2. SEMELHANÇAS E DIFERENÇAS DA PRÁTICA DO SÉTIMO PRINCÍPIO DO COOPERATIVISMO NO ESTADO DE RORAIMA À LUZ DE DUAS EXPERIÊNCIAS ACOMPANHADAS

As duas experiências acompanhadas neste estudo (uma formal, vinculada à OCB, e uma informal, mais enraizada na comunidade) apresentam a cooperação como elemento central que une tais experiências, em que pese às particularidades que perpassam por esse processo de cooperação. Ademais, mencionamos que a agricultura familiar, que se configura como a expressão do cooperativismo agropecuário em Roraima, com foco, portanto, em um cooperativismo popular, também representa um elemento de ligação entre as experiências consideradas no estudo. O quadro 12 apresenta uma síntese das semelhanças e das diferenças das práticas cooperativistas das duas experiências, à luz das dimensões analíticas, conforme detalhamento apresentado no capítulo anterior.

Quadro 12. Semelhanças e diferenças das práticas cooperativistas da Coopercinco e do Grupo de Produtores Agropecuários à luz das dimensões analíticas consideradas no estudo.

Dimensões Semelhanças e Diferenças		Elementos Percebidos	
		Coopercinco	Grupo de Produtores Agropecuários
Econômica	Semelhanças	Favorecimento das interações sociais; Troca de informações, de saberes e de infra-estrutura institucional	
	Diferenças	Atua como intermediária entre cooperados e mercados governamentais; Assimetria entre diretores e cooperados (corporativismo)	Produção para consumo próprio e destinação de possíveis excedentes (dentro e fora da comunidade); Fortalecimento da economia social e solidária; Auto-institucionalização do grupo; Trocas e reciprocidade
Sociopolítica	Semelhanças	Perspectiva de fortalecimento dos laços sociais locais; Promoção de espaços para diálogos	
	Diferenças	Desvalorização dos atores envolvidos	Mobilização dos atores locais; Valorização da coletividade; Auto-institucionalização do grupo;

			Valorização do patrimônio local
Ecológica	Semelhanças	Não ficou evidente nas práticas da cooperativa, ações que denotassem essa dimensão analítica. Portanto, aqui, podemos considerar que não se aplica	
	Diferenças	Não se aplica	Estímulo a novas formas de produção e de consumo (produção orgânica); Práticas com foco na melhoria da qualidade socioambiental do território; Interação com a natureza e seus ciclos

Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos dados da pesquisa, inspirado em Andion, Serva e Lévesque (2006).

Com base nas dimensões analíticas que foram consideradas no estudo, percebemos que ambas as experiências, na dimensão econômica, desenvolvem práticas que perpassam pela preocupação em promover o fortalecimento das interações sociais, sendo que no caso na Coopercinco identificamos a promoção de espaços de diálogos, oportunizando uma conversa franca e direta, especialmente com os seus funcionários, para receber *feedbacks* e sugestões acerca das atividades que são desenvolvidas pela cooperativa junto aos seus cooperados e as instituições que demandam os seus produtos, por meio dos programas institucionais.

Outro elemento semelhante às experiências, na dimensão econômica, refere-se à troca de informações, de saberes e de infra-estrutura, sobretudo porque em ambas identificamos a relação de parceria com instituições de ensino, especialmente para a realização de atividades práticas nos seus espaços produtivos. No caso da Coopercinco, identificamos parceria com a EAGRO; no caso do Grupo de Produtores Agropecuários, a parceria identificada se deu com o IFRR / CAM.

No que se refere às diferenças, na dimensão econômica, destacamos o fato da Coopercinco desempenhar um papel de intermediária entre os cooperados e os mercados institucionais, enquanto o Grupo de Produtores Agropecuários, além de desenvolver práticas que tendem a fortalecer a economia social e solidária, também promovem, por meio de suas práticas, uma espécie de “auto-institucionalização” do grupo, fortalecendo-se enquanto grupo, enquanto rede de cooperação informal. Ressaltamos que essa “auto-institucionalização”, inclusive, perpassa pelas outras duas dimensões consideradas no estudo (sociopolítica e ecológica).

Na dimensão sociopolítica, destacamos que as semelhanças entre as duas experiências estão relacionadas à perspectiva de fortalecimento dos laços sociais locais e, inclusive nesse sentido, a promoção de espaços de diálogos. No caso da Coopercinco, esses laços são

fragilizados em função de uma assimetria entre diretores e cooperados, denotando uma centralização do poder. No caso do Grupo de Produtores, os laços não estão atrelados apenas à relação entre indígenas, mas também englobam a relação entre indígenas e não indígenas.

Com relação às diferenças que perpassam pelas práticas adotadas pelas experiências acompanhadas, com foco na dimensão sociopolítica, destacamos, no caso da Coopercinco, a desvalorização dos atores envolvidos no processo, especificamente os funcionários e os cooperados. Observamos que embora a cooperativa promova espaços de diálogo, há uma insatisfação dos funcionários da cooperativa e dos cooperados, no sentido destes se sentirem desvalorizados pelos membros diretores, em determinadas situações.

Por outro lado, em termos de diferenças, no que se refere ao Grupo de Produtores da comunidade indígena, pontuamos três elementos importantes, além da “auto-institucionalização”, conforme mencionado anteriormente. Assim, os elementos são: a mobilização dos atores locais, a valorização da coletividade e a valorização do patrimônio local. A mobilização, sobretudo atrelado ao processo de escoamento da produção excedente e a valorização do patrimônio local, perpassando pela identidade e pelo sentimento de pertencimento ao território, ou seja, ter orgulho de ser daquele território e querer permanecer nele.

Em termos de semelhanças, na dimensão ecológica, pontuamos que não ficou evidente, nas práticas da Coopercinco, ações que denotassem essa dimensão analítica. Porém, destacamos que, quando da realização de visitas a produtores cooperados, identificamos, nesse nível micro, ações pontuais desenvolvidas não pela cooperativa propriamente dita, mas por alguns dos seus cooperados – alguns, no caso, dos que foram visitados ao longo do trabalho de campo desenvolvido.

Dessa forma, em termos de diferenças entre as práticas das duas experiências, com base na dimensão ecológica, não se aplica, pois o que percebemos em relação à Coopercinco foram essas ações pontuais desenvolvidas por alguns de seus cooperados. Por outro lado, destacamos as práticas desenvolvidas na comunidade, pelo Grupo de Produtores Agropecuários acompanhado, pois elas representam a diferença existente, especificamente por se identificar a expressão da dimensão ecológica nelas.

Assim, além do elemento da “auto-institucionalização” do grupo, mencionado anteriormente, destacamos o estímulo a formas de produção e de consumo ecologicamente prudentes e as práticas com foco na melhoria da qualidade socioambiental do território. No primeiro elemento, referente ao estímulo, pontuamos as estratégias utilizadas para vender os produtos considerados excedentes. No segundo elemento, ressaltamos a diversificação das

culturas produzidas, bem como a adesão à produção orgânica, tendendo, dessa forma, a favorecer a qualidade do solo e, consequentemente, a qualidade socioambiental do território.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O movimento cooperativista é uma realidade global e na sua essência traz o elemento da cooperação em busca de algo comum e, também, princípios que nortearam a sua expansão no mundo. Dentre esses princípios, temos o “interesse pela comunidade”, que foi o último a ser incorporado no rol dos princípios cooperativistas, mas que, pela essência do cooperativismo, já está (ou, pelo menos, deveria estar) embutido nas práticas que são desenvolvidas pelas cooperativas.

Nessa perspectiva, esta tese teve por objetivo geral “*Compreender como o sétimo princípio do cooperativismo se expressa nas práticas de cooperativas populares da agricultura familiar do estado de Roraima*”. Para tanto, consideramos o princípio do interesse pela comunidade não no singular, mas no plural (interesses), pois consideramos que as preocupações das cooperativas com as comunidades são múltiplas e podem ser expressas de variadas formas, bem como são múltiplas as comunidades e os grupos de *stakeholders* que interagem com as cooperativas e aos quais essas influenciam.

Assim, após apresentarmos a definição da temática, perpassando pelo problema de pesquisa que deu origem a este estudo, realizamos uma revisão sistemática para compreendermos, nos estudos atuais, o que estava sendo abordado acerca do cooperativismo, com foco no sétimo princípio e, dentro do possível, com o recorte para o cooperativismo do ramo agropecuário. Essa incursão nos permitiu identificar que muitos dos estudos são teóricos e, àqueles que analisam os princípios do cooperativismo, o fazem em uma perspectiva conjunta, sendo, portanto, também contemplado o princípio do interesse pela comunidade.

Essa incursão nos permitiu ainda perceber que a tese apresenta uma relevância teórica significativa, uma vez que existe uma lacuna acerca de estudos que sejam especificamente relacionados ao sétimo princípio do cooperativismo – interesse pela comunidade. Nesse sentido, Launio e Sotelo (2021) mencionam, inclusive, a existência de poucos estudos sobre este princípio não só no país onde o estudo que eles desenvolveram foi realizado (Filipinas), mas em todo o mundo.

Ademais, ressaltamos que essa incursão nos oportunizou constatar a importância das pesquisas que foram desenvolvidas no âmbito no NISP nos últimos anos (Andion, 2021; 2020; Santo, 2021; Andion, Alperstedt, Graeff, 2020; Andion *et al.*, 2021; Gonsalves, 2015; Gonsalves, Andion, 2019; Magalhães, 2020; Magalhães, Andion, Alperstedt, 2020; Mendonça, 2019; Silva, 2020), nas quais os autores buscaram, em que pese as

particularidades de cada estudo, criar novos caminhos epistemológicos, teóricos e metodológicas, tendo como lente de pesquisa o pragmatismo.

Assim, seguindo esse esforço, esta tese tentou avançar na agenda de pesquisa relacionada ao desenvolvimento territorial e sustentável, com foco no objetivo geral definido e nos desdobramentos deste por meio dos objetivos específicos, sendo estes aprofundados ao longo da tese por meio da construção dos capítulos.

Metodologicamente, utilizamos uma pesquisa com abordagem qualitativa, adotando no desenho da pesquisa o estudo de caso (considerando as duas experiências cooperativas agropecuárias acompanhadas na pesquisa: uma cooperativa formal, vinculada à OCB – Coopercinco –, e um grupo de produtores agropecuários de uma comunidade indígena, mais enraizada na comunidade, no território, localizado na comunidade indígena dos Três Corações), com a adoção de postura etnográfica.

Como técnicas de coleta dos dados, utilizamos a pesquisa documental, a observação sistemática e participante e as entrevistas semi-estruturadas em profundidade. No processo de análise dos dados coletados, consideramos a triangulação dos dados, coletados por meio de diferentes fontes, bem como utilizamos a análise descritiva e interpretativa pragmatista e, ainda, propomos um *framework* analítico inspirado nas dimensões propostas por Andion, Serva e Lévesque (2006) e considerando o aporte teórico apresentado frente ao sétimo princípio do cooperativismo. Ressaltamos, inclusive, que a construção do *framework* para análise das práticas relativas ao sétimo princípio do cooperativismo e seus efeitos nas comunidades em empreendimentos cooperativos populares de agricultura familiar era um dos objetivos específicos definidos nesta tese.

O trabalho de campo junto a Coopercinco, em Boa Vista/RR, ocorreu de fevereiro a agosto de 2022, com duração total de aproximadamente 6 (seis) meses. Já o trabalho de campo junto ao grupo de produtores agropecuários da Comunidade Indígena dos Três Corações, no município do Amajari, Roraima ocorreu de setembro de 2022 a fevereiro de 2023 (com um intervalo de 20 dias, referentes à segunda quinzena de dezembro de 2022 e ao início de janeiro de 2023), ou seja, aproximadamente 4 (quatro) meses. Por meio desses acompanhamentos, foi possível responder (ou apresentar possíveis respostas para) os questionamentos apresentados no estudo, bem como atender aos objetivos definidos na tese.

Assim, os resultados e as discussões geradas a partir dos dados coletados e analisados são apresentados nos capítulos 4, 5 e 6 desta tese e, à luz dos objetivos específicos, permitiram: a) Caracterizar o cooperativismo agropecuário do estado de Roraima, compreendendo o lugar do cooperativismo popular ligado à agricultura familiar nesse

universo; b) Identificar e examinar tais práticas em duas cooperativas populares de Roraima; e c) Compreender como se expressam os “interesses pelas comunidades” e como estes se revelam na prática, suas possibilidades e desafios para promoção de novos estilos de desenvolvimento nos dois casos analisados.

No que se refere à caracterização do cooperativismo agropecuário do estado de Roraima, constatamos que ele se encontra em processo de consolidação, tendo o cooperativismo popular como principal força dentro desse ramo, seja na formalidade (por meio de cooperativas vinculadas a OCB) ou na informalidade, por meio de associações e de grupos informais relacionados a diversas áreas de produção agropecuária, que se constituem e se fortalecem partindo de princípios como a solidariedade, a democracia e a inserção nas comunidades.

Ademais, diante dos achados do estudo, observamos que todo o cooperativismo agropecuário em Roraima é popular, se expressando de maneira formal e ou informal, sendo que o cooperativismo agropecuário é pouco representativo. Por outro lado, observamos, por meio dos dados secundários coletados, que há muitos produtores que buscam se agrupar em associações, o que denota a importância de se debruçar sobre os grupos informais, pois estes têm, ao que parece, bastante representatividade no estado.

Em relação à identificação e à análise dos dois casos constatamos, à luz das dimensões analíticas consideradas no estudo, que apesar de ambas estarem inscritas na agricultura familiar, as práticas desenvolvidas pelo grupo de produtores da comunidade indígena estão mais voltadas para os elementos relacionados ao desenvolvimento territorial sustentável (DTS) e, também, parecem estar mais coerentes com a essência da concepção do princípio do interesse pela comunidade.

Constatamos, ainda, que a Coopercinco emergiu a partir de um projeto de assentamento, sob a influência de imigrantes gaúchos que vieram para Roraima e, pela expertise que possuíam acerca do cooperativismo no seu estado de origem deram o ponta pé inicial para criar a cooperativa, que hoje representa uma das maiores do estado. O grupo de produtores agropecuários da comunidade indígena, por sua vez, não apresenta nenhum tipo de formalização em termos de constituição do grupo, ocorrendo, por meio de suas práticas, uma espécie de “auto-institucionalização” do grupo.

Acerca da compreensão de como se expressam os “interesses pelas comunidades” e como estes se revelam na prática, seus fatores impulsionadores e dificultadores e seus efeitos, ressaltando, alcances, desafios e limites, semelhanças e diferenças nos dois casos analisados, foi possível constatar alguns avanços / alcances do movimento cooperativista agropecuário do

estado como, por exemplo, o processo de consolidação (ainda em andamento) do movimento sob a influência inicial de imigrantes gaúchos, sobretudo com foco na sistematização do processo em si, pois já existiam práticas de cooperação no estado. Ademais, podemos considerar como impulsionador do movimento, o apoio dos agentes públicos direcionado, por exemplo, para o fortalecimento da agricultura familiar no estado, inclusive com esse apoio estendendo-se para as comunidades indígenas.

Apesar desses alcances, constatamos alguns desafios e limites que tendem a tornar o processo de consolidação do movimento cooperativista agropecuário mais difícil. Dentre estes desafios e limites destacamos, por exemplo: a) no caso da Coopercinco: o suporte técnico que deve ser dado aos seus membros cooperados, bem como a ampliação da democracia interna, envolvendo mais os cooperados com a própria cooperativa, sobretudo considerando que, atualmente, a cooperativa não atua mais apenas na capital e no seu entorno; b) no caso do grupo de produtores agropecuários da comunidade indígena: a dependência que tem se estabelecido entre o governo e a comunidade indígena, pois embora a comunidade tenha as suas dinâmicas, percebemos um elo que perpassa pela dependência, no sentido de só conseguir produzir se houver o apoio de algum agente público, sobretudo no que se refere ao fornecimento de insumos e de implementos que possibilitem a produção.

Na dimensão econômica percebemos nos dois casos a importância do cooperativismo para a promoção e sustentabilidade da agricultura familiar no estado. No caso da Coopercinco, ressaltamos o apoio dos programas governamentais de compra institucional, que garantem o escoamento da produção e permitiram a ampliação da cooperativa. Já no caso do grupo de produtores indígenas, ressaltamos a auto-organização e a produção orgânica que garantem segurança alimentar e o auto-sustento das famílias. Porém, nos dois casos, percebemos uma ausência de apoio técnico e institucional para que os empreendimentos possam se estruturar melhor, garantindo uma maior sustentabilidade de mais longo prazo.

Em particular, ressaltamos que os programas governamentais e as políticas públicas poderiam se adequar melhor se levassem em conta as especificidades dos “cooperativismos populares”, visando fortalecer os. Ao contrário, o que se vê nos dois casos é que os programas podem ser também geradores de dependência e fragilização. No caso da Coopercinco, por exemplo, percebemos que as compras institucionais desconsideram muitas vezes as especificidades dos agricultores familiares e suas demandas, assim como ocorre no grupo da comunidade indígena.

Na dimensão sociopolítica, enquanto o caso do grupo indígena dos Três Corações nos revela uma inscrição social do empreendimento econômico muito clara, que faz com que o 7º

princípio seja parte inerente do funcionamento do coletivo, na Coopercinco, percebemos que há uma distância entre diretores e o restante dos cooperados, assinalando uma incoerência com os princípios cooperativistas. Neste caso, a eficácia econômica do empreendimento parece ser privilegiada em detrimento de seu funcionamento democrático. Neste caso há um risco da cooperativa beneficiar mais a uns que a outros, no que se refere aos cooperados, mas também de se tornar apenas um empreendimento econômico que produz pouca transformação social no território.

Essas diferenças aparecem também na dimensão ecológica. Enquanto no grupo indígena tais práticas coletivas e ambientalmente responsáveis já são incorporadas ao cultivo coletivo cotidiano, na Coopercinco tais práticas foram observadas em casos individuais, mas não num compromisso institucional.

Diante do que foi constatado podemos concluir que o 7º princípio e sua prática efetiva dependem menos de institucionalidade, estrutura e recursos, do que de compromisso e prática. O que esses dois casos nos mostram é que o interesse pela comunidade não se dissocia dos outros princípios cooperativos e sua expressão se revela na prática cotidiana dos empreendimentos (sejam eles formais ou informais) e atravessa as diferentes dimensões seja a econômica, a sociopolítica e a ecológica. O interesse pela comunidade está relacionado à inserção desses empreendimentos nos territórios e na vida daqueles que os compõem. Diante disso, temos muito a aprender com os povos originários. Apesar de o cooperativismo ser um movimento moderno que nasce no Ocidente e que em Roraima o movimento tenha sido trazido pelos “sulistas”, ele já esteve por aqui há muito mais tempo, e permanece, como podemos ver na experiência da Comunidade Indígena dos Três Corações.

Finalmente, ressaltamos que o percurso pragmatista que foi adotado, sendo este operacionalizado por meio da postura etnográfica, nos permite considerar que o estudo realizado é também uma contribuição para as organizações acompanhadas e, mais especificamente, para as famílias que as compõem, levando em conta, em que pese as suas particularidades, a sistematização de suas histórias de vida, com foco na relação que estabelecem junto aos grupos dos quais fazem parte. Nesse processo, que foi feito por várias mãos, pois pudemos contar com todos que se predispuaram, de alguma forma, a participar do estudo, não só questionamos, por vezes, os limites do estudo, como também nos redescobrimos continuamente enquanto pessoa e pesquisador em diversos momentos frente aos vários caminhos do percurso.

Nesse sentido, como limitações do estudo, podemos mencionar o desafio de olhar para as práticas das 2 (duas) experiências cooperativistas acompanhadas no estudo, como um

recorte que não pode ser generalizado para todas as cooperativas e os empreendimentos cooperativos do estado, ainda que possa trazer elementos que, posteriormente, podem contribuir para o desenvolvimento de novos estudos, bem como o aprofundamento sobre a temática. Dessa forma, esperando que outros estudos se interessem pela temática e, portanto, desenvolvam outras pesquisas relacionadas, apresentamos alguns questionamentos que emergem a partir desta tese: Considerando as semelhanças e diferenças ressaltadas entre os casos, o que o cooperativismo e mesmo a economia social e solidária tem a aprender com os povos originários? Levando em conta a realidade de Roraima, os alcances e desafios elencados, como podemos repensar os programas e políticas de estímulo à agricultura familiar e ao cooperativismo no Estado? O que pode ser feito para fortalecer o sétimo princípio não apenas enquanto discurso, ou prática separada do fazer cotidiano dos empreendimentos cooperativos?

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão.** São Paulo: Hucitec, 1998.
- ABRAMOVAY, R. **Agricultura familiar e desenvolvimento territorial.** Reforma Agrária – Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária, v. 28, n. 1, jan./ago., 1999.
- ABRAMOVAY, R. Para uma teoria dos estudos territoriais. In: MANZANAL, M.; NEIMAN, G.; LATTUADA, M. Desarrollo rural. Buenos Aires: Ediciones Ciccus, 2006.
- ABRAMOVAY, R.; VEIGA, J. E. da. Novas instituições para o desenvolvimento rural: o caso do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). In: Texto para Discussão, nº 641. Convênio FIPE/ IPEA 07/97. Brasília, 1999, 51 p. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2617/1/td_0641.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2022.
- ADRIAN, J. L.; GREEN, T. W. Agricultural cooperative managers and the business environment. **Journal of Agribusiness**, v. 19, n. 1, p. 17-33, 2001.
- ALBUQUERQUE, U. P.; LUCENA, R. F. P.; ALENCAR, N. L. Métodos e técnicas para coleta de dados etnobiológicos. In: ALBUQUERQUE, U. P.; LUCENA, R. F. P.; CUNHA, L. V. F. (Orgs). Métodos e técnicas na pesquisa etnobiológica e etnoecológica. Recife: Nupeea, p. 41-64, 2010.
- ALIANÇA COOPERATIVA INTERNACIONAL (ACI). **Identidade, valores e princípios cooperativos.** Disponível em: <<https://www.ica.coop/en/cooperatives/cooperative-identity>>. Acesso em: 16 jul. 2021.
- ALIANÇA COOPERATIVA INTERNACIONAL (ACI). **Impacto cooperativo.** Disponível em: <<https://www.ica.coop/es>>. Acesso em: 16 jul. 2021.
- ALIANÇA COOPERATIVA INTERNACIONAL (ACI). **O que é uma cooperativa?** Disponível em: <<https://www.ica.coop/en/cooperatives/what-is-a-cooperative>>. Acesso em: 16 jul. 2021.
- ALPERSTEDT, G. D.; ANDION, C. Por uma pesquisa que faça sentido. **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, v. 57, n. 6, p. 626-631, 2017.
- ALVIM, M. “A cronologia da crise migratória em Pacaraima, na fronteira entre Brasil e Venezuela”. **BBC News Brasil** [20/08/2018]. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45242682>>. Acesso em: 25 jul. 2022.
- ANDION, C. Gestão de organizações da economia solidária: contornos de uma problemática. **Revista de Administração Pública**, v. 32, n. 1, p. 7-26, 1998.
- ANDION, M. C. M. **Atuação das ONGs nas dinâmicas de desenvolvimento territorial sustentável no meio rural de Santa Catarina:** os casos da APACO, do Centro Vianei de Educação Popular e da AGRECO. 2007. 427 f. Tese (Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas), Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina,

Florianópolis, 2007.

ANDION, C. Atuação da sociedade civil no enfrentamento dos efeitos da Covid-19 no Brasil. **Revista de Administração Pública**. v. 54, n. 4, p. 1-16, 2020.

ANDION, C. L'Observatoire d'innovation sociale de Florianópolis, Santa Catarina, Brésil. Enquêter et expérimenter au cœur de la vie civique. **Pragmata**. n. 4, 2021.

ANDION, C; ALPERSTEDT, G. D.; GRAEFF, J. Ecossistema de inovação social, sustentabilidade e experimentação democrática: um estudo em Florianópolis. **Revista de Administração Pública**. São Paulo, v. 54, n. 1, p. 181-200, 2020.

ANDION, C; ALPERSTEDT, G. D.; GRAEFF, J. F.; RONCONI, L. Social innovation ecosystems and sustainability in cities: a study in Florianópolis, Brazil. **Environment, Development and Sustainability**. 2021.

ANDION, C; RONCONI, L.; MORAES, R. L.; GONSALVES, A. K. R.; SERAFIM, L. B. D. Sociedade civil e inovação social na esfera pública: uma perspectiva pragmatista. **Revista de Administração Pública (RAP), EBAPE**. Rio de Janeiro, v. 51, n. 3, p. 369-387, maio-jun., 2017.

ANDION, C.; SERVA, M. Economia social no Brasil: panorama de um campo em transformação. In: URALDE, J. M. P. La economía social en Iberoamérica: un acercamiento a su realidad (Coord.). Madrid: FUNDIBES, p. 39-92, 2006a.

ANDION, C.; SERVA, M. A etnografia e os estudos organizacionais. In: GODOI, C. K.; BANDEIRA-DE-MELLO, R.; SILVA, A.B. (Org.). **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais**: paradigmas, estratégias e métodos. São Paulo: Saraiva, 2006b.

ANDION, C.; SERVA, M.; CAZELLA, A. A.; VIEIRA, P. F. Space and Inequality: a case study of territorial development in Santa Catarina. **Administrative Theory & Praxis**, v. 31, n. 2, p. 164-186, jun., 2009.

ANDION, C.; SERVA, M.; LÉVESQUE, B. O debate sobre a economia plural e sua contribuição para o estudo das dinâmicas de desenvolvimento territorial sustentável. **Eisforia**, Florianópolis, v. 4, n. especial, p. 199-221, dez., 2006.

ANDRADE JÚNIOR, R; C. **O programa de aquisição de alimentos da agricultura familiar (PAA)**: o caso da cooperativa agropecuária regional de pequenos produtores de Mafra (COOARPA). 2009, 116 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre-RS, 2009.

ANGROSINO, M. **Etnografia e observação participante**. Porto Alegre: Artmed; Bookman, 2009.

ANJOS, F. S. dos; GODOY, W. I.; CALDAS, N. V.; GOMES, M. C. Agricultura familiar e políticas públicas: o impacto do Pronaf no Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro, **Rev. Econ. Sociol. Rural (RER)**, vol. 42, n. 3, p. 529-548, set., 2004. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/resr/a/qxpy6QybK5HJZPP5mbsLMp/?lang=pt>>. Acesso em: 16 set. 2022.

ANNIBELLI, M. B. A ordem econômica brasileira e o cooperativismo. **Revista Eletrônica do CEJUR**, v. 1, n. 13, ago./dez. 2008.

AZOULAY, G. **Les théories du développement**. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2002.

BARBOSA, J. E. M. **Gestão de cooperativas**: um estudo relacional do modo de organização do trabalho e desempenho organizacional no ramo de transporte de pessoas. 2010. 155 f. Dissertação (Mestrado em Administração). Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2010.

BAREA TEJERO, J.; MONZÓN, J. L. (Orgs.). **La economía social en España**: en el año 2000. Valencia: CIRIEC-España, 2002.

BELLESA, M. “Morre Ignacy Sachs, teórico do ecodesenvolvimento, aos 96 anos”. **IEA – Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo** [02/08/2023]. Disponível em: <<http://www.iea.usp.br/noticias/morre-o-ecosocioeconomista-ignacy-sachs-aos-xx-anos>>. Acesso em: 05 ago. 2023.

BENAVIDES, A. F. C.; EHRENHARD, M. Rediscovering the Cooperative Enterprise: A Systematic Review of Current Topics and Avenues for Future Research. **Voluntas**, 2021, doi: 10.1007/s11266-021-00328-8.

BERTUOL, R.; CANÇADO, A. C.; SOUZA, M. F. A. A prática dos princípios cooperativistas: um estudo de caso no Tocantins. **Amazônia, Organizações e Sustentabilidade (AOS)**. v. 1, n. 2, ago./dez., p. 7-18, 2012, doi: 10.17800/aos.v1n2p7-18.

BIALOSKORSKI NETO, S. **Aspectos econômicos das cooperativas**. Belo Horizonte, Editora: Mandamentos, 2006.

BIALOSKORSKI NETO, S. Agribusiness Cooperativo. In: ZYLBERSZTAJN, D. FAVA NEVES, M. CALEMAN, S. M. de Q.. (Orgs). Gestão de Sistemas de Agronegócios. São Paulo: Atlas, 2015.

BIJOU, J. J. **Utilização dos recursos naturais em práticas de cultivo por agricultores familiares na vicinal do Itã e Pa-Cujubim, Caracaraí-RR**. 2020, 115 f. Dissertação (Mestrado em Recursos Naturais), Programa de Pós-Graduação em Recursos Naturais – Universidade Federal de Roraima (UFRR), Boa Vista – RR, 2020.

BOEHM, S.; SCHUMER, C. “10 Conclusões do Relatório do IPCC sobre Mudanças Climáticas de 2023”. **WRI BRASIL** [24/03/2023]. Disponível em: <<https://www.wribrasil.org.br/noticias/10-conclusoes-do-relatorio-do-ipcc-sobre-mudancas-climaticas-de-2023>>. Acesso em: 30 abr. 2023.

BOEIRA, S. V.; VIEIRA, P. V. Estudos organizacionais: dilemas paradigmáticos e abertura interdisciplinar. In: GODOI, C. K.; BANDEIRA-DE-MELLO, R.; SILVA, A. B. S. (Orgs.) Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos. São Paulo: Saraiva, 2006.

BOFF, L. **Sustentabilidade:** o que é – o que não é. Petrópolis – RJ: Vozes, 2012.

BOLTANSKI, L.; THÉVENOT, L. **De la justification:** les économies de la grandeur. Paris: Gallimard, 1991.

BRASIL. Decreto Lei nº 5.812, de 13 de setembro de 1943. **Cria os Territórios Federais do Amapá, do Rio Branco, do Guaporé, de Ponta Porã e do Iguassú.** Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Decreto-Lei-5812.htm>. Acesso em: 18 jul. 2022.

BRASIL. Decreto Lei nº 4.182, de 13 de dezembro de 1962. **Dá ao Território Federal do Rio Branco a denominação de Território Federal de Roraima.** Brasília-DF. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4182-13-dezembro-1962-354017-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 18 jul. 2022.

BRASIL. Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971. **Lei do cooperativismo.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5764.htm>. Acesso em: 16 dez. 2019.

BRASIL. **Constituição de 1988. Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília – DF: Senado Federal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 20 jul. 2021.

BRASIL. Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023. **Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios.** Presidência da República, Casa Civil, Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/114600.htm>. Acesso em: 16 jul. 2023.

BRUE, S. L.; GRANT, R. R. **História do pensamento econômico.** 8^a ed. São Paulo/SP: Cengage Learning, 2016, 608 p..

BRYMAN, A. **Quantity and quality in social research.** 2. ed. London: Routledge, 2004.

BÚRIGO, F. L. **Cooperativa de crédito rural:** agente de desenvolvimento local ou banco comercial de pequeno porte?. Chapecó: Argos, 2007.

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA (2022). Disponível em: <<http://cnpj.info/>>. Acesso em: 28 mar. 2022.

CALADO, S. S.; FERREIRA, S. C. R. **Análise de documentos:** método de recolha e análise de dados. 2004. Disponível em: <<http://www.educ.fc.ul.pt/docentes/ichages/mil/analisedocumentos.pdf>>. Acesso em: 16 dez. 2019.

CALLON, M.; LATOUR, B. **La science telle qu'elle se fait.** anthologie de la sociologie des sciences de langue anglaise. Paris: La Découverte, 1990.

CANÇADO, A. C. **Autogestão em cooperativas populares:** o desafio da prática. Salvador:

Provisão, 2007.

CANÇADO, A. C.; SILVA JÚNIOR, J. T.; RIGO, A. S. Princípio da Preocupação com a Comunidade ou Responsabilidade Social para Cooperativas? Uma abordagem baseada na Teoria da Dádiva. In: V Encontro de Pesquisadores Latino-americanos de Cooperativismo, Ribeirão Preto-SP, 2008.

CANÇADO, A. C.; VIEIRA, V. dos S. Para a apreensão de um conceito de cooperativa popular: entendendo e discutindo as diferenças entre cooperativas tradicionais e populares. **Bahia – Análise & Dados**, Salvador, v. 23, n. 1, p. 23-40, 2013.

CANÇADO, A. C.; SOUZA, M. F. A.; RIGO, A. S.; SILVA JÚNIOR, J. T. Principle of “concern for community”: beyond “social responsibility” in cooperatives. **Boletín de la Asociación Internacional de Derecho Cooperativo**. n. 48, Bilbao, p. 191-204, 2014a.

CANÇADO, A. C.; SOUZA, M. F. A.; PEREIRA, J. R. Os princípios cooperativistas e a identidade do movimento cooperativo em xeque. **Revista de Gestão e Organizações Cooperativas (RGC)**, v. 1, n. 2, p. 63-72, 2014b.

CANDAU, J. Da mnemogênese à memogênese. In: CANDAU, J. Memória e Identidade. Tradução Maria Letícia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2011.

CARNEIRO, F. F.; RIGOTTO, R. M.; AUGUSTO, L. G. da S.; FRIEDRICH, K.; BÚRIGO, A. C. (Orgs.). **Dossiê ABRASCO – Um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV); São Paulo: Expressão Popular, 2015, 624 p. Disponível em: <<https://abrasco.org.br/download/dossie-abrasco-um-alerta-sobre-os-impactos-dos-agrotoxicos-na-saude/#>>. Acesso em: 16 abr. 2024.

CAPRA, F. **As conexões ocultas**: ciência para uma vida sustentável. São Paulo-SP: Cultrix, 2002.

CARRIÈRE, J.-P.; CAZELLA, A. A. Abordagem introdutória ao conceito de desenvolvimento territorial. **Eisforia**, Florianópolis, v. 4, n. especial, p. 23-47, dez., 2006.

CARVALHO, A. J. S. L. **O novo cooperativismo**: alternativa de trabalho e renda ou mais um caminho para a precariedade nas reações de trabalho?. 2010, 102 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Campina Grande – PB, 2010.

CARVALHO, I. A. P. de. **Habitação na Comunidade Indígena Darôra**: mudanças no processo construtivo, formas de morar e uso dos recursos naturais. 2020. 197p. Dissertação (Mestrado em Recursos Naturais) – Universidade Federal de Roraima (UFRR), Boa Vista, 2020.

CARVALHO, L. J. M. **Histórico do assentamento PA Nova Amazônia**: a conquista da terra em Boa Vista – RR. 2018, 153 f. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Fronteiras) – Universidade Federal de Roraima (UFRR), Boa Vista – RR, 2018.

CAVALCANTI, M. F. R. Diretrizes para pesquisas qualitativas em estudos organizacionais: controvérsias e possibilidades. Rio de Janeiro, **Administração: Ensino e Pesquisa**, v. 18, n.

3, p. 457-488, set.-dez., 2017. Disponível em: <<https://raep.emnuvens.com.br/raep/article/view/522>>. Acesso em: 16 dez. 2019.

CAZELLA, A. A. Contribuições metodológicas da sócio-antropologia para o desenvolvimento territorial sustentável. **Eisforia**, Florianópolis, v. 4, n. especial, p. 225-247, dez., 2006.

CAZELLA, A. A. As bases sociopolíticas do desenvolvimento territorial: uma análise a partir da experiência francesa. **REDES**, Santa Cruz do Sul, v. 13, n. 1, p. 5-27, jan./abr., 2008.

CEFAÏ, D. **Porquoi se mobilise-t-on?** les théories de l'action collective. Paris: Éditions La Découverte, 2007.

CEFAÏ, D. Como nos mobilizamos? a contribuição de uma abordagem pragmatista para a sociologia da ação coletiva. **Dilemas. Revista de Estudos de Conflitos e Controle Social**. Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, p. 11-48, 2009.

CEFAÏ, D. Un pragmatisme ethnographique: l'enquête coopérative et impliquée. In: CEFAÏ D. (Org.), L'Engagement ethnographique. Paris: Éditions de l'École des Hautes Etudes en Sciences Sociales, p. 447-472, 2010.

CEFAÏ, D. Públicos, problemas públicos e arenas públicas: o que nos ensina o pragmatismo. (Parte I) **Novos Estudos Cebrap**. São Paulo, v. 36, n. 1, p. 187-213, 2017a.

CEFAÏ, D. Públicos, problemas públicos e arenas públicas: o que nos ensina o pragmatismo. (Parte II) **Novos Estudos Cebrap**. São Paulo, v. 36, n. 2, p. 129-142, 2017b.

CEFAÏ, D. Publicidades: um argumento pragmatista. **Estudos de Sociologia**. v. 1, n. 25, p. 9-44, 2019.

CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J. et al. A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis: Vozes, 2008.

CERVO, A. L; SILVA, R.; BERVIAN, P. A. **Metodologia científica**. 6ª ed. São Paulo, Makron Books, 2007.

CHATEAURAYNAUD, F. A Captura como experiência: investigações pragmáticas e teorias do poder. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, v. 32, n. 95, p. 1-21, 2017.

CHAVES-AVILA, R.; GALLEGOS-BONO, J. R. Transformative policies for the social and solidarity economy: the new generation of public policies fostering the social economy in order to achieve sustainable development goals. The European and Spanish cases. **Sustainability**, v. 12, n. 4059, p. 1-29, 2020, doi: 10.3390/su12104059.

CIRIEC. **The social economy in the European Union Report**. Relatório. Bruxelas: European Economic and Social Committee, 2012.

CLIFFORD, J. **A experiência etnográfica**: antropologia e literatura no século XX. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1861905/mod_resource/content/1/A%20Experi%C>

3%AAncia%20Etnogr%C3%A1fica_Antropologia%20e%20Leitura%20no%20S%C3%A9c.%20XX_Sobre%20a%20Autoridade%20Etnogr%C3%A1fica%20-%20James%20Clifford.pdf> Acesso em: 10 dez. 2019.

COELHO, V. “Comunidades indígenas vão plantar 1.500 hectares de grãos em 2022 com apoio do governo”. **Roraima em Foco** [28/03/2022]. Disponível em: <<https://roraimaemfoco.com/comunidades-indigenas-vao-plantar-1-500-hectares-de-graos-em-2022-com-apoio-do-governo/>>. Acesso em: 30 jul. 2022.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO (CMMAD). **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro/RJ: FGV, 1988.

CONDE, M. Á. A.; RODRÍGUEZ, J. F. Á. El Balance Social y las relaciones entre los Objetivos de Desarrollo Sostenible y los Principios Cooperativos mediante un Análisis de Redes Sociales. **CIRIEC-España, Revista de Economía Pública, Social y Cooperativa**, n. 99, p. 57-87, 2020, doi: 107203/CIRIEC-E.99.14322.

CORRÊA, D. S. Do problema social ao social como problema: elementos para uma leitura da sociologia pragmática francesa. **Política & Trabalho, Revista de Ciências Sociais**, n. 40, p. 35-62, abr., 2014.

CORRÊA, D. S.; CASTRO, R. A “virada pragmática” na sociologia francesa pós-bourdiesiana. In: Anais do 38º Encontro Anual da Anpocs, GT40 – Teoria social no limite: novas frentes / fronteiras na teoria social contemporânea. Caxambu-MG, 2014. Disponível em: <<https://anpocs.com/index.php/papers-38-encontro/gt-1/gt40-1/9212-a-virada-pragmatica-na-sociologia-francesa-pos-bourdiesiana/file>>. Acesso em: 30 out. 2021.

CORRÊA, D. S.; DIAS, R. C. Crítica e os momentos críticos: de la justification e a guinada pragmática na sociologia francesa. **Mana**, v. 22, n. 1, p. 67-99, 2016.

COSTA, B. A. L.; AMORIM JUNIOR, P. C. G.; SILVA, M. G. As cooperativas de agricultura familiar e o mercado de compras governamentais em Minas Gerais. **RESR**, Piracicaba-SP, v. 53, n. 1, p. 109-126, jan./mar., 2015, doi: 10.1590/1234-56781806-9479005301006.

CRESWELL, J. W. **Qualitative inquiry and research design: choosing among Five traditions**. 2ª ed. London: SAGE Publications, 2007.

CRUZIO, H. de O. **Como organizar e administrar uma cooperativa: uma alternativa para o desemprego**. 3ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

DALLABRIDA, V. R. **Desenvolvimento Regional**: por que algumas regiões se desenvolvem e outras não? Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2010.

DANTAS, C. “COP26: texto final é aprovado e defende redução do uso de combustíveis fósseis”. **G1** [13/11/2021]. Disponível em: <<https://g1.globo.com/meio-ambiente/cop-26/noticia/2021/11/13/cop26-texto-final-e-acordado-apos-pedido-de-mudanca-de-ultima-hora-mas-ainda-assim-defende-reducao-de-combustiveis-fosseis.ghtml>>. Acesso em: 30 nov. 2021.

DAVE, M. Resilient to crises: how cooperatives are adapting sustainably to overcome COVID-19 induced challenges. **International Journal of Rural Management**, v. 17 (IS), p. 13-39, 2021, doi: 10.1177/09730052211991624.

DEFOURNY, J.; FAVREAU, L.; LAVILLE, J. **Inserción y nueva economía social**, CIRIEC-España. Valéncia: IUDESCOOP, 1997.

DEFOURNY, J. Economia social. In: HESPAÑA, P. *et al.* (Coords.). **Dicionário internacional da outra economia**. Coimbra: Almedina, p. 150-156, 2009.

DE LA CASA, J. M. H.; CABALLERO, S. G. La comunicación de los Objetivos de Desarrollo Sostenible en las organizaciones de la Economía Social. **CIRIEC-España, Revista de Economía Pública, Social y Cooperativa**, n. 101, p. 165-191, 2021, doi: 10.7203/CIRIEC-E.101.18393.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. **Planejamento da pesquisa qualitativa – teorias e abordagens**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

DEWEY, J. Experiência e natureza. In: CIVITA, V. **Os pensadores**. São Paulo: Abril Cultural, p. 161-186, 1974.

DEWEY, J. O desenvolvimento do pragmatismo americano. **Scientiae Studia**, São Paulo, v. 5, n. 2, p. 227-243, 2007.

DIAS, T. F.; NUNES, E. M.; TORRES, F. de L.; TORRES, A. C. M. O Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) como estratégia de inserção socioeconômica: o caso do Território da Cidadania Sertão do Apodi (RN). **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional (G&DR)**, v. 9, n. 3, set.-dez., p. 100-129, Taubaté, SP, 2013.

DILWORTH, C. **Scientific progress: a study concerning the nature of the relation between successive scientific theories**. Boston: Kluwer Academic Publishers, 1994.

DRUMOND, V. R. S. A aplicação dos princípios cooperativistas na gestão dos empreendimentos cooperativos. In: Coletânea de artigos apresentados no I Encontro Brasileiro de Pesquisadores em Cooperativismo (EBPC), Brasília, 2010. Disponível em: <<http://docplayer.com.br/46811747-Titulo-a-aplicacao-dos-principios-cooperativistas-na-gestao-dos-empreendimentos-cooperativos-autor-drumond-v-r-s.html>>. Acesso em: 30 ago. 2021.

EGEWARTH, H. **Apostila da disciplina historicidade do movimento cooperativista**, do Curso MBA em Gestão de Cooperativas. Boa Vista, 2015.

ESTIVAL, K. G. S. Trajetórias dos assentamentos da agricultura familiar no Brasil: estudos de caso sobre o modo de vida rural em um assentamento do sul da Bahia. **Desafio Online**, Campo Grande/MS, v. 4, n. 1, abr., 2016.

ESTRATÉGIA ODS. “**O que são os objetivos de desenvolvimento sustentável?**”. 2021. Disponível em: <<https://www.estategiaods.org.br/conheca-os-ods/>>. Acesso em: 30 ago. 2021.

FLICK, U. **Uma introdução à pesquisa qualitativa.** 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa.** 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FOLHA BV. “População roraimense chegou a 652,7 mil em 2021”. **FOLHA BV** [27/08/2021]. Disponível em: <<https://folhabv.com.br/noticia/CIDADES/Capital/Populacao-roraimense-chegou-a-652-7-mil-em-2021/79254>>. Acesso em: 30 ago. 2021.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica.** Fortaleza: UEC, 2002.

FRANÇA FILHO, G. C. de. A problemática da economia solidária: uma perspectiva internacional. **Soc. Estado.**, Brasília, v. 16, n. 1-2, p. 245-275, 2001a.

FRANÇA FILHO, G. C. de. Esclarecendo terminologias: as noções de terceiro setor, economia social, economia solidária e economia popular em perspectiva. **RDE – Revista de Desenvolvimento Econômico**, Salvador-BA, Ano III, dez., n. 5, p. 52-60, 2001b.

FRANÇA FILHO, G. C. de. Terceiro setor, economia social, economia solidária e economia popular: traçando fronteiras conceituais. **Bahia Análise & Dados**, Salvador, v. 12, n. 1, p. 9-19, jun., 2002.

FREITAG, V. D. W. **Agricultores familiares e políticas públicas em Roraima:** o caso da CEPRRA no PDA/PPG7. 2017, 137 f. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Fronteiras) - UFRR, Universidade Federal de Roraima, Boa Vista, 2017.

FUNAI. II Congresso MCP/RR: Funai participará de debates sobre dignidade e proteção dos povos tradicionais – divulgação de palestra de abertura. 2023. 1 fotografia. Disponível em: <<https://www.gov.br/funai/pt-br/assuntos/noticias/2023/ii-congresso-mpc-rr-funai-participara-de-debates-sobre-dignidade-e-protecao-dos-povos-tradicionais>>. Acesso em: 20 ago. 2023.

G1. “Cúpula da Amazônia: líderes de países amazônicos se reúnem hoje em Belém”. **G1** [08/08/2023]. Disponível em: <<https://g1.globo.com/meio-ambiente/ao-vivo/cupula-da-amazonia-lideres-de-paises-amazonicos-se-reunem-hoje-em-belem.ghtml>>. Acesso em: 08 ago. 2023.

G1/RR. “População de Roraima cresce 4,2% e chega a 631 mil habitantes em 2020, aponta IBGE”. **G1/RR** [27/08/2020]. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2020/08/27/populacao-de-roraima-cresce-42percent-e-chega-a-631-mil-habitantes-em-2020-aponta-ibge.ghtml>>. Acesso em: 20 jul. 2021.

G1/RR. “Joenia Wapixana é nomeada como nova presidente da Funai”. **G1/RR** [01/02/2023]. 2023a. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2023/02/01/joenia-wapichana-e-nomeada-como-nova-presidente-da-funai.ghtml>>. Acesso em: 20 maio 2023.

G1/RR. “Presidente Lula deve participar de encontro com lideranças indígenas em Roraima”. **G1/RR** [10/03/2023]. 2023b. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2023/03/10/presidente-lula-deve-participar-de-encontro-com-liderancas-indigenas-em-roraima.ghtml>>. Acesso em: 22 jun. 2023.

GAIGER, L. I. Antecedentes e expressões atuais da economia solidária. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, v. 84, p. 81-99, 2009.

GAIGER, L. I. A economia solidária e a revitalização do paradigma cooperativo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 28, nº. 82, jun. 2013, p. 211-228. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais São Paulo, Brasil, 2013. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=10727637017>> Acesso em: 16 dez. 2019.

GALDINO, L. K. A. Roraima: uma análise geo-histórica (déc. 1980-1990). **Revista Eletrônica Casa de Makunaima**, vol. 1, n. 1, jan.-jun., p. 9-17, 2018.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. (Org.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2009.

GODOY, A. S. Estudo de caso qualitativo. In: GODOI, C. K.; BANDEIRA-DE-MELLO, R.; BARBOSA DA SILVA, A. (Orgs.). **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos**. São Paulo: Saraiva, 2006.

GODOY, T. M. P. de. **A Economia Solidária na cidade capitalista**: conflitos e contradições da reprodução do espaço urbano. Diez años de cambios en el Mundo, en la Geografía y en las Ciencias Sociales, 1999-2008. Actas del X Coloquio Internacional de Geocrítica, Universidad de Barcelona, p. 26-30, 2008.

GONSALVES, A. K. R. **Sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente como ação pública**: uma análise multiescalar no município de Florianópolis. 2015. 364p. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), Centro de Ciências da Administração e Socioeconômicas (ESAG), Florianópolis, 2015.

GONSALVES, A. K. R.; ANDION, M. C. M. Ação pública e inovação social: uma análise do sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente de Florianópolis-SC. **Revista Organizações & Sociedade**. Salvador, v. 26, n. 89, p.221-248, abr./jun. 2019.

GRAY, D. E. **Pesquisa no mundo real**. 2 ed. Porto Alegre/RS: Penso, 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Produção agrícola o Roraima 2019 (2020)**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rr/pesquisa/14/10352>>. Acesso em: 29 ago. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Roraima 2021**. 2021a. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sintese/rr?indicadores=29171,25207,29168,29167,91249,91251>>. Acesso em: 29 ago. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Brasil, Roraima, Mapas, Mapa Estadual**. 2021b. Disponível em: <http://geoftp.ibge.gov.br/produtos_educacionais/mapas_tematicos/mapas_do_brasil/mapas_e_estaduais/politico/roraima.pdf>. Acesso em: 20 out. 2021.

IRELAND, T. D.; MELO; N. de O. Estudo analítico do bem viver: um modo de vida indígena

e o desespero ocidental. In: SENHORAS, E. M. (Org.). Estudos indigenistas no Brasil: um tributo a Marcos Antonio Braga de Freitas. Boa Vista: Editora IOLE, 227 p., 2021.

IRION, J. E. **Cooperativismo e economia social**. São Paulo: STS, 1997.

JAMES, W. O que significa o pragmatismo. In: CIVITA, V. **Os pensadores**. São Paulo: Abril Cultural, p. 9-22, 1974.

JESUS, P.; TIRIBA, L. Cooperação. In: HESPANHA, P. *et al.* (Coords.). **Dicionário internacional da outra economia**. Coimbra: Almedina, p. 80-86, 2009.

JESUS, W. L.; CANÇADO, A. C.; MILAGRES, C. S. F. Analisando a aplicação dos princípios cooperativistas na cooperativa de crédito SICREDI – Araguaia Tocantins. **Cayapa. Revista Venezolana de Economía Social**, v. 14, n. 28, jul./dez., p. 27-44, 2014.

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE RORAIMA (JUCERR). **Processo de Cancelamento de Empresas – 2017**. Disponível em: <<http://www.jucerr.rr.gov.br/estatisticas.html>>. Acesso em: 30 ago. 2021.

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE RORAIMA (JUCERR). **Empresas canceladas por município – Processo 2017**. Disponível em: <<http://www.jucerr.rr.gov.br/documentos/boavista.pdf>>. Acesso em: 30 ago. 2021.

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE RORAIMA (JUCERR). **Empresas ativas por tipo jurídico – Estado de Roraima – em 15 de agosto de 2018**. Disponível em: <<http://www.jucerr.rr.gov.br/estatisticas.html>>. Acesso em: 30 ago. 2021.

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE RORAIMA (JUCERR). **Empresas ativas – Estado de Roraima – até 31/12/2019**. Disponível em: <<http://www.jucerr.rr.gov.br/estatisticas.html>>. Acesso em: 30 ago. 2021.

KANT, I. **Crítica da razão pura**. 4^aed. Petrópolis: Editora Vozes, 2015.

KNABBEN, M. C. G. de S. **Avaliação de resultados e processos do programa economia verde e solidária em Santa Catarina**. 2018, 154 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), Florianópolis-SC, 2018.

LACOMBE, F. J. M. **Dicionário de administração**. São Paulo-SP: Saraiva, 2004.

LAMARCHE, H. **A agricultura familiar: comparação internacional**. Campinas-SP: Unicamp, 1993.

LAUNIO, C. C.; SOTELO, M. C. B. “Concern for community”: Case of cooperatives in the Cordillera region, Philippines. **Journal of Co-operative Organization and Management**, v. 9, p. 1-10, 2021, doi: 10.1016/j.jcom.2021.100130.

LAVILLE, J-L.; MAGNEN, J-P; FRANÇA FILHO, G. C.; MEDEIROS, A. **Action publique et économie solidaire**. Sociologie économique. Editora Érès, 416p., 2005.

LAVILLE, J-L.; ROUSTANG, G. L'enjeu d'un partenariat entre État et société civile. In: DEFOURNY, J. et al. *Economie sociale au Nord et au Sud*. Bruxelles: Deboeck, p. 217-238, 1999.

LAVILLE, J-L. Fato associativo e economia solidária. In: BAHIA: Análise e Dados. Salvador: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, v. 12, n. 1, p. 25-33, jun. 2002.

LAVILLE, J-L. A economia solidária: um movimento internacional. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 84, p. 7-47, 2009.

LAVILLE, J-L.; GAIGER, L. I. Economia solidária. In: CATTANI, A. D. et al. (Orgs.) *Dicionário internacional da outra economia*. Coimbra: Almedina, p. 162-168, 2009.

LATOUR, B. **Reagregando o social:** uma introdução à teoria do Ator-Rede. Salvador/BA: Edufba, 2012.

LEIS, H. R. **A modernidade insustentável:** as críticas do ambientalismo à sociedade contemporânea. Petrópolis: Vozes, 1999.

LÈVESQUE, B. Comentários: as bases teóricas e metodológicas do enfoque de desenvolvimento territorial sustentável: convergências e aportes específicos. In: VIEIRA, P. F. *Desenvolvimento Territorial Sustentável no Brasil*. Florianópolis: APED, 2010.

LOCATEL, C. D.; LIMA, L. de C. Do cooperativismo à economia solidária: normatização e dinâmica econômica no campo Brasileiro. In: XV Coloquio Internacional de Geocrítica – Las ciencias sociales y la edificación de una sociedad post-capitalista, Barcelona, Universitat de Barcelona, mayo, 2018.

LOPES, H. C. **A feira de ciências e a produção de conhecimento na comunidade indígena Três Corações, Amajari, Roraima:** um estudo de caso. 2018. 118 p. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de Ciências) – Universidade Estadual de Roraima (UERR), Boa Vista, 2018.

MACIEL, M. D. A.; TROIAN, A. A produção de novidades da agricultura familiar: o protagonismo dos sistemas orgânicos e agroecológicos no desenvolvimento sustentável. **Desafio Online**, Campo Grande/MS, v. 10, n. 3, set./dez., p. 408-431, 2022.

MAGALHÃES, T. G. **Garantir direitos não é brincadeira!** investigação, experimentação e inovação social na política pública de proteção integral de crianças e adolescentes em Florianópolis. 2020. 449p. Tese (Doutorado em Administração) – Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), Centro de Ciências da Administração e Socioeconômicas (ESAG), Florianópolis, 2020.

MAGALHÃES, T.; ANDION, C.; ALPERSTEDT, G. D. Laboratórios vivos de inovação social e ação pública: um enfoque analítico e um caminho metodológico baseados no pragmatismo. **Cadernos EBAPE.BR**. v. 18, edição especial, Rio de Janeiro/RJ, nov., p. 680-696, 2020.

MDA. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável:** propostas de políticas para o território sul de Roraima. Rorainópolis-RR, 2010.

MDA. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria de Agricultura Familiar. Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. **Extrato de DAP Pessoa Jurídica**, 2023. Disponível em: <<https://smap14.mda.gov.br/extratodap/PesquisarDAP>>. Acesso em: 15 jan. 2023.

MEADOWS, D. H.; MEADOWS, D. L.; RANDERS, J.; BEHRENS III, W. W. **The limits to growth**. New York, Potomac, 1972.

MEINEN, É. **Valores universais do cooperativismo**. Brasília: Confebrás, 2011.

MEINEN, É.; PORT, M. **Cooperativismo financeiro:** percurso histórico, perspectivas e desafios. Brasília: Confebrás, 2014.

MELO, P. T. N. B. de. **Capital social de relações com stakeholders na cotonicultura como fator de desenvolvimento espúrio ou sustentável**. 2015. 231 f. Tese (Doutorado em Administração), Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

MENDONÇA, C. M. **(Re) pensando a participação e o seu papel na democracia à luz do pragmatismo:** um estudo junto ao Fórum de Políticas Públicas de Florianópolis. 2019. 256p. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), Centro de Ciências da Administração e Socioeconômicas (ESAG), Florianópolis, 2019.

MODELLI, L. “COP26: relatório final decepcionou e deixou lacunas; veja quais”. **G1** [15/11/2021]. Disponível em: <<https://g1.globo.com/meio-ambiente/cop-26/noticia/2021/11/15/as-lacunas-em-que-o-relatorio-final-da-cop26-nao-avancou.ghtml>>. Acesso em: 30 nov. 2021.

MORGAN, G. Paradigmas, metáforas e resoluções de quebra-cabeças na teoria das organizações. **Revista de Administração de Empresas (RAE)**, v. 45, n. 1, p. 58-71. jan.-mar., 2005.

MUÑOZ, E. F. P.; MUÑOZ, A. E. P. A inovação social para o desenvolvimento rural: desafios para as instituições brasileiras. **Revista Brasileira de Tecnologia Agropecuária (RBDTA)**. v. 1, n. 2, p. 146- 158, 2017.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. “**COP 27: o que você precisa saber sobre a Conferência do Clima da ONU**”. 2022. Disponível em: <<https://brasil.un.org/pt-br/205789-cop27-o-que-voc%C3%A9-precisa-saber-sobre-confer%C3%A7a-do-clima-da-onu>>. Acesso em: 30 abr. 2023.

NAMORADO, R. Cooperação. In: HESPANHA, P. *et al.* (Coords.). **Dicionário internacional da outra economia**. Coimbra: Almedina, p. 96-103, 2009.

NASCIMENTO, E. M. M. Pragmatismo: uma filosofia da ação. **Revista Redescrições** –

Revista online do GT de Pragmatismo, Ano 3, n. 1, p. 42-57, 2011.

OCZKOWSKI, E.; KRIVOKAPIC-SKOKO, B.; PLUMMER, K. The meaning, importance and practice of the co-operative principles: Qualitative evidence from the Australian co-operative sector. **Journal of Co-operative Organization and Management**, v. 1, p. 54-63, 2013, doi: 10.1016/j.jcom.2013.10.006.

OLIVEIRA, A. M. Ensaios teóricos: o significado da cultura para o turismo com base local. **Caderno Virtual de Turismo**. v. 6, n. 4, Rio de Janeiro, 2006.

OLIVEIRA, B. Economia solidária e cooperativismo popular: da gênese aos desafios atuais. **Revista Proposta: economia solidária e autogestão**, v. 30, n. 97, p. 20-32, jun./ago., 2003.

OLIVEIRA, S. K. S. de.; FALCÃO, M. T. Vivências com os macuxi da região do baixo São Marcos – Terra Indígena São Marcos (RR). **Journal of Biotechnology and Biodiversity (JBB)**, v. 8, n. 3, p. 158-164, 2020.

OLIVEIRA, B. E.; FREITAS, C. O.; LEITE, E. S.; DIAS, M. I. S.; FREITAS, G. L. Cenário das cooperativas da agricultura familiar no território central da cidadania Rondônia. In: Anais do IX Seminário Internacional de Desenvolvimento Rural Sustentável, Cooperativismo e Economia Solidária (IX SICOOPES): Saberes e práticas da agricultura familiar, REIS *et al.* (Orgs.), Seção temática V – Cooperativismo, Associativismo e Economia Solidária, IFPA, Castanhal-PA, p. 1242-1255, 2017. Disponível em: <http://www.sicoopes.com.br/2019/IX_ANAIS.pdf>. Acesso em 31 ago. 2021.

OLIVEIRA, D. F. de.; MONTEIRO, L. de V. G. Ecodesenvolvimento: uma abordagem sob o contributo de Ignacy Sachs. **Revista de Direito, Economia e Desenvolvimento Sustentável**, Minas Gerais, v. 1, n. 2, p. 29-48, jul.-dez., 2015.

OLIVEIRA, D. P. R. **Manual de gestão das cooperativas**: uma abordagem prática. 6. ed., São Paulo-SP: Atlas, 2012.

OLIVEIRA, L. “Agricultura Mecanizada: Governo expande projeto de grãos em terras indígenas”. **Portal do Governo de Roraima** [20/05/2022]. Disponível em: <<https://portal.rr.gov.br/noticias/item/6217-agricultura-mecanizada-governo-expande-projeto-de-graos-em-terras-indigenas>>. Acesso em: 30 jul. 2022.

OLIVEIRA, V.; RAMALHO, Y. “Impulsionado pela migração de venezuelanos, Roraima tem maior crescimento populacional do país”. **G1/RR** [27/08/2021]. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2021/08/27/impulsionado-pela-migracao-de-venezuelanos-roraima-tem-maior-crescimento-populacional-do-pais.ghtml>>. Acesso em: 30 ago. 2021.

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS (OCB). Disponível em: <<http://www.brasilcooperativo.coop.br>>. Acesso em: 16 dez. 2019.

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS (OCB). **O que é cooperativismo**. Disponível em: <<https://www.ocb.org.br/o-que-e-cooperativismo>> Acesso em: 16 jul. 2021.

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS (OCB). **Anuário do cooperativismo brasileiro 2019.** Disponível em: <https://rdstation-static.s3.amazonaws.com/cms%2Ffiles%2F100931%2F1586972220ANUARIO_2019_web.pdf> Acesso em: 16 ago. 2020.

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS (OCB). **Princípios do cooperativismo.** Disponível em: <<http://www.ocb.org.br/site/cooperativismo/principios.asp>> Acesso em: 16 dez. 2019.

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS (OCB). **Ramos do cooperativismo.** Disponível em: <<http://www.ocb.org.br/ramos>> Acesso em: 19 nov. 2020.

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS (OCB). **Anuário do cooperativismo brasileiro 2023 (2023).** Disponível em: <<https://anuario.coop.br/brasil/cooperativas>> Acesso em: 15 jul. 2023.

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS (OCB) / **Roraima.** 2022. Disponível em: <<http://www.ocbrr.coop.br/cooperativismo/nossas-cooperativas-em-roraima.html>>. Acesso em: 15 mar. 2022.

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS (OCB) / **Roraima.** 2023. Disponível em: <<https://www.ocbrr.coop.br/cooperativismo/cooperativas>>. Acesso em: 08 set. 2023.

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS (OCB) / Roraima. **Cooperativas.** 2021b. Disponível em: <<https://www.ocbrr.coop.br/cooperativismo/cooperativas>>. Acesso em: 21 out. 2021.

PAES DE PAULA, A. P. **Repensando os estudos organizacionais:** para uma nova teoria do conhecimento. São Paulo: FGV Editora, 2015, 279 p.

PECQUEUR, B. Qualidade e desenvolvimento territorial: a hipótese da cesta de bens e de serviços territorializados. **Eisforia**, Florianópolis, v. 4, n. especial, p. 135-153, dez., 2006.

PECQUEUR, B. A guinada territorial da economia global. **Política & Sociedade.** Florianópolis, v. 8, n. 14, p. 79-105, 2009.

PEREIRA, M. J. A. **Agricultura Familiar no Projeto de Assentamento Nova Amazônia:** a vida no Lavrado em Boa Vista – Roraima – Brasil. 2017. 212 f. Tese (Doutorado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia), Centro de Ciências do Ambiente, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2017.

PEREIRA, M. J. A.; ROCHA, D. T. da; COSTA, R. de C. S.; FERKO, G. P. S.; ARANTES, E. C. Heterogestão versus autogestão: como os dirigentes das associações e/ou cooperativas do Projeto de Assentamento Nova Amazônia tomam suas decisões? In: ROCHA, D. T. da; JESUS-SILVA, L. C. de (Orgs.). Coleção CADECON em Debate, v. 1, Administração, Universidade Federal de Roraima (UFRR), Boa Vista, Editora da UFRR, 151 p. 2020.

PERIM, M. L. S. **Cooperativismo agropecuário e desenvolvimento local:** a experiência da Coopercinco. 2018, 158 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional da amazônia) - UFRR, Universidade Federal de Roraima, Boa Vista, 2018.

PERIUS, V. F. **Cooperativismo e lei.** São Leopoldo: Unisinos, 2001.

PETRASSI, A. C. M. A. **Coprodução e desenvolvimento territorial sustentável:** uma análise de duas experiências de planejamento territorial do PRONAT em Santa Catarina. 2014, 248 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração) – Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), Florianópolis-SC, 2014.

PINHO, D. B. **O Cooperativismo no Brasil:** da vertente pioneira à vertente solidária. São Paulo-SC: Saraiva, 2004.

PORTELA, V. F. **Agricultura familiar no espaço urbano da cidade de Boa Vista – Roraima.** 2011. 112 f. Dissertação (Mestrado em Economia), Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2011.

PORTO, D. “Cúpula da Amazônia começa nesta terça em Belém com reunião de oito países”. **CNN Brasil** [08/08/2023]. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/cupula-da-amazonia-comeca-nesta-terca-em-belem-com-reuniao-de-oito-paises/>>. Acesso em: 08 ago. 2023.

PRADES, J.; COSTA-PRADES, B. **L'économie solidaire:** prendre sa vie en main. Toulouse: Editions Milan, 2005.

QUÉRÉ, L. “Action située et perception du sens”. In: FORNEL, M. ; QUÉRÉ, L. (Orgs.), **La logique des situations.** Paris: Éditions de l'EHESS, p. 301-338, 1999.

REIS JUNIOR, N. **Aspectos Societários das Cooperativas.** Belo Horizonte: Mandamentos, 2006.

REVEL, J. (Org.). **Jogos de escalas:** a experiência da microanálise. Rio de Janeiro/RJ: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

REZENDE, G. M. **Gestão de unidades de conservação ambiental:** perspectivas pragmáticas e organizacionais. 2017. 297p. Tese (Doutorado em Administração) – Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Centro Socioeconômico, Florianópolis, 2017.

RIBEIRO, K. Á.; NASCIMENTO, D. C.; SILVA, J. F. B. da. A importância das cooperativas agropecuárias para o fortalecimento da agricultura familiar: o caso da associação de produtores rurais do núcleo VI – Petrolina/Pe. In: **II EBPC**, 2012, Porto Alegre, 2012. Disponível em: <[http://www.fearp.usp.br/cooperativismo/_up_imagens/\(ok\)_ii_ebcp_avila_ribeiro.pdf](http://www.fearp.usp.br/cooperativismo/_up_imagens/(ok)_ii_ebcp_avila_ribeiro.pdf)> Acesso em: 16 dez. 2019.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social:** métodos e técnicas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

ROCHA, D. T. da. **Articulando cooperação e conceitos de sustentabilidade em arranjos produtivos locais de Roraima.** 2015, 137 f. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Fronteiras) - UFRR, Universidade Federal de Roraima, Boa Vista, 2015.

ROCHA, J. C. **Avaliação de leguminosas lenhosas para adubação verde em roças da terra indígena aracá, Roraima.** 2009, 77 f. Dissertação (Mestrado em Agricultura no Trópico Úmido) – Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), Manaus-AM, 2009.

ROCHA, J. H.; ANJOS, F. S. dos. Agricultura familiar e os mercados institucionais: análise do programa de aquisição de alimentos (CPR-Doação) em Boa Vista-Roraima. **Revista NERA**, Presidente Prudente, Ano 19, n. 31, mai.-ago., p. 111-142, 2016.

RODRIGUES, C. O.; LOPES, M. L. B. Sociecologia da agricultura urbana e periurbana de Irituia-PA: análise da organização social dos agricultores. In: Anais do X Seminário Internacional de Desenvolvimento Rural Sustentável, Cooperativismo e Economia Solidária (X SICOOPES), REIS *et al.* (Orgs.), Área temática V – Cooperativismo, Associativismo e Economia Solidária, IFPA, Castanhal-PA, p. 1018-1029, 2018. Disponível em: <http://www.sicoopes.com.br/2019/X_ANAIS.pdf>. Acesso em 31 ago. 2021.

RORAIMA. Lei Estadual nº 1.642, de 25 de janeiro de 2022. **Dispõe sobre a transformação da Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – SEAPA em Secretaria de Estado da Agricultura, Desenvolvimento e Inovação – SEADI, a alteração da Secretaria de Estado do Planejamento e Desenvolvimento – SEPLAN e da Secretaria de Estado da Cultura – SECULT, a criação do Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Roraima – IATER, a extinção do Instituto de Amparo à Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado de Roraima – IACTI e dá outras providências.** Disponível em: <<https://www.tjrr.jus.br/legislacao/index.php/leis-ordinarias/189-leis-ordinarias-2022/2090-lei-n-1642-de-25-de-janeiro-de-2022-dispoe-sobre-a-transformacao-criacao-e-extincao-de-secretarias-e-instituicos-do-estado-de-roraima>>. Acesso em: 15 mai. 2022.

SACHS, I. **Rumo à ecossocioeconomia:** teoria e prática do desenvolvimento. São Paulo: Cortez, 2007.

SACHS, I. **Desenvolvimento:** includente, sustentável e sustentado. Rio de Janeiro-RJ: Garamond, 2008.

SACHS, I. **A terceira margem:** em busca do ecodesenvolvimento. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

SACHS, I. Apresentação. In: VEIGA, E. **Desenvolvimento sustentável.** São Paulo: Garamond, 2010.

SACCOL, A. Z. Um retorno ao básico: compreendendo os paradigmas de pesquisa e sua aplicação na pesquisa em administração. **Rev. Adm. UFSM**, Santa Maria, v. 2, n. 2, p. 250-269, maio/ago., 2009.

SALES, J. E. Cooperativismo: Origens e Evolução. **Revista Brasileira de Gestão e Engenharia**, n. 1, p. 23-34, jan./ jun. 2010.

SANTO, A. L. No Rural tem Inovação Social! Um estudo em dois assentamentos rurais na Zona Fronteiriça Brasil-Bolívia. 2021. 432 f. Tese (Doutorado em Administração), Centro de Ciências da Administração e Socioeconômicas (ESAG), Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2021.

SANTOS, A. R. Marketing: manual do curso de capacitação de gestores de cooperativas. Florianópolis: Atlas, 2012.

SANTOS, S. S. dos; SENHORAS, E. M. Cooperativismo no transporte intermunicipal de passageiros em Bonfim, RR. Boa Vista: Editora da UFRR, 2016, 174 p..

SAUER, S. Reforma agrária e geração de renda no meio rural. São Paulo: Associação Brasileira de Estudos do Trabalho (ABET), 1998, 127 p..

SCHALLENBERGER, E. Cooperativismo e desenvolvimento comunitário. **Revista Mediações**, Londrina, v. 8, n. 2, p. 9-26, jul./dez. 2003. Disponível em: <<https://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/9066>>. Acesso em: 15 jul. 2021.

SCHNEIDER, J. O. Democracia, participação e autonomia cooperativa. 2^a ed. São Leopoldo: UNISINOS, 1999.

SCHNEIDER, J. O. Cooperativismo e desenvolvimento rural e urbano. Brasília, Editora: UNISINOS, 2012.

SCHNEIDER, S. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais (RBCS)**, São Paulo, v. 18, n. 51, p. 99-122, fev., 2003. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbc soc/a/rztr5GB6thSx7TVPkw4wf7z/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 11 ago. 2021.

SCHNEIDER, S.; TARTARUGA, I. G. P. Território e Abordagem Territorial: das referências cognitivas aos aportes aplicados à análise dos processos sociais rurais. **Raízes**, Campina Grande, v. 23, n. 01/02, p. 99 –116, jan./dez. 2005. Disponível em: <<http://raizes.revistas.ufcg.edu.br/index.php/raizes/article/view/237>>. Acesso em: 15 jul. 2021.

SCHNEIDER, J. O. Cooperativismo e desenvolvimento sustentável. **Otra Economía**, 9 (16): 94-104, 2015. Disponível em: <<http://revistas.unisinos.br/index.php/otraeconomia/article/viewFile/otra.2015.916.07/4674>>. Acesso em: 02 abr. 2020.

SCHRÖEDER, C. S.; KLERING, L. R. Abordagens paradigmáticas alternativas: possibilidades para estudos em ADI. **Revista de Administração FACES Journal**. Belo Horizonte, v. 11, n. 3, p. 73-88, jul./set. 2012.

SELLTIZ, C.; WRIGHTSMAN, L.; COOK, S. **Métodos de pesquisas nas relações sociais:** delineamentos de pesquisa. São Paulo: EPU, 1987.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade.** São Paulo: Companhia da Letras, 2010.

SENRA, E.; GÓMEZ, J. I.; OTERO, M.; DALMONEGO, C.; YANOMAMI, M. I. **Nós ainda estamos sofrendo:** um balanço dos primeiros meses da emergência Yanomami. 2023. 44 p. Conselho Indigenista Missionário (CIMI). Disponível em: <<https://cimi.org.br/wp-content/uploads/2023/08/Nos-ainda-estamos-sofrendo-6mese-energencia-yanomami.pdf>>. Acesso em: 29 ago. 2023.

SERVA, M. O surgimento e o desenvolvimento da epistemologia da administração – inferências sobre a contribuição ao aperfeiçoamento da teoria administrativa. **Revista Gestão Organizacional**, v. 6, n. 3, p. 51-64, 2013.

SILVA, E. “Estudo aponta que quase 700 mil km de estradas vicinais precisam de manutenção no Brasil”. **Globo Rural – Caminhos da Safra** [23/07/2021]. Disponível em: <<https://globorural.globo.com/Colunas/caminhos-da-safra/noticia/2021/07/estudo-aponta-que-700-mil-km-de-estradas-vicinais-precisam-de-manutencao-no-brasil.html>>. Acesso em: 30 jul. 2022.

SILVA, E. A. M. **Cooperativismo e interesse pela comunidade** – o sétimo princípio cooperativista como promotor do desenvolvimento sustentável no cooperativismo financeiro – Cresol Vale Europeu. 2021. Dissertação – Mestrado em Agroecossistemas, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis-SC, 82 p.

SILVA, G. de F. N. da; SCACABAROSSI, H.; OLIVEIRA, I. J. de; BEZERRA, J. B.; MUSSATO, O. B. **Atlas escolar geográfico de Roraima**. Boa Vista/RR, UERR Edições, 2019, 128 p.

SILVA, J. G. da. **O que é questão agrária?** 4^a ed. Coleção Primeiros Passos, São Paulo: Brasiliense, 1981, 45 p. Disponível em: <<https://www.bibliotecaagptea.org.br/administracao/legislacao/artigos/O%20QUE%20E%20QUESTAO%20AGRARIA.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2022.

SILVA, S. E. V. da. **A agricultura familiar no Brasil e as transformações no campo no início do século XXI**. 2010. 194 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social), Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Alagoas, Maceió/AL, 2010.

SILVA, E. A. M.; BÚRIGO, F. L.; CAZELLA, A. A. Cooperativismo e interesse pela comunidade – o sétimo princípio cooperativista como promotor do desenvolvimento sustentável na Cresol Vale Europeu. In: BÚRIGO, F. L.; ROVER, O. J. FERREIRA, R. G. (Orgs.). Cooperação e Desenvolvimento Rural: olhares sul americanos. Florianópolis-SC: Letras Contemporâneas, 2021a. Disponível em: <https://lemate.pginas.ufsc.br/files/2019/04/livro-cooperac%C3%A7ao_e_desenvolvimento.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2021.

SILVA, E. A. M.; BÚRIGO, F. L.; CAZELLA, A. A. Cooperativismo financeiro e desenvolvimento sustentável: a aplicação do sétimo princípio cooperativista – interesse pela comunidade – Cresol Vale Europeu. **Revista Pegada**, Dossiê – Trabalho e Cooperativismo, vol. 22, n. 2, p. 232-262, maio/agosto, 2021b. Disponível em: <<https://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/8471/pdf>>. Acesso em: 15 jul. 2022.

SILVA, F. R.; CANÇADO, A. C.; SOUSA, D. N. Princípios cooperativistas de crédito: um estudo de caso em Paraíso do Tocantins, Brasil. **Cayapa. Revista Venezolana de Economía Social**, v. 14, n. 27, jan./jun., p. 35-54, 2014.

SILVA, J. A.; CANÇADO, A. C.; PACÍFICO FILHO, M. Políticas públicas estaduais para o cooperativismo do Tocantins: uma análise das ações da Seagro no período de 1988 a 2012. **Desenvolvimento em Questão**. Editora Unijuí, ano 15, n. 40, jul./set., p. 140-174, 2017, doi: 10.21527/2237-6453.2017.40.140-174.

SILVA, J. V. L. **Atuação das organizações da sociedade civil na garantia dos direitos da criança e do adolescente em Florianópolis**. 2020. 242p. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), Centro de Ciências da Administração e Socioeconômicas (ESAG), Florianópolis, 2020.

SILVA JÚNIOR, J. T. **Gestão, fato associativo e economia solidária: a experiência da ASMOCONP/Banco Palmas**. 2004. 101p. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal da Bahia (UFBA), Escola de Administração, Núcleo de Pós-Graduação em Administração, Salvador, 2004.

SILVA JÚNIOR, J. T.; RIGO, A. S.; PASSOS, O. A. V. D. Gestão social nas finanças solidárias: reflexões sobre a avaliação da utilidade social dos bancos comunitários de desenvolvimento no Brasil. **Revista NAU Social**, v. 6, n. 10, p. 151-164, maio/outubro, 2015.

SILVA NETO, B.; LIMA, A. J. P. de; BASSO, D. Incerteza, Racionalidade e Procedimentos em Ações de Desenvolvimento Local. **Desenvolvimento em Questão**. Editora Unijuí, ano 1, n. 2, jul.-dez., p. 123-149, 2003. Disponível em: <<https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/82>>. Acesso em: 15 jul. 2021.

SILVA, P. R. de F. **Dinâmica territorial urbana em Roraima - Brasil**. 2007. 329 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2007.

SINGER, P. **O capitalismo:** sua evolução, sua lógica e sua dinâmica. São Paulo: Moderna, 2003.

SISTEMA OCEPAR. “ODS: cooperativas comprometidas com agenda 2030”. **Informe Paraná Cooperativo** [07/07/2020]. Disponível em: <<http://www.paranacooperativo.coop.br/PPC/index.php/sistema-ocepar/comunicacao/2011-12-07-11-06-29/ultimas-noticias/128814-ods-cooperativas-comprometidas-com-agenda-2030>>. Acesso em: 30 ago. 2021.

STAEVIE, P. M. Mudanças nas migrações contemporâneas para a Amazônia: indicativos a partir do caso de gaúchos para Roraima. **Novos Cadernos NAEA**, v. 20, n. 1, jan.-abr., p. 25-42, 2017.

STAKE, R. E. **Pesquisa qualitativa:** estudando como as coisas funcionam. Porto Alegre: Penso, 2011.

STÜRMER, J. A. P. **Governança ambiental, uma análise a partir das práticas de gestão em Unidades de Conservação**. 2020. 446p. Tese (Doutorado em Administração) – Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Centro Socioeconômico, Florianópolis, 2020.

TIMMERMANS, S.; TAVORY, I. Theory construction in qualitative research: from grounded theory to abductive analysis. **Sociological Theory**, [S.L.], v. 30, n. 3, p. 167-186, set., 2012.

TRANSPARENCIA.CC (2022). Disponível em: <<https://transparencia.cc/>>. Acesso em: 28 mar. 2022.

UNIÃO NACIONAL DAS COOPERATIVAS DE AGRICULTURA FAMILIAR E ECONOMIA SOLIDÁRIA (UNICAFES). 2021. Disponível em: <<https://www.unicafes.org.br/>> Acesso em: 16 jul. 2021.

UNIÃO NACIONAL DAS COOPERATIVAS DE AGRICULTURA FAMILIAR E ECONOMIA SOLIDÁRIA (UNICAFES). 2023a. Disponível em: <<https://www.unicafes.org.br/>> Acesso em: 08 set. 2023.

UNIÃO NACIONAL DAS COOPERATIVAS DE AGRICULTURA FAMILIAR E ECONOMIA SOLIDÁRIA (UNICAFES). 2023b. Disponível em: <<https://www.unicafes.org.br/p/valores>> Acesso em: 08 set. 2023.

VALE, A. L. F.; PAZ, S. E. T. da; VERAS, A. T. de R. Produção do espaço urbano em área de fronteira: Pacaraima / Roraima / Brasil. **ACTA Geográfica**, Boa Vista, v. 10, n. 23, mai.-ago., p. 18-37, 2016.

VALE, F. F. R. do; SILVA, J. L.M. da. **Desenvolvimento rural sustentável em territórios do Rio Grande do Norte:** uma análise multidimensional. 2009. Disponível em: <<https://www.bnb.gov.br/documents/160445/216472/desenvolvimento.pdf/5d6e0d11-ddee-4246-939f-158d891ed040>>. Acesso em: 27 jul. 2021.

VAN BELLEN, H. M. **Indicadores de Sustentabilidade:** uma análise comparativa. 2^a ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

VEIGA, S. M; FONSECA I. **Cooperativismo:** uma revolução pacífica em ação. RJ: DP&A: FASE - Série Economia Solidária, 2001.

VELLOSO, T. R.; LOCATEL, C. A trajetória do movimento cooperativista no Brasil: da vertente de controle estatal para instrumento de promoção de desenvolvimento regional. In: XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais – Diversidades e (Des) Igualdades, Salvador, Universidade Federal da Bahia (UFBA) – Campus de Ondina, agosto, 2011.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração.** 5 ed. São Paulo: Atlas, 2005.

VIEIRA, P. F. Meio ambiente, desenvolvimento e planejamento. In: VIEIRA, P. F. et al. Meio ambiente, desenvolvimento e cidadania. São Paulo/SP: Cortez, 2001.

VIEIRA, P. F. Rumo ao desenvolvimento territorial sustentável: esboço de roteiro metodológico participativo. **Eisforia**, Florianópolis, v. 4, n. especial, p. 249-309, dez., 2006.

VIEIRA, P. F. Políticas ambientais no Brasil: Do preservacionismo do desenvolvimento territorial sustentável. **Política & Sociedade**, v. 8, n. 14, p. 27-75, abril, 2009.

VIEIRA, P. H. F. (Org.); CAZELLA, A. (Org.); CERDAN, C. (Org.); CARRIÈRE, J. (Org.). **Desenvolvimento territorial sustentável no Brasil**: subsídios para uma política de fomento. Florianópolis: APED, Secco, v. 1, 2010, 487 p.

VIEIRA, V. A. As tipologias, variações e características da pesquisa de marketing. **Revista da FAE**, Curitiba, v. 5, n. 1, p. 61-70, jan./abr., 2002.

XAVIER, M. L. B. **Avaliação do resultado do programa de aquisição de alimentos junto às cooperativas de agricultores familiares de Santa Catarina**. 2013, 172 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), Florianópolis-SC, 2013.

WITT, F. (Re) **Conhecendo a Sociedade Civil e os Efeitos de sua Atuação na Governança Pública**: Um estudo em Florianópolis. 2023. 459 f. Tese (Doutorado em Administração), Centro de Ciências da Administração e Socioeconômicas (ESAG), Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2023.

YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. Porto Alegre/RS: Bookman, 2005.

ZAPPELLINI, M. B.; FEUERSCHUTTE, S. G. O uso da triangulação na pesquisa científica brasileira em administração. **Administração: Ensino e Pesquisa**. Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 241-273, abr.-jun., 2015.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Revisão Sistemática e Bibliográfica

A tabela 7 traz uma síntese da revisão sistemática e bibliográfica que foi realizada no estudo com o objetivo de buscar compreender acerca do debate sobre o sétimo princípio do cooperativismo – interesse pela comunidade.

Tabela 7. Síntese da revisão sistemática.

Termos Utilizados	Bases			
	<i>Scopus</i>	<i>Web of Science</i>	SciELO	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD)
Preocupação com a comunidade	-	-	4 artigos encontrados Filtro 3: 0	23 documentos encontrados Filtro 3: 3 documentos restantes
Interesse pela comunidade	-	-	44 artigos encontrados Filtro 3: 0	402 documentos encontrados Filtro 4: 181 documentos restantes Filtro 3: 2 documentos restantes
Comunidade, Cooperativismo e Sustentabilidade	-	-	5 artigos encontrados Filtro 3: 1 artigo restante (repetido) 0	233 documentos encontrados Filtro 4: 98 documentos restantes Filtro 3: 15 documentos restantes (2 repetidos) 13 documentos restantes
Concern for the community	49 artigos encontrados Filtro 1: 25 artigos restantes Filtro 3: 3 artigos restantes	24 artigos encontrados Filtro 1: 15 artigos restantes Filtro 3: 1 artigo restante (repetido) 0	-	-
Interest in the community	150 artigos encontrados Filtro 1: 53 artigos restantes	105 artigos encontrados Filtro 1: 51 artigos	-	-

	Filtro 3: 1 artigo restante	restantes Filtro 3: 1 artigo restante (repetido) 0		
Community, Cooperativism e Sustainability	1.619 artigos encontrados Filtro 1: 1.086 artigos restantes Filtro 2: 199 artigos restantes Filtro 3: 14 artigos restantes	1.497 artigos encontrados Filtro 1: 1.367 artigos restantes Filtro 2: 189 artigos restantes Filtro 3: 12 artigos restantes (9 repetidos) 3 artigos restantes	-	-
Total por Base	18 artigos	3 artigos	-	18 documentos (entre teses e dissertações)
Total Geral	39 artigos/documentos			

Observações: **Filtro 1:** área de estudo; **Filtro 2:** mais atuais (2021 e 2020) e os 20 mais citados; **Filtro 3:** leitura do título, das palavras-chaves e do resumo; **Filtro 4:** documentos a partir de 2015.

Fonte: Elaborado pelo autor.

APÊNDICE B – Detalhamento da Revisão Sistemática

Inicialmente foram realizadas leituras exploratórias após a revisão sistemática. A revisão sistemática considerou os termos “preocupação com a comunidade”, “interesse pela comunidade” e o termo geral envolvendo os termos “cooperativismo”, “comunidade” e “sustentabilidade”, bem como os termos em inglês, totalizando seis termos de busca. Destacamos que os dois primeiros termos foram definidos em função da nomenclatura do sétimo princípio do cooperativismo, especificamente das duas formas em que ele (princípio) mais é apresentado na literatura.

Foram consideradas as seguintes bases: *Scopus*, *Web of Science*, SciELO e Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). É importante destacar que foram desconsiderados os artigos pagos, considerando apenas àqueles que tinham livre acesso. Foram considerados os seguintes filtros: a) área de estudo (excluindo-se áreas, por exemplo, da saúde) e b) leitura do título, das palavras-chaves e do resumo para verificação da adequação com a temática deste projeto. Além disso, consideramos também um filtro relacionado ao ano, a depender do volume de retornos da base.

Na base *Scopus*, com os termos em inglês, o termo “concern for the community” retornou 49 artigos. Após o filtro da área de estudo, excluindo-se os artigos que eram destinados, por exemplo, especificamente, à área médica, obtivemos um retorno de 25 artigos. Com o termo “interest in the community” a base retornou um total de 150 artigos, porém após o filtro da área de estudo, obtivemos um retorno de 53 artigos, porém em ambos ainda foi utilizado mais um filtro relacionado à leitura do título, das palavras-chaves e do resumo.

No caso do terceiro termo, considerando os destaques * e “AND” (caractere coringa ou operador de truncamento e um operador booleano), na base *Scopus*, dado o volume de documentos resultantes da busca (1.619 artigos), inclusive após a realização do filtro relacionado às áreas de estudo (1.086 artigos), foram considerados os artigos mais atuais, ou seja, 2021 (66 artigos) e 2020 (113 artigos), bem como os 20 mais citados (de forma a contemplarmos possíveis artigos relevantes que, porventura, não se enquadrassem no filtro da atualidade aqui proposta), totalizando 199 artigos. Posteriormente, para os três termos, realizamos a leitura do título, das palavras-chaves e do resumo, no sentido de determinar efetivamente o quantitativo de artigos que seriam considerados frente aos objetivos propostos neste estudo. Assim, definimos um total de 18 artigos, sendo 3 para o termo “concern for the community”, 1 para o termo “interest in the community” e 14 para o termo geral envolvendo os termos “community”, “cooperativ*” e “sustaina*”.

Na base de dados *Web of Science*, com os termos em inglês, o termo “concern for the community” retornou 24 artigos, e para o termo “interest in the community”, 105 artigos. Porém, após a realização dos filtros (área de estudo e leitura do título, das palavras-chaves e do resumo), restou apenas um artigo para cada termo, sendo que ambos já haviam sido considerados quando da pesquisa realizada na base *Scopus*.

Para o termo geral (“community” AND “cooperativ*” AND “sustaina*”), a base retornou 1.497 artigos. Dado o volume de artigos retornados, procedemos de forma semelhante ao realizado quando da busca na base *Scopus*. Após o filtro das áreas de estudo, restaram 1.367 artigos. Assim, consideramos os artigos mais atuais, ou seja, 2021 (70 artigos) e 2020 (99 artigos), bem como os 20 mais citados, totalizando 189 artigos. Posteriormente, após a leitura do título, das palavras-chaves e do resumo destes, restaram 12 artigos potenciais tendo em vista os objetivos propostos neste estudo. Porém, destes, 9 artigos já tinham sido considerados quando da busca na base *Scopus*, restando, portanto, adicionalmente, 3 artigos.

Na base SciELO, a busca por meio dos termos “preocupação com a comunidade” e “interesse pela comunidade”, retornou, respectivamente, 4 e 44 artigos, mas, após a aplicação dos filtros (nesse caso, em função do número de retornos, apenas o da leitura do título, das palavras-chaves e do resumo), os artigos não foram considerados. Quando da pesquisa com o termo geral englobando os termos “comunidade”, “cooperativismo” e “sustentabilidade”, em português, e considerando os operadores, a base retornou 5 artigos. Após a realização da leitura do título, das palavras-chaves e do resumo, restou apenas um artigo, porém ele já tinha sido considerado quando da pesquisa na base *Web of Science*.

A Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) conta, em 26 de julho de 2021, quando a busca na base foi realizada, com 702.791 documentos, sendo 513.661 dissertações e 189.130 teses, englobando 126 instituições. Para o termo “preocupação com a comunidade”, a base retornou 23 documentos, sendo 20 dissertações e 3 teses. Após a leitura do título, das palavras-chaves e do resumo, restaram 3 dissertações que foram consideradas para a presente proposta.

A busca com o termo “interesse pela comunidade” retornou 402 documentos, sendo 261 dissertações e 141 teses. Em função do número de retornos, filtramos considerando os documentos a partir de 2015, o que resultou em 181 documentos. Porém, após a leitura do título, das palavras-chaves e do resumo, foram considerados apenas 2 documentos.

Quando da pesquisa com o termo geral englobando os termos “comunidade”, “cooperativismo” e “sustentabilidade”, em português, e considerando os operadores, a base retornou 233 documentos, sendo 166 dissertações e 67 teses. Devido ao número de retornos,

filtramos considerando os documentos a partir de 2015, o que resultou em 98 documentos. Após a realização da leitura do título, das palavras-chaves e do resumo, restaram 15 documentos, sendo que 2 já haviam sido contemplados na busca utilizando os termos “preocupação com a comunidade” e “interesse pela comunidade”, uma para cada termo. Assim, adicionalmente, restaram, portanto, 13 documentos.

Portanto, o total de artigos/documentos resultantes da revisão sistemática realizada foi de 39.

APÊNDICE C – Artigos, Dissertações e Teses – Revisão Sistemática

Quadro 13. Artigos, Dissertações e Teses – Revisão Sistemática

Bases	Termos	Artigos / Dissertações / Teses	Autor (es)	Ano
Scopus	Concern for the community	1. "Concern for community": Case of cooperatives in the Cordillera region, Philippines	Cheryll C. Launio e Mary Cris B. Sotelo	2021
		2. Resilient to Crises: How Cooperatives Are Adapting Sustainably to Overcome COVID-19-induced Challenges	Mohit Dave	2021
		3. The meaning, importance and practice of the co-operative principles: Qualitative evidence from the Australian co-operative sector	Edward Oczkowski, Branka Krivokapic-Skoko e Kay Plummer	2013
	Interest in the community	4. Prácticas de RSE en cooperativas. Experiencias y resultados mediante el estudio de casos	Francisco Javier Pérez-Sanz, Ana F. Gargallo-Castel e M. Luisa Esteban-Salvador	2019
		5. Rediscovering the Cooperative Enterprise: A Systematic Review of Current Topics and Avenues for Future Research	Andres Felipe Camargo Benavides e Michel Ehrenhard	2021
		6. The Degree of Dissemination of the Idea of Sustainable Development in Polish Housing Cooperatives in the Light of Empirical Research	Aneta Brzeska e Slawomir Jedrzejewski	2021
		7. Corporate Social Responsibility Strategies in Spanish Electric Cooperatives. Analysis of Stakeholder Engagement	Concepción Campillo-Alhama e Diego Igual-Antón	2021
		8. La comunicación de los Objetivos de Desarrollo Sostenible en las organizaciones de la Economía Social	José María Herranz de la Casa e Sara García Caballero	2021
		9. Transformative Policies for the Social and Solidarity Economy: The New Generation of Public Policies Fostering the Social Economy in Order to Achieve Sustainable Development Goals. The European and Spanish Cases	Rafael Chaves-Avila e Juan Ramon Gallego-Bono	2020
		10. El Balance Social y las relaciones entre los Objetivos de Desarrollo Sostenible y los Principios Cooperativos mediante un Análisis de Redes Sociales	Miguel Ángel Alarcón Conde e Juan Fernando Álvarez Rodríguez	2020
		11. Community-based fisheries organisations and sustainable development: Lessons learned from a comparison between European and Asian countries	Iria García-Lorenzo, Dewan Ahsan e Manuel Varela-Lafuente	2021
		12. Grassroots waste picker organizations addressing the UN sustainable development goals	Jutta Gutberlet	2021
		13. Cooperatives of Mexico: Their Social Benefits and Their Contribution to Meeting the Sustainable Development Goals	Denise Díaz de León, Omar Díaz Fragoso, Igor Rivera e Gibrán Rivera	2021
		14. Strengthening the sustainability of rural electrification projects: Renewable energy, management models and energy transitions in Peru, Ecuador and Bolivia	Pau Lillo, Laia Ferrer-Martí e Marc Juanpera	2021
		15. A Strategy for Sustainable Development of Cooperatives in Developing Countries: The Success and Failure Case of Agricultural Cooperatives in Musambira Sector, Rwanda	Sunghye Moon e Sang-ho Lee	2020

		16. Economía social y solidaria y agroecología en cooperativas de agricultura familiar en Brasil como forma de desarrollo de una agricultura sostenible	Fabio Schwab do Nascimento, Ángel Calle-Collado e Rocío Muñoz Benito	2020
		17. Reconnecting Nature, Farming and Society: Environmental Cooperatives in the Netherlands as Institutional Arrangements for Creating Coherence	Henk Renting e Jan Douwe Van Der Ploeg	2010
		18. COVID-19 Impacts and Sustainability Strategies for Regional Recovery in Southeast Asia: Challenges and Opportunities	Suparak Suriyankietkaew e Suthep Nimsai	2021
Web of Science	Community, Cooperativism e Sustainability	1. Espaços participativos em projetos cooperativos sustentáveis: o caso do projeto Reca, na Amazônia brasileira	Alfredo Alejandro Gugliano, Fabio Rychecki Hecktheuer e Marcio Rogério Gabriel	2021
		2. The emergence of agroecology as a political tool in the Brazilian Landless Movement	Andreas Hernandez	2020
		3. A Régua de Desenvolvimento Territorial Sustentável (RDTs) para o Arquipélago do Bailique e suas implicações na Cooperativa Amazonbai	Francele Benedito Baldez de Sousa, Edson Vicente da Silva e Raimunda Kelly Silva Gomes	2020
BDTD	Preocupação com a comunidade	1. Mapeamento do Global Report Initiative nas Cooperativas Agropecuárias do Estado do Paraná	Marcielle Anzilago	2015
		2. Mecanismo de Desenvolvimento Limpo: Análise através da Ótica do Desenvolvimento Sustentável	Marcos Tavares de Arruda Filho	2013
		3. O Crescimento e Desenvolvimento Sócio-Econômico das Cooperativas Agroindustriais do Oeste do Paraná	Paulo César da Silva Ilha	2010
	Interesse pela comunidade	4. Cooperativas de Crédito do Sicredi/RS e o Crédito Rural: Uma Análise sobre a Produção de Alimentos e Energias Tradicionais e Sustentáveis	Solange Parisoto	2017
		5. Desterritorialização e Reterritorialização das Comunidades atingidas pela Exploração do Carvão Mineral em Moatize, Moçambique	Elmer Agostinho Carlos de Matos	2016
	Comunidade, Cooperativismo e Sustentabilidade	6. Organizações Solidárias em Unidades de Conservação: Os Casos da Associação Bom Sucesso e da Coopetral no Estado do Amapá	Ranielly Coutinho Barbosa	2017
		7. Análise das Cooperativas da Paraíba com foco na Responsabilidade Social Corporativa	Eufrásio Vieira dos Anjos Júnior	2015
		8. Cultura Cooperativista como potencializador de Eficiência Cooperativista: Um Estudo de Caso da Cooperativa de Crédito Sicredi Pioneira	Carlos Daniel Baioto	2018
		9. Sustentabilidade Social: A Percepção dos Cooperados de uma Cooperativa Agrícola do Rio Grande do Sul – Brasil	Ditmar Adalberto Strahl	2019
		10. Fatores Decisórios na Sucessão Geracional dos Filhos de Associados de Cooperativas Agropecuárias	Gabrieli dos Santos Amorim	2020
		11. Capital Social e Desenvolvimento Local: Uma Análise a partir da Atuação da Cooperativa Agrícola Mista de Tomé-Açu (CAMTA), no Município de Tomé-Açu/PA	Maria do Socorro Barbosa Albuquerque	2017
		12. Desenvolvimento Sustentável e o Fornecimento de Produtos da Biodiversidade nas Comunidades Tradicionais da Amazônia	Marcelo Elias dos Santos	2019

	13. Ações Sustentáveis desenvolvidas pela Rede Sociotécnica da Cooperativa Mista Flona Tapajós: Uma Contribuição para o Desenvolvimento Local	Deusa Nara Viana Nobre	2019
	14. Evidências do Impacto do Cooperativismo de Crédito na Agropecuária Brasileira	Amanda Massaneira de Souza Schuntzemberger	2016
	15. Entre a Responsabilidade Social Empresarial (RSE) e o Negócio Social (NS): Estudo de Caso de uma Cooperativa em Açucena – MG	Jéssica da Cruz Batista	2018
	16. Avaliação de Sustentabilidade em Cooperativas de Reciclagem de Porto Alegre/RS	Regiane Juchen Machado Accorsi	2018
	17. Políticas Públicas e Associativismo no Espaço Rural: Análise Comparativa dos Resultados do Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável – Microbacias II – Acesso ao Mercado nos Municípios de Rancharia e Dracena (SP)	Eliane Silva dos Santos	2020
	18. A Sustentabilidade como Estratégia no Cooperativismo: Um Estudo de Caso Único sobre as Práticas Estratégicas de Sustentabilidade em uma Cooperativa de Crédito Brasileira	William Neves dos Santos	2021

APÊNDICE D – Conteúdo Programático da Formação sobre Pragmatismo: Seminários Avançados de Pragmatismo, um percurso formativo sobre pragmatismo nas Ciências Sociais e em Administração

Imagen 25. Momento referente aos Seminários Avançados de Pragmatismo.



Fonte: Arquivo Pessoal.

Formação sobre Pragmatismo: Seminários Avançados de Pragmatismo, um percurso formativo sobre pragmatismo nas Ciências Sociais e em Administração

Período: agosto a novembro de 2020

Horário: 17h30min – 19h30min

Conteúdo Programático da Formação

Encontro 1: 27 de agosto de 2020

Conteúdo: Parte I - Fundamentos de uma epistemologia pragmatista: dos clássicos aos contemporâneos

Objetivo: Promover uma iniciação aos principais filósofos fundadores do pragmatismo — Peirce, James e Dewey.

Encontro 2: 10 de setembro de 2020

Conteúdo: Parte I - Fundamentos de uma epistemologia pragmatista: dos clássicos aos contemporâneos

Objetivo: Discutir o desenvolvimento do pragmatismo nas ciências sociais contemporâneas.

Encontro 3: 17 de setembro de 2020

Conteúdo: Parte I - Fundamentos de uma epistemologia pragmatista: dos clássicos aos contemporâneos

Objetivo: Discutir a dimensão lógica (abdução e investigação) fundamental da epistemologia pragmatista.

Encontro 4: 24 de setembro de 2020

Conteúdo: Parte II - Perspectivas analíticas pragmatistas - Jogos de escala e análise social.

Objetivo: Discutir a elaboração de estudos que abordam simultaneamente fenômenos em

diferentes níveis de análise (micro/meso/macro).

Encontro 5: 01 de outubro de 2020

Conteúdo: Parte II - Perspectivas analíticas pragmatistas –Análise de situações.

Objetivo: Discutir uma dimensão essencial do pragmatismo: as situações.

Encontro 6: 08 de outubro de 2020

Conteúdo: Parte II - Perspectivas analíticas pragmatistas – Etnografia das arenas públicas e importância da descrição densa.

Objetivo: Discutir uma vertente importante do pragmatismo, o estudo das arenas públicas, e também a descrição densa como apresentação e análise nos estudos pragmatistas.

Encontro 7: 15 de outubro de 2020

Conteúdo: Parte II - Perspectivas analíticas pragmatistas – Análise dos dispositivos. Relações humanos e não humanos.

Objetivo: Trabalhar a versão pragmatista de um conceito muito importante nas ciências sociais, com boas possibilidades de aplicação em administração. Discutir uma dimensão analítica bastante empregada no pragmatismo — humanos/não humanos —, a qual vem operando uma revolução nas ciências sociais contemporâneas.

Encontro 8: 22 de outubro de 2020

Conteúdo: Parte III – Aplicações do pragmatismo no campo da administração – Estudo da ação pública.

Objetivo: Trabalhar a abordagem pragmatista da ação pública, sendo esta última uma perspectiva analítica de crescente interesse nas ciências sociais contemporâneas.

Encontro 9: 29 de outubro de 2020

Conteúdo: Parte III – Aplicações do pragmatismo no campo da administração – Estudos da governança ambiental.

Objetivo: Abordar a aplicação do pragmatismo à linha de pesquisa do ORD “Governança Ambiental”, discutindo estudos feitos até o presente.

Encontro 10: 12 de novembro de 2020

Conteúdo: Parte III – Aplicações do pragmatismo no campo da administração – Estudos da sociologia da ciência da administração.

Objetivo: Abordar a aplicação do pragmatismo à linha de pesquisa do ORD “Estudos da sociologia da ciência da administração”, a qual discute a ação dos profissionais do campo da administração no Brasil.

Encontro 11: 19 de novembro de 2020

Conteúdo: Parte III – Aplicações do pragmatismo no campo da administração – Estudos sobre território e desenvolvimento.

Objetivo: Abordar a aplicação do pragmatismo ao tema “Estudos sobre território e desenvolvimento” no Brasil.

Encontro 12: 10 de dezembro de 2020

Objetivo: Encerramento.

APÊNDICE E – Roteiro das Entrevistas

Título da Tese: “Interesse pela Comunidade: Análise dos Empreendimentos Cooperativos Agropecuários e das Práticas Cooperativas em Roraima”.

Doutorando: Hudson do Vale de Oliveira

Professora Orientadora: Maria Carolina Martinez Andion

PERGUNTAS RELACIONADAS AO PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS/AS ENTREVISTADOS/AS

1. Gênero: () Masculino () Feminino () Outro

2. Estado Civil: () Solteiro/a () Casado/a () Divorciado/a ou Separado/a
 () Viúvo () União Estável

3. Faixa Etária: () Até 18 anos () De 19 à 30 anos () De 31 à 40 anos
 () De 41 à 50 anos () De 51 à 60 anos () Mais de 60 anos

4. Escolaridade: () Analfabeto () Ensino Fundamental Completo
 () Ensino Fundamental Incompleto () Ensino Médio Completo
 () Ensino Médio Incompleto () Ensino Superior Completo
 () Ensino Superior Incompleto () Pós-Graduado

5. Composição familiar:

5.1. Quantas pessoas compõem a sua família (morando na mesma casa):

() 1 pessoa () De 2 a 3 pessoas () De 4 a 5 pessoas () Mais de 5 pessoas

5.2. Quantidade de filhos:

() Não tem () De 1 a 2 filhos () De 3 a 4 filhos () Mais de 4 filhos

6. Renda mensal da família (todas as pessoas economicamente ativas que trabalham e mora na mesma casa. Considerar o valor do Salário Mínimo (SM) = R\$ 1.212,00, ou seja, o valor referente ao ano de 2022).

- () Até 1 SM (R\$ 1.212,00) () Até 2 SM (R\$ 2.424,00)
() Até 3 SM (R\$ 3.636,00) () Até 4 SM (R\$ 4.848,00)
() De 5 a 6 SM (De R\$ 6.060,00 a R\$ 7.272,00)
() Acima de 6 SM (Acima de R\$ 7.272,00)

PERGUNTAS RELACIONADAS AO TEMA DA TESE

1. Você é roraimense?

() Sim, de qual município? () Não, o que te trouxe para Roraima?

2. Você já fez ou faz parte de movimentos sociais ou de empreendimentos voltados para a cooperação?

3. Você sempre trabalhou com agropecuária?

4. Você já fez ou faz parte do movimento cooperativista agropecuário?

5. Questões relacionadas às áreas de produção / de criação

5.1. Tem área de produção / criação? Qual o tamanho? Está regularizada?

5.2. O que você produz / cria? Há quanto tempo? Como é feito o manejo da produção / criação (tratos culturais, pragas, doenças, adubação, alimentação, etc.)?

5.3. Tem acesso na propriedade à água? Luz? Internet? Sinal de telefonia?

5.4. Qual a destinação da produção / criação? Como é realizada essa destinação? Há condições adequadas para essa destinação (exemplo: estradas)?

5.5. Já recebeu ou recebe linha de crédito para produzir / criar? Em caso positivo, quais? Em caso negativo, por quais razões?

5.6. Você possui Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP)?

5.7. Quais os desafios da sua produção / criação?

6. É, ou já foi, associado? Cooperado? Vinculado a empreendimentos ou grupos informais? Em caso positivo, como é/foi a experiência (relação com os cooperados, associados, membros do grupo, com os diretores, com os responsáveis, etc.)?

7. Como é / foi a sua trajetória até chegar à associação, na cooperativa ou no grupo informal do qual fez / faz parte? Conhece a história da cooperativa, da associação ou do grupo informal do qual fez / faz parte?
8. Você conhece o cooperativismo agropecuário em Roraima? Faz parte dele? Qual a sua opinião sobre o cooperativismo em Roraima?
9. Como você analisa a participação da cooperativa, da associação ou do grupo informal ou instituição que você representa no movimento cooperativista agropecuário em Roraima?
10. Já ouviu falar sobre os princípios cooperativistas? Em caso positivo, já ouviu falar sobre o princípio do interesse pela comunidade? Se sim, o que acha desse princípio? A cooperativa, associação, grupo informal do qual fez / faz parte realiza práticas relacionadas à esse princípio?
11. Conhece o PAA? Como teve conhecimento do PAA? Já fez ou faz parte do PAA? Como foi / é sua experiência com o PAA? PNAE?
12. Conhece o PNAE? Como teve conhecimento do PNAE? Já fez ou faz parte do PNAE? Como foi / é sua experiência com o PNAE?
13. Quais os desafios para se produzir no local onde você está inserido (assentamento, comunidade indígena, entre outros)?

APÊNDICE F – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

Prezado (a) Senhor (a),

O (A) Senhor (a) está sendo convidado (a) a participar do estudo intitulado “INTERESSE PELA COMUNIDADE: ANÁLISE DOS EMPREENDIMENTOS COOPERATIVOS AGROPECUÁRIOS E DAS PRÁTICAS COOPERATIVISTAS EM RORAIMA”, sob a responsabilidade do pesquisador HUDSON DO VALE DE OLIVEIRA, doutorando do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), sob a orientação da Profa. Dra. MARIA CAROLINA MARTINEZ ANDION.

Este estudo tem por objetivo geral “compreender se e como o sétimo princípio do movimento cooperativista é praticado nas cooperativas agropecuárias do estado de Roraima e quais os efeitos disso sobre as dinâmicas de desenvolvimento nas comunidades em que atuam”.

A realização deste estudo se justifica porque teoricamente poderá contribuir para o debate acerca do sétimo princípio do cooperativismo, por meio da tentativa de compreender como este se expressa nas práticas do cooperativismo agropecuário do estado de Roraima. Ademais, na prática, esse olhar para o Norte do país, especificamente para o estado de Roraima, contribuirá para a realização de um panorama do cooperativismo agropecuário do estado, possibilitando, portanto, o estudo do setor, em função da análise panorâmica proposta.

Assim, especificamente, com esse panorama, o estudo focado nas práticas das cooperativas e dos empreendimentos cooperativos agropecuários à luz do sétimo princípio, possibilitará elementos para buscar compreender como este princípio tem sido pensado e aplicado, considerando tanto cooperativas que sejam mais consolidadas, formalizadas, geralmente vinculadas à OCB, quanto empreendimentos cooperativos que se inserem no novo cooperativismo, ou seja, estão mais enraizados nas comunidades.

Em razão da participação no estudo, pontuamos que são possíveis os seguintes riscos: constrangimento ou vergonha ao ser entrevistado; receio de possíveis consequências decorrentes de suas respostas; sentir-se com a privacidade invadida; e eventual quebra de sigilo. Porém, como medidas previstas em relação aos riscos mencionados, estaremos: estabelecendo uma relação colaborativa e de respeito mútuo pesquisador / participante, atentando para os diferentes níveis de valores sociais, intelectuais, a diversidade cultural, os distintos aspectos éticos, morais, os estados psicológicos, a espiritualidade ou mesmo a

religiosidade. Nesse sentido, o pesquisador estará atento para evitar que algum destes aspectos venha a se tornar causa de constrangimento às / aos participantes do estudo. Ademais, informamos que garantiremos o anonimato dos / as participantes.

Sua participação é voluntária e, caso concorde em participar, você estará colaborando com um estudo que, após o levantamento e a análise das informações, proporcionará a compreensão acerca de se e como o sétimo princípio do movimento cooperativista é praticado nas cooperativas agropecuárias do estado de Roraima e quais os efeitos disso sobre as dinâmicas de desenvolvimento nas comunidades em que atuam.

Ressaltamos que você tem a plena liberdade para decidir sobre a sua participação, podendo retirar o seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, sem nenhum prejuízo a sua pessoa. Em todo caso, destacamos que apenas os resultados da pesquisa serão analisados e divulgados, permanecendo a identidade e os dados pessoais dos / as participantes mantidos em total sigilo e privacidade durante todas as fases de desenvolvimento do estudo.

Os / as participantes do estudo não receberão nenhuma retribuição de ordem financeira ou material, bem como também não terão nenhuma despesa desta mesma ordem. Ademais, destacamos que as informações fornecidas neste estudo poderão, posteriormente, ser utilizadas em trabalhos científicos e acadêmicos.

Para quaisquer esclarecimentos adicionais, você poderá entrar em contato com o pesquisador Hudson do Vale de Oliveira, pelo telefone: (95) 98121-5724 (inclusive ligações a cobrar) e / ou e-mail: hudson.oliveira@ifrr.edu.br.

Assim, caso aceite participar do estudo, assine ao final deste documento, que consta em duas vias. Uma via ficará com você e outra com o pesquisador responsável. Porém, em caso de não aceitação em participar da pesquisa, não haverá qualquer espécie de penalidade a sua pessoa.

Consentimento Pós-Informação:

Eu, _____, portador (a) do RG nº _____ aceito participar do estudo intitulado “INTERESSE PELA COMUNIDADE: ANÁLISE DOS EMPREENDIMENTOS COOPERATIVOS AGROPECUÁRIOS E DAS PRÁTICAS COOPERATIVISTAS EM RORAIMA”, que tem o objetivogeral de “compreender se e como o sétimo princípio do movimento cooperativista é

praticado nas cooperativas agropecuárias do estado de Roraima e quais os efeitos disso sobre as dinâmicas de desenvolvimento nas comunidades em que atuam”.

Afirmo que fui informado (a) sobre o que o pesquisador quer fazer e porque precisa da minha colaboração, assim como entendi que a minha participação não me acarretará nenhum ônus financeiro, nem vou receber nenhuma remuneração por ela, sendo-me assegurado o anonimato e, também, que posso sair da pesquisa, cancelando a minha participação, quando quiser sem nenhum tipo de prejuízo.

Data: ____ / ____ / ____

Assinatura do Pesquisador

Assinatura do Participante

APÊNDICE G – Relação dos/as Entrevistados/as

Quadro 14. Entrevistados/as participantes do estudo

Participantes do Estudo	Descrição dos/as Participantes
Entrevistado/a 1 – 4	Produtores/as rurais cooperados/as
Entrevistado/a 5 – 6	Produtores/as rurais cooperados/as (membro da diretoria)
Entrevistado/a 7 – 10	Produtores/as rurais cooperados/as
Entrevistado/a informante 1	Professor/a da UFRR
Entrevistado/a informante 2	Servidor/a da SEAPA
Entrevistado/a informante 3	Servidor/a da Prefeitura Municipal de Boa Vista
Entrevistado/a 11 – 13	Funcionários da cooperativa
Entrevistado/a 14	Produtor/a rural cooperado/a
Entrevistado/a informante 4	Servidor/a da CONAB
Entrevistado/a 15	Produtor/a rural cooperados (membro da diretoria)
Entrevistado/a 16 – 18	Produtores/as rurais cooperados/as
Entrevistado/a informante 5	Professor/a da IFRR
Entrevistado/a 19 – 20	Produtores/as rurais cooperados/as (membro da diretoria)
Entrevistado/a informante 6	Servidor/a municipal (Boa Vista) envolvido/a com o PAA
Entrevistado/a 21 – 26	Produtores/as rurais cooperados/as
Entrevistado/a informante 7	Servidor/a envolvido/a com o PNAE
Entrevistado/a informante 8	Servidor/a municipal (Boa Vista) envolvido/a com o PAA
Entrevistado/a informante 9	Servidor/a do IATER
Entrevistado/a 27 – 31	Produtores/as rurais da comunidade indígena
Entrevistado/a informante 10	Professor/a da EAGRO/UFRR
Entrevistado/a 32 – 33	Moradores da comunidade indígena
Entrevistado/a informante 11	Servidor/a do Governo do Estado
Entrevistado/a informante 12	Servidor/a envolvido/a com o PNAE
Entrevistado/a 34 – 39	Produtores/as rurais da comunidade indígena
Entrevistado/a 40 – 41	Moradores da comunidade indígena
Entrevistado/a informante 13	Servidor/a municipal (Boa Vista) envolvido/a com o PAA
Entrevistado/a informante 14	Servidor/a da SEAPA
Entrevistado/a informante 15	Servidor/a envolvido/a com o PNAE
Total de Entrevistados/as	41
Total de Entrevistados/as informantes	15
Total Geral de Participantes	56

APÊNDICE H – Relação das Associações Agropecuárias (ativas e inativas) de Roraima

Quadro 15. Associações Agropecuárias (ativas e inativas) de Roraima

Nº	Situação	Associação	Município
1	Ativa	Associação dos Produtores Rurais Nova Vida	Alto Alegre
2	Inativa	Associação dos Produtores Rurais da Vicinal São Raimundo	Alto Alegre
3	Inativa	Associação dos Trabalhadores Rurais de Agricultura Familiar do Projeto de Assentamento Vida Nova	Alto Alegre
4	Inativa	Associação Rural dos Moradores do Assentamento Novo Planalto	Alto Alegre
5	Inativa	Associação dos Produtores Rurais da Vicinal Santa Rita	Alto Alegre
6	Ativa	Associação Renascer dos Produtores Rurais do PA Paredão e Região Alto Alegre-RR	Alto Alegre
7	Inativa	Associação dos Produtores Rurais da Comunidade de São Paulo	Alto Alegre
8	Inativa	Associação dos Agricultores Familiares Juntos Para Vencer	Alto Alegre
9	Inativa	Associação dos Agricultores e Agricultoras Familiares da Vicinal 06 do PA - Paredão	Alto Alegre
10	Inativa	Associação dos Produtores Rurais da Maloca da Anta	Alto Alegre
11	Inativa	Associação dos Produtores Rurais do Cauamezinho	Alto Alegre
12	Inativa	Associação dos Produtores e Pecuaristas da Vicinal 01 Alto Alegre	Alto Alegre
13	Inativa	Associação dos Agricultores do Paredão Novo Vicinal 3	Alto Alegre
14	Inativa	Associação dos Produtores Rurais do Novo Milênio, Paredão Novo	Alto Alegre
15	Ativa	Associação Recrear Familiar em Ação do Município de Alto Alegre	Alto Alegre
16	Ativa	Associação dos Produtores Rurais do Médio	Alto Alegre
17	Ativa	Organização Indígena dos Anciões da Maloca da Barata	Alto Alegre
18	Inativa	Associação dos Agricultores Familiares Novo Horizonte da Vicinal 02 do PA Paredão Novo	Alto Alegre
19	Ativa	Associação dos Produtores Rurais do Trairão	Amajari
20	Ativa	Associação dos Produtores e Criadores de Hortifrutigranjeiros e Suínos	Amajari
21	Ativa	Associação dos Agricultores e Piscicultores Familiares dos Moradores da Comunidade Indígena do Araçá	Amajari
22	Inativa	Associação dos Produtores do Vale Pau-Baru	Amajari
23	Inativa	Associação dos Pequenos Agricultores Rurais - APROAMA	Amajari
24	Inativa	Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Trairão II	Amajari
25	Ativa	Associação dos Produtores Rurais do Tomas Amajari	Amajari
26	Inativa	Associação dos Produtores Rurais do Vale	Amajari
27	Inativa	Associação dos Produtores e Piscicultores Rurais da Vicinal Ametista	Amajari
28	Ativa	Associação de Produtores Rurais da Comunidade Indígena Ponta da Serra	Amajari
29	Inativa	Associação de Desenvolvimento dos Moradores do Tepequém	Amajari

30	Ativa	Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Amajari	Amajari
31	Inativa	Associação dos Agricultores Familiares Novo Amanhã do PA Bom Jesus 02	Amajari
32	Ativa	Associação dos Agricultores Familiares do PA Tepequéém	Amajari
33	Ativa	Associação de Mulheres e Homens Empreendedores Rurais Ungidos do Estado de Roraima	Boa Vista
34	Ativa	Associação dos Produtores Rurais da Agricultura Familiar	Boa Vista
35	Inativa	Associação dos Produtores Rurais Unidos Para Vencer da Água Boa	Boa Vista
36	Inativa	Associação dos Agricultores da Região do Anzol	Boa Vista
37	Ativa	Associação Alternativa de Hortifrutigranjeiros de Boa Vista - AHBVE	Boa Vista
38	Ativa	Associação dos Produtores Rurais do Baixadão do Bem-Ti-Vi	Boa Vista
39	Inativa	Associação de Produtores do Água Boa	Boa Vista
40	Inativa	Associação para Desenvolvimento Sustentável em Roraima	Boa Vista
41	Ativa	Associação dos Agricultores Familiares do Polo I do Projeto de Assentamento Nova Amazônia	Boa Vista
42	Inativa	Associação dos Produtores Rurais do Norte de Roraima	Boa Vista
43	Ativa	Associação dos Agricultores Familiares do Polo 5 - Terra do Projeto de Assentamento Nova Amazônia - ASALET	Boa Vista
44	Inativa	Associação Agropecuária dos Hortifrutigranjeiros do Igarapé Preto	Boa Vista
45	Ativa	Associação dos Apicultores e Produtores de Roraima – ASAP	Boa Vista
46	Ativa	Associação dos Agricultores Familiares do Povo IV do Projeto de Assentamento Nova Amazônia - AACFP-IV	Boa Vista
47	Ativa	Associação dos Produtores Rurais do Passarão	Boa Vista
48	Ativa	Associação Setentrional de Apicultores de Roraima	Boa Vista
49	Ativa	Associação dos Agricultores Familiares Renascer de Iracema	Boa Vista
50	Inativa	Associação dos Produtores Rurais da Colônia Santa Fé	Boa Vista
51	Inativa	Associação dos Pequenos Produtores Rurais Unidos da Zona Rural - UASPR	Boa Vista
52	Ativa	Associação dos Trabalhadores e Trabalhadores Rurais em Regime Familiar do PA Amazônia I	Boa Vista
53	Ativa	Associação dos Produtores Hortifrutigranjeiros de Boa Vista	Boa Vista
54	Ativa	Associação Agropecuária do PA Nova Amazônia da Vila do Sol	Boa Vista
55	Ativa	Associação dos Produtores Rurais Nova Amazônia I	Boa Vista
56	Inativa	Associação dos Produtores Familiares do Bairro Senador Hélio Campos – ASPROSHC	Boa Vista
57	Ativa	Associação dos Moradores e Produtores Rurais da Região do Murupu	Boa Vista
58	Ativa	Associação dos Produtores Rurais do Jardim das Copábas	Boa Vista
59	Ativa	Associação dos Produtores Indígenas da Serra da Moça – APISM	Boa Vista
60	Inativa	Associação dos Trabalhadores e Trabalhadoras em Agricultura Familiar	Boa Vista
61	Ativa	Associação Agropecuária do Projeto de Assentamento Nova Amazônia Polo II Vila Tropical - AASPANA	Boa Vista
62	Ativa	Associação das Mulheres Empreendedoras do Bairro Pedra Pintada	Boa Vista

63	Ativa	Associação dos Moradores, Agricultores/as e Produtores/as Rurais da Vicinal Ametista, Agrovila Altamira da Ametista/Terra Firme	Boa Vista
64	Inativa	Associação dos Hortifrutigranjeiros Campos Verdes do Bairro Senador Hélio Campos	Boa Vista
65	Inativa	Associação dos Produtores e Agricultores do Passarão Vicinal 01	Boa Vista
66	inativa	Associação dos Produtores Rurais Nova Liberdade do Projeto de Assentamento Maranhão	Boa Vista
67	Ativa	Associação dos Trabalhadores Rurais na Agricultura Familiar do Estado de Roraima	Boa Vista
68	Inativa	Associação dos Agricultores Familiares do Bom Intento e Água Santa	Boa Vista
69	Ativa	Associação dos Hortifrutigranjeiros Orgânicos – AHOBV	Boa Vista
70	Ativa	Associação das Famílias de Agricultores da RR 342 – ASSFAGRI	Boa Vista
71	Inativa	Associação dos Produtores Hortifrutigranjeiros do Assentamento Girassol – APROHFAG	Boa Vista
72	Inativa	Associação dos Produtores de Hortifrutigranjeiro do Bom Intento e Bela Vista	Boa Vista
73	Inativa	Associação de Agricultores Hortifrutigranjeiros Verde é Vida e Vida é Verde	Boa Vista
74	Inativa	Associação dos Produtores Rurais da Vicinal 28 RR 170	Boa Vista
75	Inativa	Associação dos Produtores e Criadores Indígenas da Comunidade Santa Rita	Boa Vista
76	Inativa	Associação dos Excluídos das Áreas Indígenas do Estado de Roraima	Boa Vista
77	Inativa	Associação de Produtores rurais, Indígenas e não Indígenas, da Comunidade de Truarú e não Indígenas da Comunidade de Truarú	Boa Vista
78	Inativa	Associação dos Agricultores Familiares de Água Boa do Bom Intento e Água Santa	Boa Vista
79	Inativa	Associação dos Produtores Rurais da Região do Limão	Boa Vista
80	Ativa	Associação dos Agricultores Familiares Indígenas da Comunidade do Pium	Bonfim
81	Ativa	Associação Municipal de Hortifrutigranjeiro	Bonfim
82	Ativa	Associação da Agricultura Familiar do PA Caju	Bonfim
83	Inativa	Associação de Moradores Agricultores da Área Devoluta no Complexo Caju	Bonfim
84	Inativa	Associação dos Produtores Rurais da vila São Domingos Serra	Bonfim
85	Inativa	Associação dos Agricultores Familiares da Vila Santa Luzia PA Taboca	Bonfim
86	Inativa	Associação dos Produtores Rurais da Colônia Renascer	Bonfim
87	Inativa	Associação dos Agricultores Familiares Frutos da Terra	Bonfim
88	Inativa	Associação Roraimense de Pecuária e Agricultura	Bonfim
89	Ativa	Associação dos Produtores Rurais da Região da Serra do Tucano	Bonfim
90	Inativa	Associação dos Ruralistas Autônomos do Tucano	Bonfim
91	Inativa	Associação dos Produtores Rurais da Região do Tucano	Bonfim
92	Ativa	Associação dos Produtores Rurais de Bonfim	Bonfim
93	Ativa	Associação dos Produtores Rurais da Vicinal 2 do Projeto de Assentamento Vilena	Bonfim
94	Ativa	Associação dos Agricultores Familiares Indígenas do Jabuti	Bonfim
95	Ativa	Associação da Agricultura Familiar do Renascer e Entorno	Bonfim
96	Inativa	Associação dos Produtores do PA Caju	Bonfim

97	Inativa	Associação dos Produtores Rurais da Serra da Lua Região Dormida	Bonfim
98	Inativa	Associação dos Produtores Rurais da Colônia Nova Esperança	Bonfim
99	Inativa	Associação dos Agricultores Familiares Amigos da Terra	Bonfim
100	Ativa	Associação do Polo Agrícola do Tucano	Bonfim
101	Inativa	Associação dos Produtores do Condomínio Rural Irmãos Veras	Bonfim
102	Inativa	Associação dos Agricultores Familiares do Projeto Renascer	Bonfim
103	Ativa	Associação Boa Esperança (ABE) dos Produtores Rurais dos PA 01, 02, 03 de Vila Vilena	Bonfim
104	Ativa	Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Agricultura Familiar da Água Quente – APPRAFAQ	Bonfim
105	Ativa	Associação dos Produtores Rurais da Nova Canaã Serra Grande II	Cantá
106	Ativa	Associação São Raimundo de Produtores Rurais da Vicinal 01 e 02	Cantá
107	Ativa	Associação dos Produtores Rurais e Extrativista do Baruana – APROB	Cantá
108	Inativa	Associação dos Agricultores do Projeto Seringueira	Cantá
109	Inativa	Associação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar da Vicinal Rio Branco	Cantá
110	Ativa	Associação dos Agricultores Familiares do Projeto de Assentamento Jacamim	Cantá
111	Ativa	Associação dos Agricultores Familiares da Vicinal 09 – Ramal do Carlinhos	Cantá
112	Ativa	Associação dos Agricultores do PA Jenipapo	Cantá
113	Inativa	Associação dos Produtores Rurais da Vicinal 08 – Confiança III	Cantá
114	Inativa	Associação dos Chacareiros da Vila Central	Cantá
115	Ativa	Associação dos Pequenos Agricultores do Projeto de Assentamento Caferâna	Cantá
116	Ativa	Associação dos Agricultores Familiares do Travessão da Vicinal 09 do PA Caxias	Cantá
117	Inativa	Associação Fé em Deus	Cantá
118	Inativa	Associação dos Agricultores Familiares do Projeto PA Tatajuba	Cantá
119	Ativa	Associação dos Produtores Rurais Unidos venceremos da Vicinal 11 do Picadão	Cantá
120	Inativa	Associação dos Produtores Rurais Bom Futuro do PA União	Cantá
121	Ativa	Associação dos Produtores Rurais da Vicinal 17 do Projeto de Assentamento Pau Rainha	Cantá
122	Ativa	Associação União dos Produtores Rurais Vicinal 21 Gleba Baraúna – Confiança 3	Cantá
123	Ativa	Associação dos Agricultores Familiares do PA Caxias da Vicinal 09	Cantá
124	Ativa	Associação dos Agricultores Familiares da BR 432 – Vila São Jose	Cantá
125	Inativa	Associação dos Produtores Rurais Serra Azul	Cantá
126	Inativa	Associação dos Produtores Rurais Santos Dumont	Cantá
127	Inativa	Grupo de Trabalhadoras Rurais da Vila Aguiar	Cantá
128	Inativa	Associação dos Agricultores do Projeto de Assentamento Pau Rainha	Cantá
129	Inativa	Associação dos Produtores Rurais da Serra Bonita	Cantá

130	Inativa	Associação do Produtor Rural Unidos pelo Progresso Vicinal 10	Cantá
131	Inativa	Associação de Produtores Rurais Terra Viva	Cantá
132	Inativa	Associação dos Produtores e Produtoras Rurais do Projeto União	Cantá
133	Inativa	Associação dos Produtores Rurais Terra Nova	Cantá
134	Inativa	Associação dos Produtores Rurais União da Vicinal 15, RR 170	Cantá
135	Ativa	Associação dos Produtores Rurais do Projeto União	Cantá
136	Inativa	Associação dos Oleiros Autônomos do Município do Cantá	Cantá
137	Inativa	Associação dos Moradores e Moradoras da Vila Pau Brasil – AMMVPB	Cantá
138	Ativa	Associação dos Agricultores Para União e Progresso da Vicinal 2 da Confiança III	Cantá
139	Inativa	Associação dos Produtores Rurais da Vicinal 01 Confiança III	Cantá
140	Inativa	Associação dos Produtores Rurais da Vicinal 18	Cantá
141	Inativa	Associação dos Produtores Rurais da Vicinal 06 Confiança III	Cantá
142	Ativa	Associação de Agricultores Familiares Renascer	Cantá
143	Ativa	Associação dos Agricultores Familiares da Confiança III Vicinais 01, 02 e 06	Cantá
144	Inativa	Associação dos Produtores Rurais do Projeto Jatobá	Cantá
145	Inativa	Associação dos Trabalhadores Rurais Familiares do Projeto Caxias Vicinal 09	Cantá
146	Ativa	Associação dos Produtores Indígenas de Taba Lascada – APIT	Cantá
147	Inativa	Associação dos Produtores Rurais do Projeto Taboca	Cantá
148	Inativa	Associação Comunidade Unida dos/as Chacareiros/as	Cantá
149	Ativa	Associação dos Agricultores Familiares Nova Vida do PA Jatobá I	Cantá
150	Inativa	Associação dos Produtores Rurais Bom Futuro do PA União	Cantá
151	Inativa	Associação dos Produtores do Projeto de Assentamento Esperança	Cantá
152	Inativa	Associação dos Produtores Rurais Nova Canaã – Projeto Serra	Cantá
153	Ativa	Associação dos Produtores Agrícolas do Projeto Taboca	Cantá
154	Inativa	Associação dos Agricultores do Projeto de Assentamento Pau Rainha	Cantá
155	Ativa	Associação dos Pequenos Agricultores do PA Seringueira – Vicinal 13	Cantá
156	Ativa	Associação de Mulheres Trabalhadoras Cantaenses – AMTC	Cantá
157	Inativa	Associação de Trabalhadores Rurais Cinco Serras	Cantá
158	Inativa	Associação dos Pequenos Produtores e Trabalhadores Rurais e Extrativistas do Projeto Taboca	Cantá
159	Inativa	Associação dos Trabalhadores Rurais das Vicinais FP 1, FP 2 e FP 3	Cantá
160	Inativa	Associação de Produtores Rurais faz a Força da Vicinal 11, Confiança III	Cantá
161	Inativa	Associação dos Produtores Rurais – RR 170	Cantá
162	Inativa	Associação dos Produtores Rurais Bom Futuro Serra Verde	Cantá
163	Inativa	Associação dos Agricultores do PA Pau Rainha	Cantá

164	Inativa	Associação dos Agricultores Familiares Ação Rural	Cantá
165	Inativa	Associação dos Produtores Rurais do Ita	Caracaraí
166	Inativa	Associação dos Agricultores Familiares do PA Cupiúba, BR 432	Caracaraí
167	Ativa	Associação Comunitária da Comunidade de Vista Alegre do Município de Caracaraí – ACVA	Caracaraí
168	Inativa	Associação de Produtores Rurais da Comunidade de Novo Paraíso	Caracaraí
169	Inativa	Associação dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do Cujubim Beira Rio	Caracaraí
170	Ativa	Associação dos Agricultores e Pescadores de Vista Alegre – AAVA	Caracaraí
171	Inativa	Associação dos Pequenos Agricultores do Projeto de Assentamento Castanheira – ASPA – PA Castanheira	Caracaraí
172	Inativa	Associação dos Pequenos Agricultores do Projeto de Assentamento Entre Serras	Caracaraí
173	Inativa	Associação dos Produtores Rurais força e trabalho da Vicinal Novo Paraíso, RR 170, KM 59	Caracaraí
174	Ativa	Associação Canaã dos Agricultores da Agricultura Familiar de Caracaraí	Caracaraí
175	Inativa	Associação dos Produtores Rurais do Distrito de São José	Caracaraí
176	Ativa	Associação dos Produtores Rurais do Projeto Arco-Íris	Caracaraí
177	Inativa	Associação dos Produtores Rurais do Projeto de Assentamento Cujubim	Caracaraí
178	Ativa	Associação dos Moradores da Comunidade de Xeriuini	Caracaraí
179	Inativa	Associação dos Produtores Rurais da Vicinal 31	Caracaraí
180	Ativa	Associação dos Produtores Rurais da Colônia Novo Paraíso – APPROCNOP	Caracaraí
181	Ativa	Associação da Comunidade e Agricultores Familiares do Distrito de Nova Petrolina do Norte	Caracaraí
182	Ativa	Associação de Produtores Rurais de Terra Preta – APRTP	Caracaraí
183	Inativa	Associação dos Agricultores do Projeto de Assentamento Rio Dias	Caracaraí
184	Ativa	Associação dos Agricultores Familiares do Projeto de Assentamento da RR-170	Caracaraí
185	Inativa	Associação dos Produtores Rurais da Vila Cachoeirinha – Baixo Rio Branco	Caracaraí
186	Inativa	Associação dos Agricultores Familiares das Vicinais 20 e 21 do PA Caferâna	Caracaraí
187	Inativa	Associação dos Produtores Rurais do Apuruí	Caracaraí
188	Inativa	Associação dos Agricultores Familiares Beira Rio – AAFAFABRIO	Caracaraí
189	Inativa	Associação dos Produtores Rurais da Vicinal 03 Perimetral Norte	Caracaraí
190	Inativa	Associação Sucupira dos Produtores Rurais da Vicinal 031, RR 170, KM 159	Caracaraí
191	Inativa	Associação dos Produtores Rurais da RR 170, KM 98	Caracaraí
192	Ativa	Associação Comunitária dos Agricultores e Pescadores da Agrovila do Baruana	Caracaraí
193	Ativa	Associação dos Produtores Rurais de Serra Dourada	Caracaraí
194	Inativa	Associação de Agricultores e Pescadores do Água Boa	Caracaraí
195	Inativa	Associação dos Trabalhadores Rurais Nova Esperança da Região de Novo Paraíso	Caracaraí
196	Ativa	Associação dos Agricultores Familiares do Rio Dias	Caracaraí

197	Inativa	Associação dos Pequenos Agricultores da Vicinal 01 e Travessões – Projeto Ita	Caracaraí
198	Inativa	Associação das Mulheres Rurais de Entre Rios	Caroebe
199	Inativa	Associação dos Agricultores do Caroebe	Caroebe
200	Ativa	Associação dos Produtores Rurais da Vicinal 06	Caroebe
201	Inativa	Associação da Casa Familiar Rural de Caroebe	Caroebe
202	Inativa	Associação dos Agricultores Rurais da Vicinal 05	Caroebe
203	Ativa	Associação dos Pequenos Produtores de Banana Entre Rios	Caroebe
204	Inativa	Associação dos Produtores Rurais Esperança da Vicinal 04	Caroebe
205	Inativa	Associação dos Agricultores Familiares da Vicinal 17 do Repartimento	Iracema
206	Inativa	Associação de Produtores Rurais da Vicinal 03 de Iracema	Iracema
207	Ativa	Associação dos Agricultores Nova Esperança do PA Jao	Iracema
208	Ativa	Associação dos Produtores Rurais do PA Massaranduba da Colônia Campinas	Iracema
209	Inativa	Associação dos Trabalhadores em Hortifrutí e Jardinagem do Município de Iracema/RR	Iracema
210	Ativa	Associação dos Trabalhadores e Trabalhadoras Organizados da Agricultura Familiar da Vicinal 05 do PA Maranhão do Roxinho	Iracema
211	Ativa	Associação Sustentável dos Produtores e Produtoras Rurais do Projeto de Assentamento Massaranduba	Iracema
212	Inativa	Associação dos Produtores Rurais Modelo Ribeiro Campos	Iracema
213	Inativa	Associação dos Produtores Rurais do Ramal Cafelândia	Iracema
214	Inativa	Agroclube de Campos Novos	Iracema
215	Ativa	Associação dos Produtores Rurais do Repartimento da Comunidade da Vicinal 14	Iracema
216	Inativa	Associação dos Produtores Rurais da Vicinal 12	Iracema
217	Inativa	Associação dos Pequenos Produtores Rurais das Vicinais de Iracema	Iracema
218	Inativa	Associação dos Agricultores Familiares Verdes Mares	Iracema
219	Ativa	Associação dos Agricultores Familiares do Projeto Talismã	Mucajáí
220	Ativa	Associação de Produtores Rurais Comunidade dos Sonhos	Mucajáí
221	Inativa	Associação dos Produtores Rurais da Vicinal 02 do Roxinho	Mucajáí
222	Inativa	Associação dos Produtores Rurais da Vicinal 20 do Apiaú	Mucajáí
223	Inativa	Associação dos Produtores e Piscicultores Familiares do PA Samaúma	Mucajáí
224	Inativa	Associação dos Produtores Rurais do Apiaú	Mucajáí
225	Inativa	Associação dos Agricultores Familiares Nova Era da Vicinal 05 PA Samaúma	Mucajáí
226	Inativa	Associação Comunitária da Vila Almirante Tamandaré	Mucajáí
227	Inativa	Associação Canta Galo dos Agricultores da Vicinal 01 Tamandaré	Mucajáí
228	Ativa	Associação dos Agricultores e Agricultoras Familiares da Vicinal 01 do Apiaú	Mucajáí
229	Inativa	Associação dos Produtores Rurais da Vicinal 19	Mucajáí
230	Ativa	Associação dos Apicultores de Mucajáí	Mucajáí

231	Inativa	Associação de Preservação Ambiental do Apiaú	Mucajáí
232	Inativa	Associação Renascer de Produtores Rurais da Vicinal 25 do Apiaú	Mucajáí
233	Inativa	Associação dos Agricultores Beira Rio Vicinal 06	Mucajáí
234	Ativa	Associação de Produtores Rurais da Jaciparana e Macuxi	Mucajáí
235	Ativa	Associação dos Agricultores Familiares Rei do Campo	Mucajáí
236	Ativa	Associação dos Produtores Rurais da Colônia Serra Dourada Tamandaré	Mucajáí
237	Ativa	Associação dos Agricultores Familiares da Vicinal 14 do Apiaú	Mucajáí
238	Inativa	Associação União dos Parceleiros do PA Samaúma	Mucajáí
239	Inativa	Associação dos Produtores Rurais Frente de Trabalho	Mucajáí
240	Inativa	Associação dos Trabalhadores Rurais da Vicinal 02 PA Samaúma	Mucajáí
241	Ativa	Associação de Produtores Rurais da Colônia Almirante Tamandaré	Mucajáí
242	Inativa	Associação dos Produtores Rurais da Comunidade Vila Nova	Mucajáí
243	Ativa	Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais	Mucajáí
244	Inativa	Associação dos Produtores Rurais Unidos Venceremos do Apiaú	Mucajáí
245	Inativa	Associação dos Produtores Rurais da Colônia do Apiaú	Mucajáí
246	Inativa	Associação dos Produtores Rurais Terra Fértil da Vicinal 15	Mucajáí
247	Inativa	Associação de Produtores Rurais Nova Esperança Vicinal 25 Apiaú	Mucajáí
248	Ativa	Associação dos Agricultores Familiares do PA Samaúma Vicinal 15	Mucajáí
249	Ativa	Associação dos Trabalhadores Rurais Nova Vida da Vicinal 09 Apiaú	Mucajáí
250	Inativa	Associação Regional dos Trabalhadores Indígenas PA Desenvolvimento	Normandia
251	Inativa	Associação dos Pescadores Profissionais do Município de Normandia	Normandia
252	Ativa	Associação dos Produtores Rurais do Município de Normandia	Normandia
253	Ativa	Aliança de Integração e Desenvolvimento das Comunidades Indígenas de Roraima	Pacaraima
254	Inativa	Associação dos Trabalhadores Rurais da Vicinal 08 de Martins Pereira	Rorainópolis
255	Inativa	Associação de Produtores de Peixe e Açaí da Vicinal 39 Nova Colina	Rorainópolis
256	Inativa	Associação dos Produtores Rurais da Comunidade de Samaúma	Rorainópolis
257	Inativa	Associação da Agricultura Familiar da Vicinal 04	Rorainópolis
258	Inativa	Associação dos Produtores Rurais de Nova Colina	Rorainópolis
259	Inativa	Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Vicinal 19	Rorainópolis
260	Inativa	Associação dos Produtores Rurais do Jundiá	Rorainópolis
261	Ativa	Associação de Agricultores Familiares e Produtores Rurais do Estado de Roraima	Rorainópolis
262	Inativa	Associação dos Produtores Rurais da Vicinal 11 do Município de Rorainópolis	Rorainópolis
263	Ativa	Associação dos Produtores Rurais do Projeto Integração da Vicinal 16 de Vila Nova Colina	Rorainópolis

264	Inativa	Associação dos Produtores Rurais da Vicinal 1 do PA Equador	Rorainópolis
265	Inativa	Associação dos Agricultores Familiares da Vicinal 36	Rorainópolis
266	Inativa	Associação dos Agricultores e Agricultoras Familiares do Projeto de Assentamento Muriru	Rorainópolis
267	Inativa	Clube de Mulheres Agricultoras Esperança da Vicinal 03	Rorainópolis
268	Ativa	Associação dos Agricultores e Agricultoras Familiares do Projeto de Assentamento Curupira de Rorainópolis	Rorainópolis
269	Inativa	Associação dos Produtores Rurais da Colônia do Miang	Rorainópolis
270	Inativa	Associação dos Agricultores Familiares do Projeto de Assentamento Anauá do Município de Rorainópolis	Rorainópolis
271	Ativa	Associação dos Produtores Rurais da RR 211 – Projeto Jundiá – APRORJ	Rorainópolis
272	Ativa	Associação dos Agricultores e Agricultoras Familiares Boa Esperança do Projeto de Assentamento Integração – APRUBE	Rorainópolis
273	Ativa	Associação dos Produtores Rurais Nossa Senhora da Salete da Vicinal 01	Rorainópolis
274	Inativa	Associação dos Produtores Rurais da Vicinal 17 Martins Pereira	Rorainópolis
275	Inativa	Associação dos Agricultores e Agricultoras Familiares do Projeto de Assentamento Equador	Rorainópolis
276	Inativa	Associação Visão Brasil dos Agricultores de Samaúma	Rorainópolis
277	Inativa	Associação dos Agricultores Familiares da Vicinal 10	Rorainópolis
278	Inativa	Associação dos Produtores Rurais do Projeto Ladeirão	Rorainópolis
279	Ativa	Central das Organizações Rurais de Rorainópolis	Rorainópolis
280	Inativa	Associação de Preservação Ambiental e Extrativista Comunitária do Estado de Roraima – APAEC/RR	Rorainópolis
281	Inativa	Associação dos Produtores Rurais da Vicinal Trairi BR 174 e Rio dos Peixes	Rorainópolis
282	Inativa	Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Vicinal 25	Rorainópolis
283	Ativa	Associação Bom Jesus dos Pequenos Produtores Rurais da Vicinal 14	Rorainópolis
284	Ativa	Associação Estrelas do Sul do Município de Rorainópolis/RR	Rorainópolis
285	Inativa	Associação dos Agricultores e Agricultoras Familiares do Projeto de Assentamento Tucumã – ASAFPT	Rorainópolis
286	Inativa	Associação dos Produtores Rurais e Apicultores da Vila Equador	Rorainópolis
287	Inativa	Associação dos Produtores Rurais Vicinal 03	Rorainópolis
288	Inativa	Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Sul de Roraima	São João da Baliza
289	Inativa	Associação dos Pequenos Pecuaristas da BR 210 Sul	São João da Baliza
290	Inativa	Associação dos Produtores da Vicinal 29	São João da Baliza
291	Inativa	Associação dos Produtores Rurais da Vicinal 26 e Projeto Fundiário Monte Alto	São João da Baliza
292	Ativa	Associação dos Agricultores e Agricultores Familiares do Projeto Sabiá	São João da Baliza
293	Ativa	Associação dos Agricultores da Comunidade São Judas Tadeu	São João da Baliza
294	Inativa	Associação Estadual de Mulheres Camponesas de Roraima	São João da Baliza
295	Inativa	Associação dos Produtores Familiares do Projeto São João da Baliza	São João da Baliza
296	Inativa	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São João da Baliza	São João da Baliza
297	Inativa	Associação dos Produtores Rurais da Vicinal 21	São Luís

298	Ativa	Associação dos Produtores Rurais da Vicinal 21-B	São Luís
299	Ativa	Associação dos Produtores Rurais da Vicinal 22	São Luís
300	Ativa	Associação dos Produtores Rurais da Vicinal 24	São Luís
301	Inativa	Associação dos Produtores Rurais da Vicinal 20 do Km 01 ao 22	São Luís
302	Inativa	Associação dos Produtores Rurais da Vicinal 18	São Luís
303	Ativa	Associação dos Produtores Rurais da Vicinal 20	São Luís
304	Ativa	Associação dos Produtores Rurais da Vicinal 06 – APRORU	São Luís
305	Ativa	Associação dos Apicultores de São Luís	São Luís
306	Ativa	Associação Agropecuária da Região Central da Água Fria	Uiramutã
307	Ativa	Associação Indígena de Agricultura Orgânica e Familiar	Uiramutã

APÊNDICE I – Formulário de Demandas dos/as Cooperados/as



Formulário de Demandas dos/as Cooperados/as

Olá, cooperado/a!

Com o objetivo de atendermos a sua demanda referente, por exemplo, ao apoio técnico, preencha este formulário com informações básicas e, especificamente, com a sua demanda.

Nome do/a Solicitante: _____

DAP: _____

Localidade: _____

Data da Solicitação: ____ / ____ / ____

Demandas solicitadas: _____

Assinatura do/a Demandante

Assinatura do Responsável por Receber a
Demandas

APÊNDICE J – Preços de saída, praticados em 2023, dos Programas dos quais a Coopercinco faz parte

Tabela 8. Preço de saída dos Programas dos quais a Coopercinco faz parte em 2023

Item	Produto	PNAE Estado	PAA Estado	PNAE Município	Exército	Caritas	IFRR CBVZO	IFRR CAM	IFRR CBV	IFRR CNP
1	Abacaxi	R\$ 7,52	R\$ 4,00	R\$ 7,57	R\$ 5,00	-	R\$ 5,37	R\$ 4,83	R\$ 7,56	R\$ 5,37
2	Abóbora Jacaré	R\$ 6,04	R\$ 6,21	R\$ 6,01	R\$ 5,00	-	-	-	-	-
3	Abobrinha Verde	R\$ 5,86	-	-	-	-	-	-	-	-
4	Alface	R\$ 21,08	R\$ 20,00	R\$ 21,69	-	-	-	-	-	-
5	Banana Comprida	R\$ 8,21	R\$ 6,91	R\$ 7,55	R\$ 8,00	-	-	-	-	-
6	Banana Prata	R\$ 7,10	R\$ 5,59	R\$ 6,49	-	-	R\$ 5,27	R\$ 5,02	R\$ 7,11	-
7	Batata Doce	R\$ 6,15	R\$ 4,83	R\$ 5,15	-	-	-	-	-	-
8	Beterraba	-	R\$ 5,33	R\$ 6,69	-	-	-	-	-	-
9	Cará Roxo	R\$ 13,66	-	-	-	-	-	-	-	-
10	Cebola	R\$ 8,18	-	R\$ 7,35	R\$ 8,00	R\$ 10,00	-	-	-	-
11	Cenoura	-	-	R\$ 7,65	R\$ 13,00	-	-	-	-	-
12	Chuchu	-	-	R\$ 8,79	-	-	-	-	-	-
13	Cheiro Verde	R\$ 20,77	R\$ 7,39	R\$ 18,32	R\$ 18,00	-	-	-	-	-
14	Coco Verde	-	R\$ 3,00	-	-	-	-	-	-	-
15	Couve	R\$ 17,03	R\$ 7,00	R\$ 17,28	R\$ 12,80	-	-	-	-	-
16	Feijão de Corda	R\$ 17,36	-	-	-	-	-	-	-	-
17	FeijãoVerde 500 g	-	-	R\$ 17,89	-	-	-	-	-	-
18	Feijão Verde 1kg	R\$ 18,67	R\$ 30,00	-	-	-	-	-	-	-
19	Goiaba In Natura	-	R\$ 12,70	-	R\$ 10,00	-	-	-	-	-
20	Goma de Tapioca 500 g	-	-	R\$ 6,19	-	-	-	-	-	-
21	Goma de Tapioca 1 kg	R\$ 13,10	-	-	-	-	-	-	-	-
22	Laranja	R\$ 6,92	R\$ 6,43	R\$ 5,95	-	-	R\$ 5,72	R\$ 4,18	R\$ 6,92	-
23	Limão	R\$ 7,17	R\$ 4,65	R\$ 6,11	R\$ 6,00	-	-	-	-	-
24	Maracujá	-	R\$ 17,82	-	R\$ 12,00	-	-	-	-	-

25	Manga (kg)	-	R\$ 10,53	-	-	-	-	-	-	-	-
26	Macaxeira	R\$ 5,15	R\$ 4,19	R\$ 3,93	-	R\$ 4,00	-	-	-	-	-
27	Mamão	R\$ 4,96	R\$ 5,54	R\$ 4,96	R\$ 4,50	-	-	R\$ 5,24	R\$ 5,02	R\$ 5,75	
28	Maxixe	R\$ 10,06	R\$ 13,72	R\$ 10,19	-	-	-	-	-	-	-
29	Melancia	R\$ 3,90	R\$ 4,65	R\$ 3,76	R\$ 1,50	-	-	R\$ 3,75	-	-	-
30	Melão	R\$ 7,57	R\$ 10,11	R\$ 6,86	-	-	-	-	-	-	-
31	Milho Verde de Espiga	R\$ 6,82	R\$ 5,00	R\$ 6,98	-	-	-	-	-	-	-
32	Mel de Abelha 1 kg	R\$ 39,33	R\$ 30,00	-	-	-	-	-	-	-	-
33	Mel de Abelha 300 g	-	-	-	R\$ 11,50	-	-	-	-	-	-
34	Ovo Caipira	R\$ 1,71	-	-	-	-	-	-	-	-	-
35	Pepino	R\$ 5,46	R\$ 5,53	R\$ 4,60	-	-	-	-	-	-	-
36	Pimenta de Cheiro	R\$ 11,95	R\$ 15,90	R\$ 9,33	R\$ 10,70	-	-	-	-	-	-
37	Pimentão	R\$ 12,61	R\$ 15,18	R\$ 9,23	R\$ 7,80	-	-	-	-	-	-
38	Pimenta Ardosa	-	-	-	R\$ 35,00	-	-	-	-	-	-
39	Polpa de Fruta	R\$ 24,07	-	-	R\$ 21,00	-	-	-	-	-	-
40	Quiabo	-	R\$ 12,81	R\$ 8,66	R\$ 7,50	-	-	-	-	-	-
41	Repolho	R\$ 8,07	-	R\$ 7,41	R\$ 8,00	-	-	-	-	-	-
42	Tomate	R\$ 10,57	R\$ 8,58	R\$ 8,63	-	R\$ 9,50	-	-	-	-	-
43	Arroz T1	R\$ 6,72	-	-	-	-	-	-	-	-	-
44	Farinha Regional	R\$ 12,04	-	-	-	-	-	-	-	-	-
45	Feijão Caupi T1	R\$ 10,37	-	-	-	-	-	-	-	-	-
46	Farinha de Batata Doce 1 KG	-	R\$ 37,60	-	-	-	-	-	-	-	-
47	Farinha de Batata Doce 500 G	-	-	R\$ 19,19	-	-	-	-	-	-	-
48	Polpa de Fruta Abacaxi	-	-	R\$ 11,51	-	-	-	-	-	-	-
49	Polpa de Fruta Acerola	-	-	R\$ 11,81	-	-	-	-	-	-	-
50	Polpa de Fruta Caju	-	-	R\$ 10,54	-	-	-	-	-	-	-
51	Polpa de Fruta Cupuaçu	-	-	R\$ 12,31	-	-	-	-	-	-	-
52	Polpa de Fruta Goiaba	-	-	R\$ 11,52	-	-	-	-	-	-	-
53	Polpa de Fruta Graviola	-	-	R\$ 13,27	-	-	-	-	-	-	-

54	Polpa de Fruta Manga	-	-	R\$ 13,26	-	-	-	-	-	-	-
55	Polpa de Fruta Maracujá	-	-	R\$ 17,82	-	-	-	-	-	-	-

APÊNDICE K – Exemplo de Rota da Coopercinco para o PNAE município e Relação de Escolas Indígenas / Rurais atendidas pelo Programa

Figura 7. Mapeamento das Escolas Indígenas / Rurais atendidas pelo PNAE Município



Fonte: Elaborado pelo autor.

Observação: Os pontos apresentados, com as respectivas distâncias, correspondem às rotas realizadas quando da entrega dos produtos nas escolas. Total de Km = 770 (considerando, especificamente, a Km de distância de cada escola).

Quadro 16. Escolas Indígenas / Rurais atendidas pelo PNAE Município

Localidades / Comunidades	Escolas Indígenas / Rurais
Entrada do Passarão – 4,6 Km	Escola Municipal Leila Maria da Silveira
Vila do Passarão – 80,4 Km	Escola Municipal Maria de Lourdes Dias de Abreu
Escola do PA – 25 Km	Escola Municipal José David Feitosa Neto
Indígena Truaru da Cabeceira – 50 Km	Escola Municipal Indígena Vicente André da Silva
Escola do PA Truaru – 50 Km	Escola Municipal Aureliano Soares da Silva
Serra da Moça – 31 Km	Escola Municipal Indígena Vovô Jandico da Silva
Serra do Truaru – 47 Km	Escola Municipal Indígena Francisca Gomes da Silva
Morcego – 40 Km	Escola Municipal Indígena Martins Pereira da Silva
Campo Alegre – 37 Km	Escola Municipal Indígena Ko'ko Ermelinda Raposa da Silva
Ilha – 40 Km	Escola Municipal Indígena Tuxaua Albino Moraes
Vista Nova – 48 Km	Escola Municipal Indígena Clemente dos Santos
Vista Alegre – 52 Km	Escola Municipal Indígena Vovó Antônia Celestina da Silva
Darôra – 63 Km	Escola Municipal Indígena Vovó Tereza da Silva
Milho – 61 Km	Escola Municipal Indígena Ignês Benedicto
Lago Grande I – 70 Km	Escola Municipal Indígena Dukuyy Sebastião
Bom Jesus – 71 Km	Escola Municipal Indígena Vovó Terezinha da Silva

Observação: 1- Total de Km = 770 (considerando, especificamente, a Km de distância de cada escola). Porém, destaca-se que na rota são utilizados dois transportes, sendo um com capacidade menor, que faz a rota Coopercinco – Entrada do Passarão – Escola do PA – Indígena Truaru da Cabeceira – Escola do PA Truaru, e um com capacidade maior que faz a rota referente às demais escolas. No caso do transporte com maior capacidade, são realizados alguns ajustes de rotas, em função da necessidade de retornar, por exemplo, para a comunidade Campo Alegre para dar continuidade às entregas, uma vez que não existe estrada que ligue diretamente as comunidades atendidas. Ademais, ambos os transportes fazem o retorno para a Coopercinco. Assim, a Km total ultrapassa o valor apresentado; 2- Destacamos que das 18 escolas incluídas no PNAE município, nessa rota de escolas indígenas / rurais, 2 não constam no mapeamento, pois em termos logísticos é mais viável incluí-las em rotas da área urbana, onde estas se localizam, são elas: Escola Municipal Balduíno Wotrich e Escola Municipal Jardim das Copáibas.

